



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

1808

Usos do Passado

Leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808

*Como uma rainha louca, um príncipe medroso
e uma corte corrupta enganaram Napoleão e
mudaram a História de Portugal e do Brasil*

SIMONE DA SILVA BEZERRIL



Orientador: Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Saberes Históricos e Ensino de História

LAURENTINO GOMES



João Pessoa – PB
Agosto de 2013

USOS DO PASSADO

Leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro *1808*

SIMONE DA SILVA BEZERRIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), vinculado ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Elio chaves Flores

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos e Ensino de História

João Pessoa – PB
Agosto de 2013

USOS DO PASSADO
Leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no
livro *1808*

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/ 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elio Chaves Flores
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
(Orientador)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Programa de Pós-Graduação em História – UFPE
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Wellington Pereira
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFPB
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Severino Cabral Filho
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
(Suplente Externo)

Prof^a. Dr^a. Telma Dias Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
(Suplente Interno)

Aos meus pais, ao meu suporte em João Pessoa (a querida "Dona Neném") e a Juh, quem nunca mediu esforços para me ajudar, seja com um gesto de carinho, uma palavra de incentivo ou dando uma carona até a universidade quando eu precisava, e isso era quase sempre. Dedico.

Eles [os jornalistas] não apenas dominam as formas e técnicas de apresentar esse tipo de texto, mas em um trabalho cooperativo pensam a disciplina de uma maneira aberta e criativa percebendo enfoques que nos escapam...

É evidente que jornalistas não têm obrigação de dominar todos os métodos do ofício de historiador e o passado tampouco é exclusividade desse último. Mas vale que conheçam algumas questões elementares da disciplina.

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (2010)

AGRADECIMENTOS

Diante das conquistas, é sempre bom agradecer a quem faz diferença em nossas vidas. Por isso, agradeço:

Aos meus professores

Chegar até aqui já considero uma vitória. Quando ingressei, pela primeira vez, à universidade, em 2003, para cursar Comunicação Social, tinha como único objetivo ser uma jornalista – era meu sonho de criança. Após dois anos de curso, comecei a também fazer História. Não imaginava que aquela nova escolha seria capaz de transformar ou fazer surgir dentro de mim outro desejo profissional.

Tenho a sorte de poder aliar duas áreas de que tanto gosto - o Jornalismo e a História. Trabalhar com temáticas que enfoquem a relação entre esses dois campos acabou sendo uma constante nas minhas pesquisas acadêmicas até hoje.

Confesso que a vontade de querer fazer uma pós-graduação, e um dia, quem sabe, seguir carreira acadêmica, surgiu da admiração que tinha por alguns professores de ambos os cursos. E nesse rol, destaco: Wellington Pereira e Elio Chaves Flores. Com o primeiro, aprendi a perceber o Jornalismo com outro olhar. Até nas conversas informais, Wellington sempre nos dá uma aula de vida e de profissionalismo, demonstrado na sua paixão pelo que faz.

Embora quisesse fugir de suas provocações, como ele mesmo denominava as indagações que dirigia aos alunos na sala de aula, aquilo me instigava a querer buscar mais, saber mais. E essa vontade me fez perceber que seria capaz de chegar a um patamar mais elevado, bastaria acreditar e seguir.

Já o meu primeiro contato com o professor Elio Chaves Flores foi ainda durante o Curso de Comunicação. Ao preparar um seminário sobre as relações entre Jornalismo e História, tive informações de que Elio já havia escrito um artigo sobre a temática. Então, por sugestão do Professor Wellington, decidi procurá-lo. Depois desse contato inicial, outros foram se estabelecendo, e quando percebi, lá estava Elio Chaves Flores na banca julgadora da monografia de Comunicação Social, juntamente com o Professor Wellington Pereira - ressaltado.

Depois, adivinha quem era meu orientador no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História? Sim, era o Professor Elio Chaves Flores, que, agora, tive a honra de ter, também, como orientador desta dissertação.

A Elio agradeço pela paciência, a generosidade e os ensinamentos. A cada reunião marcada para discutir os tópicos da dissertação, prestava atenção não apenas no que falava, mas também no modo como conduzia suas palavras e em sua simplicidade ao passar os conhecimentos. Tenho certeza de que as lições que recebi serão levadas comigo nessa longa jornada que ainda tenho pela frente. Desde já, saliento que não quero esquecê-las jamais, pois essa “simpatia intelectual” é fruto da maneira simples de ver e conduzir a vida.

Por tais razões, nota-se que não é por acaso que Wellington e Elio fazem parte desta banca. Ressaltei a importância desses dois professores, como representantes de tantos outros com quem tive o privilégio de estudar, para homenagear a figura do professor, enfatizando o quanto ele pode fazer diferença em nossas vidas, como tem o poder de nos motivar e de nos estimular a superar nossas dificuldades e buscar alcançar nossos sonhos.

Para a concretização desta pesquisa, sem dúvida, a contribuição do Professor Elio foi fundamental. Mas também agradeço as observações feitas por Wellington Pereira e, especialmente, pelo Professor Flávio Weinsten, que, gentilmente, aceitou participar da Banca de Qualificação. As considerações e os questionamentos feitos por ele foram de extrema importância para que eu refletisse melhor sobre o meu objeto de estudo. Por isso, novamente tenho o prazer de tê-lo na Banca Examinadora desta dissertação. E com quem muito gostaria, assim como ocorreu com Elio e Wellington, de compartilhar desafios futuros.

Aos meus pais

Não só por terem investido em mim, mas também por terem acreditado em minhas escolhas e as respeitado. A educação e o amor que me proporcionaram é o legado mais precioso que levarei para sempre. Muito obrigada por existirem em minha vida!

Aos meus amigos

Dedico esta conquista a amizades antigas, dentre elas, aquelas que estão comigo até hoje (como sempre falo, minhas melhores amigas da Comunicação, em especial, Pollyana Fernandes, que muito contribuiu na fase final desta dissertação com a realização de uma leitura cuidadosa; e a minha melhor amiga de História, Arianne Olinto). Também dedico às amizades novas, conquistadas durante o Mestrado. Agradeço pelos incentivos e pelas palavras de carinho (do meu amigo Júlio, que muito me incentivou a fazer o Mestrado, e dos meus amigos de turma - não citarei nomes para não ser injusta com ninguém). Érica, Lidiana, Elaine, Jean, Tiago, Sirleide... – guardarei as maravilhosas, tumultuadas e engraçadas

lembranças de nossas viagens para congressos. Tenho certeza de que nos veremos muitas vezes nesta vida.

Ao meu amor

Meu suporte emocional, companheiro de minha vida!

A Deus

Que me possibilita viver e amar!

RESUMO

Mediante o crescente número de obras de conteúdo histórico escritas por jornalistas, acompanhado por um expressivo índice de vendas no mercado editorial brasileiro, a presente dissertação propõe um estudo de caso tendo como objeto o livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes. Como em produção desse tipo o parâmetro são obras e procedimentos historiográficos, objetivou-se entender como um autor que não tem formação histórica desenvolve sua “mecânica” de produção, ou seja, um método de escrita, ao “manipular” obras de historiadores e extrair delas elementos para a evidência de suas interpretações e construção de sua narrativa sobre o passado, cuja intenção perpassa pela configuração de um texto palatável e atraente sobre o acontecido. Percebe-se que tal produção estabelece uma linha tênue entre a História e o Jornalismo, ao recorrer a elementos de ambos os campos. Nesta dissertação, levantou-se a hipótese de que a obra de Laurentino Gomes pode ser compreendida como uma produção de cultura histórica, ao se considerar que revisitar o passado não é uma exclusividade do historiador. Embora livros como esse do referido jornalista contribuam para a popularização do saber histórico, nem sempre o retratam de forma plausível, ou seja, sem anacronismos. Constata-se que o *1808*, ao ser “maquiado” como obra de História, embora seu autor enfatize que se trata de trabalho jornalístico, traz como principal implicação epistemológica o fato de ser tomado pela sociedade como referencial historiográfico, como se o “fazer histórico”, no sentido de conhecimento institucionalizado e metodizado, não estivesse restrito à produção dos profissionais do *métier*. Portanto, tal prática de escrever sobre o passado não consegue legitimação historiográfica, mas é legitimada pelos aportes mercadológicos e pelas práticas de leitura sociais, inseridas na indústria cultural do “passado como mercadoria”.

PALAVRAS-CHAVES:

HISTÓRIA – CULTURA HISTÓRICA – JORNALISMO

ABSTRACT

Through the growing number of works of historical content written by journalists, accompanied by a significant rate of sales in the Brazilian publishing market, this paper proposes a case study having as object the book *1808 - As a mad queen, a prince and a nervous corrupt court deceived Napoleon and changed the history of Portugal and Brazil*, the journalist Laurentino Gomes. As in the production of this type parameter are historiographical works and procedures aimed to understand how an author who has no historical training develops your "mechanics" of production, ie, a method of writing, the "handle" works of historians and extract these elements to the disclosure of their interpretations and construction of his narrative about the past, whose intention goes through the configuration of a palatable and attractive text about what happened. It is perceived that such production provides a fine line between history and journalism, to use elements from both camps. In this dissertation, raised the hypothesis that the work of Laurentino Gomes can be understood as a product of historical culture, when considering that revisiting the past is not an exclusivity of the historian. Although books like this said journalist contributing to the popularization of historical knowledge, not always depict plausibly, ie without anachronisms. Appears that 1808, to be "made-up" as a work of history, although its author emphasizes that this is journalism, brings the main epistemological implication of the fact to be taken by society as historiographical reference, as if the "make history" in the sense of institutionalized and metodizado knowledge was not restricted to the production of professional métier. Therefore, the practice of writing about the past can't historiographical legitimacy, but it is legitimized by the market-intakes and the social practices of reading, inserted in the cultural industry "past as a commodity."

KEYWORDS:

HISTORY – CULTURE HISTORY – JORNALISM

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Números de vendas referentes aos livros escritos por Laurentino Gomes	124
---	-----

SUMÁRIO

1. GÊNESE DO TRABALHO.....	13
1.1 O artesanato da pesquisa.....	13
1.2 Traçando os caminhos.....	17
2. HISTÓRIA, JORNALISMO E CULTURA HISTÓRICA.....	27
2.1 Historiadores, jornalistas e o discurso sobre o passado	27
2.2 Usos do passado: jornalistas como produtores de cultura histórica.....	38
2.3 “Historiador-jornalista”: a popularização da História nas bancas de revista.....	47
3. HISTÓRIA, EFEMÉRIDE E ACONTECIMENTO: A PRESENTIFICAÇÃO DO PASSADO NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	52
3.1 Em torno de uma data: duzentos anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil.....	52
3.2 A “História celebrativa” do bicentenário: o que comemorar?.....	61
3.3 Da História à notícia: a transformação da vinda da família real em acontecimento jornalístico.....	71
4. LEITURA DO PASSADO NA PERSPECTIVA JORNALÍSTICA DE LAURENTINO GOMES.....	90
4.1 De volta ao passado: a efeméride histórica e o gancho jornalístico	90
4.2 A reatualização do tempo e a reconstrução do passado no livro <i>1808</i>	92
4.3 De jornalista a “historiador”: marketing mercadológico e crítica acadêmica.....	122
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
6. FONTES.....	145
7. ENTREVISTAS.....	145
8. MATÉRIAS.....	146
9. RESENHAS.....	157
10. REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	157

Entrevistas.....	158
Resenhas.....	176
Capas.....	182

1. GÊNESE DO TRABALHO

1.1 O artesanato da pesquisa

Considerando que é oportuno e significativo para o leitor, inicio este texto chamando a atenção para o próprio processo de pesquisa acadêmica. Cogitar um tema, sistematizar a pesquisa, organizar o projeto, construir a narrativa e, depois, transformar tudo numa dissertação são etapas que fazem parte de um percurso dinâmico e complexo. Dificilmente, o projeto com o qual se chegou a um Programa de Pós-graduação não sofrerá qualquer tipo de mudança (tampouco sua versão final não estará sujeita a críticas ou contribuições).

As experiências diárias, a descoberta de uma nova fonte e as conversas estabelecidas com professores, colegas de turma e amigos que indagam sobre seu trabalho contribuem para que sejam inevitáveis novas problemáticas e diversos questionamentos acerca do objeto em estudo. A reflexão é imprescindível, pois o caminho de estruturação de uma dissertação ou tese não poderia jamais ser estático.

Ressalta-se, no entanto, que, para desenvolver um trabalho acadêmico, não basta ter uma nova ideia, levantar uma hipótese, é necessário dispor de referências historiográficas para legitimá-lo. Seria uma espécie de habilidade indispensável ao pesquisador para articular e adequar a criatividade às regras da ciência histórica, cujas diretrizes, como ressalta Michel de Certeau (1982), estão relacionadas ao lugar sociotemporal e às práticas institucionais.

Por outro lado, não há dúvida de que a experiência, a humildade e a paciência de ouvir as considerações do outro (principalmente do orientador) são fatores essenciais na escolha do mais adequado aporte teórico-metodológico e do levantamento de discussões pertinentes. Tudo isso culminará na relevância e na qualidade do trabalho concluído.

Diante do exposto, é impossível não atribuir à pesquisa a denotação de um processo criador e, de tal maneira, em constante transformação. É em torno da ideia de “artesanato intelectual” que o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills dirige seus relatos, demonstrando aos iniciantes nas ciências sociais como procede em seu ofício, quando refere: “É melhor começar, acredito, lembrando a você, o estudioso iniciante, que os mais admiráveis pensadores da comunidade acadêmica em que decidiu ingressar não separam seu trabalho de suas vidas” (MILLS, 2009, p. 21). Mas à frente, enfatiza: “o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício” (MILLS, 2009, p. 22).

Como se pode perceber, C. Wright Mills, ao relacionar o trabalho acadêmico ao modo de produção artesanal, considera o “artesanato intelectual” como um processo que mantém ligação intrínseca com a vida pessoal do pesquisador. Para ele, o cotidiano seria uma espécie de estimulador de uma contínua reflexão: “nossas experiências de vida alimentam nosso trabalho” (MILLS, 2009, p. 26).

Inspirada nas considerações de C. Wright Mills, trago suas orientações à tona para relatar sobre o processo de produção do presente trabalho acadêmico. Pensando em termos de pesquisa e de pesquisador, pode-se afirmar que o primeiro seria análogo àquilo que se compreende como artesanato, enquanto o segundo poderia ser definido, conseqüentemente, como um artesão-pesquisador. Nessa perspectiva, entendendo a pesquisa como um trabalho dinâmico, subte-se que o pesquisador lhe impõe constantes movimentações. O pesquisador Wellington Pereira, que também se apoia nos escritos de Mills, salienta que “objeto e objetivos da pesquisa devem ser colocados em movimentos a partir da criatividade dos pesquisadores” (PEREIRA, 2009, p. 56).

Para Wellington Pereira, “a criatividade em pesquisa não é sinônima de ‘digressão’ [...], mas um exercício no qual se estende a vida à pesquisa”. Além disso, enfatiza que o lúdico pode ser encarado como um método, pois “proporciona ao pesquisador a utilização da abordagem indutiva ampliada” (PEREIRA, 2009, p. 56). Portanto, seguindo o caminho apontado por Mills e enfatizado por Pereira, é justamente através do equilíbrio entre as normas científicas e a imaginação criadora, para a qual o lazer é imprescindível, que deve ser estabelecido o percurso do pesquisador.

Para dar a seu trabalho o frescor da criatividade, o artesão deve por vezes abrir-se àquelas influências que só nos afetam quando nossas atenções estão relaxadas. Assim, para o artesão, afora o mero repouso animal, o lazer pode ocorrer naqueles períodos intermitentes necessários para a individualidade em seu trabalho. Assim, como leva para seu lazer a capacidade e os problemas de seu trabalho, também traz de volta para o trabalho aquelas sensibilidades que não atingiria em períodos de tensão elevada, constante, necessários para o trabalho consciente (MILLS, 2009, p. 62-63).

Para exemplificar o que foi abordado até o momento, como a pesquisa vai se movimentando e, com ela, (re) transformando ou (re) construindo o objeto, os objetivos e as hipóteses, apresento, a partir de agora, o caminho percorrido até chegar à temática abordada nesta dissertação. Primeiramente, resalto os motivos que me conduziram a realizá-la. Devido também ao fato de ser formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, sou fascinada por temáticas que me proporcionem aplicar o conhecimento obtido tanto nesse campo quanto no da História. Meu interesse por estudos interdisciplinares, envolvendo as

citadas áreas do conhecimento, surgiu durante minha primeira graduação, concluída em 2007, na Universidade Federal da Paraíba. Na época, debruçei-me sobre uma pesquisa que envolvia imprensa, política e História.¹

Dois anos depois de concluir o Curso de Comunicação, encontrava-me novamente diante de um novo projeto de conclusão de curso, dessa vez, o de História, pela referida instituição. Com o intuito de seguir a mesma linha de pesquisa, propus uma reflexão teórica acerca da interseção entre História e Jornalismo, enfocando as dimensões políticas e as semelhanças metodológicas, além de sistematizar um capítulo reservado para debater a importância dos jornais como fontes de pesquisa para o historiador.²

As pretensões de cursar um Mestrado já estavam presentes desde a primeira pesquisa. Para tanto, buscando alargar a temática construída até então, elaborei um projeto cujo tema seria: *Relações existentes entre o Jornalismo e a História: a interferência jornalística no campo da História. A priori*, o intuito seria de traçar todas as possibilidades possíveis de relações que poderiam ser estabelecidas entre os dois campos.³

Como algumas discussões pontuadas, em parte, já tinham sido contempladas nas duas monografias e havia debate que se encontrava “esgotado” pela historiografia, como exemplo, a temática sobre os jornais como fontes e objetos de pesquisa para o historiador,⁴ o caminho

¹ O objetivo era entender como o jornal *A União* teria contribuído para a eclosão do Movimento de 1930, a partir da dimensão simbólica que fora atribuída, em suas páginas, ao presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, após seu assassinato, ocorrido em 26 de junho do referido ano. Dessa investigação, resultou a monografia: BEZERRIL, Simone da Silva. *Como o Jornalismo interfere na História: um estudo sobre a participação do jornal A União na deflagração da Revolução de 1930*. Monografia do Curso de Comunicação. Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007. 90 p.

² Quando matriculada na disciplina de Metodologia da História I, decidi dar prosseguimento aos estudos que envolvessem a História e o Jornalismo. Nessa direção, sistematizei meu projeto de conclusão de curso. No semestre seguinte, já cursando Metodologia da História II, apresentei a “cobrada” monografia: BEZERRIL, Simone da Silva. *História e Jornalismo: campos que dialogam, interferências que se afirmam*. Monografia do Curso de História. Departamento de História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. 90 p.

³ Na proximidade com a imprensa, a História obteve um alargamento do seu campo de atuação, com a incorporação dos jornais no rol de seu corpus documental. Por sua vez, o jornalista também busca os historiadores para construir suas narrativas, seja recorrendo aos escritos desses homens de *métier* sobre determinados fatos ou buscando, diretamente, suas opiniões históricas por meio de entrevistas.

Vale ressaltar que, para trabalhar com jornais, seja como fontes de pesquisa ou objetos de estudo, é necessário compreender a complexidade social que norteia os suportes midiáticos. Diz o historiador inglês, Edward Hallet Carr (1985), que, para entendermos os posicionamentos de um historiador, é necessário que conheçamos o meio social e histórico no qual ele está inserido. No caso do jornalista, além de tudo isso, é fundamental saber para que empresa trabalha e que ideologia política é seguida por ela. Portanto, é imprescindível conhecer a História dos próprios jornais, as posições políticas de seus donos, a linha editorial adotada, o perfil dos patrocinadores e a que grupos políticos e econômicos estão vinculados antes de elegê-los como objetos de pesquisa. Deve-se, ainda, lembrar que os jornais, antes de se constituir em objeto de pesquisa, refletem, no desenvolvimento de sua própria história, toda uma transformação tecnológica e sociocultural. Além disso, os impressos jornalísticos são instrumentos dotados de ideologias e, por estarem em constante dinamismo com as esferas políticas e sociais, fazem do Jornalismo um agente participativo na configuração dos rumos tomados pela sociedade. Ver: CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985.

⁴ É impossível não relacionar a história da imprensa no Brasil às transformações políticas e sociais verificadas no país no decorrer do tempo. O historiador Marcello Basile, por exemplo, argumenta que a imprensa teve grande

buscado para estabelecer a relação entre História e Jornalismo recaiu sobre o fenômeno de jornalistas escreverem livros de temática histórica, tendo o jornalista Laurentino Gomes como autor principal do estudo.

Um jornalista escrevendo livro de História. O que seria interessante nessa análise? Tornar a pesquisa instigante seria um desafio a superar diariamente. Tudo dependeria do modo como a conduzisse. A partir dessa tomada de consciência, comecei a me perceber como uma artesã-pesquisadora, ou uma artesã-historiadora.

Durante as conversas, os passeios e as discussões em seminários fui tomando gosto pela pesquisa que hoje se transformou nesta dissertação. Foi então, de fato, que percebi o quanto C. Wright Mills tinha razão quando afirmava que o pesquisador

deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente. Nesse sentido, o artesanato é o centro de você mesmo, e você está pessoalmente envolvido em cada produto intelectual em que possa trabalhar. [...] Ser capaz de confiar na própria experiência, sendo ao mesmo tempo cético em relação a ela é [...] uma marca do trabalhador maduro (MILLS, 2009, p. 22-23).

É claro que, para uma estudante de Mestrado, que acabara de apresentar os resultados de sua principal pesquisa, até agora, falar em pesquisador maduro significa apenas o começo de uma longa caminhada.

No próximo tópico, argumentarei sobre a escolha da temática em foco e do objeto em estudo, justificando as delimitações, apresentando as hipóteses e debatendo o assunto.

desempenho político durante a Regência, período em que diversos projetos políticos foram evidenciados por meio dos impressos jornalísticos, que se constituíam em espaços públicos de divulgação de diferentes ideologias. O autor denomina tal momento histórico de “laboratório da nação”, ou seja, momento de experimentações face à nação em processo de construção. Inclusive, segundo ele, o próprio desenvolvimento dos prelos se deu em virtude de sua vinculação às disputas políticas da época. Por sua vez, a partir de uma perspectiva histórica da imprensa, a historiadora Ana Luiza Martins evidencia, por exemplo, a importância da campanha abolicionista iniciada pela imprensa. “A cada linha de atuação, emancipacionista ou abolicionista, e a cada sociedade libertadora ou clube abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal” (MARTINS, 2005, p. 75). Ela acrescenta que a criação do *Partido Republicano*, juntamente com a fundação do *Jornal A República*, demarcou uma intensa utilização da imprensa em prol da propaganda pela causa republicana. Vale ressaltar que, ao considerar a relevância dos jornais como importantes fontes para a pesquisa histórica e compreendê-los como objetos de estudo da própria História, é necessário ficar atento aos discursos produzidos neles e por eles, já que estão condicionados por fatores diversos, dentre os quais se sobressaem o político, o econômico e o cultural. Então, a imprensa deve ser analisada à luz do seu tempo histórico, e o pesquisador precisa reconhecer as diretrizes que a norteiam. Ver. MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-82; BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial* – vol. II – 1832-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-120.

1.2 Traçando os caminhos

Parece ter virado “moda” escrever sobre o passado.⁵ Mas não se encontram no universo historiográfico os “adeptos” dessa “festejada tendência” que é acompanhada por expressivos índices de vendas. Vivencia-se, no Século XXI, um *boom* de livros de conteúdos históricos que receberam notória visibilidade a partir da escrita jornalística, ou, talvez seria melhor dizer, de uma escrita midiática.

O crescente interesse em “revisitar” o passado pelos não historiadores – profissionais sem formação em História – não se trata de uma exclusividade do mercado editorial brasileiro, pois o fenômeno ganhou dimensão mundial.⁶ Mas, em relação à proliferação das escritas jornalísticas, observa-se, pelo menos no Brasil, que tais tipos de produção surgem associados às efemérides históricas.

As datas comemorativas funcionam como uma espécie de “gancho”,⁷ ou, melhor dizendo, uma oportunidade que os jornalistas encontram para narrar temas históricos sem perder suas conexões com a contemporaneidade, pois, se o passado está em discussão, sua presentificação por meio do discurso jornalístico o torna assunto do presente do leitor e, consequentemente, temática da atualidade.

Embora o fascínio de jornalistas pela História se reporte ao período Oitocentista, as escritas jornalísticas sobre o passado só começaram a se destacar no mercado editorial brasileiro a partir do final do Século XX. Eduardo Bueno foi o primeiro a despontar nesse cenário e se tornou o “jornalista-historiador” mais lido na virada para o novo século. Com o gancho das comemorações pelo “V Centenário do Descobrimento do Brasil”, o jornalista

⁵ Vale destacar que a popularização da História não é algo exclusivo dos jornalistas, nem se trata de uma prática recente, pois, como salienta Chartier (2002), a vulgarização de obras clássicas se reporta ao final do Século XVI. Ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade, 2002.

⁶ Para o jornalista norte-americano Nicolas Lemann (*Apud* BONALDO, 2001), autor de vários livros de abordagem histórica, os escritores não acadêmicos preenchem um vazio deixado, espontaneamente, pelos próprios historiadores. Ver: BONALDO, Rodrigo Bragio. Documentos de uma era comemorativa brasileira? Notas sobre o surgimento das “narrativas jornalísticas da História”. *Simpósio Nacional de História*, 2011.

Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846771_ARQUIVO_RodrigoBonaldo-SNH2011.pdf. Acesso em: 16/07/2012.

Mas, os jornalistas já vinham na trilha da História há bastante tempo. Na primeira década do Século XX, tem-se o jornalista Euclides da Cunha, que tratou de temática histórica ao produzir reportagens que abordavam as condições espaciais, temporais e contextuais sobre a Guerra de Canudos. Os textos foram escritos, primeiramente, para um veículo de comunicação impressa (jornal *O Estado de São Paulo*); depois, foram adaptados para a forma de livro, culminando no lançamento da obra *Os sertões* (1902). Em dimensão internacional, o jornalista uruguaio Eduardo Galeano lançou, em 1971, o livro *As veias abertas da América Latina*, abordando o extermínio dos indígenas pelos portugueses e espanhóis. A obra já dispõe de várias edições. Ver: GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 12, 1978.

⁷ Terminologia utilizada nas redações como sinônimo de expansão da discussão sobre determinado tema ou a inclinação para outro a partir de um debate em evidência. Ver quarto capítulo desta dissertação.

gaúcho lançou, em 2000, a coleção *Terra Brasilis*, série composta por três livros sobre o “evento fundador do Brasil”, que fala da chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500. A coleção, que, originalmente, consistiu na reunião de textos escritos para o jornal porto-alegrense *Zero Hora*, em pouco tempo se tornaria um *best-seller*.⁸

Foi no campo enunciativo dos 500 anos que surgiu, segundo a comunicóloga Denise Cogo, a figura do jornalista-historiador,⁹ que, de acordo com ela, é “uma espécie de híbrido ao qual é atribuída, de forma privilegiada, no espaço midiático, a revitalização da historiografia dos descobrimentos, tarefa assumida, tradicionalmente, por historiadores do campo acadêmico” (COGO, 2001, p. 9).

Outro profissional de imprensa que seguiu o caminho editorial traçado por Eduardo Bueno foi justamente aquele que tem sua obra como objeto de estudo desta dissertação – o jornalista Laurentino Gomes¹⁰, cujo interesse pela História surgiu em 1997, quando ainda era

⁸ Pioneiro nesse tipo de empreendimento, Eduardo Bueno já vendeu mais de 900 mil exemplares com os quatro volumes da *Coleção Terra Brasilis*. Dois anos antes da efeméride do V centenário do descobrimento, foi lançado o primeiro, intitulado *A viagem do Descobrimento*. O último número da coleção foi publicado em 2006, mediante os escândalos do mensalão. Tal trabalho, denominado de *A coroa, a cruz e a espada*, trata dos governos gerais e enfatiza a temática da corrupção. Depois de Eduardo Bueno, outros jornalistas se aventuram em escrever livros de temática histórica. E, em entrevistas concedidas à imprensa, esses produtores de cultura histórica afirmam que o propósito de seus livros é de atingir um número cada vez maior de leitores.

Ver: BONALDO, Rodrigo Bragio. *Documentos de uma era comemorativa brasileira? Notas sobre o surgimento das “narrativas jornalísticas da História”*. Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846771_ARQUIVO_RodrigoBonaldo-SNH2011.pdf.

Acesso em: 16/07/2012.

⁹ A categoria jornalista-historiador foi originalmente referida, como ressalta Denise Cogo, pelo brasilianista Tomas Skidmore. Ver obra do autor: *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; COGO, Denise. *Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos do descobrimento do Brasil*. Intercom, 2001.

Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP12COGO>. [PDF].

Acesso em: 16/07/2012.

¹⁰ Lucas Figueiredo, Elio Gaspari, Leandro Narloch e Walter Galvani são outros jornalistas que produziram obras de conteúdos históricos. Figueiredo teve matérias veiculadas em mais de vinte jornais, revistas e rádios do Brasil e do exterior, dentre os quais: *Folha de S. Paulo* e *BBC* de Londres. Dos cinco livros escritos pelo autor, quatro abordam temáticas históricas. Em 2002, Lucas Figueiredo publicou seu primeiro título: *Morcegos Negros* – PC Farias, Collor, máfias e a História que o Brasil não conheceu (Editora Record). Três anos depois, lançou o *Ministério do Silêncio* – A História do serviço secreto de Washington Luís a Lula (1927-2005). Com essa produção, venceu o Prêmio Vladimir Herzog 2005, na categoria livro-reportagem. Em 2009, o jornalista publicou a obra *Olho por olho*, os livros secretos da ditadura (Editora Record). Tal trabalho lhe conferiu o 2º lugar na categoria reportagem do Prêmio Jabuti, edição 2010. Também recebeu o Prêmio Vladimir Herzog 2009, na categoria livro-reportagem. O livro mais recente de Lucas Figueiredo é *Boa ventura!* – A corrida do ouro no Brasil (1697-1810) – A cobiça que forjou um país, sustentou Portugal e inflamou o mundo (2011; Editora Record), também lançado em Portugal, em abril de 2012, com o título *Última Pepita* (Editora Marcador). Por sua vez, o jornalista Elio Gaspari lançou, de 2002 a 2004, quatro volumes sobre o período da ditadura militar, todos publicados pela Editora Companhia das Letras (vol. 1: *A Ditadura envergonhada* – As ilusões armadas (2002); vol. 2: *A ditadura Escancarada* – As ilusões armadas (2002); vol. 3: *A Ditadura Derrotada* – O sacerdote e o feiticeiro (2003); vol. 4: *A Ditadura Encurralada* – O sacerdote e o feiticeiro (2004)). As obras abordam os bastidores do regime autoritário que se instalou no Brasil a partir de 1964 e são baseadas em pesquisas documentais de dois generais, dentre eles, Ernesto Geisel. Outro jornalista que se destacou no universo editorial, como já mencionado, foi Leandro Narloch, cujo principal livro intitula-se *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, lançado em 2009, pela Editora Leya. Por sua vez, Walter Galvani, jornalista do *Correio do Povo*, lançou, em 1988, o livro *Nau Capitânia* – Pedro Álvares Cabral, pela Record.

editor de redação da Revista *Veja*. Naquele ano, recebera a tarefa de produzir uma série de especiais históricos mediante a aproximação das comemorações pelo “V Centenário do Descobrimento do Brasil”, que seria festejado em 2000. Tal empreendimento fora inspirado numa experiência encabeçada anteriormente pelo próprio periódico, em virtude da efeméride do Primeiro Centenário da Proclamação da República, em 1989.

Inspirado por uma experiência bem-sucedida nas comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, Tales [editor de redação da revista *Veja*] encomendou-me uma série de especiais históricos, que seriam distribuídos com a edição regular da *Veja* como brinde para seus assinantes e compradores de banca. O projeto incluiria o Descobrimento, a fuga da família real portuguesa para o Brasil e a Independência. Desses três, apenas o primeiro foi publicado, no ano de 2000, e distribuído no Brasil e em Portugal [...] Quanto ao especial sobre D. João VI, Tales decidiu cancelá-lo por falta de ‘gancho’ [...] O plano mudou, mas eu segui em frente, movido pela paixão que o tema e os personagens me despertaram (GOMES, 2009, p. 15-16).

Nota-se que a iniciativa de se voltar ao tempo e reatualizar o passado, tanto no caso de Eduardo Bueno quanto no de Laurentino Gomes, surgiu nas redações de um jornal e de uma revista, respectivamente. E não é à toa que os livros escritos por eles carregam os pressupostos de *noticiabilidade*¹¹ e as características da linguagem jornalística – marcas que conferem às obras dos referidos jornalistas uma espécie de síntese histórica.

Em dissertação de Mestrado, defendida em 2010, que tem como objeto de estudo a “coleção de História” de Eduardo Bueno, o historiador Rodrigo Bonaldo Bragio defende a hipótese de que “nas narrativas jornalísticas da História, desenvolve-se uma representação do passado que se quer espelho de um suposto ‘interesse público’ do (e pelo) presente. Essa noção presentista, advinda de certa aversão aos instrumentos de mediação com o passado, é [...] a força e a fraqueza desse gênero de divulgação” (BONALDO, 2010, p. 17).

A representação do passado aparece nas obras dos mencionados “escritores jornalistas” a partir de uma relação intrínseca com o presente. Tanto Eduardo Bueno quanto Laurentino Gomes sempre enfatizam, em entrevistas concedidas à imprensa, que seus livros procurariam atender a um suposto “interesse social” pela História.¹² Percebe-se, portanto, que

¹¹ Para Nelson Traquina, os acontecimentos jornalísticos são constituídos tendo como referência, pelo menos, um ou a combinação de vários valores-notícias. Ele dá ênfase aos seguintes: relevância (grau de importância para o público); novidade (ineditismo ou imprevisível); tempo (tem como parâmetro o gancho para outros assuntos, como no caso em questão: data comemorativa do bicentenário da chegada da Corte ao Brasil) e consonância (a interpretação da notícia num contexto familiar ao leitor). Ver: TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. V. II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

¹² Ver entrevista com Eduardo Bueno.

as obras produzidas por jornalistas se pautam pelo presente ou são condicionadas por ele. Umas buscando resgatar temas que mantêm alguma relação com o que está em pauta no momento, outras tentando relacionar presente e passado por meio de questionamentos e comparações.

Devido ao fato de uma narrativa de conteúdo histórico, sem a participação direta do historiador, estar cada vez mais presente nos dias atuais, objetivo realizar um estudo de caso, cujo objeto é o livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, lançado em 2007 pelo jornalista Laurentino Gomes. Na análise, será levado em consideração o contexto que proporcionou o lançamento da obra – a efeméride do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, festejada em 2008.

Diante do exposto, uma questão é inegável: jornalistas não conseguem escrever sobre o passado sem recorrer às obras dos historiadores, isto é, são chamados a estabelecer um diálogo com a historiografia. Ora, tendo em vista que Laurentino Gomes tem como referencial as obras e os procedimentos historiográficos, a ideia é de buscar entender como o autor dialoga com o passado, ou seja, como lida com as obras historiográficas e extrai delas elementos para compor sua narrativa.

Para isso, será necessário analisar a estratégia de construção da narrativa jornalística sobre o tempo no livro *1808*. Por outro turno, vislumbrar como o jornalista trabalha o tempo significa ver a escrita como método, como um projeto cognitivo. Então, pergunta-se: Laurentino Gomes atende aos requisitos de historiador ou de jornalista? Ou, ainda, ele não atende aos requisitos de historiador nem de jornalista? Que metodologia é seguida por esse autor?

Dois motivos me inclinaram a trabalhar com o livro de Laurentino Gomes: primeiro, talvez nunca se tenha visto antes, como assevera Isabel Lustosa (2007), um episódio histórico ganhar tanto espaço na mídia quanto o bicentenário da vinda da família real ao Brasil. Depois, observei que os veículos noticiosos não só escreveram sobre o tema, como também conferiram espaços para os próprios historiadores, que, em alguns casos, transformaram a esfera midiática numa arena de debates fervorosos. Além disso, os escritos de dimensões históricas veiculados em diversos meios de comunicação ultrapassaram os suportes da imprensa impressa e eletrônica e se lançaram no mercado editorial no formato de livros, ou

como queiram seus produtores: “livros-reportagens”.¹³

Por outro lado, o *1808* se destacou em relação ao número de vendas,¹⁴ comparado com todas as demais obras escritas na atmosfera das comemorações do bicentenário, o que faz emergir a indagação sobre que escrita é essa produzida por Laurentino Gomes.¹⁵ Em 2008, a obra também conseguiu o reconhecimento dos críticos do prêmio Jabuti, uma das mais tradicionais premiações de literatura do país, e se destacou em duas categorias: melhor livro-reportagem e livro do ano de não ficção. Para completar, no mesmo ano, o livro ainda foi contemplado pela Academia Brasileira de Letras com o prêmio de Melhor Ensaio, Crítica ou História.¹⁶

Assim, expostos os motivos que condicionaram a escolha do objeto de estudo desta dissertação, debruço-me agora sobre a problemática que trago à cena do debate. Acerca de uma produção jornalística sobre o passado, questiona-se: que peculiaridades são conferidas a esses escritos? Que relação as obras produzidas por jornalistas estabelecem com a historiografia? Como se relaciona o presente ao passado quando está em jogo um tema histórico? Que elementos compõem e estruturam a narrativa sobre o passado, configurada pela *práxis* jornalística? Tais questionamentos possibilitaram o surgimento das seguintes reflexões: Que densidade apresenta esse tipo de produção? Tem relevância para o público? Atende a que dimensões da necessidade do conhecimento histórico? Afinal, “o que faz o jornalista quando se debruça sobre o passado e desenvolve uma escrita de temática

¹³ Essa é uma discussão levantada na década de 1980 por Edvaldo Pereira Lima (2004). O termo livro-reportagem é definido como uma ampliação quantitativa e qualitativa de determinado assunto, buscando relacionar dados, repercussões, além de possíveis causas e implicações. Dentre a tipologia estabelecida por Lima (2004) acerca da categoria livro-reportagem, existe uma vertente denominada “livro-reportagem-história”. Segundo o autor, esse segmento aborda temáticas passadas, mas de forma a relacioná-las com o presente. Ressalta-se que a denominação livro-reportagem acomete críticas por parte de alguns teóricos, porém não objetivo levar o debate à frente neste trabalho. Ver: LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura*. 2. Ed. São Paulo: Manoel, 2004.

¹⁴ Segundo informações concedidas pelo autor, a obra atingiu, até meados de 2012, mais 700 mil exemplares vendidos e ainda continua na lista dos livros de não ficção mais procurados no Brasil (ver tabela dos índices de vendas das obras de Laurentino Gomes no quarto capítulo). Referência em relação à vendagem dos livros do autor pode ser verificada no seguinte link: “Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”.

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+1808+e+1822+de+laurentino+gomes+ultrapassam+1+milhao+de+exemplares+vendidos/>. Acesso em: 20/07/2012.

¹⁵ Sobre a questão do mercado e da indústria do livro, pode-se pensar em um dos mais conceituados historiadores da atualidade, o francês Roger Chartier. Ao trabalhar com a História da leitura e práticas culturais, o autor analisa os múltiplos condicionantes envolvidos nos processos de mediação editorial e de publicação dos textos. Ver: CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994; CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

¹⁶ Ver blog do autor: <http://www.laurentinogomes.com.br/quemsou.php>. Acesso em 29/06/2013; e lista dos ganhadores do Prêmio Jabuti, em 2008: <http://www.premiojabuti.com.br/content/pr%C3%AAmio-2008-50-anos>. Acesso em: 29/06/2013.

histórica?”¹⁷

Defendo, nesta dissertação, que as narrativas sobre o passado, produzidas à margem do cânone historiográfico, podem ser compreendidas como produções de cultura histórica. A hipótese parte, logicamente, da concepção de que o passado não é uma instância espaço-temporal exclusivamente revisitada pela comunidade historiográfica. De tal maneira, os historiadores não são os únicos a produzirem culturas históricas, dada a existência de uma inter-relação de variadas culturas históricas, o que implica uma multiplicidade de formas de narrar, pensar e organizar o tempo.¹⁸

Ora, o livro de Laurentino Gomes foi lançado um ano antes da efeméride comemorativa, como forma de antecipar as discussões de cunho histórico, ou apresentar ao leitor o assunto que estava por vir. Em diversas entrevistas concedidas à imprensa, os jornalistas produtores de cultura histórica, entre eles, Laurentino Gomes e Eduardo Bueno, afirmam que o propósito de seus livros é de atingir um número cada vez maior de leitores.¹⁹ Tem-se, desse modo, uma obra produzida visando ao consumismo imediato.

Depois de conhecer a historiografia que contempla o tema sobre a chegada e a permanência da Corte portuguesa ao Brasil, Laurentino Gomes dividiu os capítulos do seu livro como se cada um se tratasse de uma reportagem.²⁰ O trabalho desempenhado por ele culminou numa coletânea de escritos cuja temática central era a vinda de D. João e de sua Corte para a América portuguesa.

Neste trabalho, não está em questão discutir as relações epistemológicas entre

¹⁷ Em referência às concepções sobre a operação historiográfica desempenhada no campo de atuação profissional dos historiadores, sistematizadas pelo historiador e teórico Michel de Certeau, no livro *A escrita da História* (1982), no qual busca resposta para a grande questão: “O que fabrica o historiador?”.

¹⁸ Para Paul Ricoeur, entre o tempo e a narrativa, há uma correlação existencial. Ele entende que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (1994, p. 85). Ver: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a tríplice mimese*. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994, P. 85 – 132.

¹⁹ Tais entrevistas podem ser conferidas nos seguintes links: “Eduardo Bueno – historiador pop”. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/28843_O+HISTORIADOR+POP. Acesso em: 22/06/2013; “Em entrevista, Laurentino Gomes fala de 1822”. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/1822/em+entrevista+laurentino+gomes+fala+de+1822/n1237770392386.html>. Acesso em: 30/06/2013.

²⁰ De acordo com os estudos de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986), a reportagem impressa é definida como uma ampliação da notícia, e a “forma-narrativa”, por excelência, é o veículo impresso. A partir dessa definição, pode-se interpretar que, se de um lado, a notícia se ocupa de relatar determinado fato, no sentido de ocorrência, de outro, a reportagem evidenciaria os personagens em cena, humanizando a matéria, e trataria dos desdobramentos do fato, objetivando explicar suas origens e consequências. Do ponto de vista do conteúdo, a reportagem seria mais abrangente, ou, como diria Nilson Lage (2004), mais investigativa, com o intuito de preencher as lacunas deixadas pela notícia. Em relação ao formato, é mais extensa, conquistando mais espaço no veículo. Ver: SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986; e LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

narrativa e história, muito menos marcar posição entre os historiadores que defendem uma história estrutural e os que pregam pela necessidade da narrativa.²¹ O propósito é de buscar entender como se configura uma narrativa sobre o passado a partir da demarcação de outro campo, o Jornalismo, que, por sua vez, atende a critérios e a objetivos diversos daqueles da historiografia.

Acerca do livro de Laurentino Gomes, é possível afirmar, embora o autor tenha enfatizado que seu trabalho consista numa produção jornalística, que ele acabou sendo “maquiado” como se fosse um livro de História, concepção “comprada” pelo público não especializado, que, ao adotá-lo como referencial de leitura, acaba legitimando-o como obra de História, sem diferenciação de qualquer outra produzida pelos homens de *métier*, a não ser pela ótica da escrita. E como investiu, ao mesmo tempo, em marketing editorial de divulgação, pode-se dizer que Laurentino Gomes produziu uma considerável “obra mercadológica”, que lhe rendeu significativos retornos financeiros.

O tema abordado faz com que outros assuntos venham à tona nesta dissertação. Ao se tratar de história, acontecimento e jornalismo, não teria como deixar de discutir sobre as diferenças e o entrecruzamento dos três termos. Além do mais, ao trazer a análise de um livro de temática histórica escrita por um jornalista em virtude de uma efeméride, seria impossível não mencionar como o tema foi tratado pelos meios de comunicação.²²

Nesse caso, as revistas e os sites noticiosos se destacaram devido à amplitude e ao prolongamento do número de publicações que conferiram à temática das comemorações. Destaco que a delimitação aqui traçada terá o objetivo de demonstrar, de forma genérica, a dimensão da repercussão que o tema sobre D. João e a Corte portuguesa recebeu em tais periódicos. De tal maneira, serão levados em consideração os seguintes aspectos: como a mídia tratou o tema, que espaço lhe conferiu e que abordagens foram veiculadas.

A análise segue buscando verificar como Laurentino Gomes tenta adequar o tema em

²¹ Se, por um lado, historiadores estruturais afirmam que a “narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado”, por outro, defensores da narrativa “observam que a análise das estruturas é estática e, assim, em certo sentido, não-histórica” (BURKE, 1992, p. 330). Consultar o capítulo “A História dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

²² Como já mencionado, em 2008 comemorou-se a efeméride dos duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, data em que também foi festejado o bicentenário do surgimento da imprensa no país. Não é por acaso que os dois eventos sejam simultâneos, pois a imprensa regular nasce, em solo brasileiro, com a instalação da tipografia régia, em 1808. Assim, é evidente a existência de uma inter-relação entre História e imprensa. Estudos sobre o tema podem ser encontrados no livro *História da imprensa no Brasil* (2008), organizado pelas historiadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins. A obra reúne pesquisas de diversos autores e contextualiza a relação entre imprensa impressa e História em vários momentos, desde a instalação da imprensa no país (1808) até fins do Século XX. Ver: DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do Século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

questão, isto é, um fato histórico, ao padrão de acontecimento jornalístico. Para tanto, examina-se como se deu, no livro *1808*, a relação entre passado e presente, num campo narrativo no qual o presente e suas dimensões temporais (atualidade e imediatismo) são excelência.

É com base no entendimento da Nova História Cultural (que não é mais tão nova assim, pois a concepção, que surgiu na década de 1980, apresenta uma metodologia já consolidada), ou simplesmente, História Cultural, que esta dissertação “ganha movimento”.²³ Acredito que a relevância desta pesquisa centra-se no ineditismo da temática e no fato de ainda serem pouco explorados os estudos que enfocam as interfaces existentes entre a História e o Jornalismo, tendo como prisma a perspectiva da cultura histórica. Além disso, a discussão em questão é pertinente, já que a área de concentração do Programa de Pós-graduação em foco está centrada na elaboração de trabalhos que contemplem a cultura histórica.

Assim, intitulada *Usos do passado*²⁴: *leitura da História na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes no livro 1808*, esta dissertação analisa a dinâmica do referido jornalista, e também escritor, em relação à produção de uma obra que aborda temas históricos, buscando entender como o autor trabalha a temporalidade histórica e dialoga com a historiografia. Portanto, para responder às questões levantadas, foram escritos quatro capítulos (incluindo este).

No segundo capítulo, “História, Jornalismo e cultura histórica”, trago uma discussão que envolve questões relacionadas aos critérios de determinação da produção historiográfica, a partir das concepções teóricas dos autores Michel De Certeau e Roger Chartier, e de diálogos com historiadores que debatem sobre a produção de cultura histórica além da Academia, como é o caso de Elio Chaves Flores, Angela de Castro Gomes e Astor Antônio Dihel.

²³ A (Nova) História Cultural – que, para alguns historiadores, originou-se no Século XVIII, e para outros, o termo encontra raízes na tradição historiográfica francesa pós-1960 – trata-se de uma corrente historiográfica internacionalizada, que apresenta novos métodos, procedimentos e objetos de investigação histórica. Tal vertente considera os aspectos culturais e as representações sociais (CHARTIER) como os principais pontos de análise das experiências humanas. O historiador inglês Peter Burke, um dos principais defensores da História Cultural, elabora um esquema explicativo buscando apontar a origem desse movimento. O autor sugere as seguintes fases: a clássica, desenvolvida no Século XVIII; a história social da arte, praticada a partir da terceira década do Século XX; a história da cultura popular de 1960 e, posteriormente, aquilo que seria a nova história cultural que, segundo o autor, sofrera influências do campo da Antropologia. Sobre o assunto, ver obras de dois importantes historiadores culturalistas: BURKE, Peter. *O que é História cultural*: Rio de Janeiro: Zahar, 2008; e CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

²⁴ Considerando a cultura do ponto de vista histórico e político, usos do passado é um conceito de cultura histórica que designa o modo como se constrói o passado, apresentado no livro *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Ver: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Os debates giram em torno dos seguintes eixos de discussão: História e cultura historiográfica, enfatizando o que caracteriza a narrativa historiográfica propriamente dita; Jornalismo e cultura histórica, ao debater a “interferência” dos jornalistas no campo da História, produzindo livros sobre o passado; e a divulgação da História por meio de revistas especializadas na veiculação de temas históricos, tendo à frente os historiadores.

Aponta-se para o fato de que não é apenas o jornalista que procura tirar “vantagens” do campo da História, mas também há muitos historiadores que se utilizam de técnicas jornalísticas para se aproximar do público mais amplo. Assim, ao fazer referência ao “jornalista-historiador”, não teria como não trazer para o debate a proximidade entre os historiadores e os jornalistas nas redações das revistas de divulgação histórica, despontando, no outro lado da questão, a figura do “historiador-jornalista”.

No terceiro capítulo, “A efeméride histórica e a presentificação do passado no discurso jornalístico”, enfoca-se, primeiramente, o grande espaço que a mídia conferiu ao tema sobre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, demonstrando como o evento foi abordado duzentos anos depois de sua ocorrência. Também se evidencia a “tônica civilizadora”, para usar uma expressão da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2009), atribuída pela mídia aos feitos de D. João VI. Tal vertente é problematizada e discutida com base nas visões de quatro historiadores: Rosa Maria Godoy Silveira, Isabel Lustosa, José Murilo de Carvalho e Evaldo Cabral de Mello.

O interessante, neste capítulo, é demonstrar que algumas discussões foram impulsionadas mediante o espaço conferido pela mídia, em 2008, aos historiadores. Assim, a imprensa, como lócus do jornalista, representa um sujeito semiótico (com corpo, fala e movimento). Se, de um lado, a abordagem centra-se na discussão acerca do enfoque conferido ao tema pelos veículos de comunicação, de outro, explora os discursos proferidos pelos historiadores nos suportes midiáticos.

No referido capítulo, ainda se discutem as relações entre fato histórico e acontecimento jornalístico, por entender que, ao tratar de temas históricos, os jornalistas tentam enquadrar a História em uma espécie de produto do Jornalismo, transformando-a em informação a partir dos critérios de *noticiabilidade*. Tal debate é fundamental para se compreender não apenas como Laurentino Gomes reveste um fato histórico em acontecimento, mas, sobretudo, focar a dimensão semiótica da produção jornalística, que não é o que aconteceu, mas o que se escreveu sobre o acontecido.

Para entender as características do Jornalismo e como o campo concebe o acontecimento, tomei como base teórica as contribuições do historiador norte-americano

Robert Darnton (2010), por ser historiador e ter experiência como repórter de um grande veículo de comunicação (*The New York Times*), e do teórico francês da comunicação Maurice Mouillaud (2002), que apresenta um estudo semiótico sobre a concepção de acontecimento.

No quarto e último capítulo, “Leitura do passado na perspectiva jornalística de Laurentino Gomes”, convém examinar as estratégias de construção e estruturação narrativa da obra *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. Essa análise tem a finalidade de vislumbrar como um jornalista contemporâneo se debruça sobre um “evento fundador” da História do Brasil e como se relaciona com as obras historiográficas, para entender os elementos que se fazem presentes na narrativa jornalística sobre o passado construída pelo autor.

Também se faz uma reflexão sobre como Laurentino Gomes é favorecido pela divulgação de sua obra nos veículos de comunicação e como se aproveitou desse “oportunismo mercadológico”, conquistado pelo livro *1808*, para publicar mais uma obra de conteúdo histórico, tendo, também, como aporte uma data baseada em efeméride. Dessa vez, o autor se antecipa, e muito, para tratar de outro evento considerado “fundador da nação”. Com o lançamento, em 2010, do livro *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*, Laurentino Gomes antecipa, em 12 anos, a temática relacionada às comemorações dos duzentos anos da Independência do Brasil.

Procura-se, ainda, vislumbrar como a crítica jornalística e a historiográfica abordaram a produção de Laurentino Gomes. Essa questão é debatida neste capítulo através de análises feitas por historiadores (após pesquisa apurada, foram selecionadas cinco resenhas, dos seguintes historiadores: Jean Marcel Carvalho França, Mary Del Priori, Cecília Helena de Salles Oliveira e Lília Schwarcz) e publicações na imprensa (nesse caso, foram consideradas publicações de veículos que, diversas vezes, se reportaram à produção de Laurentino Gomes: *A tarde online*, *Época*, *História Viva*, *Istoé*, *Estadão*, *G1*).

De modo geral, o intuito é de analisar como o autor construiu sua narrativa, examinar as abordagens apresentadas e verificar as fontes que privilegiou. Em outras palavras, busca-se analisar como um profissional da mídia, habituado a lidar com o presente e o efêmero, transforma o passado em acontecimento jornalístico, despertando no público não especializado um interesse pela história nacional. Tudo isso sem deixar de problematizar as implicações desse tipo de cultura histórica.

2. HISTÓRIA, JORNALISMO E CULTURA HISTÓRICA

Considerações

Ao vislumbrar a relação História-Jornalismo, este capítulo traz uma reflexão sobre as seguintes questões: o ofício do historiador, buscando demarcar o que seja considerado um trabalho historiográfico; as obras de conteúdo histórico escritas fora do âmbito acadêmico, a que se chamou, nesta dissertação, de produções de culturas históricas; e a divulgação da História em revistas voltadas para o público em geral. Portanto, se, de um lado, tem-se um fenômeno que aponta a “interferência” do jornalista no campo de atuação do historiador, culminando na figura do “jornalista-historiador”, de outro, não se pode negar que muitos historiadores pegaram “carona” nas técnicas jornalísticas de produção textual e se utilizam de suportes midiáticos para divulgarem suas pesquisas acadêmicas. Tal dinâmica se dá por meio de revistas de divulgação de conteúdos históricos e faz vir à tona o que poderia ser chamado de “historiador-jornalista”.

2.1 Historiadores, jornalistas e o discurso sobre o passado

Estabelecer contato com temáticas históricas sem a mediação de um historiador parece algo cada vez mais corriqueiro nos dias de hoje. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a dinamização dos mais variados suportes midiáticos (TV, cinema, jornais, revistas, internet) possibilitaram aos profissionais que circulam nesse universo vagar por diferentes campos do conhecimento, inclusive o da História.²⁵

Ao refletir sobre as diversas obras e os diferentes gêneros que abordam temáticas históricas à margem da historiografia, as historiadoras Raquel Glezer e Sara Albieri (2009), no artigo “O campo da História e as ‘obras fronteiriças’ – algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação”, classificam-nas como “obras fronteiriças”. Segundo elas, tais produções representam o primeiro contato do leitor fora do ambiente escolar.²⁶

²⁵ Sobre estudos culturais que têm a mídia como objeto de análise, ver: KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: Edusp, 2001.

²⁶ Na categoria livros de não ficção escritos por não historiadores, destacam-se as abordagens de temática histórica e as biografias. De acordo com concepções de Raquel Glezer e Sara Albieri, o aparecimento de tais obras pode ser relacionado, por um lado e dentre outros fatores, “ao esmaecimento das fronteiras disciplinares, promovido pelas transformações epistemológicas e teóricas que ocorreram no último quartel do Século XX” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 23). Apontam como uma das primeiras questões “a relação profunda entre

No que concerne à eclosão de tais narrativas, as historiadoras apontam as biografias como as obras indicativas do surto atual desses tipos de produção sobre o passado. Salientam que as biografias, escritas em linguagem ficcional e, na maioria das vezes, por jornalistas, “abriram caminho para os historiadores também se dedicarem a elas, malgrado as tensões que marcam as relações entre Biografia e História” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 19-20).

Sobre a emergência de biografias escritas tanto por historiadores quanto por jornalistas, no Brasil, o historiador Benito Bisso Shimidt aponta o seguinte fator: a perda das referências morais e ideológicas. Ele concebe que as sociedades contemporâneas buscam no passado “trajetórias individuais que possam servir como inspiração para os atos e condutas vivenciadas no presente” (SHIMIDT, 1997, p. 4).

Acerca do surto de biografias, Shimidt chama a atenção para o fato de que os historiadores de formação foram os menos festejados nessa releitura da História do país através de seus personagens.²⁷ “A festa foi, sobretudo, dos jornalistas que, com suas pesquisas minuciosas e seu estilo envolvente, conquistaram o público e a crítica” (SHIMIDT, 1997, p. 3).

Benito Bisso Shimidt também detecta possíveis aproximações e distanciamentos em relação às produções biográficas no âmbito da História e do Jornalismo. Destaca que tanto os historiadores quanto os jornalistas procuram, na construção de seus textos, relacionar os indivíduos aos seus contextos, mas ressalta que essas obras se afastam em dois pontos: no que diz respeito às escolhas dos personagens (os historiadores visam tantos homens de destaque como pessoas comuns, ao contrário dos jornalistas), e no interesse pelo foco (os jornalistas visam dar enfoque à vida privada dos indivíduos, dando ênfase à vertente sensacionalista,

História e literatura, que separadas nas derradeiras décadas do Século XIX, no processo de formação de campos especializados, parecem retomar suas relações um século depois, de diversos modos, e um deles parece ser através dos textos biográficos e autobiográficos, que carregam em si mesmos a narrativa literária. Outro aspecto a ser explorado é o da modernização, mesmo que limitada, da sociedade brasileira, que a aproxima do momento pós-moderno que vive a sociedade ocidental. Nele, a fragmentação das identidades individuais faz com que o passado assuma, por um lado, a característica de ser objeto de busca de algo mitificado como homogêneo, como contraponto do momento vivido, ou como curiosidade pela diferença e exotismo, mas deve, por outro, estar inserido no mercado de consumo e do lazer cultural, que Jean Chesneaux discute. Um terceiro e fundamental elemento que deve ser considerado é o poder que a narrativa literária possui de despertar a imaginação — o que explica a permanência das obras de ‘capa e espada’ e dos romances históricos, até nossos dias, assumindo várias outras formas de manifestação, além dos livros, quadrinhos, filmes e séries de TV, reproduzidos em CD-rom e DVDs, nos jogos eletrônicos e digitais” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 23). Ver: GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da História e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. In: *Revista Ibed*, n. 48, mar. 2009.

Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742009000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 16/07/2012.

²⁷ Entretanto, destacam-se os sucessos editoriais das biografias escritas pelos seguintes historiadores: Evaldo Cabral de Mello, com o livro *Nassau: governador do Brasil Holandês* (2006); Mary Del Priori, com *O príncipe maldito* (2007); e José Murilo de Carvalho, com *D. Pedro II: Ser ou não Ser* (2007).

enquanto os historiadores enfatizam o cotidiano, o inconsciente e o sentimento). Um terceiro ponto poderia ser apontado: o apelo dos jornalistas à técnica da redação, com o objetivo de prender a atenção do leitor.

O fato é que obras não acadêmicas de conteúdo histórico acabam sendo vislumbradas pelo grande público como de História, embora seus autores ressaltem que são produções jornalísticas. Uma exceção, em relação a isso, é trazida por Glezer e Albieri (2009), ao citarem o caso do jornalista Jorge Caldeira,²⁸ que enfatiza escrever livros de História.

Um caso exemplar de hibridismo é o de Jorge Caldeira, jornalista, com Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciência Política, que publica biografias e obras que define como de História, cruzando especialidades e gêneros literários. Seu primeiro livro foi uma biografia de Mauá, logo seguido por outras obras de assuntos históricos. Apresenta-se como jornalista e historiador e sua última obra editada é *O banqueiro do sertão*, na qual retoma uma tese clássica: a das relações entre espanhóis, portugueses e índios no processo de ocupação e exploração do território paulista (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 21).

Ao classificar o livro de História como um produto cultural que, para ser aceito pela comunidade acadêmica, deve seguir os parâmetros historiográficos do saber institucionalizado, as historiadoras mencionadas avaliam as produções ditas fronteiriças como “livros como tantos outros livros, que cumprem sua função cultural e imaginativa” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 23).

Embora estejam passando por um processo de proliferação devido ao mercado editorial em expansão, as obras que as autoras chamam de “fronteiriças” não são um fenômeno recente. No Século XIX, criou-se uma necessidade de demarcar a História e sua separação de outras produções sobre o passado com a crescente profissionalização do ofício do historiador.²⁹

A tendência de jornalistas escreverem livros de temáticas históricas chama a atenção para a importância de se levantar um debate sobre as noções de História e os domínios da

²⁸ Jorge Caldeira é ex-editor da *Folha de S. Paulo* e da Revista *Isto é*. Em parceria com outros autores, publicou, em 1997, a obra *Viagem pela História do Brasil*, pela Companhia das Letras. Em 1999, o jornalista lançou o livro *A nação mercantilista* (Editora 34).

²⁹ De acordo com apontamentos das historiadoras Raquel Glezer e Sara Albieri, “os romances históricos que tanto contribuíram para a difusão dos mitos românticos das origens nacionais, por exemplo, estavam claramente separados das obras historiográficas pelo aparato metódico e conceitual que o campo especializado utilizava. Particularmente no final daquele século [XIX], a crescente profissionalização do historiador alavancou a questão da demarcação das fronteiras da História científica” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 25-26). GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da História e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. In: *Revista Ibed*, n. 48, mar. 2009. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742009000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 16/07/2012.

historiografia. Assim, situarei, resumidamente, as concepções acerca do ofício do historiador, como forma de singularizar o trabalho desempenhado por esse profissional. Em seguida, travarei um debate argumentativo para sustentar a hipótese defendida nesta dissertação de que os livros de temáticas históricas escritos pelos jornalistas podem ser compreendidos como produções de culturas históricas. Coloco o termo no plural para evidenciar o fato de que existem vários tipos de produção de cultura histórica, com procedimentos e métodos de pesquisa diferenciados.

Há muito vem acontecendo um debate a respeito da cientificidade do conhecimento histórico, considerado por alguns críticos como ciência, a exemplo do teórico alemão Jörn Rüsen (2011), e por outros, como gênero literário, como assim classificou Hayden White nos anos de 1970, quando da primeira edição em inglês do livro *Meta-História* (1973).

Ao considerar o *labor* historiográfico como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicitar o que eram representando-os” (WHITE, 1992, p. 18), Hayden White objetiva comprovar que o campo historiográfico não é uma especificidade. Ele tenta demonstrar que a estrutura das narrativas construídas pelo historiador não se difere daquelas desenvolvidas pelos romancistas. Em outras palavras, considera a História um gênero literário.

Na obra *Razão História. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica* (publicada, originalmente, em 1983, na Alemanha),³⁰ em especial no capítulo “Tarefa e função de uma teoria da História” (2011, p. 21-51), Jörn Rüsen defende a História como uma ciência e, como tal, detentora de métodos e princípios que se constituem em objetos de reflexão da teoria da História. Para o autor, no campo historiográfico, prática e teoria devem caminhar juntas, pois a autorreflexão é inerente ao ofício do historiador.

Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela – para constatar que a auto-reflexão é, com efeito, um elemento vital no dia-a-dia da ciência. Não se pode de forma alguma pensar um processo histórico, de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debuscar-se sobre si mesmo (RÜSEN, 2001, p. 25).

³⁰ Embora tenha sido, originalmente, publicada na Alemanha ainda na década de 1980, a obra de Rüsen só foi lançada no Brasil a partir de 2001. Com o objetivo de investigar os fundamentos do conhecimento histórico-científico, a produção é composta por três volumes que abordam os fundamentos, os princípios, as formas e as funções da ciência histórica. Ver: RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001; RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado. Teoria da História: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2007, vol II; RÜSEN, Jörn. *História Viva. Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007, vol. III.

Segundo Jörn Rüsen, a teoria da História é definida como uma reflexão “mediante a qual o pensamento histórico se constitui como especialidade científica” (RÜSEN, 2007, p. 26). No entanto, ressalta que essa condição requer um “esforço específico de reflexão ao longo do trabalho com os próprios objetos” (RÜSEN, 2001, p. 27). Rüsen defende que a pesquisa histórica só pode ser efetivada por especialistas, porque é necessário “saber manejar a especificidade científica do pensamento histórico de tal maneira que já não pensem nela, ao concentrar-se em seu trabalho de pesquisa, ao escrever e ao ensinar História” (RÜSEN, 2001, p. 27).

Então, se a História é uma ciência que detém uma teoria reflexiva sobre a atividade desempenhada pelo historiador, que, por sua vez, precisa lidar com essa especificidade científica na elaboração de seus trabalhos, como podem ser classificados os escritos sobre História que não têm um historiador como sujeito do conhecimento, mas um jornalista?³¹

Para discutir sobre a temática “interferência jornalística no campo da História”, serão trazidas à tona as concepções do historiador francês Michel de Certeau, no livro *A escrita da História* (obra originalmente publicada em 1975), em especial, o capítulo “A operação historiográfica” (1982, p. 65-109), na tentativa de compreender o que difere a produção dos historiadores de outras formas de construção do passado.

De Certeau compreende o conhecimento histórico como uma operação que resulta da combinação e da interação entre três fatores: “lugar social, práticas científicas e uma escrita”. Assim, para o historiador, a “escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (DE CERTEAU, 1982, p. 66). Para o autor, toda pesquisa historiográfica é determinada em função de um lugar social institucionalizado, que impõe os métodos, os documentos a serem verificados e, ainda, influem sobre as questões que serão evidenciadas.

Portanto, De Certeau concebe a História como uma ciência que detém: procedimentos de análise; um lugar de produção, cujo profissional deve ser habilitado a exercer o ofício historiográfico; e uma narrativa, que materializa a História por meio da linguagem textual. Nesse sentido, a História é compreendida como uma (re) construção do tempo e no tempo que, para ser legitimada como um discurso científico, deve seguir regras e métodos impostos por uma instituição do saber.

A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica (a revista ou o Boletim, continuação e

³¹ Sabe-se que lidar com o passado não é uma exclusividade do fazer historiográfico, e são diversos os gêneros que conseguem estabelecer esse diálogo (dentre outros, a biografia e a literatura).

equivalente das correspondências de antigamente). Desde os “Observateurs de l’homme” do século XVIII, até a criação da VI^a section de l’École pratique de hautes études, pela École de *Annales* (1947), passando pelas faculdades do Século XIX, cada “disciplina” mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica (DE CERTEAU, 1982, p.70).

Em concordância com as considerações de De Certeau sobre a instituição social do saber histórico, outro historiador francês, Roger Chartier, salienta que “as determinações que regem a escritura da História remetem, mais fundamentalmente, às práticas estabelecidas pelas ‘instituições técnicas da disciplina’, que distribuem, de maneira variável conforme a época e o lugar, a hierarquia dos temas, as fontes e as obras” (CHARTIER, 2009, p. 20).

Para responder à questão sobre o que legitima uma obra como histórica, mais uma vez, recorro a De Certeau, quando diz que uma “obra de valor” em História é aquela que é “reconhecida como tal pelos pares”. Ou seja, a pesquisa que é situada em um conjunto de procedimentos (corte histórico, seleção de fontes, hipóteses levantadas etc.) contribui para a ampliação do conhecimento e possibilita a eclosão de novas pesquisas, segundo, é claro, a concepção da classe dos historiadores. Essa afirmação pode ser corroborada com estas palavras de Chartier: “‘regras e controles’ inscrevem a História em um regime de saber compartilhado, definido por critérios de prova dotados de uma validade universal” (CHARTIER, 2009, p. 16).

No que se refere aos livros de História produzidos por jornalistas, quem poderá dizer se tais autores seguem ou não as práticas historiográficas é justamente a categoria composta pelos profissionais do *métier*. Assim, na tentativa de demarcar o campo historiográfico, entende-se que os escritos de temas históricos produzidos por especialistas de outras áreas tratam-se de uma questão externa à disciplina, pois são os próprios historiadores que legitimam o trabalho de seus pares.

Ao “nós” do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de História, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica (DE CERTEAU, 1982, p. 72).

De Certeau reforça ainda mais suas considerações ao enfatizar que a representação, que se dá através da escrita, só pode ser considerada histórica quando “articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos” (DE CERTEAU,

1982, p. 93). O teórico acrescenta que o discurso histórico se estabelece como “saber do outro”, ou seja, um discurso que procura compreender outra forma de enunciado. Para ele, considera-se historiográfico “o discurso que ‘compreende’ seu outro – a crônica, o arquivo, o documento – quer dizer, aquilo que se organiza em texto *folheado* do qual uma metade, contínua, se apoia sobre outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber” (DE CERTEAU, 1982, p.101).

Como salientou Roger Chartier, a História, como escritura fragmentada “tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor” (CHARTIER, 2008, p.15). Pode-se também dizer que o discurso jornalístico se constitui a partir da compreensão do “outro”, ou seja, é baseado em fontes testemunhais.

Desse modo, jamais será aceitável a defesa de que, tanto na prática histórica quanto na jornalística, existe objetividade no sentido de imparcialidade. Constata-se que os profissionais de ambos os campos desempenham uma atividade ideológica, ou seja, projetam sentidos através da produção de referentes simbólicos que pretendem representar o real por meio de relatos.³²

Tomando a definição de notícia sistematizada pelo teórico do Jornalismo Jorge Pedro Sousa (2002), trata-se de um conjunto de artefatos linguísticos, submetidos a fatores de ordem social, política, econômica, tecnológica, cultural e histórica. Parafraseando De Certeau, o Jornalismo também é resultante da combinação de um lugar institucionalizado (empresa de comunicação), de uma prática (seleção, fontes, entrevistas) e de uma escrita caracterizada pelo didatismo do campo: clareza, concisão e linearidade.

Outros elementos presentes tanto na metodologia de trabalho do historiador quanto na do jornalista são: a seleção do que será fato histórico e notícia, respectivamente, e a interpretação conferida a cada um desses conceitos.³³ Isso implica dizer que, ao falar em

³² Ao fazer uma análise do discurso da História, tendo como referência a semiótica, Roland Barthes assegura que o discurso histórico é “elaboração ideológica” (1998, p.155), que não retrata o real, como defendiam os historiadores do Século XIX, mas o significa, pois o historiador atribui sentido aos fatos, que se tornam significantes e referentes linguísticos a partir da constituição da narrativa histórica. “O discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo, continuamente, o que *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica (BARTHES, 1998, p. 156). Barthes defende que não existe objetividade na escrita histórica e mesmo que o historiador procure manter uma distância do texto, através da impessoalidade da escrita, ele estará se constituindo como uma “persona objetiva”. Ver: BARTHES, Roland. O discurso da História. In: *O Rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 145-165.

³³ Chamada Teoria do *Gatekeeper*, “esse processo de seleção é arbitrário, as decisões que o jornalista toma para fazer ou não a matéria passam pelo conhecimento prévio que o profissional tem das coisas, do juízo de valor desse profissional e de suas atitudes diante dos fatos” (GONÇALVES, 2004, p. 40). Essa citação foi extraída do artigo “O jornalista e suas teorias”, que, por sua vez, compõe o livro *O trabalho de Sísifo* (Jornalismo e vida

História e em Jornalismo como campos de investigação, é impossível não perceber algum tipo de relação entre eles.

Uma primeira evidência, entre tais campos, se refere às questões metodológicas que norteiam o trabalho do historiador e do jornalista, pois no cotidiano de suas *práxis*, precisam lidar com fontes, testemunhos e entrevistas, além de interpretar, relacionar e conferir espaços a discursos diversos e conflitantes. Em segundo lugar, é inerente às atividades de ambos os profissionais a reflexão sobre os pressupostos que se fazem presentes em seus ofícios: noções de verdade, objetividade e ética profissional. Essas concepções caracterizam duas profissões intensamente marcadas pela subjetividade.

Embora a História e o Jornalismo sejam considerados como campos do conhecimento norteados pela subjetividade do pesquisador (já que não tem como fazer História ou Jornalismo à margem do espaço sócio-temporal), não significa dizer que tais conhecimentos não sejam verdadeiros. Para o historiador francês Antoine Prost (2008), “as verdades da História são relativas e parciais por duas razões fundamentais e concordantes. [...] Por um lado, os objetos da História são considerados sempre em contextos; [...] Por outro, [...] são construídos sempre a partir de um ponto de vista, que é, em si mesmo, histórico” (PROST, 2008, p. 257).

O historiador argumenta que a verdade, em História, passa pelo crivo da comprovação. Trata-se, como ele mesmo defende, de uma questão de método. E, em referência aos métodos, classifica-os em dois grupos: de investigação e de sistematização, que são baseados em dois tipos de prova: factual e sistemática.

A investigação – no sentido em que se fala de investigações de um juiz de instrução ou de um jornalista – é o método utilizado para estabelecer os fatos, os encadeamentos, as causas e as responsabilidades. [...] A prova factual não é necessariamente direta e pode ser procurada nos detalhes, aparentemente, desprezíveis. Eis o que Carlos Ginzburg designa por “paradigma indiciário”. [...] A investigação conduzida metodologicamente constitui um regime de verdade que, apesar de não ser próprio da História, é aceito comumente e utilizado, sem reservas, por ela. [...] Por sua vez, a sistematização intervém sempre que o historiador enuncia verdades que incidem sobre um conjunto de realidades [...] As sistematizações não são próprias da História e podem ser encontradas, igualmente, na sociologia e na antropologia; entretanto, nem todos os métodos de validação garantem o mesmo rigor (PROST, 2008, p. 259-260).

cotidiana), organizado pelo professor de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, Wellington Pereira. A obra apresenta artigos que colocaram em pauta uma discussão sobre a vida cotidiana de jornalistas profissionais de João Pessoa. Foram escritos por integrantes do Grupo de pesquisa sobre o Cotidiano e o Jornalismo (Grupecj). Ver: GONÇALVES, Lidianie. O Jornalismo e suas teorias. In: PEREIRA, Wellington. (Org). *O trabalho de Sísifo* (Jornalismo e vida cotidiana). João Pessoa: Manufatura, 2004, p. 37-54.

Como ressalta Antoine Prost, definir e justificar o método adotado é uma questão central para o historiador, pois tal procedimento é que vai possibilitar trazer à tona os elementos de verossimilhança, ou seja, a comprovação do que se fala a partir das fontes apresentadas e trabalhadas. Por sua vez, o jornalista também necessita estabelecer um método de escrita, procurando demonstrar a “imparcialidade” de seus relatos por meio da investigação realizada e da exposição de suas fontes.³⁴

Por outro viés, ainda se referindo à questão da representação, é pertinente compreender como a linguagem midiática é inserida no cotidiano. Em ensaio sobre o assunto, Wellington Pereira (2009) alerta para o fato de que a representação da vida cotidiana na mídia é efetivada por meio de uma conversão simbólica, evidenciada por recursos redacionais (técnicas da escrita jornalística) e condicionantes organizacionais (ideologias das empresas). Tal representação, como destaca o autor, é norteadada por um discurso de objetividade que é referido como sinônimo de verdade.

Nas narrativas jornalísticas, fatos sociais são enquadrados a partir de um modelo funcional e argumentativo da linguagem. Assim, a noção de realidade é a “realidade referenciada” pelo domínio retórico, responsável por reduzir a polissemia do cotidiano à identificação dos referentes temporais e físicos da comunidade. [...] Um dos equívocos da linguagem midiática é pretender representar a vida quotidiana a partir de um sistema calcado na objetividade – como sinônimo de verdade. [...] A construção do cotidiano no Jornalismo impresso não se dá apenas como aplicações tautológicas das técnicas jornalísticas, por que é, antes de tudo, um problema ontológico (do ser) e metodológico – competência para a coleta e organização de enunciados socioculturais (PEREIRA, 2009, p. 54-56).

Buscando encontrar soluções para a problemática, o autor sugere alguns procedimentos que devem ser aplicados às narrativas sobre o cotidiano, sobretudo no jornalismo impresso, para que não fiquem presas aos ardis semânticos e ideológicos dos “discursos objetivos”. Dentre eles, trago para o debate aquele que considero um dos principais problemas do Jornalismo – o fato de que “as construções de enunciados jornalísticos sobre o cotidiano não devem ser regidas apenas por descrições do mundo referencial, ou seja: se faz necessário demonstrar como o sensível determina a forma como são traduzidas em informação as ações dos sujeitos” (PEREIRA, 2009, p. 55). Trata-se da falta de transparência dos fatores que condicionam (condições técnicas e questões políticas, econômicas e organizacionais) a produção das notícias. Seria preciso fazer transparecerem os critérios de

³⁴ Laurentino Gomes, no livro *1808*, expõe as razões que o levaram a escrever um livro de conteúdo histórico e aponta o caminho que percorreu para chegar às fontes consultadas.

escolha, decisão e omissão que orientam o jornalista na produção da informação.³⁵

Uma diferença, entre várias, que pode ser estabelecida entre a narrativa jornalística (aqui se referindo ao gênero notícia) e a historiográfica diz respeito à linearidade do discurso jornalístico que, preocupado em seguir uma diretriz cronológica em função dos fatos tidos como principais, através da constituição do *lead* (cuja função é de responder às seguintes questões: quem diz o quê? A quem? Quando? Como? Por que e para quê?), acaba por aproximar o Jornalismo da prática historiográfica do Século XIX, quando os historiadores acreditavam que faziam uma história objetiva e imparcial, no sentido de estabelecer verdades absolutas, tentando adquirir o mesmo *status* das ciências naturais.

Convém ressaltar, novamente, as considerações do pesquisador Wellington Pereira, em relação ao Jornalismo impresso brasileiro, ao referir que “a legitimação de técnicas usadas para adequar as informações ao tempo e aos espaços industriais empobreceu as formas da narrativa jornalística. Por isso, é mais comum se falar em discurso jornalístico, truques e habilidades linguísticas (ou languageiras) para anunciar fatos” (PEREIRA, 2008, p. 1).

Wellington Pereira denuncia que a escrita jornalística acaba ficando limitada aos modelos empresariais, que concebem a notícia como mercadoria. Para ele, “a escrita deve ser concebida como uma forma de renovar, metodologicamente, a capacidade de interpretar as vozes ou a constituição dos moldes cognitivos de uma sociedade” (PEREIRA, 2008, p. 2).

O pesquisador ressalta que a escrita jornalística não sofreu uma evolução satisfatória, pois se submeteu à descrição linear dos fatos ao ficar presa à estruturação da notícia na forma do *lead*. Assim, dando continuidade à citação acima, o autor diz que “uma narrativa que não se move é paradoxal com relação ao movimento e ao ritmo das formas sociais. Por isso, é preciso buscar novas formas de narrar os fatos, ou seja, investir na escrita” (PEREIRA, 2008, p. 2).

Para Pereira, ainda em relação ao Jornalismo impresso praticado no Brasil, houve avanços no que concerne às discussões de gêneros, “recursos linguísticos e formas de análise do discurso informacional”. Entretanto, lamenta a perda da “capacidade da escrita enquanto método interpretativo” (PEREIRA, 2008, p. 2).

³⁵ Em artigo no qual defende o Jornalismo como um modo de conhecimento, Eduardo Meditsch aponta algumas problematizações, entre as quais destaca a falta de transparência dos condicionantes da notícia, que “é apresentada [...] como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientam a equipe de jornalistas para construí-la e, muito menos, ao que foi relegado e omitido por esses critérios, profissionais ou não. Ver: MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*

Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-Jornalismo-conhecimento.html>

Acesso em: 08/04/2013.

A nova escrita jornalística deve perder o caráter vertical da “moral conspícua” da sociedade de consumo, pois os consumidores não tomam mais a “descrição do mundo” efetuada pelo Jornalismo como a forma adequada para mediação das relações em sociedades. O caráter renovador da escrita jornalística na compreensão dos sistemas simbólicos está no reconhecimento das diferenças discursivas, na ampliação de circulação dos sujeitos no discurso jornalísticos – nos gêneros reportagem, entrevista e notícia –, transformando a escrita em método de observação dos fenômenos da vida cotidiana (PEREIRA, 2008, p. 6).

Por sua vez, a História também enfrenta dificuldades metodológicas. José D’Assunção Barros, ao debater sobre os usos das temporalidades na escrita da História, diz que o historiador necessita renovar as formas de representar o tempo e que seria importante uma reflexão mais frequente e apurada sobre a “feitura do texto histórico propriamente dito” (BARROS, 2005, p. 145).

Para o autor, romper com padrões habituais, de linearidade, no que se refere à representação do tempo, consistiria em criar

novos recursos discursivos, no que se refere ao tratamento da temporalidade, com possibilidades regressivas, alternâncias diversas, descrições simultâneas, avanços e recuos, tempos psicológicos a partir dos vários agentes – ou o que quer que permita novas maneiras de representar o passado, mais ou menos na mesma linha de ousadias e novidades que os romancistas modernos encontraram para pôr em enredo as suas histórias de uma maneira mais rica e criativa (BARROS, 2005, p. 147).

Por outro lado, quando se debruça sobre o passado e lança livros de temáticas históricas, o jornalista está mais preocupado em levar informação a um público amplo do que ter seu livro reconhecido pela historiografia. Por exemplo, na introdução do livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, Laurentino Gomes explicita que sua pretensão não foi de fazer História, mas levar, através de uma escrita simples, assuntos que despertam interesses em um público que não está acostumado com a linguagem acadêmica. Talvez esse seja um dos motivos que levam o público a aceitar escritos históricos produzidos por jornalistas – descompromissados com as discussões de cunho teórico-metodológico, das quais não podem escapar os historiadores de formação.³⁶

³⁶ Uma das críticas feitas por jornalistas a historiadores, no embate sobre as delimitações dos campos, é a acusação de que o historiador se utiliza de uma linguagem muito rebuscada em seus trabalhos, o que dificultaria o entendimento por parte do público não especializado. Por outro lado, destaco que, para compreender o sucesso de vendas no mercado editorial, não basta compreender a estruturação dessas narrativas, mas também entender o dinamismo de uma sociedade que parece buscar nas memórias históricas veiculadas “pelos homens da mídia” suas identidades. Tem-se, aqui, uma problemática que envolve produções de memórias e crises de identidades

Entretanto, para entender os métodos de escrita e os recursos de temporalidades que estão sendo produzidas por diferentes jornalistas,³⁷ é preciso examinar que metodologias estão sendo empregadas em suas pesquisas e como se relacionam com suas fontes. A partir de então, poderá se travar um debate construtivo, que tenha como objetivo levantar questionamentos teórico-metodológicos que sirvam tanto para demarcar as fronteiras historiográficas quanto, se possível, para enriquecer, por meio da interdisciplinaridade, o campo do conhecimento histórico. Talvez, o ponto em comum entre os ofícios do historiador e do jornalista esteja no desafio de desenvolver uma escrita mais interpretativa e, ao mesmo tempo, mais comunicativa.

2.2 Usos do passado: jornalistas como produtores de cultura histórica

Até o momento, foram apontados os elementos que compõem o campo da História, entendida como um “processo operatório” que produz enunciados científicos, cuja determinação dos métodos, das fontes e das abordagens é resultante da imposição de uma “instituição do saber”.

Também foi evidenciado que o conhecimento histórico é legitimado pela própria entidade dos historiadores, que seguem critérios de pesquisa para lidar com seus objetos de estudo. Assim, embora o passado possa ser “frequentado” por diversos profissionais, inclusive pelos “senhores da mídia”, a produção de História, ou de cultura historiográfica, requer um lugar instituído e legitimado.

Nesse contexto, as produções jornalísticas de conteúdo histórico são vistas pelos historiadores como oriundas de um lugar diferenciado. Como a hipótese aqui defendida recai sobre o fato de que tais obras representam produções de culturas históricas, é justamente sobre a questão que irei abordar a partir de agora.

Antes mesmo de nascer, o homem já é portador de uma história individual e coletiva (ele tem uma marcação espacial, temporal, familiar, social e histórica). Assim, escrever sobre o passado pode ser atributo de qualquer pessoa. Mas, se, de um lado, qualquer um pode narrar sobre as experiências adquiridas no decorrer do tempo, de outro, ao cotidiano podem ser

sociais.

³⁷ Em relação aos jornalistas contemporâneos que procuram mediar o passado por meio de suas narrativas de temáticas históricas, alguns se destacam pelo elevado índice de vendas de suas obras. Dentre eles, estão Laurentino Gomes, Eduardo Bueno, Elio Gaspari, Leandro Narloch e Lucas Figueiredo. Todos ultrapassaram a marca de mais de 100 mil cópias vendidas. Para se ter uma noção, segundo dados divulgados pela *Veja.com*, em 25 de maio de 2011, as duas obras escritas por Laurentino Gomes (*1808* e *1822*) estavam entre os três livros de não ficção mais vendidos no Brasil. Ver: www.veja.abril.com.br. Acesso em: 25 de maio de 2011.

atribuídos diferentes sentidos.

Em relação a quem discorre sobre uma história, pressupõe-se três condições: que o narrador a tenha presenciado (ou vivido), ouvido falar sobre ela ou a reconstituído por meio de indícios. Em todos os casos mencionados, sempre haverá uma atribuição de sentidos ao que está sendo narrado, pois o narrador é sempre sujeito-histórico, influenciado pelos condicionantes diversos que caracterizam sua vivência.

Portanto, qualquer um que escreva, por exemplo, sobre suas memórias³⁸ está se referindo a um passado, porém o desempenho de tal ato não significa dizer que se esteja escrevendo História ou produzindo cultura historiográfica.³⁹ Trago para debate a questão da História como ciência, que detém uma legitimidade para falar sobre o passado, e a popularização de uma narrativa que abarca o seu objeto de estudo, imputando-lhe uma perspectiva norteadas por outros fazeres e por outras práticas.

Escritas ou narrativas jornalísticas de temáticas históricas.⁴⁰ Essa expressão parece estranha e é totalmente rejeitada quando mencionada no meio acadêmico. Para os historiadores de formação e profissão, a História é uma narrativa que prescinde de uma operação historiográfica para ser legitimada como um conhecimento científico que traz à tona a historicidade humana, suas complexidades e problematizações.

Logicamente, a concepção da ciência História é histórica e vem sendo compreendida e praticada de diversos modos no decorrer do tempo. Essa transformação é fruto das mudanças sociais e do estabelecimento de diálogos com outras áreas do conhecimento, que possibilitaram o desenvolvimento de novos métodos de pesquisa e suscitaram outras

³⁸ Para alguns autores, a memória individual se dá por meio da interação social (Maurice Halbwachs), para outros, trata-se de um relato, uma construção (Paul Ricoeur). Acerca do conceito de memória e das discussões levantadas sobre o termo por diversos autores, consultar o artigo “História, memória e esquecimento: implicações políticas”, de Maria Paula Nascimento Araújo e Myrian Sepúlveda dos Santos. Essa produção traz uma ótima abordagem historiográfica. Ver: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007, dez, p. 95-111.

³⁹ É importante diferenciar a História da memória, pois se aquela pode ser entendida como um campo de atuação profissional (com procedimentos teórico-metodológicos), esta é vista como uma fonte para o historiador, pois, embora seja indiciária, precisa ser analisada, já que é falha e remete a uma carga de imprecisões.

⁴⁰ Ao analisar a coleção *Terra Brasilis*, do jornalista Eduardo Bueno, em sua dissertação de Mestrado, Rodrigo Bragio Bonaldo considerou que os rumos daquilo que ele denominou de narrativa jornalística da História são determinados pelo fardo do presente. Ou seja, para o pesquisador, são os eventos do presente que condicionam o gancho jornalístico de se voltar ao passado, expressão utilizada nas redações para designar a oportunidade de veicular outras matérias a partir de uma notícia em evidência. Portanto, para ele, a efeméride é um gancho perfeito. A hipótese central do autor é de que os jornalistas estão mais capacitados para a tarefa de escrever sínteses históricas, pois estão livres da carga ou da memória disciplinar que recai sobre os historiadores profissionais. Ver: BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis*, de Eduardo Bueno. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 169 p.

inquietações de cunho teórico.⁴¹

Ao falar sobre a tendência atual de jornalistas se interessarem por assuntos históricos e, motivados por um atrativo mercado editorial, começarem a escrever livros de temática histórica, observa-se que embora tais profissionais ressaltem a não pretensão de que suas obras sejam entendidas como de História, a estratégia utilizada por eles parece indicar o contrário. Se a intenção não é essa, então por que escrevem livros sobre personagens históricas e procuram se proteger com as afirmações de historiadores na construção de suas narrativas, como forma de legitimar o que está sendo dito?

No livro *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, o jornalista Laurentino Gomes relata seu objetivo de escrever uma obra desse tipo. Ele assevera que não pretendeu desenvolver um trabalho de História, porém, na introdução do livro, traz nomes de pesquisadores do campo historiográfico como forma de autorizar seu dizer. Como exemplo, cita a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, professora aposentada da Universidade de São Paulo (USP).⁴²

Tem-se, então, uma problemática que suscita uma discussão na Academia com o intuito de analisar como essas obras são construídas, a que regras obedecem, em que métodos de pesquisa se baseiam e a que lugares respondem.

No que diz respeito à concepção de cultura histórica, tomarei como referência a definição elaborada pelo historiador Elio Chaves Flores, que a entende como “os enraizamentos do pensar historicamente”, que, aliás, “estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico” (FLORES, 2007, p. 95).

Tal entendimento remete ao fato de que a cultura histórica não está restrita à esfera da historiografia e, tampouco, é um privilégio dos historiadores, pois, de acordo com o autor,

⁴¹ Por exemplo, ao se pensar em termos da história política praticada no Século XIX e na nova história política verificada a partir da década de 1970, percebe-se que houve transformações nas abordagens levantadas e nas metodologias aplicadas, mesmo porque se trata de concepções diferentes de História. A historiografia demonstra que o processo de renovação e retorno da história política, agora revestida viés pelo cultural, foi possível, sobretudo, graças à interdisciplinaridade com outras ciências sociais, como a Antropologia, a Sociologia e a Linguística, resultando na evidenciação de novas perspectivas teórico-metodológicas. Sobre as causas desse retorno, Vavy Pacheco Borges aponta dois fenômenos. Ela enuncia que “dois grandes eixos – bastante imbricados – explicam, portanto, os movimentos da chamada história política: as mudanças sociais, que condicionam a reflexão sobre o político, e os progressos da História como forma de conhecimento, decorrente, sobretudo, da interdisciplinaridade”. Ver: BORGES, Vavy Pacheco: *História e Política: laços permanentes*. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, nº 23/24, 1991/2, p. 7-18; e REMOND, René. *Uma História presente*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

⁴² “Na fase inicial deste trabalho de pesquisa, tive como orientadora a Professora Maria Odila Leite da Silva Dias. Minha vizinha no Bairro de Higienópolis, em São Paulo” (GOMES, 2009, p. 16). Ver outras referências que Laurentino Gomes faz à historiadora no quarto capítulo desta dissertação.

também é apropriada e difundida por “uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais” (FLORES, 2007, p. 95).

A partir da concepção de Flores, percebe-se que há culturas históricas sendo produzidas por diversos produtores culturais (jornalistas, cineastas, folcloristas, artistas, dentre outros) fora do ambiente acadêmico. Assim, não existe apenas uma cultura histórica na sociedade, mas uma multiplicidade de culturas históricas. Essa concepção evidencia o fato de que qualquer pessoa pode revisitar o passado, desenvolver um modo próprio de investigar.

Nessa mesma direção, salientou o historiador Astor Antônio Diehl,⁴³ em entrevista concedida, em 2009, à Revista *Saeculum*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, que o passado pode ser constituído tanto por um historiador quanto por uma pessoa que exercite o simples ato de lembrar as próprias experiências: “Se eu me lembro do meu passado e tento reconstituir esse passado, eu também diretamente estou produzindo uma cultura histórica, mesmo que seja individual” (DIEHL, 2009, p. 227).

Indagado sobre se haveria distinção epistemológica entre cultura historiográfica e cultura histórica, na *Saeculum*, Diehl salientou que ambas as categorias não são estanques nem paralelas, porém estão imbricadas. Ao ressaltar que se trata de duas categorias importantes nos estudos teóricos e metodológicos, apontou que a cultura histórica se relaciona não apenas com a comunidade acadêmica, mas também com o próprio passado e com os historiadores não acadêmicos. Por outro lado, atribui à cultura historiográfica as matrizes paradigmáticas e teóricas da ciência histórica e a história vivida (individual ou coletiva).

A cultura historiográfica está muito presente quando se fala, por exemplo, em pesquisa, ou seja, todos os nossos referenciais de pesquisa. Cultura historiográfica tem a ver com os sujeitos históricos, tem a ver com os grupos sociais, tem a ver com algo que poucas vezes chama a atenção, tem a ver com tradições (DIEHL, 2009, p. 226).

Desse modo, se o passado está à disposição de todos, o fazer historiográfico é uma atribuição de um grupo restrito: os historiadores. Mesmo assim, não teria como separar de forma simplista a cultura histórica da cultura historiográfica. Ambas as dimensões parecem estar entrelaçadas, embora sejam distintas.

⁴³ Sobre tais conceitos, ver os seguintes trabalhos de DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidade e subjetividades*. Passo Fundo: UPF, 2006; e, *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusp, 2002.

Uma diferença da cultura histórica produzida pelos historiadores – que, nesse caso, seria uma cultura historiográfica – das constituídas por outros campos é de que, além do passado ser a matéria-prima principal daqueles, as culturas históricas que se evidenciam à margem da universidade se constituem como objetos de estudo dos próprios homens de *métier*. Nessa direção, Astor Antônio Dihel enfoca:

Quando se fala em cultura historiográfica está se tratando do *topoi* interpretativo do conhecimento histórico. Por que o *topoi* é o espaço da experiência na qual nós exercitamos um conjunto de estratégias para interpretar a própria cultura histórica, individual ou coletiva, seja ela feita por profissionais da área ou feita por não profissionais da área (DIHEL, 2009, p. 227).

Jacques Le Goff, ao observar os possíveis componentes de um conhecimento histórico, condição que denomina de mentalidade histórica, ressalta que “a história da História não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época” (LE GOFF, 1990, p. 48).

Recusando o entendimento de Le Goff, que compreende a cultura histórica como sinônimo de mentalidade histórica, Elio Chaves Flores defende a complexidade do conceito e argumenta que “agora se trata de pensar a cultura histórica como um campo do conhecimento que articula a cultura historiográfica (racionalizada e metodizada) e os saberes históricos (prescritos e legitimados)” (FLORES, 2009, p. 27).⁴⁴

Assim, existem várias culturas históricas, constituídas pelas mais diversas abordagens. E, ao vislumbrar a cultura histórica como um campo de interpretação do mundo e de si mesmo, entende-se que uma multiplicidade de culturas históricas se entrelaça na formação da (s) cultura (s) histórica (s) de uma sociedade.

Neste direcionamento, a historiadora Angela de Castro Gomes (2007) defende que a categoria de cultura histórica também pode ser entendida como o que os homens elegem como passado e que lugar lhe conferem em sua contemporaneidade. Assim, como já indicado, pode-se pensar em diferentes culturas históricas para cada época e em diversas culturas

⁴⁴ Ao escrever a introdução de uma obra que tem como título *Pesquisa em História: temas e abordagens*, o historiador Elio Chaves Flores aborda as transformações dos paradigmas científicos verificados nos últimos dois séculos para, então, chegar à discussão sobre os saberes históricos e, por fim, situar a cultura histórica entre os estudos acadêmicos direcionados a partir das linhas de pesquisa “Regionalidades” e “Saberes históricos”. O posicionamento do autor encontra-se em livro composto por ensaios elaborados pelos egressos da primeira turma do Programa de Mestrado em História da UFPB. A obra está dividida em duas partes: abordagens de história regional e discussões de saberes históricos. Ver. SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; COSTA, Robson Xavier da Costa (Org.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. João Pessoa: Universitária UFPB/PPGH-UFPB, 2009.

históricas coabitando os mesmos espaços sociotemporais.

Nesse convívio, ou mesmo disputa, os jornalistas, em especial, os que escrevem sobre o passado, ocupam um lugar privilegiado, devido ao grande contato que estabelecem com o público amplo, que, de certa forma, acaba sendo influenciado, em parte, por uma cultura histórica produzida a partir dos sentidos produzidos pelo campo midiático.

No entanto, é preciso ficar atento ao fato de que as culturas históricas são determinadas no tempo e no espaço. Embora influenciadas por culturas históricas de outros momentos, cada época apresenta um dinamismo capaz de produzir seus próprios modelos de cultura histórica.⁴⁵

Nessa mesma direção, Angela de Castro Gomes refere: “Pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período” (GOMES, 1996, p. 49). Ao relacionar cultura histórica e cultura historiográfica, a historiadora constata a amplitude do primeiro conceito e afirma:

Vai além [a cultura histórica] da historiografia definida como a História dos historiadores, de suas obras e disciplinas. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier* (GOMES, 2007, p. 48).

Poder-se-ia até afirmar que tudo se enquadra na categoria de cultura histórica. Entretanto, defende-se, nesta dissertação, que o conceito de cultura histórica está atrelado não apenas a uma produção, mas, principalmente, a uma recepção. No caso das produções jornalistas de temática históricas, tais livros não foram pensados visando a um enriquecimento do conhecimento, mas, sobretudo, objetivando suprir uma parcela da sociedade (mercado consumidor) com uma escrita que segue os moldes do Jornalismo cotidiano (norteado pela lógica capitalista), apelativo.

⁴⁵ Tal abordagem pode ser mais bem vislumbrada na dissertação de Carlos Adriano Ferreira de Lima. Como argumenta, “nunca é demais lembrar que cada momento [...] produz conhecimentos diferentes e, por consequência, relações diferentes com a historiografia e o conhecimento de forma mais geral. Ou seja, mesmo que influenciado pelo Século XVII, a cultura histórica do XVIII não é uma mera cópia dos séculos anteriores. Nessa perspectiva, a cultura histórica de qualquer século não é apenas fruto do trabalho dos historiadores e dos produtores culturais, mas também da(s) múltipla(s) cultura(s) histórica(s) que a(s) antecedeu (ram) e com elas dialogam ainda, como antítese, e quase sempre permitem, dialeticamente, novas sínteses” (LIMA, 2008, p. 32). Na dissertação, o autor discute o filme Hans Staden (1999), em sua relação com a cultura histórica, buscando entender como tal produção cultural dialoga com o conhecimento histórico e que lugar ocupa na constituição de uma cultura histórica na contemporaneidade. Ver: LIMA, Carlos Adriano Ferreira de. *Quando nós somos o outro: Hans Staden e a cultura histórica*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

Por esse viés, ao falar em História e cultura histórica, não se deve negligenciar o fato de que escrever histórias é tarefa cotidiana dos jornalistas, que lidam com o efêmero, enfatizam dramas e conferem sentido às ocorrências do dia a dia (produzem um cotidiano a partir do próprio cotidiano).⁴⁶ Nessa perspectiva, a partir dos complexos midiáticos nos quais atuam, os jornalistas injetam na sociedade elementos de cotidianidade – ideais socioculturais – absorvidos do próprio cotidiano.⁴⁷

Quando Laurentino Gomes se volta ao passado para (re) contar a história da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, ele o faz a partir, principalmente, de duas dimensões, que são as que sustentam e justificam seu interesse pela História. É nos atributos de atualidade e de relevância, no sentido de importância histórica e social, que o autor do livro *1808* se apoia para estruturar sua narrativa. Tal conduta não poderia ser diferente, pois, ao reatualizar o passado, o jornalista não consegue se desvincular de sua *práxis*.

Analisando a obra de Laurentino Gomes, do ponto de vista do historiador, percebe-se que a produção acabou sendo “maquiada” como livro de História. Para isso, o autor procurou legitimar seu trabalho demonstrando que teve orientações de historiadores consagrados e que se cercou de referências historiográficas, indicando as obras mais importantes como forma de “comprovar” que detém uma “cultura historiográfica”. Também se utiliza de citações, conferindo espaços a discursos de diferentes historiadores. Essa foi uma estratégia empregada para passar a ideia de imparcialidade do discurso jornalístico, pretensão difundida pelos jornalistas, embora não possa ser jamais concretizada.

De tal modo, a cultura histórica produzida por Laurentino Gomes e por outros

⁴⁶ Em estudo filosófico, Agnes Heller argumenta que a vida cotidiana designa os aspectos individuais e, ao mesmo tempo, genérico do homem, que adquire, segundo ela, os elementos que farão parte de sua cotidianidade a partir das inter-relações sociais estabelecidas com os grupos dos quais faz parte. Por outro lado, a vida cotidiana, ainda segundo a autora, é da ordem do heterogêneo, do hierárquico, do mutável, do movimento. E “não está ‘fora’ da História, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de História partem da vida cotidiana e a ela retornam”. Ver: HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História* [1970]. São Paulo: Paz e terra, 2008, p. 34.

⁴⁷ Um pesquisador que traz uma análise sobre o cotidiano no Jornalismo é Wellington Pereira. De acordo com seu entendimento, é justamente a polissemia dos aspectos socioculturais da vida cotidiana que tende a ser reduzida, com conceitos simplificantes ou genéricos, pelos referenciais simbólicos e redacionais de apreensão e de representação do cotidiano pelos meios de comunicação. Essa condição contribui para o distanciamento dos leitores dos níveis de interpretação das realidades. E, ao se voltar para outro campo, ou melhor dizendo, para um terreno espacial e temporal de outra área, no caso a História, os jornalistas o fazem a partir de seu próprio “repertório profissional”, e como tal, constroem suas narrativas tendo como base as noções temporais e as concepções de *noticiabilidade* que norteiam sua *práxis*.

Uma rica reflexão desenvolvida por Wellington Pereira versa sobre a questão de que “o desafio do pesquisador, ao estudar a inscrição do cotidiano nas linguagens da mídia [...], é entender como relações assimétricas, multiformes e polissêmicas podem ser representadas, em telejornais, jornais impressos e revistas, através de códigos verbais que buscam estratégias para comercializar realidades retóricas”. Ver: PEREIRA, Wellington. A inscrição do cotidiano no Jornalismo impresso (o artesanato da pesquisa). *Culturas midiáticas* (UFPB). João Pessoa. Ano II, n. 02, jul/dez/2009, p. 53-54.

jornalistas que desenvolvem o mesmo tipo de trabalho adota os pressupostos de objetividade, neutralidade e verdade absoluta, todos oriundos da prática jornalística, embora essas concepções já venham sendo rebatidas pelos teóricos do campo ao enfatizarem que, no Jornalismo, não existe espaço para a teoria que projeta a notícia como espelho da realidade,⁴⁸ pois se defende o fator da subjetividade em sua construção, no qual são levados em consideração os processos pelos quais aspectos diversos são conferidos a determinada ocorrência.⁴⁹

Portanto, as escritas jornalísticas de cunho histórico podem ser entendidas como produções de culturas históricas que, ao dialogar com a cultura historiográfica, fazendo referência às pesquisas de historiadores, buscam uma legitimidade para transmitir conhecimento em forma de informação a um público não especializado, que acaba “comprando” tais obras como se fossem de História.

Por outro lado, é preciso estar atento à questão de que “pensar a cultura histórica é pensar historiograficamente”, como declarou o historiador José Jobson de Andrade Arruda, durante o I Seminário História e Cultura Histórica, realizado em 2007, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Pensar a cultura histórica é atravessar os vários momentos de cristalização historiográfica com a instauração de linhas mestras interpretativas hegemônicas e hegemônicas. É ser capaz de pairar sobre os vários momentos historiográficos sem se identificar com nenhum deles em particular e procurar entender por que aquelas linhagens interpelativas se tornaram dominantes (ARRUDA, 2007, p. 25).

Ao enfatizar que o pensamento historiográfico implica a realização de um percurso por diferentes épocas e matrizes conceituais cristalizadas em cada uma delas, Arruda separa a História da historiografia. Atribui àquela a tarefa de registrar os processos e as experiências sociais, enquanto, para esta, aponta o desempenho necessário do papel de uma “memória” crítica acerca da própria história.

⁴⁸ Como ressalta a comunicóloga Denise Cogo, “longe de ser um espelho, os meios de comunicação se tornaram os lugares onde se elaboram, se negociam e se difundem os discursos, os valores e as identidades” (COGO, 2001, p. 2). Ver: COGO, Denise. *Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos do descobrimento do Brasil*. Intercom, 2001.

Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP12COGO.PDF>.

Acesso em: 16/07/2012.

⁴⁹ “O estudo da notícia como construção social faz surgir, entre as décadas de 60 e 70, um novo paradigma. Esse modo de ver a notícia manifesta-se em duas teorias, a Estruturalista e a Etnoconstrucionista. [...] Defendem que os jornalistas participam da construção da realidade, não sendo meros observadores. Ambas concordam que as notícias são narrações, estórias que têm a influência da cultura onde estão inseridas”. Ver: GONÇALVES, Lidiane. O Jornalismo e suas teorias. In: PEREIRA, Wellington. (Org.). *O trabalho de Sísifo* (Jornalismo e vida cotidiana). João Pessoa: Manufatura, 2004, p. 37-54.

Se a história é, em sua acepção mais elevada, a memória crítica da experiência social da humanidade, a historiografia acaba por ser a memória crítica da própria História, sua chave de segurança que realiza, preferencialmente no longo do prazo, a avaliação do conhecimento produzido, apontando as fragilidades, expondo os excessos, exibindo as lacunas, denunciando as ideologias (ARRUDA, 2007, p. 30).

Mas, diria que pensar a cultura histórica vai além do pensar historiograficamente, de ter uma consciência crítica da produção institucionalizada. Refletir sobre a cultura histórica, no sentido proposto por Elio Chaves Flores, é também pensar metodologicamente sobre o conhecimento histórico, ou o saber histórico, produzido à margem da historiografia, buscando compreender suas práticas e relações, já que, como mesmo salientou José Jobson de Andrade Arruda, “a história não se reduz a um exercício diletante de erudição vazia, puro texto, puro discurso, pura literatura, pois remete ao objeto central da História, que é a produção de conhecimento” (ARRUDA, 2007, p. 30).

Por outro turno, falar em cultura (s) histórica (s) remete ao pensamento da existência de uma cultura jornalística. Se o primeiro está mais no âmbito da produção e da transmissão, o segundo se encontra mais concentrado na dimensão da recepção, pois, para que haja uma cultura jornalística, é imprescindível a existência de uma comunidade de jornalistas e de leitores (FLORES, 2005). Essa evidência seria um aspecto incomum entre os dois campos trabalhados nesta dissertação: a História e o Jornalismo.⁵⁰ A presença e a preocupação com o leitor, que, segundo Elio Chaves Flores, seria o antagonismo cultural criado pelo próprio jornalista, também se constituiria uma diferenciação entre a cultura histórica e a cultura historiográfica.

Talvez a cultura historiográfica seja maçante porque o historiador dialoga com o documento – a coleção de jornais e não com o leitor –, ao passo que nem jornalista nem o leitor se importariam com esse fardo histórico, a não ser em edições anuais em que a retrospectiva não passa de uma História a ser consumida junto com o peru e a farofa nas farras de zembrinas (FLORES, 2005, p. 9).

⁵⁰ Nessa perspectiva, Elio Chaves Flores adverte que, mesmo trabalhando com pressupostos teóricos e metodológicos que lhe permitam refletir sobre o acontecimento imediato (História do tempo presente), o historiador nunca se transmutará em jornalista, “não porque não queira, mas porque não consegue. O jornalista recebe formação para destrinchar as artimanhas dos feitos da Atualidade ou ainda em processo de atualização, mas não lhe falta saber histórico, pela atuação no próprio campo de conhecimento, para se debruçar sobre as coisas do Passado e se transmutar para um ofício circundante, a saber, a História. Aqueles que conseguem construir essa ponte continuam nomeados jornalistas, mas não se sentiriam incomodados se os braços de Clio, a musa da História, fossem-lhe abertos e, assim, reconhecidos como construtores de historiografia” (FLORES, 2005, p. 26). Ver: FLORES, Elio Chaves. *História e Jornalismo: caminhos das evidências compartilhadas. Seminário Jornalismo e Saberes Circundantes*, Departamento de Comunicação Social/CCHLA/UFPB, João Pessoa, setembro de 2005, p. 01-27. [PDF].

Embora os historiadores tenham avançado em relação à abordagem dos suportes midiáticos como fontes de pesquisa, talvez ainda lhes faltem aprofundar o diálogo entre a escrita historiográfica e a jornalística, não que esta última seja a chave para desenvolver uma narrativa mais compreensível para o público não especializado, pois, assim como advertiu Wellington Pereira (2008), a escrita jornalística também apresenta problemas por se basear numa técnica factual dimensionada pelo capitalismo industrial. Mas não há dúvida de que uma relação mais estreita entre tais campos proporcionaria um avanço significativo no que se refere ao desenvolvimento de uma escrita mais aberta (que possibilite uma imaginação crítica e criadora) e mais acessível para os leitores.⁵¹

2.3 “Historiador-jornalista”: a popularização da História nas bancas de revista

Embora o *boom* de revistas de conteúdo histórico voltado para o grande público tenha se concentrado em 2003, a prática de levar abordagens históricas para leitores não especializados começou bem antes, mesmo que em forma de enciclopédia. Segundo a historiadora Raquel Glezer, o antecedente do fenômeno diz respeito às “grandes coleções da Editora Abril vendidas [A partir da década de 1960] nas bancas de jornal em fascículos semanais” (GLEZER, 2005, p. 3).

Na área específica da História, a citada editora lançou a série “Grandes Pensadores da História”.⁵² Em seguida, durante o período da ditadura militar, chegaria ao mercado editorial brasileiro, a coleção “Os pensadores”, que consistia em volumes encadernados de obras clássicas de autores ocidentais. Tais lançamentos sucessivos de coletâneas, produzidas pela *Abril*, encerram-se com os fascículos de História do Brasil denominados “A Saga”.

Embora a editora Abril se apresente como pioneira na edição de obras de divulgação para o grande público consumidor, apenas utilizou uma forma de divulgação que já existia, a da edição de obras clássicas ou informações em tiragens maiores que as usuais. Antes dela, existiram outras iniciativas de divulgação e popularização da cultura no país, que ainda não foram devidamente estudadas (GLEZER, 2005, p. 5).

Se anteriormente a 2003, quando houve um surto de revistas de divulgação do

⁵¹ Ao criticar a escrita difícil de alguns sociólogos, considerando-a ininteligível, Charles Wright Mills é enfático ao dizer: “Escrever é reivindicar a atenção dos leitores. Isso é parte de qualquer estilo. Escrever é também reivindicar para si status suficiente pelo menos para ser lido [...]. Para superar a prosa acadêmica, temos que superar a pose acadêmica”. Ver: MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 50.

⁵² Em quatro volumes, as coleções reuniram biografias de personagens da História, desde o Período Colonial (GLEZER, 2005, p. 3). Ver: GLEZER, Raquel. *A História em banca de jornal*. Eclética 2005 (Publicação Eventual do Departamento de História FFLCH/USP). 2005.

conhecimento científico no Brasil, circulavam alguns periódicos culturais, a partir de então, tornou-se perceptível a proliferação de revistas especializadas nos mais diversos seguimentos das ciências humanas, em especial, na propagação do saber histórico.⁵³ Dentre outras, destacam-se: *História Viva*, *Nossa História*, *Aventuras na História*, *Desvendando a História* e *Revista de História da Biblioteca Nacional*.⁵⁴

Ao se cogitar certa “interferência” jornalística no campo da História dá-se margem para se pensar numa questão “corporativista”. Na contra mão dos “jornalistas-historiadores”, estão os historiadores que adotam os suportes, os critérios de *noticiabilidade* e as técnicas jornalísticas como ferramentas de divulgação de seus trabalhos acadêmicos. A preocupação com esses tipos de veiculação não está apenas na construção de uma escrita mais direta, mas também na maneira pela qual são selecionados os temas a serem abordados.

É nesse ponto, com o intuito de despertar o interesse e a atenção do leitor, que podem ser identificados os *valores-notícias* (TRAQUINA, 2005) que norteiam a produção jornalística nas revistas de popularização histórica, tais como: atualidade, ao se buscar presentificar o passado por meio de um episódio ocorrido no presente; novidade, ao se atribuir novos aspectos a um tema já conhecido, como, por exemplo, datas comemorativas; proximidade da vida cotidiana das pessoas, ao se tentar relacionar aspectos culturais da contemporaneidade com outras temporalidades contextuais; e notoriedade, como ocorre em muitas revistas desse tipo, ao ser conferido destaque a vida dos homens públicos em detrimentos das pessoas comuns.

Saliento que existem vários tipos de revistas de divulgação científica, e nem todas adotam o mesmo procedimento de produção. De acordo com pesquisada coordenada pela historiadora Raquel Glezer, constatou-se que as revistas de divulgação de temas históricos não podem ser vislumbradas de forma generalizada, pois apresentam peculiaridades (com variadas apresentações e níveis de formulação).⁵⁵

Neste tópico, irei focar a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, em cuja redação

⁵³ Sobre o fenômeno, ler o artigo de FIGUEIREDO, Luciano. *O boom das revistas sociais e humanas*. Disponível em: semanact.mct.gov.br/upd_blob/0000/169. [PDF]. Acesso em: 30/06/2013.

⁵⁴ Tais periódicos foram lançadas em 2003: *História Viva* (editora Duetto), *Nossa História* (Editora Vera Cruz), *Aventuras na História* (Editora Abril), *Desvendando a História* (Fruto de um projeto criado com objetivos educacionais, foi lançada pela Editora Escala Educacional. Conta com a direção do historiador Marquilandes Borges de Sousa).

⁵⁵ A temática acerca das revistas de popularização de conteúdos históricos foi abordada em trabalhos desenvolvidos, no primeiro semestre de 2005, pela turma da disciplina Teoria da História I, da Universidade de São Paulo. O material foi organizado pela Professora Raquel Glezer, que sugeriu a atividade aos alunos com o objetivo de lhes proporcionar uma prática de pesquisa com objetos acessíveis a todos, sem precisar recorrer a arquivos nem a bibliotecas, condição ideal para uma turma noturna que, devido ao trabalho diurno, não tinha como se dedicar aos estudos durante o dia. Ver: GLEZER, Raquel. *A História em banca de jornal*. Eclética 2005 (Publicação Eventual do Departamento de História FFLCH/USP). 2005.

se estabelece o que se poderia chamar de uma linha de “troca simbólica” entre historiadores e jornalistas.

Esse tipo de produção veicula, além de artigos e dossiês, reportagens sobre alguma situação do presente, mas em ligação com um fato ocorrido no passado. Por exemplo, o editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, o historiador Luciano Raposo de Almeida Figueiredo,⁵⁶ na sessão “Carta do editor”, enfatiza a narrativa do jornalista Ronaldo Pelli, cujo título também se apresenta como um apelo jornalístico (Dinheiro que vai não volta). “A reportagem de Ronaldo Pelli ainda expõe a dificuldade do Estado brasileiro, nos dias de hoje, para alcançar os afortunados que se envolvem em crimes – e para recuperar os recursos públicos desviados” (FIGUEIREDO, 2011).⁵⁷

Contando com equipes de jornalistas, revisores e editores, historiadores renomados ou professores de História buscam chamar, por meio das revistas de divulgação de conteúdo histórico, a atenção dos leitores. Para isso, lançam mão de títulos atraentes e linguagem acessível. É uma tentativa de levar a um público mais amplo resultados ou frutos de suas pesquisas.

Ao falar sobre a relação entre historiadores e jornalistas, no trabalho de divulgação de conteúdo histórico, nada mais pertinente do que trazer para essa reflexão um historiador que, durante muito tempo, foi editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional* – Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.⁵⁸ Para tanto, trarei as considerações feitas por ele durante entrevista concedida à *Revista Mosaico*,⁵⁹ em 06/07/2010.

Indagado sobre qual seria a importância da divulgação científica para a área da

⁵⁶ De 2003 a 2005, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo foi editor da *Revista Nossa História*, da qual também foi fundador. A partir de 2005, começou a fazer parte do corpo editorial da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, posto que deixou em 2012.

⁵⁷ *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Inconfidência – que bom negócio. Ano 6, nº 67, abril de 2011.

⁵⁸ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1996), Luciano Raposo de Almeida Figueiredo é, atualmente, professor associado da Universidade Federal Fluminense. Sua experiência concentra-se na História do Brasil, mais precisamente, no período colonial. Trabalhou os seguintes temas: Minas Gerais, revoltas, mulher, família e bebidas alcoólicas. Foi editor da *Revista Acervo* (Arquivo Nacional), além de fundador e editor das revistas de divulgação histórica: *Nossa História* e *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dentre outras importantes obras do autor, estão: *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no Século XVIII* (1933), *Barrocas Famílias - Vida Familiar em Minas Colonial* (1997), *Código Costa Matoso* (2000), *Mulher e Família na América Portuguesa moderna* (2003) e *Rebeliões no Brasil Colônia* (2005).

⁵⁹ Ressalta-se que a entrevista não estava assinada. Em relação ao periódico, trata-se de uma revista do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), vinculada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV). Inteiramente planejada e editada por alunos do programa, a revista eletrônica é uma experiência de autogestão, cujo principal objetivo é garantir visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelos mestrandos e doutorandos do PPHPBC e de outros programas que mantenham linhas de pesquisa afins. Texto retirado da página da revista. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=node/8>. Acesso em: 08/04/2013.

História, Figueiredo responde que tal dinâmica possibilita a difusão do conhecimento, fazendo, em suas palavras, “girar mais rápido a roda da vida cultural, social e política”. Mas adverte que é preciso ficar claro o que deve ser entendido por “divulgação científica”:

Trata-se da apresentação de conhecimento acadêmico, acompanhada por especialistas da área, sob novas formas e suportes para um público ampliado. Sob esse recorte a experiência de uma revista de História como a nossa, destinada ao grande público, e algumas outras iniciativas recentes de difusão (exposições, sites, programas de rádio) feitas a partir da iniciativa da academia representam ainda muito pouco do que devemos e podemos – cientistas sociais – fazer (FIGUEIREDO, 2010).

Questionado pela revista sobre as principais dificuldades com que o público não especializado se depara, no que concerne à forma como a produção historiográfica é apresentada em livros e artigos acadêmicos, o historiador explica que a dificuldade está no fato de haver estranheza com os debates, as ideias e os conceitos.

O leitor não-especializado só a muito custo é capaz de atravessar o texto de um livro ou artigo publicado em revistas acadêmicas. Por razões bastante óbvias, desde a forma como as ideias são expostas, a pouca familiaridade com os debates, falta de domínio dos jargões e nenhuma paciência com o vai e vem dos rodapés. A vivência acadêmica exige aprofundamento do debate, tem uma linguagem própria, segura no valor dos conceitos, comprovação dos postulados através da exposição exaustiva e repetitiva de exemplos, no uso de regras e métodos que exigem a qualificação desse ambiente. A própria organização do texto é pouco convidativa. Sem falar na velocidade, rápida dos meios de comunicação, lenta na produção acadêmica. Notemos que a disciplina à medida que se profissionalizou e tornou-se domínio de especialistas tendeu a produzir uma forma de exposição própria que passou a ser difundida, ensinada e emulada por aqueles que se preparam para a profissão. A linguagem foi se fechando, regrada e abdicando muitas vezes do estilo em nome da forma que se apresentava mais adequada a exposição objetiva dos argumentos para leitores que dominam previamente o assunto (FIGUEIREDO, 2010).

A partir da experiência adquirida na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo avalia a relação de convivência entre historiadores e jornalistas na produção de material de conteúdo histórico como necessária, embora repleta de conflitos.

É uma convivência carregada de tensões, mas necessária. Ela se desdobra em situações as mais diversas e aqui tratarei apenas do Jornalismo autoral e impresso. Jornalistas habitualmente escrevem sobre História para o público não-especializado, embalados por um aguçado senso de oportunidade e gosto por episódios e personagens do passado. Publicam sem o fardo do respeito aos pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina, apesar de frequentarem os arquivos e bibliotecas e muitas vezes percorrerem a

bibliografia sobre o tema. A História aparece narrada como ficção sem qualquer compromisso com a busca de compreensão das dinâmicas dessa ou daquela época. Às vezes agradam o público – como acontece com Eduardo Bueno e Laurentino Gomes – e raro são os que não ferem princípios que os historiadores julgamos importantes: elegem nuances que nem sempre tem qualquer representatividade, apelam ao pitoresco, além de cometerem anacronismos. É evidente que jornalistas não têm obrigação de dominar todos os métodos do ofício de historiador e o passado tampouco é exclusividade desse último. Mas vale que conheçam algumas questões elementares da disciplina (FIGUEIREDO, 2010).

O autor ainda reconhece, durante a entrevista, que os historiadores também podem se beneficiar dessa troca de experiência e convivência com os jornalistas:

Bons textos jornalísticos mobilizam humor, valorizam informações capazes de provocar a sensibilidade do leitor, apreciam dramas individuais, quando o passado aparece em carne e osso; tudo isto diluído em uma boa, ritmada e irresistível narrativa. Na *Nossa História* e na *RHBN* o trabalho ombro a ombro entre jornalistas e historiadores foi e é decisivo, um privilégio que faz toda a diferença. Espírito de colaboração com um exercício diário de paciência mútua sempre resulta em boas saídas. Os jornalistas dominam como ninguém os sortilégios da boa forma de comunicar. Das técnicas que empregam – títulos, *leads*, organização do texto, etc. – não se pode abrir mão quando estamos a nos dirigir para leitores leigos, especialmente se se trata de revistas vendidas em banca de jornal. Eles não apenas dominam as formas e técnicas de apresentar esse tipo de texto, mas em um trabalho cooperativo pensam a disciplina de uma maneira aberta e criativa percebendo enfoques que nos escapam. Colaboram imensamente para enxergar e retratar a cultura ao redor da História, às vezes invisível para nós (FIGUEIREDO, 2010).

O assunto das revistas especializadas, na divulgação de História para o grande público, foi trazido à tona apenas para mostrar essa outra face da relação História-Jornalismo. Não há pretensão, aqui, de alargar a temática, mesmo porque seria uma discussão que daria uma nova dissertação, pois envolveria mais uma forma de “circulação de ideias”, que, por sua vez, necessitaria de informações sobre tiragens, perfis de leitores, entre outros fatores que impulsionariam a pesquisa, de certa forma, para a história da leitura, um tipo de abordagem que não é intencionada nesta dissertação.

Contudo, aponta-se para o fato de que se, por um lado, tem-se fácil acesso, e em diversas apresentações, à “História” nas bancas de jornal, por outro, constata-se que historiadores também se utilizam dos requisitos jornalísticos de construção da notícia (os chamados valores-notícia) e das ferramentas do jornalista (técnicas de escrita – linguagem acessível, concisão, objetividade) para popularizar a história produzida na Academia.

3. HISTÓRIA, EFEMÉRIDE E ACONTECIMENTO: A PRESENTIFICAÇÃO DO PASSADO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Considerações

Neste capítulo, é pertinente voltar aos anos de 2007/2008 para conferir como se deu a cobertura jornalística em virtude das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. A ideia é de contextualizar a efeméride a partir dos enfoques verificados no universo historiográfico e nas publicações veiculadas pelos suportes midiáticos, observando como a imprensa se pautou, no sentido de se planejar, para conferir espaços tanto aos historiadores quanto às ocorrências que estabeleciam relações com a temática histórica.

Objetiva-se, ainda, verificar como Laurentino Gomes tenta “transformar um fato histórico em acontecimento jornalístico”. Assim, examinou-se a construção, no livro *1808*, da relação entre passado e presente, num campo narrativo em que as dimensões temporais de atualidade e de imediatismo são referências imprescindíveis.

Deve-se estar atento ao fato de que o lançamento e a divulgação do livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* ocorreram nesse contexto de proliferação de debates historiográficos na esfera midiática. Essa condição, sem dúvida, teria contribuído para impulsionar, também, a venda de seus exemplares.

3.1 Em torno de uma data comemorativa: 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil

A partida do príncipe regente e de sua Corte para as terras brasileiras parece ter despertado sentimentos diversos nos súditos dos dois lados do Atlântico. Enquanto os reinóis se sentiam órfãos com a perda de seu soberano para outra parte do Império, os que aqui moravam, principalmente os residentes em Salvador e no Rio de Janeiro, demonstravam entusiasmo com a chegada da comitiva real. Essas percepções foram evidenciadas pelos historiadores Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, por meio da análise de versos, pasquins, boatos e notícias do período.

A retirada da Corte e a consequente acefalia da monarquia – enquanto “a autoridade soberana boiava no oceano”, como expressiu o embaixador em Londres, Domingos de Souza Coutinho – quebravam o pacto entre senhor e vassallos, revestindo-se de uma enorme dimensão simbólica para as populações do Antigo Regime, ao criar um sentimento de ausência do monarca, imagem de uma orfandade política. [...] Diante da situação, falava-

se, na época, de um “sussurro melancólico e confuso do povo” ou de um povo indiscreto, que não sabia como expressar aquilo que estava sentindo. Outros súditos revelavam um profundo inconformismo. [...] Prevaleceu, contudo, para aqueles que permaneceram na metrópole, uma situação de angústias e de maus pressentimentos (NEVES; NEVES, 2007, p. 33-36).

Diante do exposto, o leitor deve estar se perguntando qual teria sido a repercussão de tal fato naquela época, há mais de 200 anos. Os jornais, sem dúvida, constituem fontes fundamentais que possibilitam vislumbrar que representações foram feitas através das informações levadas aos leitores. Sabe-se que o “inusitado” acontecimento protagonizado pela coroa portuguesa, que, entre o fim de 1807 e início de 1808, cruzou o Atlântico em direção à América, não deixou de ser registrado pelos jornais do Século XIX. A partida de D. João e de sua Corte mobilizou vários periódicos da época, na Inglaterra, na França, na Espanha e nos Estados Unidos.

Segundo relatou a historiadora Isabel Lustosa, em artigo especial produzido para a *Folha online*, veiculado em 25 de novembro de 2007, a partida da Corte portuguesa para o Brasil foi noticiada, em 19 de dezembro de 1807, na “Gazeta Oficial de Londres”, com a publicação de carta enviada pelo lorde Strangford, que, a bordo do navio Hibernia, escoltava a família real em sua travessia no Atlântico. “Segundo Strangford – representante de seu governo junto à Corte de Lisboa –, aquele desfecho fora resultado da política de constante moderação adotada pelo Reino Unido”.⁶⁰

Mas, como ressalta Lustosa, a partida de D. João não só pautou a imprensa, como também foi motivo de controvérsias na Europa, pois o fato recebeu tratamento diferente de acordo com o ponto de vista (ou a ideologia) de cada jornal. Se o periódico oficial de Londres classificou a atitude do príncipe regente como resultado de uma política moderada, o “Moniteur”, que se publicava em Paris, noticiava, em 7 de julho de 1808, a ‘favorável recepção’ que Bonaparte dera a uma comissão de nobres e eclesiásticos portugueses que tinham ido saudá-lo em Bayonne, no mês de abril”.⁶¹

Por sua vez, o historiador Neil Safier, da Universidade de Colúmbia Britânica, situada em Vancouver, Canadá, observou que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil foi bastante comentada nos jornais norte-americanos e que o fato foi discutido com entusiasmo e profunda curiosidade durante o primeiro trimestre de 1808. Ainda segundo Safier, “a primeira menção nos periódicos norte-americanos de um projeto que visava a transferir a Corte de Lisboa para o Brasil encontra-se na *Federal Gazette and Baltimore Daily Advertiser* (um jornal comercial publicado entre 1796 e 1825) no final de agosto de 1801” (SAFIER, 2008, p. 47).

⁶⁰ LUSTOSA, Isabel. *O rei da mídia*. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 24/07/2012.

⁶¹ LUSTOSA, Isabel. *O rei da mídia*. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 24/07/2012.

O acontecimento que causara grande impacto em 1808 voltou a ser amplamente revisitado pela historiografia em 2008. Entretanto, a discussão sobre a temática não se restringiu ao meio acadêmico, alastrou-se pela esfera midiática, que, por sua vez, não só reconstituiu o episódio em seus noticiários, como também conferiu espaço aos historiadores.

Quando se traz à tona questões relacionadas a efemérides históricas, é inevitável não fazer referência à História do tempo presente,⁶² pois essa vertente, como assevera a historiadora Márcia Maria Mendes Motta, é “o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre História e memória” (MOTTA, 2012, p. 30). Nessa direção, o estudo dessa temporalidade permite a possibilidade de se estruturar uma narrativa não apenas do que se vivencia, mas, sobretudo, do que se evidencia como memórias, consideradas fontes históricas e objetos da pesquisa histórica, por serem também fenômenos históricos.⁶³

É preciso, portanto,

estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinearmos a relação entre o passado e a História do tempo presente (MOTTA, 2012, p. 27).

É certo que as comemorações têm a função de celebrar datas e, principalmente, de construir uma lembrança (uma memória) que busca implantar raízes, firmar, ou forjar uma identidade. Ao entender a mídia como um lugar de proliferação de memórias, pergunta-se: depois de dois séculos, como os meios de comunicação abordaram o fato protagonizado pelo príncipe regente de Portugal?

A efeméride dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil recebeu uma significativa repercussão nos principais veículos de comunicação do país, principalmente nas páginas da Revista *Veja*, cujos diretores produziram uma edição especial sobre o acontecimento. Isso, além das veiculações de matérias jornalísticas sobre o assunto: festividades no Rio de Janeiro; inaugurações em virtude das comemorações pelo bicentenário;

⁶² A História do tempo presente alcançou notoriedade mundial a partir de 1978, quando foi criado, na França, o Instituto de História do Tempo Presente. Sobre o assunto, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-36.

⁶³ O primeiro estudioso a se dedicar a compreender o papel da memória foi Maurice Halbwachs, para quem toda história individual também é coletiva. Ainda apontou que não existe apenas uma memória coletiva que se opõe à História, mas várias. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-36.

depoimentos de políticos sobre a temática em questão, entre outras.⁶⁴ Certamente, a data comemorativa não passou despercebida na imprensa portuguesa, porém o foco desta pesquisa não abrange a repercussão midiática de tal efeméride em Portugal.⁶⁵

Outra observação em relação à data comemorativa diz respeito à tomada dos espaços midiáticos pelos historiadores. Seja por meio de entrevistas concedidas a jornalistas ou na confecção de artigos “encomendados”, tentaram levar ao grande público suas considerações sobre o que representou a presença da família real no Brasil. Um exemplo desse tipo de iniciativa foi a série de reportagens, entrevistas e artigos que a *Folha online* veiculou, no dia 25 de novembro de 2007, trazendo renomados historiadores para a cena do debate, dentre os quais, destacam-se: José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Mello, Kenneth Maxwell e Isabel Lustosa.⁶⁶

Como é possível perceber, a efeméride em questão proporcionou uma aproximação entre dois profissionais: o jornalista e o historiador. Assim, através dessa relação, a História ganhou um espaço na representação midiática do acontecimento, ou seja, houve uma tentativa de discutir o presente com base na revitalização do passado. Não que o historiador se furte de se alimentar das questões do presente, porém, a diferença está no “enquadramento” do passado na pauta jornalística, tendo como referência as especificidades que norteiam o campo midiático: atualidade e imediatismo.

Nesse contexto, a produção de uma cultura histórica (que, embora seja totalizante, não

⁶⁴ Se a ênfase dos demais veículos foi elaborada a partir do calendário comemorativo proposto pelo governo do Rio de Janeiro, a *Veja* foi mais além. Lançou seu próprio projeto para tratar o assunto de dimensões históricas. No mês comemorativo da data em questão, março de 2008, os editores da *Veja* decidiram lançar uma edição especial sobre o episódio. Para isso, a revista, fundada em 1968, transportou-se no tempo e publicou a edição cujo título era *1808*. Na capa, uma foto do rosto de D. João, acompanhada com o subtítulo: *Esse é o homem*. A intenção do periódico era de noticiar a chegada do príncipe regente e de sua Corte como se estivesse em atividade naquela época. O sumário compõe-se de seis segmentos, como se cada uma fosse uma editoria: “Páginas amarelas”, “Família Real”, “Império”, “Internacional”, “Geral” e “O fim da história”. Dessa maneira, a revista faz uso de uma história do presente às avessas, mergulhando em um momento histórico para “resgatá-lo” e “registrá-lo” como se estivesse acontecendo naquele instante. REVISTA VEJA (versão online). Edição especial – 1808.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/1808/index.html>. Acesso em: 20/5/2012

⁶⁵ Aspectos noticiosos relacionados à efeméride dos 200 anos também pautaram a mídia portuguesa. Por exemplo, o site português *Maiahoje* veiculou, em 30/11/2007, uma matéria sobre a inauguração da exposição documental “A Fuga Real por um triz”. O evento ocorreu na cidade do Porto.

Disponível em: http://www.maiahoje.pt/ult_hora.php?tipo=&id=193. Acesso em: 21/07/2012.

⁶⁶ Tais textos podem ser localizados nos seguintes endereços: “‘O Brasil não existiria’, afirma Carvalho”. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200704.htm>. Acesso em: 9/12/2011;

“‘Isso é armação de carioca’”.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200705.htm>. Acesso em: 9/12/2011;

“Para Maxwell, país não permite leituras ‘convencionais’”. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200706.htm>. Acesso em: 9/12/2011.

LUSTOSA, Isabel. O rei da mídia. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 9/12/2011.

é totalitária) eclodiu, em parte, a partir da perspectiva dos meios de comunicação, cujas veiculações revelaram uma retrospectiva sobre o evento. Como já mencionado, uma data histórica nunca recebera tanta repercussão na mídia como ocorreu em torno da efeméride dos dois séculos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil (LUSTOSA, 2008). Outro fenômeno observado pela historiadora Isabel Lustosa foi o grande número de escritos lançados em virtude da comemoração do bicentenário (2008-1808).

Tantas foram as publicações lançadas no âmbito das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte, que seria fastidioso arrolá-las aqui. A música, a ciência e os impressos foram temas de livros que estão hoje entre os mais vendidos nas livrarias. O best-seller de Laurentino Gomes, *1808*, popularizou o tema (LUSTOSA, 2008, p. 357).

Para se ter uma noção da difusão jornalística sobre o evento, quase todas as revistas de circulação nacional abordaram a Corte de D. João em suas páginas, prática que consiste numa tentativa de reatualização do tempo factual. Foram realizadas entrevistas com historiadores, produzidas reportagens e lançados especiais, todos enfocando assuntos relacionados à chegada da Corte à Colônia portuguesa na América. Tal dinâmica também foi apontada por José Murilo de Carvalho, que ressaltou a ampla cobertura que a mídia conferiu ao tema:

Veja fez uma edição especial de 60 páginas, como se fosse uma reportagem da época. Aventuras na História também publicou uma edição especial de 82 páginas. A Super Interessante de abril, e da Abril, dedicou capa ao tema, acompanhada de matéria de 11 páginas, com a colaboração de historiadores. A Revista Época de 28 de janeiro também publicou reportagem de 10 páginas. A Revista de História da Biblioteca Nacional, dirigida e escrita por historiadores, dedicou a capa do número de janeiro ao evento, com grande êxito de venda. O Jornal do Brasil e O Globo fizeram ampla cobertura dos eventos realizados no Rio de Janeiro. A maior divulgação, no entanto, deveu-se sem dúvida à série de reportagens da TV Globo e da Globo News. (CARVALHO, 2008, p. 1).

A maior concentração de reportagens relacionadas ao tema ocorreu na imprensa carioca, e não poderia ser diferente, já que festejos e inaugurações tinham sido programados por uma comissão especial formada pelo governo do estado onde a Corte se instalou em 1808. Mas, como já mencionado, a mídia nacional não deixou a data passar em branco: revistas, rede de televisão e sites de notícias também se voltaram para a temática.

Embora o site *Folha online* e a revista *Época* tenham trazido entrevistas interessantes com historiadores e ampliado os debates das complexidades que norteiam o fato, a maioria dos veículos de comunicação não se preocupou em problematizar a transferência da Corte e suas implicações para o Brasil. Isabel Lustosa destaca que “não frequentaram muito no

noticiário os temas mais polêmicos relacionados com o estudo do período, dos quais o mais interessante diz respeito à política econômica” (LUSTOSA, 2008, p. 357).

No universo midiático, predominaram notícias e reportagens sobre assuntos que apenas mantêm ligações com a data comemorativa (2008-1808), tais como: divulgação de agendas de celebrações e festejos; reportagens com parentes de D. João VI, inauguração de igrejas, dentre outras veiculações. Nota-se que a temática não foi tratada de forma aprofundada pela imprensa, que, procurando *presentificar* o passado, ou seja, colocá-lo na ordem do dia, buscou reativá-lo através do discurso político, que conferiu legitimidade e valorização à vinda da Corte.

Tal argumentação foi seguida pela maioria dos veículos de comunicação. Para demonstrar o que acabara de ser afirmado, trago à tona duas matérias jornalísticas. A primeira diz respeito a uma reportagem, intitulada “Lula diz que chegada da família real contribuiu para o desenvolvimento do Brasil”, sobre a abertura das comemorações do bicentenário, evento realizado no Museu Histórico Nacional, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A matéria reproduz o discurso do então Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, que pronunciou as seguintes palavras: “A vinda da Corte promoveu muitas mudanças e progressos. O Brasil abriu-se à cultura nacional. Os Bragança tiveram papel decisivo na identidade brasileira e firmaram as bases do regime político no país” (FOLHA ONLINE, 07/03/2008).

Em outra reportagem publicada no mesmo veículo, dessa vez sobre uma sessão solene em homenagem a abertura dos portos no Senado Federal, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) se refere a D. João VI como: “esse foi um grande homem. Ele merece a homenagem do Brasil. Hoje é o Brasil inteiro que o homenageia. Salve Dom João 6º” (FOLHA ONLINE, 21/02/2008).

Em relação ao discurso proferido pelo Presidente Lula, é interessante e provocadora a colocação feita pela historiadora Rosa Maria Godoy Silveira, no artigo denominado “Cultura histórica e construção do estado nacional”:⁶⁷ “A julgar pela última frase, à luz do que é o regime político do país – clientelista, mandonista e corrupto –, o presidente estaria elogiando

⁶⁷ Esse é um dos artigos que compõem uma coletânea de textos de professores de diferentes áreas do conhecimento. Intitulado *Múltiplas Visões: cultura histórica no Oitocentos*, o livro foi resultado das discussões apresentadas no “I Encontro de História do Império Brasileiro – Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos”, realizado entre 24 e 27 de setembro de 2008, pelo Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba, sob organização dos grupos de pesquisa “História da Educação na Parahyba Imperial” e “Sociedade e Cultura no Império”. Como no ano de 2008 comemorava-se os 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, tal evento acadêmico teve como objetivo reunir pesquisadores que estivessem desenvolvendo estudos sobre o período joanino. Ver: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja (orgs.). *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009.

ou desqualificando a atuação dos Bragança?” (SILVEIRA, 2009, p. 197).

A historiadora segue no artigo sua discussão sobre a efeméride. Em outro trecho, prossegue a crítica em relação ao discurso do ex-Presidente:

A nacionalidade não surgiu por um passe de mágica, nem por concessão dos governantes, segundo denota a fala celebrativa do Presidente Lula, a não ser, naquele momento, em uma tessitura tênue, mas de sentimentos e percepções do que obra de edificação política, como reação às medidas retrógradas das Cortes (SILVEIRA, 2009, p.198).

Mediante a reflexão sobre a referida temática na mídia e na historiografia, cabe enfatizar como o livro *1808 – Como um príncipe nervoso, uma rainha louca e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, objeto de estudo desta dissertação, aborda o tema em pauta.

Na obra, Laurentino Gomes vai ao encontro da “obra civilizadora” de D. João, usando a expressão da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira. Ao fazer referência as suas ações administrativas, o autor considera positiva a permanência da Corte no Brasil. Nessa perspectiva, traz abordagens que procuram enaltecer a habilidade política de D. João e a não precipitação da mudança da Corte para a América, ressaltando que “os planos de mudança para o Brasil eram uma ideia quase tão antiga quanto o próprio império português” (GOMES, 2009, p. 45).

Entretanto, da mesma maneira como ocorreu na imprensa, o autor não problematiza as iniciativas do príncipe em relação à abertura dos portos e os investimentos socioculturais, por exemplo. Isso significa que não ocorre um debate acerca da questão de que tais empreendimentos ficaram restritos ao Rio de Janeiro.

Apoiando-se em autores que desenvolvem uma abordagem favorável ao governo de D. João, como o pernambucano Manuel Oliveira Lima, Laurentino Gomes deixa explícito, no capítulo denominado “O novo Brasil”, que o Príncipe regente, e depois Imperador, deixara um importante legado ao Brasil:

Nenhum outro período da História brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a Corte morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. [...] Para o historiador Oliveira Lima, ele [D. João] foi “o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira” (GOMES, 2009, p. 288).

Parafraseando o historiador Oliveira Lima, Laurentino Gomes aponta duas razões para a assertiva de que D. João propiciara o surgimento da nacionalidade, a saber: teria preservado a integridade territorial e dado início à classe dirigente que assumiria a construção do novo

país.⁶⁸

Embora Laurentino Gomes procure humanizar a figura de D. João, e, ao fazer isso, reforça a imagem de um príncipe medroso e indeciso, não deixa de conferir ao regente uma importância política fundamental para os rumos que o Brasil viria a tomar posteriormente. Diz o autor em outro trecho: “Graças a D. João VI, o Brasil se manteve como um país de dimensões continentais, que hoje é o maior herdeiro da língua e da cultura portuguesa” (GOMES, 2009, p. 292).

Percebe-se que tanto D. João quanto sua Corte repercutem de forma positiva no cenário político e nos discursos midiáticos. Debates importantes passaram à margem da maioria dos meios noticiosos. Não se questiona, por exemplo, sobre a concentração de benefícios estruturais e culturais restritos à região centro-sul do país, em detrimento de outras localidades, o que gerou revoluções em várias províncias. Tampouco se refletiu sobre a consequência da abertura da economia, muito menos sobre o que, de fato, representou a elevação do Brasil a Reino Unido.

Ao resgate dessas ausências, Rosa Maria Godoy Silveira atribui a seguinte expressão: “desocultações factuais da retórica celebrativa” (SILVEIRA, 2009, p. 199). Por outro turno, até o surgimento da imprensa, que também completou 200 anos de implantação em 2008, foi tratado unicamente como benesse oriunda da chegada de D. João. Em matéria publicada na *Folha Online*, consta a seguinte informação:

Os 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil já seria motivo suficiente para comemorações em 2008. Mas as necessidades da Corte em solo brasileiro obrigaram o príncipe regente dom João a fundar, já no ano de seu desembarque, algumas instituições que, de tão importantes, duram até hoje. A imprensa nacional é uma delas (FOLHA ONLINE, 03/03/2008).

O retardamento de três séculos de seu aparecimento, em comparação com os primeiros

⁶⁸ Os estudos socioculturais realizados pelo historiador Jurandir Malerba indicam que a construção do Estado nacional brasileiro se deu a partir da relação entre a elite fluminense e os reinóis que faziam parte da Corte de D. João. O autor enfatiza que “jogos” de poderes simbólicos e econômicos marcaram o relacionamento político entre esses dois setores: um valorizando o *status* de nobreza, outro socorrendo financeiramente a Corte em troca de prestígio real.

Veja-se o que diz o historiador: “O encontro entre a Corte migrada com a elite econômica do Rio de Janeiro deflagrou uma transformação sensível das práticas sociais de ambas, no sentido de uma “europeização” das maneiras dos residentes aqui e de uma adaptação dos hábitos dos reinóis, tanto no que diz respeito à regulamentação da vida palaciana – etiqueta que deveria seguir a Corte – quanto nas formas de sociabilidade cotidianas da população como um todo. [...] Esse aspecto “cultural”, marcado pela expansão das redes de interdependência, que ligava os indivíduos em situações de afinidades de interesses ou de conflitos inconciliáveis, foi decisivo na redefinição dos quadros das elites dirigentes e, consequentemente, na formação do Estado Nacional” (MALERBA, 2000, p. 31). Ver: MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

prelos surgidos na América espanhola, não é posto em evidência. Por outro lado, como assevera Rosa Maria Godoy Silveira, “o pioneirismo da instituição da Imprensa na Colônia [...] não se deve ao governo joanino e, muito menos, ao fato de ela ter possibilitado a liberdade de expressão. Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, não poderiam constar críticas à religião, ao governo e aos bons costumes” (SILVEIRA, 2009, p. 206).

Anteriormente à circulação do periódico oficial, datada de 10 de setembro de 1808, tinha sido lançada a primeira edição do *Correio Brasiliense*, em junho do mesmo ano.⁶⁹ Tal impresso, de acordo com as preposições de Marco Morel (2008), referia-se ao Brasil como Império e foi pioneiro em levar a denominação para a imprensa.⁷⁰

Outras considerações em relação à ausência de um debate mais consistente sobre o período joanino e os suportes factuais que constituem a retórica da mídia sobre o tema ainda podem ser apontadas. Rosa Maria Godoy Silveira alerta que inúmeras ocultações foram forjadas na narrativa midiática e em parte da historiografia como forma, segundo a autora, de conferir destaque à figura de estadista de D. João VI.

Nesta direção, no que se refere à imagem do príncipe regente e as suas ações como governante, uma cultura histórica acabou sendo configurada e sedimentada pelos meios de comunicação, cuja versão dos acontecimentos, em torno do ano de 1808, foi apresentada como verdade absoluta.

Para essa historiadora, existe uma cultura histórica “enquanto conjunto de processos que sedimentaram certa configuração sociopolítica e mental” (SILVEIRA, 2009, p. 193) e uma cultura histórica como sinônimo de cultura historiográfica. A primeira é uma espécie de manifestação das representações simbólicas, como as atuações midiáticas, por exemplo, em

⁶⁹ Segundo Marco Morel (2008), o *Correio Brasiliense* não foi o primeiro jornal impresso na Europa a ser lido regularmente no Brasil. Diz o autor que a *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, circulava pela América portuguesa desde 1778, sobretudo no Rio de Janeiro. No entanto, até 1808, essa imprensa que, embora disseminasse informações e opiniões, não praticava o debate e a divergência política. Ou seja, a chamada opinião pública ainda não tinha sido instaurada. Ver: MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

⁷⁰ Embora se propague, em algumas pesquisas, que tais jornais eram totalmente divergentes, Marcos Morel revela que ambos tinham muitas perspectivas em comum. Nas palavras do autor, “é comum colocar-se, em estudos históricos, a contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (enquanto jornal oficial) e o *Correio Brasiliense* (que fazia críticas ao governo). Porém uma comparação atenta indica que, além dessa evidente dicotomia oposição/situação, existiam convergências entre esses dois periódicos. Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monarquia), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam do repúdio às ideias de revolução e de ruptura, padronizadas pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração” (MOREL, 2008, p. 31). Ver: MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

conceber e significar o “real” e as práticas sociais. A segunda “configura um modo de pensar a nossa [os historiadores] relação com o passado e educar gerações sucessivas” (SILVEIRA, 2009, p. 193).

A historiadora chama a atenção para a possibilidade de haver uma articulação entre essas duas dimensões, ou seja, entre a histórica/processo e a historiografia. Assim, ao refletir sobre a atuação da mídia e da historiografia mediante as comemorações do bicentenário da chegada da Corte ao Brasil, implicitamente, aponta para a influência de uma cultura histórica produzida sem a participação dos historiadores, quer dizer, o passado sendo revisitado e configurado a partir dos sentidos produzidos pelos veículos de comunicação.

Nessa direção, poderia levantar a hipótese de que a mídia – entendendo o termo como o conjunto dos meios de comunicação – acabou, durante a referida efeméride comemorativa, não só estimulando o debate sobre o tema, como também, principalmente, pautando a fala dos historiadores que, de certa forma, ficaram presos ao enredo do discurso midiático. Como exemplo, a própria discussão (apresentada no tópico seguinte) mediada pela imprensa entre dois historiadores conceituados (José Murilo de Carvalho e Evaldo Cabral de Mello), que travaram um debate historiográfico com base na pauta jornalística.

Portanto, pode-se dizer que no contexto de tal efeméride ocorreu uma hegemonia do discurso midiático sobre o historiográfico, seja por meio da narrativa sobre o passado construída pelos jornalistas ou da pauta retórica imposta por eles aos historiadores.

3.2 A “História celebrativa” do bicentenário: “O que comemorar?”

Em virtude das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, a filósofa Marilena Chauí escreveu o livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), no qual argumenta que a base das comemorações foi estabelecida, ao decorrer da História do país, a partir do *mito fundador do Brasil*. Porém ressalta que tal mito constituiu uma criação ideológica que, por sua vez, culmina na formulação intencional de uma visão de mundo benéfica a uma pequena parcela da população: os ricos. Assim, inicio este tópico com a indagação: “O que comemorar?”. Essa questão foi levantada pela filósofa no citado livro, quando questiona se realmente os brasileiros têm algo a festejar.

A autora emprega a palavra mito não apenas no sentido etimológico “de narração pública de feitos lendários da comunidade”, mas, principalmente, no sentido antropológico, “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições”, e na acepção psicanalítica, ou seja, “como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um

bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (CHAUÍ, 2000, p. 9).

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento de formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-se para adequá-la à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUÍ, 2000, p. 10).

Trata-se de uma representação sobre o passado (criação de uma tradição identitária), revestida de uma dimensão ideológica, que procura se adequar a conjunturas políticas como forma de manter o “domínio cultural” sobre o imaginário histórico de um povo. No caso brasileiro, especificamente falando, Marilena Chauí chama a atenção para o fato de que a sociedade é caracterizada por uma “cultura senhorial”, ou seja, que conserva as marcas da sociedade colonial escravista, razão por que é autoritária.

A autora ressalta que o Brasil é, historicamente, marcado por uma acentuada desigualdade social e econômica e aponta os seguintes traços como elementos principais dessa sociedade autoritária: estrutura regida por uma matriz senhorial da Colônia, sendo as diferenças impostas como naturais; predominância de relações privadas, em que prevalecem o mando e a obediência mediante a existência do favorecimento em prol dos mais abastecidos; indistinção entre o público e o privado; e a realização de práticas alicerçadas em ideologias de longa data.

Para a filósofa,

a inclusão econômica e a inclusão política de toda a população é afastada porque julgada impossível para a “governabilidade”. O significado desse fatalismo econômico e político é óbvio: a igualdade econômica (ou justiça social) e a liberdade política (ou a cidadania democrática) estão descartadas. O que poderia ser mais adequado a uma sociedade como essa? Como se vê, não há o que comemorar (CHAUÍ, 2000, p. 95).

Nessa dimensão, mas tendo como foco outra efeméride comemorativa – o bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil – questionamentos sobre as benesses propiciadas por tal “evento fundador da nação brasileira” também vêm à tona. Dois historiadores se destacam pela crítica que fazem à maneira como o tema é tratado pela historiografia brasileira, marcada, sobretudo, pela visão acadêmica do Centro-sul.

A querela historiográfica acabou gerando uma disputa regional em torno do debate

sobre as implicações da presença da Corte no país. De um lado, estão os historiadores Rosa Maria Godoy Silveira e Evaldo Cabral de Mello, na defesa de uma história contrafactual, e, de outro, os historiadores Isabel Lustosa e José Murilo de Carvalho, propagadores de uma história nacional construída sob a ótica carioca. Se estes apontam as vantagens propiciadas com a vinda da família real, aqueles até poderiam pegar por empréstimo a expressão questionadora e problematizadora de Marilena Chauí e indagar: “O que comemorar?”.

Para Rosa Maria Godoy Silveira (2009), as comemorações pelo segundo centenário da chegada da família real ao Brasil apresentaram como tônica memorialística a “obra civilizadora” do governo joanino, o que se pode constatar nos discursos proferidos pela classe política do país, como demonstraram as matérias citadas no tópico anterior.

De acordo com Silveira (2009), os argumentos positivos dos discursos em torno das comemorações centram-se em quatro eixos temáticos: a esperteza de D. João em driblar Napoleão; o fim do pacto colonial com a abertura dos portos; os investimentos culturais; e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.

A transferência da Corte acabou sendo cristalizada na e pela mídia da mesma forma que é abordada nos livros didáticos, ou seja, como o primeiro grande marco histórico que teria possibilitado outros acontecimentos de cunho emancipatório, dentre os principais, destaca-se o processo de independência do Brasil. Foi essa a interpretação que norteou a efeméride dos 200 anos da chegada da Corte ao Brasil.

Para Evaldo Cabral de Mello, na obra *Um imenso Portugal: história e historiografia* (2002), o nacionalismo brasileiro sucedeu a criação do Estado nacional, pois, segundo ele, não existia um sentimento nacionalista na América portuguesa em 1822.⁷¹

A carência do sentimento nacional até praticamente o Século XX não significa, porém, que um arraigado sentimento local fosse desconhecido por essas bandas, como não o é em qualquer outra parte do mundo, sentimento que, ademais, poderia tranquilamente conviver com estruturas políticas imperiais como o patriotismo urbano do tempo do Império romano. O equívoco reside em enxergá-lo como uma forma de nacionalismo ou afirmar-se, mediante leitura anacrônica, haveremos sido sempre nacionalistas, quase desde a Carta de Pero Vaz de Caminha (MELLO, 2002, p. 19).

Evaldo Cabral de Mello aponta que um dos setores que mais defenderam a

⁷¹ Com exceção do artigo “Como manipular a inquisição”, publicado em 1992, na *Novos Estudos Cebrap*, a maioria dos textos que compõem o livro foi publicada originalmente no caderno “*Mais!*”, do jornal *Folha de São Paulo*, em 1995. Segundo o autor, outros artigos surgiram como prefácios no “Jornal de Resenhas” da *Folha* ou na Revista *Continente Multicultural*, de Recife, ou, ainda, em colaboração em obras coletivas. Todos os textos foram revisados pelo autor durante a estruturação do livro, porém alguns títulos foram modificados. Ver: MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal: História e historiografia*. São Paulo: 34, 2002.

independência foi composto por aqueles que perderam seus postos de trabalho, devido à extinção das repartições públicas, pelo constitucionalismo lusitano, do aparelho de Estado implantado por D. João VI.

Se o Brasil surgiu para a vida autônoma sob o signo de uma aspiração avançada, a liberdade de comércio, essa foi utilizada com vistas a obter o apoio da população a um movimento, a Independência, retrógrado na sua inspiração original, pois encarnou uma contra-revolução de alto funcionários públicos [...]. O berço da nação brasileira foi assim uma dádiva do funcionalismo público; e os malsinados senhores rurais, contra quem tanto se aferra nossa historiografia politicamente correta, só virão embalá-la muito tempo depois (MELLO, 2002, p. 16).

Tais reflexões feitas por esses historiadores não estão presentes na “História celebrativa”. Silveira adverte que as abordagens, dentre as várias possíveis, que mais foram difundidas não receberam uma discussão aprofundada, a saber: transmigração da Corte; abertura dos portos; empreendimentos culturais e elevação do Brasil a Reino Unido.

No episódio de transmigração da Família Real, quase não se menciona que a monarquia portuguesa já dispunha de um repertório de experiências acumuladas para situações de risco: em várias outras ocasiões, a solução de transferir a sede do Império para a América já fora alvitrada. [...] Fuga ou obra de engenharia política? As duas interpretações não se excluem. Na questão da Abertura dos Portos, resta obscurecida na e pela retórica celebrativa, incluindo uma certa historiografia, a iniciativa de José Maria Lisboa, redigindo uma representação de um grupo de comerciantes de Salvador, propondo a abertura dos portos, apresentada a D. João quando de sua chegada à Bahia. Medida que, de resto, ao atender aos interesses de grupos comerciais, assegurava a sobrevivência da própria monarquia lusitana. [...] Sobre os empreendimentos culturais joaninos, à exceção honrosa da Escola de Medicina da Bahia, é irretorquível que as demais iniciativas exaltadas se concentraram no Rio de Janeiro. [...] Quanto à decantada elevação do Brasil a Reino Unido, historiadores fecharam os olhos para as razões desse acontecimento, já descritas por Mello Moraes e por Oliveira Lima, sobre a necessidade de Portugal parecer um Império de grande extensão territorial, para ter assento no Congresso de Viena e para o fato de a medida ter sido proposta por Talleyrand, que buscava atenuar a difícil situação de representante de uma nação derrotada, mediante o apoio de potências secundárias, como Portugal (SILVEIRA, 2009, p. 199-201).

A história que Rosa Maria Godoy Silveira denomina de celebrativa e que teria dado o tom de algumas obras historiográficas e da retórica midiática, é marcada por ocultações. A autora justifica que a análise contrafactual que realiza parte do entendimento de “acontecimentos referentes a projetos de poder derrotados e, portanto, dissonantes em relação à memória e à história dos vencedores”. Ela prossegue a argumentação afirmando que “o Brasil resultou/resulta de escolhas políticas entre possibilidades de trajetórias. Nem havia/ há,

tampouco, um leque completamente aberto de alternativas: na grande aventura que é a História, navegamos entre *escolhas condicionadas*” (SILVEIRA, 2009, p. 194).

Sem detectar ufanismos dessa história dita celebrativa, Isabel Lustosa seleciona obras que considera importantes para se entenderem a transmigração da Corte e os desdobramentos políticos que a seguem. A historiadora ressaltou que a data propiciou a efetivação de significativos debates, seminários e conferências em torno da efeméride.

Merecem destaque os grandes encontros internacionais produzidos pela Universidade Federal Fluminense, em março. Além do encontro promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, no Museu da Justiça, e a série de conferências promovidas pela Academia Brasileira de Letras, todos realizados no Rio de Janeiro. O seminário realizado na UFF reuniu pesquisadores do Brasil e do exterior, notadamente de Portugal, e foi, certamente, o maior evento acadêmico relacionado ao tema (LUSTOSA, 2008, p. 356).

Lustosa salientou a relevância dos encontros acadêmicos por terem proporcionado o contato com pesquisas que abrangem os mais diversos aspectos:

As razões da transferência da Corte; fatores que antecederam; as vicissitudes da viagem; a Abertura dos Portos; a Criação do Banco do Brasil; o papel dos naturalistas; o funcionamento da justiça; os desdobramentos econômicos causados pela transferência e instalação da Corte no Rio de Janeiro; o impacto da mudança sobre outras regiões do Brasil, como no Nordeste e o Sul. Figuras importantes como o conde de Linhares e o visconde de Cairu tiveram suas ideias e trajetórias analisadas em mais de um trabalho (LUSTOSA, 2008, p. 356).

Enquanto Isabel Lustosa considera positivos os trabalhos desenvolvidos em virtude da comemoração, assim como outros já existentes, parte dos temas que enumera é considerada pouco aprofundada por Rosa Maria Godoy Silveira. Se a abertura dos portos significou, para a primeira, o fim do exclusivo colonial, para a última, representou o começo de um pacto neocolonial.

Ao se questionar sobre em que medida a abertura dos portos contribuiu para acelerar a separação política entre Brasil e Portugal e deixar o Estado preparado para a Independência, Rosa Maria Godoy Silveira relata que, em torno de tal acontecimento, ainda pairam muitas sombras e desenvolve quatro contra-argumentos que põem em dúvida as possíveis contribuições. Para tanto, aponta ocultações factuais na memória e na História sobre o período joanino, que vai ao encontro, como ela mesma ressalta, de uma interpretação “personalista-estadizante”:

Ora, o monopólio comercial português sobre o comércio é assinalado e

contestado, durante muitas décadas posteriores, em outras partes, a exemplo de Pernambuco na Praieira. Então, pode-se dizer que, em linhas gerais, no que tange ao processo mais amplo – não apenas restrito ao Brasil – do embate entre forças sociais do mercantilismo e aquelas do liberalismo, esse saiu vencedor. [...] Um segundo contra-argumento se explicita quando incorporamos a essa reflexão uma das ocultações celebrativas: os tratados de 1810 com a Inglaterra, que foram o atestado de óbito das possibilidades de nossa real independência, resultando no ajuste da condição do Brasil de país subordinado à nova divisão internacional do trabalho, decorrente da Revolução Industrial inglesa. Sepultou-se o Pacto Colonial porque inaugurou-se o Pacto Neocolonial. [...] Um terceiro contra-argumento está no fato de que, durante o período joanino, a crise portuguesa na Europa e a própria lógica de sustentação do regime fizeram com que o Príncipe Regente tomasse medidas, posteriores a 1818, para manter certos monopólios sob controle da burguesia comercial portuguesa. E o quarto e, talvez, mais forte contra-argumento a questionar os termos de pretensa aceleração de nossa separação: a manutenção e o crescimento da escravidão, que, mais do que suas consequências meramente econômicas, implicou em sérios efeitos políticos retardatários de uma efetiva emancipação: a não-incorporação de grande parte da população à cidadania e a preservação de redes clientelares que reforçaram uma sociedade excludente, de tal modo que, não por coincidência fez do Brasil uma Nação – conceito liberal – mercantilista – conceito do Antigo Regime, em uma interface entre permanências e mudanças, mais aquelas do que essas (SILVEIRA, 2009, p. 203-204).

A autora chama atenção, ainda, para o fato de que não existem pesquisas que apresentem vantagens concretas para a ex-colônia devido à elevação do Brasil a Reino Unido, “exceto, talvez, a percepção, a ser melhor examinada, de alguns de seus segmentos sociais de que, se igualado ao estatuto político do Brasil ao de sua ex-metrópole, não poderia haver um tratamento diferenciado entre os dois Reinos” (SILVEIRA, 2008, p. 201).

No artigo intitulado “D. João e as histórias dos Brasis”, José Murilo de Carvalho aproveita as celebrações dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro para discutir a temática na historiografia brasileira. Argumenta que, durante muito tempo, o tema foi discutido a partir do centro político e intelectual situado no Rio e, depois, em São Paulo, mas reconhece que o debate enfrenta novos desafios, voltados para as relações entre o regional, o nacional e o internacional.

Refletindo sobre o tema na historiografia e na imprensa, José Murilo de Carvalho também considera que as celebrações conferiram uma avaliação positiva à figura de D. João e aos desdobramentos futuros da vida na colônia com a chegada da Corte.

O tom predominante em todos os eventos e publicações, como era de esperar, tem sido uma avaliação positiva, tanto da figura de D. João como das consequências da vinda da Corte. No que se refere ao príncipe, tem predominado a posição equilibrada estabelecida pelo historiador e diplomata pernambucano Oliveira Lima em seu livro de 1908, em contraste com a visão quase caricata inaugurada por Oliveira Martins em 1880 e seguida no

Brasil por Luiz Edmundo em 1939 (CARVALHO, 2008, p. 554).

O autor argumenta que há uma diferença significativa entre o impacto da vinda e a valorização desse fato. Para o historiador, sem a presença da Corte, o Brasil não existiria, e para sustentar tal argumento, lança a seguinte hipótese:

Tenho usado como argumento um pequeno experimento mental que me parece convincente. O exercício consiste em supor a muito plausível opção de D. João por permanecer em Portugal em vez de fugir para a colônia. As consequências dessa hipotética decisão não são difíceis de imaginar. Basta verificar o que de fato se deu, logo depois da fuga de D. João, na Espanha e em suas colônias da América: prisão e exílio dos reis e fragmentação da colônia. [...] Não havia nela diferença em relação à espanhola que justificasse supor desenlace diferente. Apenas variaria o número de países. A fragmentação se faria de acordo com as tradições históricas e o nível de riqueza das várias partes da colônia (CARVALHO, 2008, p. 555).

Nessa mesma direção, Laurentino Gomes, no livro *1808*, desenvolve uma análise hipotética de como o Brasil seria hoje se tivesse havido a desintegração territorial. Ele faz referência positiva ao fato de que o território brasileiro conseguiu permanecer preservado graças à vinda da Corte portuguesa, ao enfatizar que “a preservação da integridade territorial foi [...] uma grande conquista de D. João VI. Sem a mudança da Corte [...] os conflitos regionais teriam se aprofundando, a separação entre as províncias seriam quase inevitável” (GOMES, 2009, p. 291).

Laurentino Gomes reforça o argumento recorrendo a uma citação do historiador Oliveira Lima, que acreditava que, sem a vinda de D. João, as províncias se separariam e, nesse caso, “os ingleses iriam ocupá-las sob o pretexto de as defender, e se isso não acontecesse, a independência da América Portuguesa se teria efetuado ao mesmo tempo e com muito menos resistência do que a da América espanhola” (LIMA, *Apud* GOMES, 2009, p. 292).

Sobre tal abordagem, José Murilo de Carvalho salienta que o ponto legítimo de discórdia historiográfica reside na seguinte questão valorativa: “A manutenção da unidade foi positiva? O Brasil valeu a pena? Ou teria sido melhor, por critérios que podem ser de natureza econômica, política ou cultural, que houvesse uma fragmentação semelhante à da América Espanhola?” (2008, p. 556).

Carvalho sugere que o conflito entre diferentes visões do Brasil ficou evidenciado com as declarações do também historiador Evaldo Cabral de Mello que, ao se posicionar sobre as celebrações, em 2008, teve suas considerações, originalmente publicadas no *Jornal do Commercio*, em 22/01/2008, amplamente divulgadas na imprensa. Mello enfatizou que a

presença da Corte no Brasil representou uma espoliação fiscal do país, sobretudo das províncias do Norte.

O interesse pelas províncias do norte era meramente fiscal, não econômico. O comércio dessas províncias passava diretamente pela Europa, e o Rio de Janeiro não tinha condição de controlar. Quanto ao Rio, estava era de olho grande nas receitas da Bahia e de Pernambuco. Um espanhol, Sierra y Mariscal, autor de um plano de reconquista do Brasil por Portugal, observou que a transmigração da família real transformou o Rio no “receptáculo de todas as riquezas do império português. Os pretendentes (a cargos públicos e favores régios) para lá levaram somas consideráveis. Os generais das províncias, de retorno de seus governos, lá gastaram quanto tinham adquirido neles”, entenda-se, graças às técnicas da antiga venalidade da burocracia régia. “Nas causas de foro que lá iam por apelação, gastavam somas incríveis”, entenda-se, mediante suborno da magistratura. J. J. Sturz, especialista em finanças públicas e comércio internacional, referia que quando do retorno de dom João VI a Portugal, em 1821, o meio circulante fora reduzido ao papel-moeda e à moeda de cobre, o que significa que o país fora à falência (MELLO, 22/01/2008).

Assim, segundo o historiador pernambucano, as comemorações dos 200 anos não interessariam a Pernambuco nem a outros estados, exceto aos cariocas, pois foi no Rio de Janeiro que teria se desenvolvido uma burocracia composta por brasileiros e portugueses, em prol de uma independência que assegurasse a manutenção de seus privilégios. Indagado pelo repórter do *Jornal do Commercio*, Mário Hélio, sobre se o Brasil teria motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real, Evaldo Cabral de Mello responde:

Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da Corte lusitana no Rio, que, há um Século, um grande historiador, Oliveira Lima, havia desmontado. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental. O vazo das comemorações oficiais, que nunca são desinteressadas, busca transformar o reinado joanino numa apoteose nacional. O açodamento limita-se, claro, ao Rio, e é um produto a mais do narcisismo coletivo do carioca, que, acreditando-se o mais cosmopolita dos brasileiros, é, na verdade, o mais provinciano. Mas os cariocas têm todo o direito de comemorar dom João VI. Afinal, sem isso, o Rio não passaria hoje de Santos à margem da Guanabara. Não teria o Jardim Botânico e outras obras que inflam o ego tão vulnerável do habitante dessa cidade. Outra coisa, porém, é acreditar na retórica dos escribas do regente que redigiram a declaração altissonante segundo a qual ele viera fundar um novo império na América, jogo de cena destinado a macaquear a fuga para o Brasil em ato de grande sabedoria política e afagar a vaidade ingênua dos vassalos brasileiros. Quando alguém fica entusiasmado com a vinda de dom João, está sempre achando que a unidade territorial do Brasil é um valor supremo. E que por isso deve subordinar outros valores, como liberdades públicas, desenvolvimento econômico. Talvez fosse melhor que o Brasil fosse menor e tivesse acabado a escravidão mais cedo e realizado reformas que até hoje adia (MELLO, 22/01/2008).

Aliás, como denota o historiador, o principal equívoco atribuído à chegada da Corte portuguesa ao Brasil é pensar que o episódio teve grande repercussão e interesse para toda a Colônia, a não ser quando teve início a pressão fiscal. Segundo ele, a vinda de D. João foi positiva para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, com benefícios concretos para os criadores de gado e para a lavoura, respectivamente.

Concordando com Evaldo Cabral de Mello sobre o fato de que as realizações do período joanino se concentraram no Rio de Janeiro, Rosa Maria Godoy Silveira afirma que ainda faltam pesquisas mais detalhadas sobre a atuação do governo de D. João no resto do país, ou melhor, em cada província, pois “nenhum empreendimento extraordinário é arrolado fora da Corte, com a ressalva já feita [criação da Escola de Medicina na Bahia]” (SILVEIRA, 2008, p. 200).

Por sua vez, Evaldo Cabral de Mello, na entrevista concedida ao *Jornal do Commercio*, salienta, ainda, que a escrita historiográfica sobre a fundação do Império partiu do ponto de vista do Rio de Janeiro, ou da Região Sul. Perguntado pelo jornalista Mário Hélio sobre o porquê de dois historiadores (ele e José Murilo de Carvalho) consagrados da historiografia brasileira terem visões opostas em relação ao mesmo fato histórico em destaque, assim respondeu Evaldo Cabral de Mello:

José Murilo, como todo historiador do Centro-Sul, é herdeiro da tradição saquarema da historiografia brasileira, para a qual tudo o que acontece no Brasil é através do Rio, graças ao Rio e pelo Rio. Lamentável é que, na historiografia do período da Independência, boa parte dos trabalhos com esse enfoque foi feita por nortistas, como Oliveira Lima e Tobias Monteiro (MELLO, 22/01/2008).

Com o intuito de rebater a acusação, José Murilo de Carvalho argumenta que as condições políticas e econômicas, além da reunião de intelectuais no Rio, possibilitaram tal processo:

É fácil demonstrar por que a História do Brasil foi escrita no Século XIX a partir do Rio de Janeiro. A capital nacionalizava a visão dos historiadores, não importando de onde viessem. Ela atraía a si não só a elite política, mas também todos que ambicionassem uma carreira nas letras e nas artes. As escolas de direito de Olinda/Recife e de São Paulo eram, sem dúvida, centros importantes de produção de cabeças pensantes. Mas estavam longe de produzir intelectualidades locais. Uma das razões era que seus programas de ensino eram nacionais, aprovados pelo governo central, que também nomeava e pagava os professores, muitos dos quais se metiam na política nacional. Outro motivo era que as escolas recebiam alunos de várias províncias, o que lhes retirava a característica provincial. A criação da USP e seu rápido desenvolvimento tiveram como consequência que a História do

Brasil passou, pela primeira vez, a ser escrita também fora do Rio de Janeiro. O Departamento de História da USP teve inicialmente orientação cosmopolita, graças à influência dos professores franceses convidados para se encarregarem de seus primeiros cursos. Mas já na segunda geração voltou-se predominantemente para temas brasileiros, cobrindo a História colonial, imperial e republicana. Tendo inaugurado seu doutorado nos termos da moderna pós-graduação em 1971, uns 15 anos antes que o fizessem outras universidades, a USP não só criou em São Paulo uma rica produção de História do Brasil, como também exerceu nesse período, dentro do Brasil, o monopólio de formação de doutores. Com isso, estendeu sua influência para muito além das fronteiras estaduais (CARVALHO, 2008, p. 560).

Na tentativa de justificar a hegemonia intelectual do Sudeste sobre as demais regiões, José Murilo de Carvalho salienta que tal inclinação foi resultado de um processo político e histórico. Por outro lado, ainda durante a entrevista, Evaldo Cabral de Mello argumentou que há uma mitificação excessiva no que concerne à unidade do Brasil e que o debate historiográfico sobre a construção do Estado nacional centra-se numa opção de pressupostos que, na discussão, permanecem implícitos.

Os entusiastas da maneira como a Independência se deu não declaram, mas, para o bom entendedor, meia palavra basta: como José Bonifácio, eles consideram que a unidade de uma vasta nação justifica o sacrifício das liberdades públicas e a espoliação regional que o centralismo acarretou. Além disso, o Brasil é um país com tão pouca originalidade intelectual que até a ideia de unidade nacional foi importada de Portugal. O que o brasileiro ainda não percebeu é que, ao longo da sua História, a aspiração de grandeza territorial e de unidade nacional serviu de pretexto para se evitarem coisas perigosas para a posição dos grupos que estavam no poder. De Pedro I, o primeiro golpista, até o Estado Novo e o golpe de 1964, não houve ato de força que não invocasse a unidade nacional, cujo preço foi talvez demasiado caro para o que tivemos em troca (MELLO, 22/01/2008).

No que concerne ao legado deixado por D. João VI, Evaldo Cabral de Mello responde ao repórter que foi muito diferente do que apregoam os profissionais de comemorações históricas. Para ele, a herança consistiu na criação, no Rio de Janeiro, de uma numerosa burocracia de portugueses e brasileiros pela Monarquia e pelo Estado Unitário, capaz de lhes assegurar as posições recentemente assumidas.

Será ela [burocracia] que, num momento de pânico, empresará a Independência, que, tal como se fez no Brasil, não passou da reação do funcionalismo de um regime autoritário à demolição do sistema dual de Reino Unido pelo constitucionalismo português triunfante na Revolução de 1820 (MELLO, 22/01/2008).

Ao ser questionado, outra vez, pelo repórter Mário Hélio, do *Jornal do Commercio*, sobre quando se teria uma História do Brasil que levasse em consideração os aspectos locais,

Evaldo Cabral de Mello foi categórico ao responder:

Nunca. O brasileiro é centralizador, não há na cabeça do brasileiro a paixão, como nos Estados Unidos, pelos poderes locais. E isso é resultado da influência portuguesa. Portugal nunca conheceu o problema regional. Portugal tem um complexo enorme por ser um país pequeno. Eu me lembro de que, certa vez, enquanto pesquisava na Torre do Tombo, um português disse a mim: "Senhor cônsul, quando eu era criança, o ódio que eu tinha do Brasil... aquele mapa antes e depois da Independência, enorme, e a gente aqui esse tiquinho". Um dia, quando vivia lá, liguei a televisão e a primeira notícia da noite foi a descoberta de que o território português estava se desintegrando 8 cm por ano devido ao avanço do mar, e você não imagina o sentimento de opressão que isso desencadeou. O português conseguiu incutir isso no brasileiro. Até hoje o brasileiro tem mania de grandeza idiota com o seu tamanho continental, que vem dessa compensação do ego português. Nós herdamos isso (MELLO, 22/01/2008).

Para esse autor, a tendência da historiografia brasileira a evidenciar e centralizar o conhecimento histórico a partir dos estudos desenvolvidos na Região Centro-sul do país é fruto de uma tradição egocêntrica herdada dos próprios portugueses. Portanto, como destaca o historiador pernambucano em sua entrevista, a História do Brasil acaba sendo imposta a todo o território nacional como se fosse homogênea, sem levar em consideração – ou conferindo pouca significância na trama nacional – as especificidades das historicidades locais e regionais. Essa vertente é bem defendida e praticada por ele em seus estudos, ao dar primazia a pesquisas que envolvam questões de âmbito local.

3.3 Da História à notícia: a transformação da vinda da família real em acontecimento jornalístico

No Século XIX, cogitar o termo acontecimento significava atribuir uma dimensão passada e acabada aos feitos daqueles tidos como “grandes homens da História”. Dessa forma, propagavam os defensores da importação do modelo científico do campo experimental para a História, que se pretendia ser também considerada ciência.⁷²

Mediante a repugnação da História política pelo movimento dos *Annales*, a partir da década de 1930, o acontecimento foi renegado pela nova geração de historiadores que surgira

⁷² A institucionalização da História como disciplina ocorreu no Século XIX, quando também se procurou atribuir-lhe um status de cientificidade. Para isso, os estudiosos da época, entre eles, Leopold Von Ranke, tentaram afastar a História da Literatura, buscando atingir a pretensa confiabilidade e autenticidade. A ideia era de conceber a História como uma ciência neutra, imparcial e objetiva. Para tanto, foram impostos os métodos e selecionados os tipos de fontes que deveriam ser utilizados pelos historiadores (textos descritivos, de conteúdo político e manuscritos impressos e oficiais). Ver: BURKE, Peter. 2002. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

no território francês.⁷³ No entanto, mais de quarenta anos depois, o termo voltaria a ser discutido, tendo como base uma nova História pautada no presente.

Ao refletir sobre a questão, o historiador Pierre Nora, no artigo intitulado “O retorno do fato”, enfatiza que o acontecimento ressurgiu intrinsecamente relacionado com a atuação dos meios de comunicação, pois, segundo o autor, “a publicidade dá forma à sua própria produção” (NORA, 1995, p. 181). Ele ressalta que o monopólio do acontecimento pertence aos *mass media*.

Ao afirmar que, “para que haja acontecimento, é necessário que seja conhecido” (NORA, 1995, p. 181), Pierre Nora revela que o acontecimento existe mediante ao processo de divulgação jornalística, ou seja, como notícia. Nessa direção, são, segundo ele, os meios de comunicação que asseguram a importância dos acontecimentos, ou melhor, que lhes conferem legitimidade: no imaginário social subentende-se que, como a imprensa é representante da realidade, ou reveladora de um mundo que se supõe ser real, só poderá ser considerado acontecimento aquilo que for “digno” de ser transformado em informação jornalística.⁷⁴

Para o historiador francês, a atualidade consistiria numa “circulação generalizada da percepção histórica” (NORA, 1995, p. 180), que culminaria no acontecimento. Assim, três dimensões se entrelaçam no campo jornalístico, quando o que está em evidência é o fato: presente, atualidade e acontecimento. Por essa razão, Pierre Nora atribui aos meios de comunicação a apreensão de uma percepção histórica superficial, dinamizada pelo fenômeno do acontecimento.

Em contrapartida, a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira (2010) considera a designação “retorno do fato” inadequada, “visto que, desde a 1ª geração dos *Annales*, o fato não desapareceu, mas se eclipsou mediante sua inscrição em uma estrutura que, de certo modo, vai se enrijecendo na historiografia das gerações subsequentes. Portanto, é mais pertinente falar da *deseclipsação do fato*. Sua desocultação” (SILVEIRA, 2010, p. 54).

Na contemporaneidade, o acontecimento, ou o “retorno do fato”, acontece, sobretudo,

⁷³ Em 1929, eclodiu na França o movimento dos *Annales*, que fazia críticas à história política praticada pelos metodistas. Liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre, o *Annales* se fazia representar por meio de uma revista de viés social e econômico que propunha uma abordagem global da História, não mais limitada à descrição das ações políticas dos governantes.

⁷⁴ No livro *Discurso das Mídias*, Patrick Charaudeau aborda as mídias, observando as peculiaridades dos diferentes suportes, com a finalidade de analisar o discurso de informação, compreendendo-o como a representação de uma relação social. Na obra, o autor desenvolve três hipóteses: de que as mídias não são uma instância de poder, embora saliente que não sejam estranhas aos diferentes jogos do poder social; de que as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas; e de que as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, apenas impõem, segundo Charaudeau, aquilo que constroem do espaço público. Ver: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

a partir de sua relação com o cotidiano. Trata-se de um tempo presente cuja mediação dos meios de comunicação torna-se central, como observa Silveira (2010):

O extraordinário não é mais o critério para haver o acontecimento que, nesse sentido, significa ruptura; a informação é ininteligível; a exorcização do acontecimento, por medo do novo tempo, leva à sua conversão em objeto, por sua integração na mensagem narrativa ou sua conjuração, redundando em uma superinformação e, ao mesmo tempo, em sua subinformação crônica (SILVEIRA, 2010, p. 54).

O “acontecimento midiático” se alimenta, constantemente, do novo e, ao mesmo tempo, não escapa da pressão do imediatismo, que implica a imposição de uma novidade que já surge com data de validade limitada. De tal forma, ao falar em produção jornalística, não se pode deixar de lado sua principal base de sustentação e sobrevivência: a atualidade. A ordem do atual parece culminar em um prolongamento do tempo presente, uma espécie de vida e de morte do próprio Jornalismo, pois, da mesma forma como a novidade é tão desejada, logo se torna descartável, gerando um ciclo – o fardo carregado pelos jornalistas.

Assim, o tempo presente é fator determinante na produção das narrativas jornalísticas, porque, para serem transformadas em notícias, as ocorrências devem estar, sobretudo, atreladas à atualidade. Mas, para existir, essa atualidade requer a interação de três instâncias: escritor, meio de publicação e leitor.⁷⁵

Pierre Nora tem razão quando diz que se trata de outro acontecimento, pois atende a outra lógica. Mas, se de um lado, a mídia estreita, relativamente, a distância entre as diferentes classes e propicia aos cidadãos participarem da vida pública, de outro, produz “acontecimentos vinculados aos segredos” (SILVEIRA, 2010, p. 55).

Nessa direção, o teórico da comunicação Maurice Mouillaud também aponta a dupla face da informação:

A exposição do acontecimento na superfície da mídia, sua exibição e imagem até o excesso seria apenas umas das fases de um processo de duas faces. [...] Os grandes acontecimentos da mídia seriam aqueles que permitem não somente ver, mas não ver. [...] O acontecimento seria um recurso cujo valor residiria menos no que ele é do que no que não é (MOUILLAUD, 2002, p. 80-81).

O autor tenta, entretanto, relativizar a culpabilidade da mídia no suposto processo de

⁷⁵ Entretanto, nem tudo que acontece no presente, que está no âmbito da atualidade, é considerado relevante pela mídia. As ocorrências passam pelo crivo da seletividade, ou seja, precisam se enquadrar nos critérios de *noticiabilidade* instituídos pela imprensa, os chamados valores-notícias. Dentre aqueles apontados por diversos estudiosos, destacam-se: relevância, imprevisibilidade e proximidade. Ver definição de *noticiabilidade* estabelecida por Nelson Traquina, na nota 11, localizada no primeiro capítulo desta dissertação.

manipulação da informação e, conseqüentemente, na constituição de acontecimentos, dizendo que

seria ingênuo imputar à mídia uma estratégia da qual ela fosse a grande manipuladora. Deve-se preferencialmente vislumbrar uma correspondência entre as estratégias da mídia e das fontes. As fontes tendem a reter a informação como um buraco negro atraindo para si sua luz (MOUILLAUD, 2002, p. 81).

Assim, como aponta Rosa Maria Godoy Silveira, num universo de acontecimentos onde o historiador é deixado de lado (tornando-se desnecessário), cabe a esse profissional do tempo presente uma reflexão, em termos epistemológicos, para tentar encontrar possibilidades de se trabalhar com os acontecimentos ditos espetacularizados, buscando

fazer emergir a parte não-factual, o conjunto de fenômenos sociais profundos, regularidades, que se inscrevem nas várias faces do acontecimento, do seu aparecimento, volume, ritmo, encadeamento, lugar relativo, seus saltos e desdobramentos (SILVEIRA, 2010, p. 55).

Percebe-se que o cotidiano vem à tona através da imprensa e assim se apresenta devido às recorrências diárias sobre as mesmas temáticas. Essa imprensa, que espetaculariza as experiências sociais ao transformá-las em produto jornalístico, que tenta registrar as ocorrências como se fossem acontecimentos históricos, também está buscando na História matérias-primas para confeccionar suas pautas.

De tal maneira ocorreu, em 2008, em virtude da comemoração dos duzentos anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Para tratar dessa temática, que abrange a discussão sobre a transformação de um fato consagrado pela historiografia em um acontecimento jornalístico, tem-se como objeto de análise o livro *1808*, do jornalista Laurentino Gomes. A discussão acerca dessa produção envolve uma narrativa sobre o passado cuja existência é diretamente vinculada ao tempo presente.

O *1808* recria certa atualidade no tratamento do tema, atribuindo-lhe aspectos de relevância. Como a abordagem apresentada trata de algo passado, o acontecimento aqui não se pauta pela novidade, mas pela importância que ele tem no tempo presente. Ou seja, o acontecimento, nesse caso, lança mão de uma atualidade para tentar “resgatar” o passado e redimensioná-lo a partir da ótica do presente. Portanto, cabe sistematizar uma discussão acerca do processo que envolve a produção do acontecimento jornalístico e o desafio de trazer o acontecimento histórico para o presente.⁷⁶ Em outras palavras, será travado um debate que

⁷⁶ Sobre a concepção de acontecimento, estudiosos o conceituam como ocorrências que cessam a continuidade

tem como foco a relação entre quatro dimensões: a História, o acontecimento, a informação e os leitores.

A presente discussão tem como aporte teórico a contribuição do historiador norte-americano Robert Darnton.⁷⁷ O livro *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*, originalmente lançado em 1990, sobretudo o capítulo “Jornalismo: toda notícia que caber, a gente publica” (2010, p. 76-109), teve uma significativa colaboração no debate que se travou para se entenderem as regras que regem o campo do Jornalismo e os elementos que confluem para a configuração da narrativa jornalística.

A partir da experiência como repórter de um grande veículo de comunicação, *The New York Times*, Robert Darnton sistematizou algumas noções sobre a *práxis*. Tendo como referência as reflexões do historiador, será possível cogitar uma relação entre a História e o Jornalismo, a partir do conceito de fato histórico e de acontecimento jornalístico. Com base em seus escritos, entende-se que a História e o Jornalismo apresentam semelhanças em relação as suas formas narrativas, pois, na configuração de suas textualidades, a imaginação é imprescindível para imputar sentidos aos fragmentos do passado e ao caos em virtude do número de ocorrências no presente.⁷⁸

de uma experiência (QUERÉ, 2005). A partir dessa perspectiva, nem todo fato ou ocorrência poderá ser compreendido como um acontecimento. No caso do Jornalismo, os acontecimentos – ou seja, as notícias –, podem ser definidos pelo fator não só da atualidade, mas, principalmente, do inesperado, da imprevisibilidade, como ressalta Adriano Duarte Rodrigues (1993). Ver: QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajeto* – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 6, p. 59-76, 2005; RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões teóricas e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

⁷⁷ No artigo intitulado “História e Jornalismo: caminhos da evidência compartilhada”, o historiador Elio Chaves Flores reserva um tópico para falar dos historiadores que pesquisam sobre a imprensa. Nele, apresenta Robert Darnton como, possivelmente, o historiador mais destacado na historiografia contemporânea e, sem dúvida, o mais traduzido no Brasil. “Sua vasta produção sobre a História social das ideias ou a expressão de sua preferência, a História social da cultura, fez dele também o historiador americano mais traduzido no Brasil. Até os primeiros escritos de Darnton, a História do iluminismo e da Revolução Francesa tinha a dimensão de uma luta de classes política e econômica. Depois de seus grandes livros a compreensão do Século 18 mudou de forma espetacular. Ele desenterrou vários protagonistas de uma luta de classes cultural, de visões de mundo sufocadas pelo processo revolucionário: tipógrafos, livreiros, missivistas, vendedores de palavras e de discursos, enfim, os gazetistas que se imiscuíam nas iras da multidão em triunfo. Darnton diz viver nos dois séculos, o 18 e o 20, os séculos que contrapõe para estudar a interpenetração do presente e do passado”. FLORES, Elio Chaves. *História e Jornalismo: caminhos das evidências compartilhadas. Seminário Jornalismo e Saberes Circundantes*, Departamento de Comunicação Social/CCHLA/UFPA, João Pessoa, setembro de 2005, p. 1-27. Texto digitado. [PDF].

⁷⁸ Quando se fala em imaginação, no Jornalismo ou na História, como campos do conhecimento, pode-se estar pensando em “imaginação” no sentido de uma escrita, como pensou Charles Wright Mills para Sociologia. Segundo ele, a experiência pessoal e a reflexão do ofício devem ser indissociáveis e aponta como forma de colocar a dinâmica em prática a adoção de um diário, ao qual chama de arquivo. Seria a constante reordenação e reflexão dessa escrita que estimularia, de acordo com Mills, a imaginação sociológica, que “consiste em parte considerável na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. [...] A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo ela raramente ocorre sem muito trabalho, muitas vezes rotineiro”. Ver: MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 41.

Na introdução do referido livro, Roberto Darnton relata que a ideia de escrever a obra surgiu do encontro que teve com um editor do *The New York Times Magazine*, que pediu ao historiador que escrevesse um artigo sobre a Revolução Francesa, mediante a aproximação das comemorações pelo seu bicentenário, em 1989. “Ele queria que eu escrevesse um artigo [...] – algo curto e vibrante sobre a incapacidade dos franceses de chegar a um acordo sobre o que iriam comemorar nos acontecimentos que os dilaceraram duzentos anos antes” (DARNTON, 2010, p. 12).

Para Robert Darnton, aquela seria uma oportunidade “de explorar as tendências ocultas do acontecimento” (DARNTON, 2010, p. 12). Mas, ele ressalta que não tinha a pretensão de reescrever a História como uma política do presente, ou seja, a partir de fatos do momento, como gostaria o editor e como manda o pressuposto de atualidade do Jornalismo. Depois de insistir, o editor concordou com a posição de Darnton de enfocar o fato histórico.

Por outro lado, o historiador percebeu que iria escrever algo para um público que sabia muito pouco sobre o episódio, os norte-americanos. Assim, lembrando do tempo quando trabalhou como repórter policial, Robert Darnton se deu conta de que deveria escrever todos os casos pensando numa menina imaginária de doze anos de idade, como constava no manual do *The New York Times*. A intenção do autor, como ele mesmo relata, era de transformar a Revolução Francesa em matéria jornalística.

O projeto não deu certo, e as seis mil palavras pedidas pelo editor não foram aceitas, pois para ele, o texto de Darnton estava “complicado demais, exigindo demais do leitor”. A conferência histórica de Robert Darnton não coube na publicação do impresso.⁷⁹ Então, pensando na relação que o historiador deveria manter com o público, escreveu os seis primeiros capítulos de *O beijo de Lamourette* – mídia, cultura e revolução de forma interessante, clara e concisa. Como ele mesmo ressalta, apresenta, na obra, a História como uma reportagem.

Não que Robert Darnton acreditasse que a forma como a imprensa narra os acontecimentos fosse a melhor maneira de se fazer entender diante do público não especializado. Pelo contrário, ele questiona o sistema de comunicação, ou melhor, o noticiário: “Será que os editores de jornais, os diretores de cinema, os produtores de televisão e os editores de livros colaboram inadvertidamente num esforço geral de tornar a cultura

⁷⁹ No livro *Sobre televisão*, Pierre Bourdieu traz uma discussão sobre o campo jornalístico e sua relação de influência com outras áreas. Ao abordar a televisão como um instrumento de “violência simbólica”, capaz de intermediar as relações sociais, Bourdieu elabora uma crítica ao jornalismo e às imagens veiculadas pelas redes de televisão, acusando-as de manipularem suas mensagens em favor dos interesses econômicos, políticos e mercadológicos. Ver: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1997.

digerível, transformando-a num mingau sensacionalista?” (DARNTON, 2010, p. 14).

O que Robert Darnton pretende dizer quando ressalta que suas impressões históricas são apresentadas por meio de uma linguagem jornalística é que a História pode atrair a atenção do leitor tanto quanto qualquer matéria sobre homicídio, por exemplo. Ele salienta que oferece ao público um saber acadêmico, embora sem abrandamentos nem mediações.

Ainda segundo o historiador norte-americano, “a primeira coisa que um repórter de Cidades [editoria] faz depois de receber uma tarefa é procurar material pertinente entre casos anteriores arquivados” (DARNTON, 2010, p. 102). Ao constatar que a notícia é influenciada por concepções prévias e estereótipos, Robert Darnton chama a atenção para o fato de que, sem categorias preestabelecidas, em relação à produção da notícia, não seria possível classificar a experiência.

Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, “ângulos”, “pontos de vista” e enredos, que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores. Um redator impõe uma velha forma sobre um assunto novo (DARNTON, 2010, p. 103).

Implicitamente, Darnton intui que o acontecimento jornalístico é mais uma recriação e ordenação dos fatos na redação do que a ocorrência em si, no sentido de existir.⁸⁰ Assim, a imaginação, em termos de criatividade, presente na narrativa jornalística, está condicionada a um padrão preestabelecido de conceber informações, ou notícias. Tudo isso implica dizer que, no caso do livro *1808*, houve uma escolha de ângulo e abordagem, que culminou não apenas no modo de narrar, mas também de como narrar.

Com a expressão que intitula seu artigo, Robert Darnton tenta dizer que as matérias jornalísticas passam por um processo de adequação cujo padrão ou modelo já está culturalmente determinado nas redações. Desse modo, os estilos, as abordagens e os enfoques se apresentam de diversas maneiras, dependendo do veículo em questão, já que os anunciantes e os leitores são levados em consideração no momento da produção da notícia.

Diante do exposto, é importante evidenciar o papel da pauta nas redações, pois é a partir desse dispositivo que se começa a “pensar” e “organizar” o mundo no campo jornalístico. Nessa vertente, José Marques de Melo aponta que “a pauta não é apenas um

⁸⁰ Para Liriam Sponholz, o acontecimento jornalístico se diferencia “por ser, ao mesmo tempo, matéria-prima e produto do Jornalismo” (2009, p. 62). Segundo a autora, a notícia resulta de um processamento de informações que têm como parâmetro as regras jornalísticas. “Ao analisar os fatos como produtos do Jornalismo, as definições ontológicas podem ser automaticamente eliminadas. A realidade produzida e oferecida pelo Jornalismo ao seu público é *a priori* secundária” (SPONHOLZ, 2009, p. 63). Ver: SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o Jornalismo. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 18, p.56-69, dez. 2009.

elenco de temas ou assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os acontecimentos devem ser observados e relatados” (MELO, 1985, p. 61). O autor sinaliza, ainda, para a cobertura e as fontes como principais mecanismos de intervenção no processo de seleção do que será notícia e de que maneira deverá ser constituída.

Ora, as percepções acima mencionadas podem ser exemplificadas com base no relato que Robert Darnton traz em seu texto sobre a experiência de um repórter do *Times*, de nome Jones, que recebeu uma pauta para cobrir um evento de caridade.

O editor tenta conseguir o máximo empenho de Jones, ressaltando a importância da cobertura, e dá algumas pistas sobre o que lhe parece ser a “matéria”. De fato [...] Jones pode ficar com uma ideia [...] sobre um possível início da matéria: “A campanha de caridade no Brooklyn atingiu um recorde de \$..., anunciou ontem o Clube Kiwanis em seu almoço de encontro anual” (DARNTON, 2010, p. 81).

O repórter foi ao local com as expectativas criadas e repassadas por seu editor (enfocar a grande arrecadação).⁸¹ Mas, ao chegar lá, constatou que nada daquilo que tinha sido planejado poderia acontecer, pois o evento não arrecadou uma cifra significativa, e o clube elegeu como homem do ano um floricultor de ideias cívicas. Assim, quando indagado pelo editor: “E cadê a matéria?”, Jones soube explicar que estava diante de um “não acontecimento”.

Ressalte-se, todavia, que o repórter precisa mostrar seu trabalho. Por isso, em acordo com seu editor, Jones escreveu o texto conferindo destaque ao floricultor. Entretanto, sua matéria só ocupou um quarto da coluna – ficou no fim do segundo caderno do periódico. Então, aquilo que antes fora pensado como um possível acontecimento não passou de um “registro do cotidiano”, por não se enquadrar nos critérios jornalísticos estabelecidos pelo veículo onde trabalhava.

Com a experiência de Jones, citado acima por Robert Darnton, foi possível perceber que o acontecimento jornalístico – concepção que deve atender aos critérios de *noticiabilidade* para ser tomado como algo significativo de ser veiculado – antecede o próprio espaço temporal, pois é pensado e configurado como tal antes mesmo de acontecer.⁸² Por outro lado, quando as expectativas não correspondem ao planejado, ocorre uma espécie de “vamos ver o que se pode fazer com os dados que temos”. Porém a matéria não terá mais o

⁸¹ Visitar os locais onde os episódios aconteceram, antes de narrá-los e, consequentemente, transformá-los em notícias, é uma prática comum no Jornalismo. Durante a preparação de seus livros, Laurentino Gomes também recorre aos lugares onde os personagens que traz à cena viveram. Ver quarto capítulo.

⁸² Ver considerações de Nelson Traquina sobre *noticiabilidade* no primeiro capítulo, nota 11.

status de acontecimento e, conseqüentemente, ocupará um espaço menor e com pouco destaque no jornal. Assim, pode-se dizer que, no Jornalismo, existe uma noção *a priori* do que é acontecimento. Além disso, o jornal elege o que considera mais importante e, a partir de então, distribui as posições em suas páginas.

Outro exemplo trazido por Robert Darnton, dessa vez, vivenciado por ele mesmo, faz referência ao ato de escrever a notícia. Identificando, no boletim de ocorrências policiais, uma possível matéria sobre o roubo da bicicleta de um garoto que se encontrava num parque, Darnton resolveu escrever algo sobre isso, mas foi surpreendido ao mostrar o texto que acabara de fazer para o seu editor, que o reescreveu numa versão diferente, “inventando detalhes à medida que ia precisando” (DARNTON, 2002, p. 105).

A imaginação do editor possibilitou a eclosão de vários questionamentos sobre o fato. Assim, novos elementos puderam entrar na cena do acontecimento. Curiosamente, Robert Darnton relata que as matérias jornalísticas sobre ocorrências policiais se assemelhavam a relatos encontrados por ele quando pesquisava sobre cultura popular na França e na Inglaterra, nos inícios da Idade Moderna. Essa coincidência fez o autor cogitar que as formas de narrar, no Jornalismo, eram influenciadas por antigas tradições de contar histórias.

A partir das experiências relatadas por Robert Darnton, pode-se levantar a hipótese de que tanto para o historiador quanto para o jornalista a imaginação (não no sentido de invenção, já que, no Jornalismo, preza-se pela “verdade dos fatos”, mas da escrita, de constituir e organizar a apresentação dos fatos, ou seja, da criatividade) é uma condição imprescindível ao ofício de tais profissionais, pois ambos não trabalham com dados puros ou transparentes, mas com a reordenação e a construção de sentidos.⁸³

Durante sua experiência como repórter no *The New York Times*, Robert Darnton relatou que quando escrevia matérias sobre mortes não conseguia “tirar” algum tipo de expressão dos pais sobre o fato.

Nunca superei minha surpresa com a capacidade dos repórteres em conseguir “reações” informando aos pais sobre a morte de seus filhos. “Ele foi um menino tão bom”, exclamou a Sra. MacNaughton, com o corpo

⁸³ Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), a História é a arte de inventar o passado, pois “o acontecimento, o evento em História, não é [...] um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 63). O pesquisador continua seu raciocínio salientando que o conhecimento histórico é “a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a esses fragmentos”. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru, SP: Edusp, 2007, p. 63.

sacudido por solução. Quando eu precisava dessas citações, costumava inventá-las, como alguns outros, – o que também contribuía para uma padronização, pois sabíamos o que “a mãe consternada” e “o pai de luto” teriam dito, e possivelmente até ouviríamos dizerem o que estava em nossa cabeça, e não na deles. As matérias com “vivacidade” ou características davam mais espaço para a improvisação, mas também entravam em modelos convencionais (DARNTON, 2010, p. 104-105).

Outro teórico fundamental para entender como se constrói a narrativa jornalística, em relação aos pressupostos que a norteiam e aos elementos que a constituem e fundamentam, é o comunicador francês, já referenciado neste tópico, Maurice Mouillaud, em especial o artigo “A crítica do acontecimento ou o fato em questão” (MOUILLAUD, 2002, p. 49-83). Nesse trabalho, o autor faz uma análise semiótica do Jornalismo impresso tendo como objeto as publicações do jornal francês *Libération*.

Para Maurice Mouillaud, fato e acontecimento podem ser vistos como sinônimos. Ele justifica a afirmação argumentando que “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de fato” (MOUILLAUD, 2002, p. 51). E salienta que o jornal e a mídia em geral não estão face a face ao caos do mundo, mas “situados no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam [...] um real já domesticado” (MOUILLAUD, 2002, p. 51).

O autor argumenta que dentre um conjunto de operadores simbólicos, o jornal é um deles e só é o último aparentemente, porque os leitores remanejam os sentidos recebidos a partir do próprio campo mental, antes de recolocá-lo em circulação no ambiente cultural. Assim, afirma o teórico, “a informação não é o transporte de um fato, é um clipe ininterrupto de transformações” (2002, p. 51).

Entende-se que, embora a mídia receba um “real domesticado” pelas instituições públicas ou privadas, que têm equipes de assessores que manipulam os fatos a favor de seus padrões, a informação midiática não é estática, pois sofre transformações e novas significações. Por outro lado, o fato em si não será jamais “transportado” ou relatado, pois se trata de uma atribuição de sentido ou uma reordenação das experiências vivenciadas pelo homem.

É oportuno destacar que o autor, ao analisar matérias do jornal francês *Libération*, considera a imprensa como um agente atribuidor de sentidos às ocorrências. Para ele, “os acontecimentos explodem na superfície da mídia sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível. Mas põem em ressonância os sentidos que nela são inscritos” (MOUILLAUD, 2002, p. 50). Assim, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que os acontecimentos se apresentam na imprensa, têm sua significação e notoriedade determinadas

nela e por ela. Logicamente, nenhum fato jornalístico pode ser tido como natural.⁸⁴

O autor argumenta que os acontecimentos são apreensões de uma totalidade que, devido a sua amplitude, não poderia ser apreendida completamente e que essas percepções são retidas tendo como base o padrão do fato, cujo suporte é a linearidade. Nessa perspectiva, diz que “o modelo ao qual todo acontecimento se deve conformar para ser uma informação é aquele do paradigma factual” (MOUILLAUD, 2002, p. 60).

Para tanto, o francês toma por empréstimo da fotografia e do cinema o termo enquadramento, ao considerar que o acontecimento é resultante da focalização de uma cena que, por sua vez, é um corte. Para ele, “a moldura, isolando um fragmento da experiência, separa-o de seu contexto e permite sua conservação e seu transporte” (MOUILLAUD, 2002, p. 61).

De acordo com os estudos de Maurice Mouillaud, acontecimento e informação são duas modalidades que pertencem à mesma instância significativa.

Chamamos acontecimento a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto; os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real. Eis porque falamos de um *status* “realista” do acontecimento (MOUILLAUD, 2002, p. 56).

Maurice Mouillaud acrescenta que a informação se apresenta como um apelo, capaz de se transportar no tempo e espaço por meio do “padrão do fato”. Dessa forma, o paradigma factual permite descrever as experiências, codificá-las. Tem-se, então, uma “cultura do factual”, ou seja, uma constante necessidade de “revelar o novo”, devido à efemeridade da produção midiática. Busca-se a valorização das experiências do cotidiano e sua posterior transformação, a partir dos valores de *noticiabilidade*, em acontecimentos jornalísticos.

No entanto, o teórico salienta que a mídia não potencializa apenas um tipo de acontecimento, mas vários, sejam eles caracterizados por um processo de emolduração do real, por uma descrição da experiência, por uma construção do real intermediado pelo discurso, por uma escolha entre várias abordagens possíveis ou pelas expectativas de acontecimentos de cada veículo. Todas as características elencadas estão presentes nos acontecimentos jornalísticos, o que os difere é a predominância de uma delas em cada caso.

⁸⁴ Patrick Charaudeau enfatiza que a informação midiática trata-se de um universo construído. “Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo” (CHARAUDEAU, 2012, P. 151). Ver: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

Trazendo a tipologia do acontecimento para o livro *1808*, pode-se cogitar que Laurentino Gomes atribui sentido à narrativa que constrói sobre o passado por meio de um recorte temático que tem implicações na atualidade, como exemplo, o legado de corrupção, ao falar sobre a retirada de todo o dinheiro do Banco do Brasil por D. João antes de sua volta a Portugal.⁸⁵

Percebe-se também que, ao se reportar ao passado, Laurentino Gomes procura evidenciar o presente apontando elementos de significância histórica que deixaram de ter importância na vida cotidiana do leitor. Isso pode ser percebido na introdução do livro, quando o autor chama a atenção para a negligência com que o passado histórico é tratado na contemporaneidade. Ele traz, como exemplo, o descaso com os monumentos históricos do país, referindo-se a sua não valorização, pela sociedade, e à ausência de uma política eficaz de conservação.

O Palácio de São Cristóvão [...] é hoje um prédio descuidado e sem memória. Nenhuma placa indica onde eram os dormitórios, a cozinha, as cavalariças e as demais dependências usadas pela família real. É como se nesse local a História tivesse sido apagada de propósito. A mesma sensação de descaso se repete no centro do Rio de Janeiro, onde outro prédio deveria guardar lembranças importantes desse período. [...] O antigo Paço Imperial é um casarão de dois andares do Século XVIII. Foi a sede oficial do governo de D. João no Brasil, entre 1808 e 1821, mas *hoje* um turista desavisado poderia passar por ele sem tomar conhecimento dessa informação. Com exceção de uma carruagem antiga, de madeira e sem identificação, exposta junto à janela direita da entrada principal, nada ali faz referência a seu passado histórico (GOMES, 2009, p. 21-22, grifo meu).

Apontar problemas e polemizar alguns assuntos da atualidade, interligando-os ao passado (uma problemática surgida no passado e estendida até o tempo presente da narrativa), são aspectos verificados na narrativa de Laurentino Gomes, para quem o passado consiste numa temporalidade que tem marcas no presente, como pode ser observado no capítulo sobre a escravidão.

Em muitos casos, a liberdade era um mergulho no oceano de pobreza composto por negros libertos, mulatos e mestiços, à margem de todas as oportunidades, incluindo educação, saúde, moradia e segurança – um problema que, 120 anos depois da abolição oficial da escravidão, o Brasil ainda não conseguiu resolver (GOMES, 2009, p. 229).

⁸⁵ No capítulo, “O ataque ao cofre”, Laurentino Gomes dá ênfase aos altos custos despendidos pelo Tesouro Real para sustentar a Corte, condição que contribuiu, juntamente com a corrupção da administração, para a falência do Banco do Brasil, que teve o resto de seu capital confiscado por D. João quando de sua volta a Portugal. O autor destaca que tais atos de corrupção não deixam de ter relação com a administração política atual: “Outra herança da época de D. João é a prática da ‘caixinha’ nas concorrências e pagamentos dos serviços públicos” (GOMES, 2009, p. 172).

Após identificar o procedimento metodológico desenvolvido por Laurentino Gomes, volto às concepções de Maurice Mouillaud, quando ele argumenta que o jornal – e estende aos demais veículos de comunicação – orienta a leitura não apenas pelo conteúdo veiculado, mas também pela forma como dispõe a organização de suas editorias. Em outras palavras, pela seleção dos acontecimentos tidos como os mais importantes, aqueles que vêm na primeira página, e pela multiplicidade do número de notícias, como se o mundo se abrisse diante do leitor.⁸⁶

Tal conduta apontada por Maurice Mouillaud, de passar ao leitor a sensação de se estar diante de todos os assuntos possíveis, também pode ser constatada na forma como Laurentino Gomes constrói e apresenta os capítulos do seu livro. Ele elabora um sumário através do qual passa a ideia de que todos os assuntos referentes à temática da vinda da Corte se encontram presentes em sua obra, como se tudo que ocorrera nos anos de 1808 se posicionasse diante o leitor.

Laurentino Gomes sistematiza os temas a serem trabalhados, no *1808*, numa linha sequencial, seguindo uma ordem linear das ocorrências. Assim, inicia a obra com o capítulo “A fuga” (no qual narra sobre a inesperada notícia da partida da Corte). Em seguida, vem o capítulo “Os reis enlouquecidos” (onde fala das doenças mentais da Rainha Maria I, de Portugal, e George III, da França); depois traz o capítulo “O plano” (em que consta que a ideia de transferir a Corte para o Brasil já era antiga); o capítulo “O império decadente” (uma abordagem sobre as debilidades das condições políticas e econômicas de Portugal); na sequência, o capítulo “A partida” (em que o autor narra como aconteceu a partida da Corte em 1807) etc. (a denominação de todos os capítulos se encontra no quarto capítulo desta dissertação).

Não foi à toa que a efeméride do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil foi parar nas redações. Como já salientado, a tomada do fato foi em virtude de uma data comemorativa, circunstância que possibilitou estabelecer com o presente aquilo que os jornalistas chamam de “gancho”. Assim, o evento histórico foi enquadrado nos critérios

⁸⁶ As interpretações feitas por Christa Berger e Frederico M. B. Tavares sobre as reflexões de Maurice Mouillaud apontam dois aspectos importantes em relação à complexidade do acontecimento jornalístico: primeiro, a noção de que o Jornalismo promove uma construção social da realidade, “o que inclui a ideia de uma construção jornalística de acontecimento (ou de acontecimento como construção jornalística); depois, “pensar o acontecimento como algo ligado a um tempo social, a um contexto mais amplo que, quando mediado (pela mídia), assume graus distintos de visibilidade, de sentido e de importância” (BERGER; TAVARES, 2009, p. 7). Ver: BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B.. *Tipologias do acontecimento jornalístico*. In. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, Anais SBPJor..., 2009, p. 1-16.

jornalísticos de acontecimento.⁸⁷ Mas, onde estaria a novidade, um dos critérios da noticiabilidade, nessa História? Qual seria a relação entre a História e a atualidade?

Segundo Maurice Mouillaud, “os presentes não se articulam para formar uma narrativa, fundem-se sobre um assunto cuja presença os sustenta” (MOUILLAUD, 2002, p. 72). Seguindo as observações feitas pelo autor, a atualidade não é uma instância habitável, mas uma *práxis* do jornalista. Nesta direção, ressalta: “A atualidade é feita dos acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os enuncia, do jornal que os publica e do leitor que os lê” (MOUILLAUD, 2002, p. 72).

Pode-se afirmar que a narrativa de Laurentino Gomes sobre o tema histórico foi enquadrada no padrão jornalístico a partir das noções de relevância e atualidade entrelaçadas entre presente e passado.⁸⁸ Por outro lado, ele também faz uma conexão com o presente visitando os lugares públicos que guardam memórias do passado⁸⁹ e procura interligar duas temporalidades (presente e passado) por meio de uma história que apresenta como se fosse nova, ou como detentora de novos aspectos: uma rainha louca e um príncipe nervoso, os responsáveis pela mudança da história de Portugal e do Brasil.

O autor faz uma jogada editorial para atrair o leitor ao passar uma ideia de aventura, comédia e confusão. Desse modo, o título do livro se transforma na ponta do *iceberg*, na porta de entrada para a “História”, é como as manchetes dos jornais que são pensadas de forma a despertar no leitor a vontade de querer saber mais. Obviamente, em uma obra historiográfica, a preocupação principal do escritor se concentra na tese defendida, em sua aceitação na Academia, e não em sua vendagem imediata.

No que se refere à relevância atribuída à obra, dentre outras destacadas ao longo da

⁸⁷ Em entrevista para o jornalista Marcos Flaminio Peres, do portal *Folha online*, em 18/09/2010, Laurentino Gomes diz que a matriz de sua obra é a narrativa: “Não há muita diferença entre o que faço e o que faria em jornal ou revista. A diferença está apenas na profundidade e na extensão. Mas a linguagem, a pesquisa, o modo de editar a informação é um trabalho de apuração jornalístico. Porque confronto as fontes e, sobretudo, vou aos locais em que as coisas ocorreram. Quer dizer, isso é bem diferente do que, em geral, se faz na historiografia acadêmica. Mas sou um jornalista. Poderia estar fazendo isso nas áreas de medicina, astronomia, psicologia; mas por vocação, faço em História”. Ver: “Laurentino Gomes diz que ‘1822’ é ‘candidato natural’ a virar minissérie”.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a- virar-miniserie.shtml>. Acesso em: 23/06/2013.

⁸⁸ Análise inspirada no artigo desenvolvido por PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *Relevância e Atualidade no Discurso de O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos*.

Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/43c10091fd20101009063211>. [PDF]. Acesso em: 14/06/2012.

⁸⁹ Indagado sobre o que diferencia o repórter do historiador, durante entrevista para a Revista *Época*, em 10/09/2010, assim respondeu Laurentino Gomes: “O que eu faço não é um trabalho convencional de pesquisa acadêmica na área de História. Isso já tem quem faça, e faça bem. Eu leio muito sobre o assunto, pesquiso documentos, mas principalmente vou aos locais onde as coisas aconteceram há 200, 180 anos, porque esses locais guardam ainda informações muito preciosas para um jornalista que tem um olhar atento. Por exemplo, no primeiro capítulo do livro [1822] eu falo do Riacho do Ipiranga e de quanto ele é poluído hoje. É um rio enquadrado, concretado, asfaltado pela metrópole. É um jeito de olhar para o passado com luzes do presente, o que ajuda o entendimento do leitor”. Ver: “Laurentino Gomes: ‘O Brasil desqualifica seu passado’”.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMES+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html>. Acesso em: 23/06/2013.

narrativa, a argumentação apresentada pelo autor concentra-se na defesa de que “nunca algo semelhante [a transmigração de um rei e sua Corte] tinha acontecido na História de qualquer outro país europeu” (GOMES, 2009, p. 32).

Quanto à atualidade conferida ao livro, identificam-se trechos que expressam dúvidas, controvérsias e novidades. Por exemplo, quando cita a importância de novas fontes (embora não trabalhe com elas), como a transmissão integral dos diários de bordo dos navios ingleses: “Entre as contribuições importantes registradas nos últimos anos, destaca-se a transcrição integral dos diários de bordo dos navios britânicos que acompanharam a família real na viagem para o Brasil” (GOMES, 2009, p. 25).

Em relação às controvérsias, que também conferem uma espécie de atualidade ao debate, Laurentino Gomes assevera que existe uma discordância no que se refere ao termo adotado para abordar o episódio sobre a vinda da Corte portuguesa. Ao mesmo tempo em que revela o termo seguido por ele no livro, cita os historiadores que defendem a mesma designação e se coloca como mediador entre os diferentes posicionamentos.⁹⁰

A Corte mudou ou fugiu para o Brasil? Qual seria o termo adequado para definir o que aconteceu entre novembro de 1807 e julho de 1821, datas da partida e do retorno de D. João a Portugal? Os historiadores nunca chegaram a um acordo. Oliveira Lima se refere à “transladação da Corte”. Luiz Norton chama de “transferência voluntária” ou de “transposição da sede portuguesa”. Ângelo Pereira fala em “retirada da família real para o Brasil”. Tobias Monteiro trata de “transplantação”. Outros usam expressões como “transmigração” ou “mudança”. Esse livro chama o evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba, Lília Moritz Schwarcz, entre outros (GOMES, 2009, p. 23).

Ao encontrar um “gancho” nas questões do dia a dia, Laurentino Gomes o coloca à disposição do leitor, a partir de uma inter-relação com o desenrolar dos acontecimentos

⁹⁰ Dentre os historiadores referenciados por Laurentino Gomes, estão: Luiz Norton e Pandiá Calógeras. Historiador, diplomata e poeta português, Luiz Norton (1903-1968) é autor, entre outras produções, de um importante trabalho de cunho histórico. A obra *A Corte de Portugal no Brasil*, publicada originalmente em 1938, aborda questões que vai do dia a dia da família real, desde a ida para o Brasil, até a abdicação de D. Pedro I. Confere ênfase à importância política da princesa Leopoldina, que, segundo os escritos do autor, desempenhara papel fundamental no processo de independência do Brasil. Ver: NORTON, Luiz. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938.

Por sua vez, o historiador, engenheiro e político João Pandiá Calógeras (1970-1934) nasceu no Rio de Janeiro, mas se radicou em Minas Gerais, estado onde exerceu a vida pública, tendo sido eleito, inclusive, a deputado federal em 1897. Ocupou o Ministério da Agricultura, na administração do Presidente Venceslau Brás (1914-1918); e Ministério da Guerra, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Ganhou destaque nacional com o livro *As Minas do Brasil e sua legislação*, publicado em 1938. Veja outras obras do autor, sobre variados temas, publicadas pela Coleção Brasileira: *O Marquês de Barbacena* (1936); *A política exterior do Império v. III - Da Regência à queda de Rosas* (1933); *Problemas de administração* (1933); *Formação histórica do Brasil* (1930); *Problemas de governo* (1928); *Estudos históricos e políticos (Res nostra...)* (2ª edição - 1936); *A política monetária do Brasil* (1960). Os livros citados encontram-se disponíveis no seguinte endereço: <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras>. Acesso em: 26/06/2013.

históricos narrados por ele. De tal forma, ao transformar o episódio da chegada da Corte portuguesa ao Brasil em acontecimento, o autor instaura o mundo contato.

Por outro lado, como o passado no jornal (e, nesse caso, no livro escrito pelo jornalista), só se apoia no presente do leitor, pois é ele que fundamenta a existência da atualidade, Mouillaud observa que a imprensa tenta entrar para a História, tentando cruzá-la com a atualidade, ao constituir memórias para seu leitor, ou seja, reproduzir o que noticiou em coleção anual (ou em efemérides comemorativas, como é o caso do autor em foco). Então, “se a coleção não constitui memória para o leitor, ela pode-se constituir arquivo para o historiador” (2002, p. 77).

Assim, buscar evidenciar uma memória histórica, como faz o jornalista Laurentino Gomes, que tem como meio divulgador a própria imprensa, parece ser, no cotidiano midiático, uma estratégia de posição entre a atualidade e a História, ou seja, aquilo que Mouillaud denomina de “atualidade de segundo grau [que procura] se assemelha [r] à História” (2002, p. 79). Dessa forma, após entender, primeiramente, como o Jornalismo, que trabalha com o efêmero e se alimenta da atualidade, apoiou-se em um assunto do campo historiográfico, que, por seu turno, como lhe é legítimo, não deixou de lado as discussões sobre a temática – os debates e as produções foram numerosos em virtude da efeméride comemorativa,⁹¹ torna-se fundamental relacionar os conceitos de acontecimento jornalístico com o de fato histórico.

Por fato histórico, nada melhor do que levar em consideração a leveza e o didatismo do conceito constituído pelo teórico e historiador Edward Hallet Carr,⁹² na obra *Que é História?*. O autor, da década de 1960, argumenta que a História resulta da interação entre o passado e o presente. Em outras palavras, o pesquisador dialoga com as fontes históricas de acordo com os interesses levantados no presente. E. H. Carr salienta que cabe ao historiador interpretar o fato social vivido, dando-lhe o *status* de histórico ao levar em consideração os eventos ocorridos antes e depois de sua constatação.

O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significados. Portanto, minha primeira resposta à pergunta “Que é História?” É que ela

⁹¹ Em relação às produções historiográficas sobre a temática, consultar: LUSTOSA, Isabel. O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores. In: *Revista da Casa de Rui Barbosa / Fundação*. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, p. 357, 2008.

⁹² Trago aqui esse que foi meu primeiro contato com a teoria da História, no Curso de História. As discussões acerca do que é História, tendo como referência o citado autor, foram essenciais para que eu compreendesse o campo na disciplina Introdução aos estudos de História, ministrada, na época, pela Professora Regina Célia Gonçalves. Embora o historiador, diplomata e jornalista britânico Edward Hallet Carr tenha se dedicado a estudos sobre movimentos revolucionários e escrito vários volumes sobre a história da União Soviética, sua obra mais conhecida é, sem dúvida, *What is History?* (1961). No referido livro, E. H. Carr diferencia fato de fato histórico e reconhece o papel da subjetividade e a força da influência do contexto sociotemporal no ofício do historiador. Além disso, escreveu alguns livros abordando a política externa inglesa. Outras informações sobre o autor, através do link: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EdwaHall.html>. Acesso em: 13/06/2013.

se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo entre o presente e o passado (CARR, 1996, p. 65).

Quando Carr ressalta que são as implicações do presente que condicionam o interesse do historiador, ele quer dizer que, ao voltar ao passado, já se sabe o que deseja desvendar. De tal forma, o historiador estabelece as indagações pertinentes aos seus estudos tendo como referência seu próprio tempo. Por isso Edward H. Carr salienta que, para compreender os escritos de determinado historiador, é fundamental conhecer seu momento histórico e social.

O teórico enuncia que não existem fatos brutos, ou “os fatos falam por si”, como tanto se propaga nos meios de comunicação, quando o que está em jogo é a busca por uma credibilidade cada vez maior. Ele defende a hipótese de que existe uma contínua relação entre presente e passado, um dependendo do outro, pois esse é reconstruído a partir da presença daquele. Desse modo, fatos e historiadores não são dimensões separadas nem independentes.

Ressalte-se, no entanto, que, quando se refere ao retorno do fato, Pierre Nora o entende como tarefa monopolizada pela mídia. Ao colocar fato e acontecimento no mesmo patamar, Nora, que não leva em consideração as concepções de Edward H. Carr, de que os fatos se constituem em matérias-primas do historiador, esquece que o *status* de acontecimento pode ser vislumbrado como uma leitura dentre várias possíveis de significados que se atribuem a um ou à combinação de vários fatos.

Se, no Jornalismo, um fato pode ser elevado a acontecimento, na História, pode ser elevado a histórico. Desse modo, tanto o presente quanto o passado são instâncias temporais e espaciais que dialogam constantemente.⁹³ De tal maneira, não há trabalho historiográfico nem jornalístico sem as fontes. Por isso, deve-se pensar na diferenciação entre as relações estabelecidas pelos historiadores e jornalistas com suas fontes.

Porém, ao afirmar que o historiador aborda suas fontes com perguntas feitas *a priori*, Edward H. Carr generaliza o método de trabalho dos historiadores, pois deixa de lado aqueles que se voltam para um acervo apenas interessados no período, “vagando” sem uma indagação precisa. Claro que esse tipo de conduta tem, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, “um alto preço em tempo e em equívocos por essa espécie de boemia intelectual” (MELLO, 2002, p. 307).

O conhecimento histórico deve ser, com efeito, um constante vaivém entre os

⁹³ Nessa mesma direção, Adam Schaff relata que o historiador faz uma leitura da realidade passada ou presente através de seu contexto social e temporal. É essa condição, segundo o autor, que determinará as formas como um fato será abordado. “O sujeito não é um aparelho passivo, mas que introduz no conhecimento um fato subjetivo, ligado ao seu condicionamento social. Essa contribuição do sujeito explica as diferenças existentes não só na avaliação e na interpretação dos fatos, mas também na percepção (articulação) e na descrição da realidade; diferenças que caracterizam o conhecimento de sujeitos pertencendo a diversas épocas históricas ou, se contemporâneas, a diversos meios (éticos, sociais, etc.) ” (SCHAFF, 1995, p. 83). Ver: SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

documentos e o quadro teórico da pesquisa, não um *diktat* da teoria ou do conceito aos documentos, como ocorre frequentemente com dano da qualidade do produto final. [...] Ficar-se tentando, aliás, a associar à prática universitária a obsessão da pergunta, pode ser contraproducente sobretudo para quem se inicia no ofício. As exigências de apresentação de trabalhos e de teses com prazo-limite podem muitas vezes tolher uma curiosidade autêntica do historiador, limitando-o aos temas do gosto do professor e à orientação que lhe foi previamente incutida (MELLO, 2002, p. 308).

No caso do Jornalismo, o mais comum, quando se vai cobrir um evento, é que as questões sejam preparadas antes e, quase sempre, são determinadas pelo editor, o que revela a hierarquização na redação. Não que o jornalista não possa expor suas ideias. Ao contrário, pode ocorrer, como no caso relatado por Robert Darnton, de os fatos não corresponderem à pauta confeccionada. Nesse caso, o profissional terá que usar da sensibilidade para conseguir dar outro ângulo à matéria, mas sem deixar de enquadrá-la nas concepções e ideologias da empresa onde trabalha, sob pena de ter seu texto editado.

Nesse debate, a concepção de acontecimento jornalístico parte dos pressupostos defendidos pelo teórico Maurice Mouillaud, como já foi discutido. Assim, parafraseando o autor, o acontecimento mediado pela mídia confere sentido aos fatos por meio de apreensões de fragmentos de uma totalidade.

O fato histórico, para o historiador, perpassa pela subjetividade e por práticas metodológicas socialmente institucionalizadas, e, no Jornalismo, não acontece diferente. A subjetividade do jornalista, juntamente com as concepções ideológicas que lhe são imputadas no ambiente de trabalho, direciona os critérios que estabelecem que episódios do cotidiano serão reatualizados em forma de acontecimentos jornalísticos, ou melhor, os que deverão ser veiculados como notícias, e, principalmente, em que posição, ou destaque, aparecerão diante do leitor. Porém, é justamente a necessidade de conferir um aspecto de atualidade, mediante a justaposição de um presente prolongado e uma pressão contínua do tempo exigindo o novo, que logo se torna descartável, que diferencia o acontecimento jornalístico do fato histórico.⁹⁴

De acordo com a leitura do livro de Laurentino Gomes, foi possível concluir que o jornalista se relacionou com a historiografia visando transformar um fato histórico em acontecimento jornalístico a partir dos aspectos da relevância, conferidos ao tema em foco, e da constituição de uma atualidade estabelecida através do diálogo com episódios ocorridos no presente. Ao fazer uma interligação presente-passado, ou cotidiano-história, Laurentino Gomes redimensiona o fato histórico em acontecimento jornalístico, pautando-se em critérios de uma *noticiabilidade* na qual a atualidade se faz presente com a apresentação de

⁹⁴ Ao defender o Jornalismo como uma forma de conhecimento, Eduardo Meditsch argumenta que, “enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências. Ver: MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo é uma forma de conhecimento? Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-Jornalismo-conhecimento.html>. Acesso em: 08/04/2013.

controvérsias historiográficas, de denúncias e da proeminência do tema.

Mas, como a chegada da Corte e sua permanência no Brasil foram tratadas pelo jornalista Laurentino Gomes? Que representações foram feitas do príncipe regente e de sua Corte? Tais questionamentos serão debatidos no capítulo seguinte.

4. LEITURA DO PASSADO NA PERSPECTIVA JORNALÍSTICA DE LAURENTINO GOMES

Considerações

Após contextualizar a temática da efeméride em comemoração aos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, demonstrando as abordagens veiculadas na mídia, neste capítulo, será feita uma “decupagem”, tomando por empréstimo um termo da arte cinematográfica, do livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*.

O intuito é de apontar os elementos que compõem a narrativa não historiográfica construída por Laurentino Gomes, buscando entender que representação o jornalista faz sobre o passado tendo como parâmetros obras de historiadores. Por outro lado, objetiva-se demonstrar como se opera a relação entre passado e presente com base nos padrões jornalísticos, em que atualidade, novidade e relevância resultam na configuração de um presentismo contínuo ou prolongado.

Saliento que não tenho a pretensão de eleger a produção de Laurentino Gomes como obra representativa dos trabalhos jornalísticos sobre temáticas históricas, pois, para tal debate, seria necessário eleger não apenas um, mas um conjunto de obras, com a finalidade de identificar suas relações com outro conjunto de obras escritas por historiadores. E como são vários os jornalistas que escrevem sobre temas históricos, também são diversas as formas de produção de culturas históricas apresentadas por eles (diversos modos de investigação sobre o passado). Portanto, cabe, aqui, analisar um caso específico, com o objetivo de entender os mecanismos de construção de uma narrativa que se dá à margem da historiografia, mas que, ao mesmo tempo, procura dialogar com ela.

4.1 De volta ao passado: a efeméride histórica e o gancho jornalístico

Antes de iniciar a análise da narrativa de Laurentino Gomes e compreender bem mais o livro *1808*, é necessário saber mais sobre o autor e entender o momento de produção da obra, ou seja, as circunstâncias que a propiciaram. Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, Laurentino Gomes também é pós-graduado na área de Administração pela Universidade de São Paulo, além de ter feito cursos de especialização na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ressalte-se, ainda, o fato de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico

de São Paulo (IHGSP).

No que diz respeito à carreira profissional, Laurentino Gomes, paranaense natural da cidade de Maringá, com 32 anos de carreira, já exerceu a profissão de repórter e editor em vários veículos de comunicação do país, incluindo o jornal *O Estado de São Paulo* e a Revista *Veja*. Também foi diretor-superintendente da Editora Abril, que publica a *Veja*. Hoje, dedica-se apenas ao trabalho de escritor.

Em 2007, lançou seu primeiro livro: *1808 – Como uma rainha Louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, que continua sendo um fenômeno de vendas não só no Brasil, mas também em Portugal,⁹⁵ pela Editora Planeta.

Em entrevista publicada em 28 de outubro de 2010, pelo *Correio Brasiliense*, Laurentino expôs os motivos que o levaram a escrever sobre a História do Brasil:

O *1808* surgiu por esses bons acasos da vida. Eu era editor da *Veja* e a revista tinha a intenção de fazer uma série especial sobre a história do Brasil e eu fiquei encarregado da equipe que ia investigar a presença da Corte do Dom João VI no Rio de Janeiro. Aí o projeto foi cancelado. Fiquei chateado num primeiro momento e segui em frente por minha própria conta. Fazer um livro-reportagem ao invés de uma reportagem sobre o assunto. E aí aconteceu uma grande surpresa: o livro virou um *best-seller*.⁹⁶

Como Laurentino Gomes salientou na entrevista acima reportada, o livro não surgiu por acaso. Primeiro, voltar os olhos para um passado distante, 1808, a partir dos pressupostos jornalísticos, foi propiciado pela efeméride dos 200 anos da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, festejada em 2008.⁹⁷ A data comemorativa funcionou como um gancho que, no linguajar das redações, significa a possibilidade de relacionar outras temáticas a partir de um

⁹⁵ Dentre os livros que tratam sobre a efeméride, ou abordem conteúdos históricos, o *1808* obteve o maior número de vendas, além de ter recebido algumas premiações, como já relatado no primeiro capítulo desta dissertação.

⁹⁶ A entrevista com Laurentino Gomes pode ser conferida em: “Em livros de sucesso, historiadores e jornalistas travam guerra pelo país”.

Disponível em: www.correiobrasiliense.com.br. Acesso em: 28/10/2012.

⁹⁷ Esse tipo de trabalho desempenhado nas redações dos impressos sobre datas históricas se enquadra na categoria de Jornalismo cultural, que se diferencia do Jornalismo opinativo e meramente informativo. Por outro lado, como ressalta Luís Sérgio Gadini (2004), essa categoria de viés cultural culmina numa espécie de combinação, entrecruzamento, entre informação, interpretação e opinião. E, dentre os gêneros do Jornalismo cultural, está incluso o perfil, dimensão amplamente explorada por Laurentino Gomes, ao tratar de D. João e Carlota Joaquina. Ver: GADINI, Sérgio Luis. *Em busca de um conceito (possível) de Jornalismo cultural*. Pauta Geral, n.6, 2004, p. 93-112; e LOPEZ, Debora; FREIRE, Marcelo. O Jornalismo cultural além da crítica: um estudo das reportagens na revista *Raiz*.

Disponível em:

http://ufsm.academia.edu/DeboraCristinaLopez/Papers/191292/O_Jornalismo_cultural_alem_da_critica_um_estudo_das_reportagens_na_revista_Raiz_. Acesso em: 15/5/2012.

assunto ou fato em destaque.⁹⁸ Depois, a ideia de escrever um livro passou, antes, pela intenção de produzir um especial sobre o tema para uma revista de circulação nacional, no caso a *Veja*, da qual Laurentino Gomes era editor executivo.

Concordo com o historiador Ronaldo Bragio Bonaldo, quando salienta que, “ao tornar por um instante o passado presente, o gancho cumpre, para o jornalista, a função que o problema historiográfico possui para o historiador acadêmico” (BONALDO, 2010, p. 49). Nessa perspectiva, jornalistas e historiadores atendem às exigências impostas pelos campos que representam. Enquanto os primeiros dependem da oportunidade de mercado para propor uma abordagem de cunho histórico, os segundos precisam, fundamentalmente, apresentar uma análise original e problematizadora, para atender às regras atribuídas pela Academia.

4.2 A reatualização do tempo e a reconstrução do passado no livro *1808*

Para desenvolver a análise do livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil* serão levadas em consideração as seguintes dimensões: escrita e estruturação da narrativa (em sua relação com os discursos jornalístico e historiográfico), tratamento das fontes, diálogo com as obras historiográficas, abordagens e representações históricas construídas ou reproduzidas.

Não pode passar despercebido o fato de que, antes de iniciar os capítulos, Laurentino Gomes relata ao leitor como se deu o processo de construção do livro em questão, ou seja, demonstra o método que seguiu. Ele expõe os motivos que o levaram a escrever uma obra de conteúdo histórico e a escolher o tema (como se viu no tópico anterior). Na introdução, o autor enfatiza que foram dez anos dedicados a ler obras que tratam sobre a chegada de D. João e de sua Corte ao Brasil. Durante esse período, consultou cerca de 150 obras, além de fontes impressas e eletrônicas. Nesse primeiro momento, verificou-se a descrição do processo de pesquisa desenvolvida por Laurentino Gomes, que se preocupou em apontar os caminhos

⁹⁸ Ao explicar, em matéria publicada no *Portal Imprensa*, em 09/09/2011, o sucesso editorial de seus livros, Laurentino Gomes relata ser fundamental não só uma linguagem acessível, como também aproveitar as datas comemorativas: “é essencial ter linguagem acessível e ser fácil de entender. É preciso ter uma boa fórmula de capa e título, para atrair o leitor, algo que até hoje é pouco explorado pelo mercado editorial brasileiro. É bom ter também o senso de oportunidade, aproveitar datas e grandes acontecimentos. E o contato com os leitores é importante”. Ver: “Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”.

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+do+jornalista+laurentino+gomes+ultrapassam+a+marca+de+1+milhao/>. Acesso em: 23/06/2013.

que seguiu até chegar ao resultado final: a escrita de seu primeiro livro.

Composta por 366 páginas, a obra, que retrata os treze anos em que a família real portuguesa viveu no Brasil, desde a saída de Portugal, em novembro de 1807, até o retorno, em 1821, é dividida em 29 capítulos.⁹⁹ Cada capítulo é apresentado de forma intemporal, tendo como objetivo auxiliar o leitor na indicação do assunto a ser tratado, exercendo, como observa Maurice Mouillaud (2002), a função de título-assunto. A estrutura da obra se aproxima muito das produções acadêmicas: contém notas e referências bibliográficas, mas anexas apenas nas páginas finais do livro.¹⁰⁰

Tendo como parâmetro obras de historiadores e procedimentos historiográficos, o autor organiza a experiência histórica e articula uma representação por meio da relação entre presente e passado.¹⁰¹ Saber de que maneira Laurentino Gomes lida com tais obras e quais os elementos da historiografia que utiliza são os objetivos a serem buscados. Portanto, a riqueza dessa análise está em entender as estratégias de construção da narrativa elaborada pelo autor.

Laurentino Gomes ordena e atribui significado a sua narrativa sobre o passado por meio de uma articulação temporal estabelecida com o presente do leitor. Percebe-se que, durante a estruturação de sua narrativa, seu princípio básico é levar informações a um público amplo sobre um tema específico, empregando uma linguagem acessível a todos. Procurando colocar em prática a ideia, propõe uma narrativa sem conflitos conceituais e procura narrar uma história mais envolvente e um pouco romancada, constituída com “doses” de humor e drama.

Logo no primeiro capítulo, denominado “A Fuga”, no qual o autor discorre sobre as circunstâncias que impuseram a retirada da Corte para o Brasil, ele não se esquivava de se posicionar diretamente acerca do fato, de dar sua opinião.¹⁰² Depois de argumentar sobre as pressões inglesas e

⁹⁹ Todos os capítulos são compostos por narrativas curtas, em média de oito páginas cada um, dispositivo usado para estimular o leitor a querer saber mais sobre o que está apresentado no sumário do livro, cujos títulos trazem uma ideia de drama, comédia e aventura: 1- Fuga; 2- Os reis enlouquecidos; 3 – O plano; 4 – O império decadente; 5 – A partida; 6 – O arquivista real; 7 – A viagem; 8 – Salvador; 9 – A colônia; 10 – O repórter Perereca; 11 – Uma carta; 12 – O Rio de Janeiro; 13 – D. João; 14 – Carlota Joaquina; 15 – O ataque ao cofre; 16 – A nova Corte; 17 – A senhora dos mares; 18 – A transformação; 19 – O chefe de polícia; 20 – A escravidão; 21 – Os viajantes; 22 - O Vietnã de Napoleão; 23 – A república pernambucana; 24 – Versailles Tropical; 25 – Portugal abandonado; 26 – O retorno; 27 – O novo Brasil; 28 – A conversão de Marrocos; 29 – O segredo.

¹⁰⁰ “As notas nas margens inferior da página são essenciais para a História: elas constituem o sinal tangível da argumentação. A prova só é aceitável se for verificável” (PROST, 2008, p. 235). Essas características presentes no texto historiográfico podem ser vislumbradas como “marcas de historicidades”, que indicam ao leitor documentos existentes, pois o historiador não “recorre ao argumento de autoridade”, como aponta Antoine Prost (2008) ao falar sobre como a História se escreve no livro *Doze lições sobre a História*. Ver: PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁰¹ Ver capítulo XII (A História se escreve) do livro *Doze lições sobre a História*, de Antoine Prost. Nele, o autor aponta as características do texto historiográfico: saturado; objetivado; digno de crédito e manuseado. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 235-252.

¹⁰² Em entrevista à *Revista História*, em 07/01/2008, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves diz que a vinda do príncipe para o Brasil “havia sido pensada por longos séculos e voltou a ser discutida no início do

francesas, afirma:

Havia, obviamente, uma terceira alternativa, que nem sequer foi considerada por D. João. Seria permanecer em Portugal, enfrentar Napoleão e lutar ao lado dos ingleses na defesa do país, mesmo correndo o risco de perder o Trono e a Coroa. Os fatos mostrariam mais tarde que as chances de sucesso nesse caso eram grandes, mas, em 1807, essa opção não estava ao alcance do inseguro e medroso príncipe (GOMES, 2009, p. 36).

Tal concepção de Laurentino Gomes sobre a falta de condição de D. João ter tomado uma decisão diferente daquela de vir para a colônia portuguesa na América tem por base os argumentos do historiador Tobias Monteiro.¹⁰³ O jornalista finaliza o texto descrito acima com uma citação do referido historiador: “Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si. [...] Incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos o [...] ócio para que nasceu” (MONTEIRO, *Apud* GOMES, 2009, p. 36).

Ao prosseguir com a análise do livro de Laurentino Gomes, destaco que três dimensões são exploradas pelo jornalista, e escritor: datas (inclusive o título), acontecimentos e “personagens” históricos. A partir dessas diretrizes, Laurentino Gomes lança mão de requisitos para compor uma narrativa que denominou de jornalística: observa situações; visita lugares que guardam memória histórica; busca fontes, elege as específicas e procura organizar as informações obtidas na escrita de um texto que segue os padrões jornalísticos.¹⁰⁴

Assim, duas vertentes podem ser estabelecidas para entender como foi construída a narrativa jornalística da história¹⁰⁵ produzida por Laurentino Gomes. De um lado, tem-se uma metodologia, ou mesmo uma técnica, empregada na busca de informações, em que são explorados muitos detalhes e curiosidades; de outro, as estratégias utilizadas na construção da

Século XIX. Seria possível tentar um desembarque na Ilha da Madeira, porém era muito próxima. Vir para esse lado do Atlântico representava a possibilidade, sobretudo, de manter o Brasil. Se Portugal fechasse seus portos à Inglaterra, como queria Napoleão, ela poderia invadir o Brasil. Além disso, começaram a surgir problemas nas colônias espanholas na América. Na Europa, o rei espanhol foi preso e obrigado a renunciar em favor de seu filho. Até o papa foi mantido prisioneiro. D. João, vindo para sua colônia na América, manteve a soberania. Não a soberania territorial, mas a soberania dos Bragança. A execução dessa estratégia foi muito interessante, e ainda tinha como objetivo fundar um novo império – o império luso-brasileiro”. Entrevista. Lúcia Bastos. *Revista História*.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/lucia-bastos>. Acesso em: 17/06/2013.

¹⁰³ Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, o historiador, político e jornalista Tobias Monteiro (1866-1952) apresenta uma vasta bibliografia. Dentre aquelas de viés histórico, estão: *As origens da guerra e o dever do Brasil* (1918); *História do Império – A elaboração da Independência* (1927); *A Lei de Imprensa*. “Elaboração da Independência” - (1927); *Presidente Campos Salles na Europa* (1928); *Pesquisas e depoimentos para a História* (1939); *História do Império: o Primeiro Reinado* (1939).

¹⁰⁴ Visitar os lugares, “buscar o acontecimento em *locus*”, assim como relatou Robert Darnton sobre a experiência do principiante repórter Jones. Ver terceiro tópico do capítulo anterior.

¹⁰⁵ Denominação, ainda sem conceito definido, conferida por Bonaldo (2010), em sua dissertação de Mestrado. Ver: BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 169 p.

escrita, fato que possibilita vislumbrar o tratamento estilístico conferido à narrativa.

Dar ênfase à descrição de ambientes e situações, recorrer a perfis (considerado um gênero jornalístico) dos envolvidos na trama histórica, apresentar diálogos e depoimentos de “testemunhas” parecem caracterizar essa narrativa que, de alguma maneira, fica numa linha tênue entre as práticas do jornalista e as do historiador.¹⁰⁶ Tal forma de narrar o tempo e situar o passado, não legitimada pela historiografia, pode também não ser legitimada pelo Jornalismo como campo do conhecimento, a não ser do ponto de vista da informação.¹⁰⁷ Trata-se de uma maneira de organizar as ações dos indivíduos no tempo, tendo como parâmetros práticas e pressupostos de dois campos do conhecimento, que, de certa maneira, entrecruzam-se em suas *práxis*.¹⁰⁸

A narrativa produzida por Laurentino Gomes é marcada por um movimento de linearidade temporal: com começo (a partida da Corte em direção ao Brasil), meio (a chegada da comitiva real) e fim (o retorno de D. João a Portugal). O autor segue os padrões jornalísticos de produção textual (clareza, concisão e discurso direto), além de fazer uso do lúdico, do entretenimento, da curiosidade, do drama, da aventura e da ironia para falar sobre o passado.

O pressuposto de objetividade equiparada ao sinônimo de verdade, tão característico do Jornalismo contemporâneo, também foi pretendido por Laurentino Gomes, como forma de conferir credibilidade ao trabalho apresentado (a credibilidade junto aos leitores é um objetivo

¹⁰⁶ Algumas dessas características de construção de narrativa também estão presentes na *Coleção Terra Brasilis*, do jornalista Eduardo Bueno, segundo pesquisa desenvolvida por Ronaldo Bragio Bonaldo. Esse autor acredita que a escrita de Eduardo Bueno seria fruto da influência do chamado “Novo Jornalismo”, que começou a ser difundido na imprensa dos EUA, no decorrer da década de 1960. Tal gênero buscava aproximar a escrita jornalística da literária, mais precisamente, das narrativas realistas de ficção, cujos principais expoentes são Tom Wolfe e Truman Capote. Ver: BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 169 p.

¹⁰⁷ Eduardo Meditsch defende o Jornalismo como uma forma de conhecimento, e não, como um mero instrumento de transmissão de conhecimentos produzidos por outras áreas. Argumenta que não se trata de uma ciência maior ou menor pelo simples fato de não ser uma ciência, pois é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. Entretanto, salienta que o Jornalismo, por outro lado, é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências. Na sustentação da hipótese, o autor lança abordagens, pressupostos, características e problemas do entendimento do Jornalismo como conhecimento. Ver: MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*

Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-Jornalismo-conhecimento.html>.

Acesso em: 08/04/2013.

¹⁰⁸ Ao falar sobre sua obra, Laurentino Gomes publicou, em seu blog, no dia 13/10/2012, um texto intitulado: “O desafio da linguagem no ensino de História”. Nele, argumenta: “Minha contribuição ao estudo da História do Brasil é de linguagem. Procuro aplicar nos meus livros o conhecimento e a experiência adquiridos ao longo de quase três décadas como repórter e editor em redações de jornais e revistas. Na essência, a pesquisa de um escritor para escrever História do Brasil é muito semelhante ao trabalho de reportagem. É preciso ler muito, consultar documentos, confrontar diferentes fontes de informação, na tentativa de chegar o mais próximo possível da verdade”. Ver: “O desafio da linguagem no ensino de História”. Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/blog/#>. Acesso em: 13/10/2012.

almejado por todos os meios de comunicação). Embora ressalte que não teve pretensões de que sua obra fosse vendida como um livro de História, recorreu a dispositivos que revelam o contrário.

Além de elencar aqueles que considera como os principais historiadores que escreveram sobre o tema e citá-los na construção da narrativa, para demonstrar conhecimento e afinidade com a temática, salienta que a fase inicial de sua pesquisa foi orientada pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias¹⁰⁹, a quem Laurentino Gomes faz referência, no texto, como uma autoridade respeitada no campo da historiografia. Essa condição legitimaria o trabalho do autor. “Foi ela quem me indicou o primeiro livro da centena e meia de fontes consultadas: o clássico *Dom João VI no Brasil*, do diplomata e historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima” (GOMES, 2009, p. 16).

O ponto de partida de Laurentino Gomes, no diálogo estabelecido com o universo historiográfico, é a historiadora Maria Odila, que lhe dá pistas bibliográficas (indica as principais obras que tratam do período). Assim, é com base na orientação da referida historiadora que o jornalista consegue chegar às mais diversificadas obras produzidas sobre o período histórico em foco e extrair delas relatos de fontes primárias, tão explorados por ele na construção da narrativa, também como forma de conferir legitimidade ao texto. Essa legitimidade busca se estabelecer, sobretudo, por meio da recorrência aos profissionais de *métier*: os historiadores ou especialistas de outras áreas que têm suas versões evidenciadas pelo autor.

No livro, além dos historiadores, são citados economistas e jornalistas, dependendo do assunto em questão. O autor destaca, entre outros, alguns clássicos da historiografia brasileira e da portuguesa, como: *História de Portugal* (1879), de Joaquim Pedro de Oliveira Martins;¹¹⁰ *D. João VI no Brasil*, uma

¹⁰⁹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1972), Maria Odila Leite da Silva Dias foi orientanda de Sérgio Buarque de Holanda, que exerceu grande influência nas obras da autora. Atualmente, é professora titular aposentada da Universidade de São Paulo, onde mantém atividades de orientação de Mestrado e Doutorado. Também é professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Com experiência no campo da História do Brasil Colonial e do período imperial, Maria Odila trabalha com os seguintes temas: historiografia, teoria da história, história social, história urbana, escravidão, relações de gênero e cultura. Dentre as obras da autora, destacam-se: *André Rebouças: diário da Guerra do Paraguai* (1973); *O Fardo do Homem Branco*: Southey, historiador do Brasil (1974); *Quotidiano e Poder em S. Paulo do Século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus; e *A interiorização da metrópole e outros estudos* (2005).

¹¹⁰ Como se pode ver, na construção de sua narrativa, Laurentino Gomes recorre à bibliografia de dois historiadores, considerados, na visão do historiador Evaldo Cabral de Mello, como reprodutores de uma história nacional construída a partir do Rio de Janeiro. Para Mello, a lamentação de tal condição está no fato de que, mesmo nortistas, Manuel Oliveira Lima e Tobias Monteiro seguem a tradição historiográfica saquarema. “Lamentável é que, na historiografia do período da Independência, boa parte dos trabalhos com esse enfoque [Com o Rio de Janeiro no epicentro da História do Brasil] foi feita por nortistas, como Oliveira Lima e Tobias Monteiro” (MELLO, 16/03/2008). Ver discussão sobre a questão no terceiro capítulo desta dissertação. MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista. *Jornal do Commercio*. Disponível em: http://brasil2008usp.zip.net/arch2008-03-16_2008-03-22.html. Acesso em: 21/06/2012.

biografia lançada em 1908 pelo historiador Manuel Oliveira Lima; *História do Império*: a elaboração da independência (1927), de Tobias Monteiro; e *História do Brasil (Volume IV)*, de Pedro Calmon (1954). Laurentino Gomes também cita, com bastante recorrência, obras mais recentes: *O feitor ausente*, de Leila Mezan Algranti (1988); *Em costas negras*, de Manolo Garcia Florentino (1995); *A Corte no exílio* (2000), versão da tese de Doutorado de Jurandir Malerba, defendida em 1997; *A longa viagem da biblioteca dos reis*, de Lilia Schwarcz (2001); e *A interiorização da metrópole*, da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (2005).¹¹¹

Nesse ponto, em relação aos “aportes” de legitimação narrativa buscados por Laurentino Gomes, percebe-se um fato importante: embora o autor não tenha ido aos arquivos e às fontes novas, ele consegue articular duas correntes de estudos sobre a temática em questão. A primeira, referente à “historiografia pátria”, ou às produções das culturas históricas (porque foi escrita por jornalistas, diplomatas, advogados ou escritores chancelados como “historiadores” pelos IHGB e Institutos estaduais) e uma historiografia que pode ser denominada de contemporânea, ou acadêmica (produto de uma cultura historiográfica, dita metodizada e legitimada).

É preciso, porém, ficar atento não apenas à historiografia do tema trabalhado, mas ao fato de que toda a produção é datada (MOTTA, 2012). Assim, cada abordagem reflete sua época e vinculação historiográfica. Essas condições parecem não ser uma preocupação de Laurentino Gomes, que elabora uma narrativa se apoiando em autores de diferentes temporalidades e vertentes. Nota-se que o autor está mais preocupado em demonstrar possuir uma erudição histórica e validar seu saber a partir do dispositivo das posições dos historiadores, os quais são apresentados em sua narrativa, e não poderia ser diferente, como especialistas no conhecimento histórico, ou seja, as “autoridades historiográficas”.¹¹²

É das obras citadas anteriormente que o autor vai extrair abordagens e elementos para compor sua narrativa.¹¹³ Dentre elas, a mais mencionada por Laurentino Gomes é a do

¹¹¹ Embora o livro *A interiorização da Metrópole* só tenha sido publicado há pouco tempo, em 2005, o estudo fora lançado, originalmente, em 1972, como artigo do livro *1822: Dimensões*, cuja organização ficou sob a responsabilidade de Carlos Guilherme Mota. Na obra, Maria Odila Leite da Silva Dias defende que havia uma relação de interesses comuns entre os portugueses e a elite colonial em prol do Estado português firmado no Rio de Janeiro, concepção que começa a se enraizar, segundo a autora, a partir do ano da chegada da Corte, em 1808. Tal abordagem iria de encontro à perspectiva da existência de interesses dicotômicos entre os dois segmentos, propagada até então pela historiografia. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹¹² De fato, o jornalista não poderia deixar de recorrer às “autoridades historiográficas”, como bem salientou Rodrigo Bragio Bonaldo ao analisar a coleção *Terra Brasilis* do jornalista Eduardo Bueno, em dissertação de Mestrado. “Se pensarmos o jornalista como *gatekeeper* (selecionador), temos que perceber que ele deve sempre referenciar as autoridades historiográficas. Nesse caso, o porteiro dos fatos não pode fazer nada sem prestar contas ao zelador do passado”. Ver: BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 54.

¹¹³ A recorrência a citações de outros estudiosos também é uma prática seguida pelos historiadores, pois, de acordo com De Certeau, a citação “garante a verossimilhança da narrativa e a validade do saber. Ela produz

diplomata e historiador pernambucano Manuel Oliveira Lima.¹¹⁴ Existe uma aproximação entre a obra do referido autor, escrita em 1908, em virtude do centenário da chegada da Corte ao Brasil, e o livro *1808*, escrito um século depois.

A semelhança é perceptível tanto na abordagem do acontecimento (ao atribuir um sentido positivo à figura de D. João e à chegada da Corte para a independência do Brasil), quanto na sistematização do conteúdo tratado e na estruturação dos capítulos, já que alguns deles têm a mesma denominação ou ideia: *1808 – A partida*, D. João, Carlota Joaquina, A escravidão; *D. João VI no Brasil – A partida*, O tráfico de escravos, El-Rei, A rainha D. Carlota.¹¹⁵

Entende-se que Laurentino Gomes se baseia no livro de Oliveira Lima visando a duas finalidades. Primeiramente, como já seria esperado, retirar abordagens históricas. Segundo, para justificar uma suposta necessidade de “resgatar” o passado e “apresentá-lo” aos que não estão habituados com a linguagem acadêmica (GOMES, 2006, p. 22). Para ele, a obra de Oliveira Lima apresenta uma linguagem densa e cansativa:

A obra mais importante sobre o período é o livro D. João VI [...] É um estudo inigualável na profundidade do seu conteúdo, erudito e fundamental para todos os pesquisadores. O estilo árido do texto de Oliveira Lima, porém, torna-o cansativo até para leitores mais familiarizados com o idioma peculiar das teses de pós-graduação (GOMES, 2009, p. 22).

É com base na crítica que faz à escrita de Oliveira Lima que o autor procura justificar seu interesse jornalístico pelo passado. Laurentino Gomes parte de pressupostos do presente, alegando que o tema encontrava-se esquecido, e as obras existentes não dispunham de uma

credibilidade” (Apud PROST, 2008, p. 242). Ver: PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 235-252.

¹¹⁴ Diplomata, historiador e jornalista, Manuel de Oliveira Lima foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Em Portugal, onde frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa e estudou, no Colégio Lazarista, o Curso de Humanidades, dedicou-se a pesquisas de caráter histórico. Em 1890, iniciou no serviço diplomático brasileiro. Até 1896, publicara três livros: *Pernambuco*, seu desenvolvimento histórico (1895); *Sete anos de República* (1896); e *Aspectos da literatura colonial* (1896). A atividade literária de Oliveira Lima também se estendia à colaboração em jornais de Pernambuco e de São Paulo. Sua obra mais importante, *Dom João VI no Brasil*, foi publicada em 1908. Na bibliografia do autor, ainda constam: *La Langue portugaise*, *La Littérature brésilienne* (1909); *Machado de Assis et son oeuvre littéraire* (1909); *O movimento da Independência* (1922); *Aspectos da história e da cultura do Brasil* (1923); *Obra seleta* (1971); *Dom Pedro e Dom Miguel – A querela da sucessão* (1925); *O Império brasileiro* (1927); e *Dom Miguel no Trono* (1933). Outras informações sobre Oliveira Lima podem ser vislumbradas no site da Academia Brasileira de Letras (ALB).

Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=429&sid=347>.

Acesso em: 18/06/2013.

¹¹⁵ Para a historiadora Angela Maria de Castro Gomes, o livro *D. João VI no Brasil* é considerado mais do que a biografia de um personagem, mas “uma das melhores, senão a melhor história que se escreveu sobre o período de 1808 a 1821”. A autora ainda elogia o senso crítico de Oliveira Lima e seu estilo de escritor. Ver: GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas: 1996, p. 114.

linguagem acessível ao público não especializado.

O propósito desse livro é resgatar a História da Corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás. [...] Um segundo objetivo desse livro, tão importante quanto o primeiro, é tornar esse pedaço da História brasileira mais acessível para os leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos (GOMES, 2009, p. 21-22).

Vale destacar que o jornalista, quando se debruça sobre esse tipo de trabalho, está mais preocupado em levar informação a um público amplo do que ter seu livro reconhecido pela historiografia. Como já salientado, Laurentino Gomes explicita que sua pretensão não foi de fazer História, mas levar, através de uma escrita simples, assuntos que despertem o interesse em um público que não está acostumado com a linguagem acadêmica.

A começar pela apresentação do livro, Laurentino Gomes cria um título chamativo (1808) e um subtítulo no qual combina ironia, comédia e aventura, para atrair a atenção do leitor.¹¹⁶ Ao mesmo tempo, como acontece no gênero reportagem,¹¹⁷ ele elege o personagem principal da trama: D. João. Percebe-se, portanto, que o autor valoriza o subtítulo (longo, irônico, taxativo) como atração principal de sua narrativa. Entretanto, a recorrência que faz às adjetivações foge dos padrões da linguagem jornalística defendida pelos manuais de redação.

Um aspecto peculiar de Laurentino Gomes, em comparação com a prática historiográfica, está no fato de que busca os lugares de memória antes de iniciar sua narrativa.¹¹⁸ Para isso, visita prédios antigos que retratam a história da permanência da Corte no Brasil, ou seja, o escritor, deixando afluir sua sensibilidade de jornalista, vai aos lugares que têm ligação com o fato que se propõe a narrar.

A narrativa desenvolvida pelo autor faz uma ponte entre presente e passado, de modo que, no transcorrer dos relatos, está sempre se referindo à contemporaneidade do leitor. Utilizando-se de outro

¹¹⁶ Sobre a questão, o autor relata, em entrevista para o portal *G1*, em 09/09/2011: “Aprendemos que é preciso atrair o leitor pela capa, pelo título. E livros que queiram se tornar best-sellers têm que incorporar essa fórmula”. Ver: “Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e ‘1822’”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>. Acesso em: 30/06/2013.

¹¹⁷ Ver conceito sobre o gênero a partir das concepções de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, que constam na nota 20, localizada no primeiro capítulo desta dissertação.

¹¹⁸ Lugares de memória é um dos quatro elementos constitutivos da memória, estabelecidos por Michel Pollack (*Apud* MOTTA, 2012). São representados por museus, arquivos e monumentos. “Os elementos constitutivos da memória são importantes na medida em que nos ajudam a compreender sua força e o seu poder, pois, a partir desses elementos, ela realiza um esforço de unidade física dos membros que compartilham lembranças singulares”. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da História*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-35.

método de escrita, que também busca relacionar as referidas instâncias temporais, Laurentino Gomes convoca o leitor a refletir sobre o fato narrado a partir do seu contexto sociotemporal. Um exemplo é extraído do primeiro capítulo da obra, quando conjectura:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para a Austrália, sob a proteção de aviões da Força Área dos Estados Unidos. Com ele teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: essa altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília [...] Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e traição. Depois, de medo e revolta. E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a Corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha Britânica (GOMES, 2009, p. 31-32).

O autor constrói sua narrativa de temática histórica com uma intencionalidade didática, mas faz uso de uma situação hipotética e anacrônica de como seria a repercussão da notícia de um ato como aquele da Corte portuguesa se fosse praticado pelos governantes de hoje. Cometeria, nesse caso, um dos piores erros no universo historiográfico: o anacronismo, ou seja, a imposição de valores do presente a situações passadas, sem considerar o contexto histórico da época pesquisada.

Ao longo dos 29 capítulos, Laurentino Gomes recorre a outra forma de invocar o presente do leitor. Ele faz a inserção do advérbio de tempo *hoje* para denotar a ideia de uma atualidade da narrativa, como forma de evidenciar um *presentismo* que se mantém constante, praticamente, em toda a obra.

Um texto conciso, linear e direto é outra marca do discurso jornalístico que aparece no livro de Laurentino Gomes.¹¹⁹ A ênfase na curiosidade de dados quantitativos, normalmente explorados pelos jornalistas, também pode ser vislumbrado na narrativa que o autor constrói sobre a vinda da família real para o Brasil. E, ao apresentar uma narrativa mais descritiva do que reflexiva, Laurentino Gomes vai organizando a cena da história contada. Para tanto, procura retratar o cenário das ocorrências, técnica empregada por ele em diversos capítulos.

Assim, ainda no primeiro capítulo do livro, “A Fuga”, o autor, tentando explicar o

¹¹⁹ Em entrevista para a Revista *Época*, em 10/09/2010, Laurentino Gomes procura justificar o porquê de suas obras serem mais vendidas do que as dos historiadores: “Geralmente a linguagem acadêmica é mais técnica. Não sou contra isso, não: é uma linguagem que a academia usa para se entender. São especialistas falando com especialistas. Já o jornalista se vale de uma linguagem mais acessível, mais didática, porque ele está se comunicando com um público muito mais amplo do que o público acadêmico. Isso gera alguns mal-entendidos. Tem gente que diz que jornalistas não deveriam escrever sobre História e reclama que os livros de História não vendem. Às vezes não vendem porque a linguagem não é adequada. Você não pode pegar uma tese de doutorado, publicá-la em forma de livro e esperar que seja um best-seller”. Ver: “Laurentino Gomes: O Brasil desqualifica seu passado”.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMES+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html>. Acesso em: 23/06/2013.

sentimento de abandono dos portugueses mediante a partida do príncipe, discorre sobre como a figura do rei era vista até o Século XIX. E, ao buscar retratar um pouco da mentalidade da época, Laurentino Gomes confere um realce na visão do leitor, visando instigá-lo a imaginar o episódio narrado: “Essa noção [Referindo-se que o rei era tido como protetor do povo – no Antigo Regime] ajuda a explicar a sensação de desamparo e perda irreparável que os portugueses sentiram nas ruas de Lisboa naquela manhã fria do final de outono” (GOMES, 2009, p.33).

Exemplos de como o autor procura estimular a imaginação do leitor, por meio da descrição de ambientes e sensações, podem ser vislumbrados em outros capítulos da obra. Sobre como ocorreu a partida da Corte portuguesa para o Brasil, o autor, a partir da descrição feita pelo tenente da Marinha britânica, Thomas O’Neil, abre o quinto capítulo, denominado “A partida”, da seguinte maneira:¹²⁰

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusões por todo lado. Um espetáculo inédito na História de Portugal se desenrolara sobre as águas calmas do rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país [...]. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã a nau *Príncipe Real* inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico (GOMES, 2009, p. 64).

Esse é um dispositivo que o jornalista utiliza por diversas vezes, como tentativa de prender a atenção do leitor e atribuir credibilidade a sua obra. Outro mecanismo aplicado por Laurentino Gomes no *1808*, também visando a credibilidade junto ao leitor, diz respeito à recorrência a relatos ou depoimentos de contemporâneos de D. João (principalmente de

¹²⁰ Diferentemente dos historiadores Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves que, ao tratar sobre a partida da Corte portuguesa para o Brasil, fazem uma abordagem analítica sobre as implicações de tal ato para os povos dos dois lados do Atlântico (ver citação no terceiro capítulo, no tópico 3.1), Laurentino Gomes objetiva prender a atenção do leitor, estimulando sua imaginação através do uso de uma técnica narrativa que confere ênfase à visão. A partir da descrição feita pelo tenente da Marinha britânica Thomas O’Neil, o autor descreve a condição do tempo em Lisboa.

Embora tenha sido escrito em 1810, o livro do conde irlandês e tenente da Marinha britânica Thomas O’Neil só viria a ser publicado no Brasil em 2007, depois de um exemplar ter isso cedido à editora José Olympio pelo bibliófilo José Mindlin. *A viagem da família real portuguesa para o Brasil*, título em português, narra os momentos referentes ao episódio da vinda da Corte para a América, destacando a ideia de fuga e a travessia pelo Atlântico. Alguns historiadores consideram o texto assinado por Thomas O’Neil um pouco duvidoso, já que se trata de uma narrativa de memórias que, muitas vezes, não deixa claros alguns episódios narrativos. Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira. Alegria e infortúnios dos súditos luso-europeus e americanos. Rio de Janeiro. *Revista Acervo*, vol. 21, n. 1, p. 29-46, jan/jun, 2008.

Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/101>. Acesso em: 02/07/2012.

viajantes e funcionários reais), e de pessoas que faziam parte da Corte ou a acompanhavam. Tal recurso narrativo, amplamente explorado por Laurentino Gomes, é rotineiramente seguido por jornalistas no dia a dia de seus ofícios.

Percebe-se que os testemunhos, para o autor, são tidos como fontes principais que atestam o que está sendo narrado por alguém que presenciou determinado fato ou protagonizou uma dada situação. Na narrativa construída por Laurentino Gomes, os testemunhos são tão importantes quanto as observações e opiniões dos próprios historiadores. Assim, intui-se que as reproduções de relatos, “discursos” e “falas” de contemporâneos ao momento histórico abordado no livro *1808* objetivam trazer o leitor para dentro da história, envolvê-lo.

Para exemplificar o que acabou de ser explicitado, pode ser citado o trecho de uma carta enviada a D. João pelo terceiro marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida Portugal, na qual ele alerta o príncipe sobre a necessidade de se mudar para a colônia americana devido à fragilidade do reino, que, em 1801, foi invadido por tropas espanholas (Guerra das Laranjas). “Vossa Alteza Real tem um grande império no Brasil. [...] É preciso que mande armar com toda a pressa todos os seus navios de guerra e todos os de transportes que se acharem na Praça de Lisboa – e que meta neles a princesa, os seus filhos, e os seus tesouros” (*Apud GOMES, 2009, p. 47*).

No segundo capítulo, denominado “Os reis enlouquecidos”, Laurentino Gomes faz referência aos problemas mentais da Rainha Maria I, de Portugal, e do Rei George III, da Inglaterra. Dentre várias passagens de tratamento semelhante, reproduz a fala, em discurso direto, de médico do Rei inglês: “‘Nosso rei está louco’, declarou o médico Richard Warren, em 1788” (*GOMES, 2009, p. 38*). Aqui, percebem-se duas coisas: uma forma de presentificar a narrativa, fazendo uso do tempo verbal; e uma tentativa, talvez, de passar a impressão de que se entrevistou quem presenciou a situação narrada – é como se o jornalista tivesse entrevistado a testemunha, como normalmente faria em seu ofício.

Situação semelhante, no que se refere à reprodução das falas dos “personagens” que compõem a trama histórica em foco, ainda pode ser verificada em outros capítulos da obra. No terceiro, denominado “O plano”, o autor enaltece a habilidade do Imperador francês, Napoleão Bonaparte, veiculando uma de suas famosas frases: “Na guerra um general ruim é melhor do que dois bons” (*Apud GOMES, 2009, p. 43*).

Na perspectiva de conferir espaços aos depoimentos dos testemunhos, os viajantes ganham destaque significativo no livro de Laurentino Gomes. São considerados “testemunhas oculares”, como ele mesmo ressalta no capítulo “O retorno”, no qual narra a volta de D. João

para Portugal e a retirada de dinheiro dos cofres do Banco do Brasil. “Testemunha ocular dos acontecimentos, a viajante inglesa Maria Graham conta que ‘o tesouro ficou tão pobre’ que D. Pedro foi obrigado a adiar o reajuste dos soldos dos militares, prometido antes da partida do Rei” (GOMES, 2009, p. 284).

Referências aos escritos de Maria Graham também se fazem presentes em outros capítulos da obra de Laurentino Gomes. Ao escrever sobre a escala de D. João em Salvador, antes de partir em direção ao Rio de Janeiro, o autor retrata a paisagem da antiga capital do Brasil a partir da descrição feita pela viajante inglesa, no momento de sua chegada, em 17 de outubro de 1821: “Essa manhã [...], meus olhos abriram-se diante dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade, magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada ao longo da cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha” (GRAHAM, *Apud* GOMES, 2009, p. 103).

Mas, em seguida, aspectos peculiares sobre Salvador são trazidos por Laurentino Gomes quando destaca a impressão da viajante pelas ruas de Salvador: “O deslumbramento da paisagem, porém, se convertia em decepção quando o visitante entrava na cidade. Maria Graham achou tudo muito sujo e decadente” (GOMES, 2009, p. 105).

Em outro capítulo, este sobre a escravidão, o autor novamente recorre à Maria Graham, quando relata sobre a reação da inglesa ao conhecer o Valongo, mercado de escravos do Rio de Janeiro: “1º de maio de 1821: vi hoje o Valongo. [...] Quase todas as casas dessa longuíssima rua são um depósito de negros cativos. [...] as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracas para sentarem-se” (GRAHAM, *Apud* GOMES, 2009, p. 214).¹²¹

¹²¹ No livro *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), a escritora britânica Maria Graham (1785-1842) narra as experiências que vivenciou no Brasil a partir de 1821, quando chegou, até 1823, embora tenha permanecido no território brasileiro até 1824. Ela acompanhava o marido, um capitão da marinha de guerra da Grã-Bretanha. O *Diário de uma viagem ao Brasil* é um livro que foi escrito para o público europeu. Nele, a autora, que já era uma escritora conhecida em sua terra natal, aborda vários temas, entre os quais: política, escravidão, costumes, culinária e festa da Corte. Em mais de 300 páginas de sua obra, Maria Graham, que escreve do lugar europeu, não tem como fugir do imaginário político cultural vivenciado na Europa do Século XIX.

Outras viagens da autora, realizadas antes da vinda para o Brasil, renderam alguns livros: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: George Ramsay and Company, 1812; *Letters on India*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row; Edinburgh: A. Constable and CO., 1814; *Journal d' un séjour fait aux Indes Orientales pendant les années 1809, 1810 et 1811*. Genebra/Paris: J.-J.Paschoud/Maison de Commerce, 1818.

Sobre Maria Graham, ver a seguinte biografia: GOTCH, Rosamund Brunel. *Maria, Lady Callcott: The creator of “Little Arthur”*. Londres: John Murray, 1937.

Outras referências acerca da presença feminina no Brasil, consultar: FRANÇA, *Mulheres viajantes no Brasil (1773-1820)*. Rio de Janeiro: UERJ, José Olimpino, 2007; LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo, Hucitec, Brasília: Prémémoria, 1982.

A importância dos relatos dos estrangeiros, para Laurentino Gomes, pode ser evidenciada no capítulo “Os viajantes”, reservado para focar acerca daqueles que entende como as principais testemunhas da época, reproduzindo as impressões de cada uma delas sobre o Brasil. Laurentino Gomes classifica os viajantes que estiveram por aqui, durante a permanência da Corte, em cinco categorias: comerciantes (mineradores e de outros ramos), nobres, cientistas, pintores e paisagistas e, por último, os que ele chama de aventureiros (que, segundo afirma, chegaram ao Brasil por acaso).¹²²

Denomina o mineralogista inglês, John Mawe, como “o primeiro viajante-repórter da época de D. João VI” (GOMES, 2009, p. 231).¹²³ Após discorrer sobre a procedência de Mawe, sobre como chegou ao Brasil e a curiosidade em registrar tudo o que estava a sua frente, ressaltou que o comerciante percorreu quase todas as regiões durante dois anos. Ter registrado paisagens, presenciado situações e relatado costumes é o que interessa a Laurentino Gomes. Seria uma forma de dizer que o que está sendo narrado no livro *1808* é tecido a partir de relatos de pessoas que presenciaram o momento retratado.

¹²² Fascinados com a descoberta do Novo Mundo, muitos estrangeiros chegaram ao Brasil, a partir do Século XVI, com o intuito de reafirmar o imaginário fantástico acerca do continente americano que predominara na Europa. A ideia de que por aqui habitavam animais gigantescos e monstros marítimos foi reforçada por meio de relatos e gravuras, muitos produzidos por pessoas que nunca estiveram nos trópicos.

Se, do Século XVI ao XVII, o Brasil foi representado como um território de práticas pecaminosas, concepção religiosa atribuída aos rituais indígenas, a partir do Século XVIII, o território passou a ser alvo de expedições científicas. O interesse pelo conhecimento acerca do homem e da natureza impulsionou a vinda de muitos cientistas. Tais profissionais eram financiados por órgãos governamentais ou se aventuravam por iniciativas próprias, porém vendiam o material coletado aos museus, como forma de prosseguirem em suas viagens.

Fora mediante a chegada da Corte portuguesa, em 1808, que estrangeiros de nacionalidades diversas puderam desembarcar no Brasil. A restrição à entrada de visitantes tornou-se flexível com a abertura dos portos às “Nações Amigas”. Movidos por interesses científicos, comerciais ou mesmo pela vontade de conhecer, buscavam estudar e registrar aspectos da vida cotidiana, da flora, da fauna, dos minerais, da geografia e dos costumes. São representantes desse período: Spix, Martius, Saint-Hilaire, Jean Baptiste-Debret, Thomas Lindley, John Mawe, Maria Graham, Henry Koster e John Luccock.

Algumas obras trazem interessantes estudos sobre a presença de estrangeiros e suas representações acerca do Brasil a partir do Século XVI, tais como: BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro: viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900*. 2 ed. Rio de Janeiro: seec, 1980; BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1995; MARTINS, Luciana Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1808*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olímpio, 2000; ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: Edusc, 2008.

¹²³ O mineralogista e comerciante inglês John Mawe (1764-1829) permaneceu durante quatro anos no Brasil, de 1807 a 1811. Em suas viagens pelo interior do território brasileiro (passando por lugares que hoje correspondem aos estados do Sul e Sudeste), registrou a natureza, os costumes e o cotidiano da população nativa. Da junção de tais relatos, resultou o livro *Viagens ao interior do Brasil*, publicado em 1812, na Inglaterra. Uma nova edição seria publicada em 1821, em outros países europeus e nos Estados Unidos. Pelos minuciosos detalhes que traz acerca dos aspectos socioculturais da época, a obra de John Mawe se constitui em importante fonte para a pesquisa histórica. Sobre os viajantes, ver: MARTINS, L.L. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; BARREIRO, J.C. *Imaginários e Viajantes do Brasil do Século XIX: Cultura e Cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002.

O problema de trabalhar tais fontes em seu livro reside no entendimento que o autor tem delas. Para ele, os relatos descritos em narrativas de memórias pelos viajantes são ditos como verdades objetivas. O fato de narrar com base no relato de alguém que presenciou o acontecido é mais interessante, na ótica do autor, do que a própria versão apresentada pela “testemunha”.

Mas “aprender a fazer História significa também aprender a cruzar fontes, produzir embates entre elas e conflitos de interpretações sobre uma evidência. Para tanto, é preciso perguntas novas às fontes velhas” (MOTTA, 2012, p. 29). Como se percebe, no texto de Laurentino Gomes, não há uma problematização das fontes, ou seja, uma confrontação, ou questionamentos acerca das possíveis posições políticas ou das condições culturais dos viajantes para entender o porquê das abordagens relatadas. Em outras palavras, é inexistente a preocupação com trabalhar o tipo de fonte em questão, em contextualizá-la.

No capítulo “Os viajantes”, por exemplo, predomina uma impressão depreciativa dos residentes no Brasil. O autor traz para o texto obras de historiadores que tratam do assunto em foco, mas predomina a visão dos viajantes acerca dos costumes locais, relatados como algo espantoso. Um dos relatos destacados por Laurentino Gomes é o do português Henry Koster¹²⁴ que, dentre outras descrições sobre o interior nordestino, relatou: “Os sertanejos são muito ciumentos e há dez vezes mais mortes por esse motivo do que por qualquer outro. Essa gente é vingativa” (KOSTER, *Apud* GOMES, 2009, p. 237).

Em outro parágrafo, Laurentino Gomes ressalta o fato de que a maioria dos relatos traz a imagem “de uma colônia preguiçosa e descuidada, sem vocação para o trabalho, viciada por mais de três séculos de produção extrativista” (GOMES, 2009, p. 237). Mais à frente, aponta uma crítica feita por John Mawe aos cuidados com a produção de queijo numa região nas proximidades de Vila Rica e Mariana, em Minas Gerais: “Esse queijo era tão rançoso e de gosto tão desagradável que era perigoso para a saúde, e essa particularidade me faz julgar que o preparavam com grande relaxamento” (MAWE, *Apud* GOMES, 2009, p. 238). Ainda cita

¹²⁴ O livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, publicado originalmente em 1816, na cidade de Londres, só viria a ser lançado no Brasil em 1942, pela Coleção Brasileira. Mas parte dos relatos do inglês Henry Koster já tinha sido disponibilizada ao público brasileiro a partir do final do Século XIX, com fascículos publicados na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*.

Em prefácio à primeira edição nacional, o pesquisador Luiz da Câmara Cascudo não considera Henry Koster um naturalista, pois não dispunha de uma investigação anteriormente planejada. Tratava-se, segundo Cascudo, de um homem movido por uma curiosidade de conhecer a realidade em sua volta. O viajante chegou ao Brasil em 07 de dezembro de 1809 e se instalou em Recife. Viajou por várias províncias do Norte (Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão). O contato com o povo e seus costumes possibilitou-lhe escrever o referido livro, logo após retornar à Inglaterra, em 1815. No ano seguinte, voltaria ao Brasil, onde faleceria na década de 1820. Ver: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

outra passagem referente aos relatos de Mawe sobre os costumes locais, em que o inglês se refere a nossa gente como “inimigos do trabalho e dos cuidados que ele exige” (MAWE, *Apud* GOMES, 2009, p. 238).

O tratamento atribuído às fontes diferencia-se daquele aplicado pelos historiadores. Procedendo de forma contrária destes profissionais, Laurentino Gomes não questiona suas fontes, não leva em consideração o contexto social de quem as produziu nem atenta para o fato de que tais relatos são escritos para um público europeu e refletem os ideais do contexto sociopolítico da Europa não Ibérica. Possivelmente, no caso de Maria Graham, por exemplo, a autora já deveria estar influenciada pela ideologia britânica do combate à escravidão, o que justifica sua indignação com a condição do homem escravo no Brasil.

Verifica-se, então, que os depoimentos de viajantes estrangeiros são fontes primárias que aparecem na trama de Laurentino Gomes como verdades absolutas, sem ser levado em consideração o fato de que se trata de alguém que olha o Brasil pela ótica do mundo europeu. Essa prática culminou na produção de informações que imputaram uma dimensão de inferioridade às pessoas que nessa terra habitavam em relação aos novos moradores que chegaram com a Corte de D. João VI.¹²⁵

As fontes primárias (cartas, diários de bordo, etc.) são utilizadas na narrativa ora de forma ilustrativa, na tentativa de “comprovar” o que está sendo dito, ora como ferramenta de onde são extraídas fragmentos de textos referentes a discursos pronunciados pelos contemporâneos a D. João. Mesmo se voltando ao passado, a narrativa de Laurentino Gomes procura exaltar o presente, seja levantando questões atuais, seja conferindo espaços aos homens da época.

Tais fontes são conhecidas e citadas por Laurentino Gomes a partir do contato que estabelece com as obras dos historiadores. No capítulo “O plano”, por exemplo, o autor veicula trechos de uma carta sobre a possibilidade de se criar um império no Brasil, enviada ao Príncipe regente pelo então chefe do Tesouro Real, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 1803. Tal documento foi retirado do livro *D. João VI príncipe e rei* – a retirada da família real para o Brasil, publicado em 1953 pelo historiador português Ângelo Pereira.¹²⁶

¹²⁵ Em estudo sobre a representação do negro pela ótica dos europeus no Século XIX, os historiadores Boris Kosoy e Maria Luzia Tucci Carneiro alertam para o fato de que, “por mais ‘isentos’ que os viajantes estrangeiros procurassem ser em seus relatos e crônicas [...], é óbvio que eles já traziam em seu espírito imagens preconceituosas da realidade que iriam encontrar” (KOSOY; CARNEIRO, 2002, p. 25). Ver: Kosoy, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

¹²⁶ A obra mais conhecida do historiador Ângelo Pereira é *D. João VI – Príncipe e rei*. Lançada na década de 1950, a produção compreende quatro volumes: *A retirada da Família Real para o Brasil – 1807* (1953); *A Bastarda* (1955); *A independência do Brasil* (1956); e *Últimos anos dum reinado tormentoso* (1958).

“Portugal não é a melhor parte da monarquia, nem a mais essencial”, escreveu D. Rodrigo. Depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu Soberano, e aos seus povos, irem criar um poderoso império no Brasil. O novo império americano poderia servir de alicerce para que, mais tarde, D. João pudesse recuperar tudo que tinha sido perdido na Europa e ainda punir o “cruel inimigo”. Segundo D. Rodrigo, quaisquer que sejam os perigos que acompanhem uma tão nobre e resoluta determinação, são sempre muito inferiores aos que certamente hão de seguir-se à entrada dos franceses nos portos do Reino (PEREIRA, *Apud* GOMES, 2009, p. 47).

Embora, em sua narrativa, Laurentino Gomes dê bastante ênfase aos escritos dos que estavam em volta de D. João e de outros “personagens” da época, a figura do historiador aparece logo em seguida, e suas observações são veiculadas como forma de dar credibilidade ao narrado. É o que acontece ainda no terceiro capítulo. Depois de citar trechos de “pessoas comuns”, Laurentino Gomes conclui o assunto (ao falar que, devido à existência de planos antigos, teria dado certo a mudança da Corte para o Brasil) lançando mão de um trecho da argumentação do diplomata e historiador Manuel Oliveira Lima, no livro *D. João VI no Brasil*:

De outra forma não se explica que tivesse havido tempo, numa terra clássica da imprevidência e morosidade, para depois do anúncio da entrada das tropas francesas no território nacional, embarcar [...] uma Corte inteira, com suas alfaias, baixelas, quadros, livros e joias (LIMA, *Apud* GOMES, 2009, p. 48).

Em relação às referências bibliográficas presentes no livro, Laurentino Gomes não faz uma confrontação entre elas. Para dar agilidade à leitura, as referências vêm no final do livro, e os historiadores trabalhados aparecem como “autoridades” no assunto. O autor, como se estivesse escrevendo uma matéria, recorre à historiografia para confirmar o que está relatando e conferir legitimidade ao seu trabalho.

Se, de um lado, as fontes primárias se credenciam pelo fato de que presenciaram os acontecimentos ou viveram na época, de outro, há recorrências aos considerados como especialistas no tema. E, nesse universo, despontam tanto historiadores, quando é para falar de História; quanto economistas, quando o que está em foco é um assunto de cunho econômico, sendo recorrente o uso de expressões do tipo: “segundo”..., “como afirma”..., “de acordo”. Percebe-se, então, que a maneira como o jornalista usa e organiza suas fontes influi na forma e no conteúdo dos relatos apresentados.

Por outro viés, ao analisar a estruturação da narrativa de Laurentino Gomes, seria possível afirmar que traz uma carga de elementos estéticos que a denunciaria como um tipo de romance. Um exemplo poder ser vislumbrado no capítulo cinco, “A Partida”, no qual o autor

descreve como um oficial da Corte recebeu ordem para organizar o embarque da Família real para o Brasil.

À meia noite, Joaquim José de Azevedo, oficial da Corte e futuro visconde do Rio Seco, foi acordado por um mensageiro e instruído a se dirigir ao Palácio Real. Lá, encontrou o conselho de Estado e recebeu ordens pessoais de D. João para organizar o embarque. Antes de se dirigir ao porto, Azevedo se assegurou de que o seu lugar e o de sua família num dos navios estavam garantidos. Em seguida colocou mãos à obra (GOMES, 2009, p. 66).

Outro exemplo de uma passagem romanceada, na qual o autor realça e dramatiza a cena (dispositivo frequente nas reportagens), ocorre no final do quinto capítulo, quando Laurentino Gomes descreve o cenário no cais do porto de Lisboa, logo após a partida da Corte: “Naquela manhã luminosa de novembro de 2007, espalhadas pelo cais do porto de Lisboa, ficaram centenas de bagagens, esquecidas no tumulto da partida” (GOMES, 2009, p. 73-74).

A reprodução de diálogos (que além de conferir um aspecto realista ao texto, representa uma técnica utilizada na literatura) também é uma dimensão presente na narrativa de Laurentino Gomes. Embora se trate de uma narrativa de não ficção que enfoca um acontecimento do passado, o autor faz uso corrente de diálogo, enfatizando os “personagens da trama”, como ocorre no capítulo dedicado à primeira capital do Brasil, Salvador. Nele, o autor reproduz um diálogo entre o governador João Saldanha da Gama e D. João, no momento em que o monarca chega à Bahia.

“Não vem ninguém da terra?” perguntou-lhe o surpreso príncipe regente. “Senhor”, respondeu o governador, “não veio imediatamente toda a cidade porque determinei que pessoa alguma se aproximasse, sem que eu primeiro viesse receber as ordens de Sua Alteza Real. O príncipe retrucou: “Deixe o povo vir como quiser, porque deseja ver-me” (GOMES, 2009, p.102).

Percebe-se, ainda, no trecho acima reproduzido, que Laurentino Gomes procura passar aos leitores a imagem de um príncipe amável para com os súditos. A figura de um príncipe bondoso é trabalhada por Oliveira Lima no livro *D. João VI no Brasil*. Tal abordagem acerca do monarca desenvolvida pelo autor, principalmente no capítulo denominado “El-Rei”, parece ter inspirado Laurentino Gomes também a dedicar um capítulo a D. João VI.

Mas que representações sobre D. João Laurentino Gomes resgata na obra de Oliveira Lima? Quais abordagens têm o mesmo significado e quais as versões que se diferenciam? São essas as questões que irei responder a seguir.

Ao fazer uma comparação entre os escritos de Laurentino Gomes, no capítulo “D.

João”, e de Manuel Oliveira Lima, no capítulo “El-Rei”, encontram-se muitos pontos em comum, ou seja, representações semelhantes. Entretanto, abordagens diferenciadas também aparecem, ou melhor, alguns aspectos referentes ao monarca foram mais valorizados, no sentido de explorados, por Laurentino Gomes, enquanto que eles ganharam segundo plano ou foram citados para serem questionados na narrativa de Oliveira Lima.

Claro, embora ambos escrevam em virtudes de efemérides históricas, fazem parte de contextos diferentes. Se, de um lado, duzentos anos depois da chegada da Corte ao Brasil, Laurentino Gomes se incumba da tarefa de levar informações a um público amplo sobre um período da História que considera, na opinião dele, pouco divulgado e conhecido; de outro, Oliveira Lima, cem anos atrás, tem para si a missão de tentar “provar” as qualidades de um monarca que, segundo ele, vai além daquela imagem caricata construída por uma historiografia republicana.¹²⁷

No capítulo sobre o príncipe escrito por Laurentino Gomes, nota-se que o autor se refere a D. João como um governante influenciado, incapaz de tomar decisões próprias.¹²⁸ Ressalta que sua trajetória política teve a fundamental contribuição de três importantes conselheiros: “[D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Antônio de Araújo e Azevedo, Tomaz Antônio Villa Nova Portugal], em diferentes momentos de sua vida, além de ajudá-lo a superar o medo, a timidez, a insegurança e as crises de depressão, orientaram-no na tomada de decisões que haveriam de marcar profundamente seu reinado” (GOMES, 2009 p. 159).

Diferentemente de Laurentino Gomes, Oliveira Lima enfoca o que considera as principais qualidades de D. João VI. Para ele, o monarca não é um fantoche de seus conselheiros, sem atitude, e que sua inteligência e seu vigor estavam em saber escolher quem escutar para, depois, tomar as próprias decisões.¹²⁹ O autor atribui a D. João duas

¹²⁷ *D. João VI no Brasil* (1908) representa um dos mais significativos estudos referentes ao período joanino. Escrita pelo diplomata e historiador Manuel Oliveira Lima (1867-1928), a obra se contrapõe à historiografia tradicional de Portugal e do Brasil, que remetia à figura do Rei a uma imagem pejorativa. Lá era tido como fraco, enquanto, por aqui, um monarca bobalhão. Oliveira Lima trouxe à tona um D. João humanizado, que, embora tivesse características de homem pouco decidido, revela-se, por outro lado, benevolente e consciente de seus deveres de governante. Os estudos de Oliveira Lima apontaram, pela primeira vez, a partir de pesquisa em documentação diplomática, que a vinda da família real portuguesa para o Brasil era um antigo plano do Reino, e não, uma decisão tomada de forma impensada. Ver: LIMA, Manuel Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rido de Janeiro: Topbooks, 3 ed., 1996.

¹²⁸ Nos primeiros capítulos de sua obra, Laurentino Gomes já deixa evidente a representação que fará da figura de D. João: “o Príncipe regente era tímido, supersticioso e feio. O principal traço de sua personalidade e que se refletia no trabalho, no entanto, era a indecisão” (GOMES, 2009, p. 34). Entretanto, tal abordagem não anula, no livro, outros aspectos referentes ao monarca.

¹²⁹ A historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que está trabalhando na biografia de D. João VI, relata que a ideia é trazer à tona o homem João em volta de seu contexto, ou seja, descrevê-lo como um homem do seu tempo, embora ressaltasse as dificuldades de dispor de fontes necessárias para compor a biografia. Ao falar sobre a construção desse trabalho, no artigo “A biografia de d. João VI: implicações teóricas e metodológicas”, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves traz a análise de um trecho escrito por João a seu ministro. Em tal

características que classifica como fundamentais a um governante: bondade e senso prático.

Na concepção de Oliveira Lima, D. João tinha bondade para conduzir seus súditos, além de senso prático para escolher e saber ouvir aqueles que julgava capazes de emitir opiniões sensatas. “Apenas desconfiava dos homens inteligentes e ilustrados que lhe não dessem prova particular do seu devotamento” (LIMA, 1966, p. 588). E, para demonstrar que o monarca era possuidor de uma esperteza e habilidade política, destaca:

Para mandar, El rei bastava; para executar e mesmo aconselhar, uns poucos de competentes; para obedecer, a grande massa que se fazia necessário trazer satisfeita, interessando-se por ela, ativando-lhe o bem-estar, proporcionando-lhe até vaidades para ter que lhe suportar caprichos (LIMA, 1996, p. 590).

Visando minimizar as críticas atribuídas a D. João, no que se refere ao comportamento medroso, indeciso e indiferente ao que acontecia ao seu redor, Oliveira Lima contrapõe tais “imperfeições” a uma série de qualidades e as classifica como um conjunto de virtudes não verificado geralmente em qualquer monarca.

Em Dom João VI as imperfeições de todo ser humano não chegavam para que desmerecessem as sólidas qualidades. Se era tímido, pusilânime mesmo, como tal egoísta, ressentido, ciumento de atenções, amigo de monopolizar as deferências e inimigo de perdoar os agravos menores, também era clemente, misericordioso nas grandes ocasiões quando se fazia apelo direto ao seu coração, arguto em qualquer emergência, raramente ou nunca perdendo o equilíbrio moral, tão generoso para com seus fâmulos e validos quanto econômico e governante invariavelmente bem intencionado. Eram aqueles em suma pequenos defeitos a contrapor a um belo conjunto de virtudes, raro num monarca despótico (LIMA, 1996, p. 578).

A reconstrução da imagem do rei,¹³⁰ feita por Oliveira Lima, parte da exploração de questões relativas à bondade, à esperteza, ao senso prático e à habilidade política, até mesmo para se aproveitar das tradições religiosas, buscando na igreja alicerce para sustentar seu governo, pois, “com seu corpo de tradições e sua disciplina moral, só lhe podia ser útil para o bom governo, a seu modo, paternal e exclusivo, de populações cujo domínio herdara com o cetro” (LIMA, 1966, p. 590).

Em livro publicado cem anos depois da chegada da Corte portuguesa ao Brasil,

correspondência, constava a sua preocupação e a urgência em resolver diversas questões. Diante desse fato, a autora constata que, “embora solicitasse o parecer do ministro, ele próprio [D. João] dava diretrizes para a condução dos negócios políticos” (NEVES, 2011, p. 316). Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A biografia de d. João VI: implicações teóricas e metodológicas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; et al (Orgs.). *Estudo de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 305-322.

¹³⁰ Sobre estratégias simbólicas aplicadas na construção da imagem pública de um monarca, consultar: BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

Oliveira Lima procura reconstruir, a partir de documentação inédita, uma nova imagem de D. João. A representação do monarca é pautada numa abordagem humanizada, em que certos traços característicos relativos a ele não são ocultados, sobretudo em relação à sua debilidade física. Mas, em compensação, confere mais visibilidade e valorização a vários aspectos inerentes a sua personalidade, que seriam, segundo o autor, suas principais virtudes. Com tal abordagem, Oliveira Lima objetiva apagar qualquer tipo de imagem negativa sobre D. João.

Em sentido contrário, na tentativa de demonstrar a importância da influência dos conselheiros no governo de D. João, Laurentino Gomes enfatiza que foram eles “que ajudaram a salvar a biografia de D. João VI, aparentemente condenada ao fracasso caso dependesse apenas dos traços de sua personalidade” (GOMES, 2009, p.160). Sobre tais “homens”, destaca suas qualidades, conferindo-lhes visibilidade na narrativa, construindo um miniperfil de cada um:

O primeiro [...] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares [...], herdeiro e afilhado do marquês de Pombal. [...] O segundo foi Antônio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca [...], considerado um dos intelectuais mais ilustres da Corte no Brasil. [...] O terceiro homem decisivo na vida de D. João foi Thomaz Antônio Villa Nova Portugal, sucessor dos dois primeiros no ministério (GOMES, 2009, p. 159).

Para reforçar, ainda mais, a perspectiva de dependência de D. João com seu ministério, até mesmo em relação a assuntos familiares, Laurentino Gomes reproduz o trecho de um bilhete enviado por D. João, em 31 de janeiro de 1821, ao ministro Thomaz Antônio Villa Nova Portugal, no qual consta certo perdido de orientação no que diz respeito à decisão de voltar para Portugal ou continuar no Brasil, mediante a pressão das cortes para que retornasse.¹³¹ “Até esse momento, ainda não falei a meu filho, quero que me diga se está na mesma opinião; diga-me o que devo dizer e, se houver réplica, o que lhe devo responder” (D. JOÃO *Apud* GOMES, 2009, p. 160).

Não se pode negar que Oliveira Lima desempenhou significativa influência na escrita de Laurentino Gomes, cujas assertivas foram guiadas pelas abordagens desenvolvidas na obra do primeiro. Embora tenha ressaltado uma fragilidade política de D. João, Laurentino Gomes,

¹³¹ Sempre foram constantes as trocas de bilhetes entre D. João e seus ministros, e o fluxo de tal correspondência se intensificou nos últimos anos de seu governo no Brasil. Em relação ao bilhete escrito em 1821, diante de um novo dilema, ao ministro Thomaz Vilanova Portugal, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que deverá lançar em breve uma biografia sobre o príncipe, interpreta a insistência de D. João em querer a opinião do ministro da seguinte maneira: “Talvez fosse um soberano cansado e preocupado com as novas mudanças – afinal, atravessar o Atlântico para um homem de 54 anos, com saúde debilitada, não devia ser uma tarefa fácil” (NEVES, 2011, p. 316). Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A biografia de d. João VI: implicações teóricas e metodológicas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; *et all* (Orgs.). *Estudo de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 305-322.

no encerramento do referido capítulo, faz uso de uma citação de Oliveira Lima, que relativiza tudo o que tinha sido narrado até então sobre o príncipe. Antes, apontara uma sequência de relatos positivos acerca de D. João, escritos por Pedro Calmon¹³² e Jurandir Malerba,¹³³ e, em seguida, chegou à citação de Oliveira Lima.

Laurentino Gomes se utiliza desses três historiadores de gerações diferentes para dizer que D. João conseguiu assegurar sua coroa até a morte e que soube combinar bondade e inteligência para se tornar um rei eficiente. “‘D. João viveu e morreu como rei, enquanto a maioria das cabeças coroadas na Europa sucumbiu sob Napoleão’, avaliou Jurandir Malerba. Pedro Calmon o define como um soberano ‘esperto e atribulado que reinou até morrer’” (MALERBA, CALMON *Apud* GOMES, 2009, p. 160). Logo depois, finaliza o capítulo com as palavras do historiador pernambucano: “Embora não tenha sido um grande soberano, capaz de proezas militares e golpes audaciosos de administração, D. João soube combinar bondade, inteligência e senso prático para se tornar um rei eficiente” (LIMA, *Apud* GOMES, 2009, p. 160).

Os historiadores selecionados para fazerem parte da narrativa de Laurentino Gomes são aqueles que, de algum modo, apresentam uma abordagem histórica que é aceita aos olhos do autor (as divergências entre alguns historiadores sobre determinados assuntos são remetidas às notas e não constam no corpo do texto, talvez como uma forma de evitar deixar o leitor confuso). Portanto, embora Laurentino Gomes tenha conferido espaço a diversos historiadores, expondo as opiniões de cada um sobre D. João, sua concepção acerca do príncipe prevalece no fechamento do capítulo que trata do “personagem”.

Destacadas as versões que Laurentino Gomes buscou na obra de Oliveira Lima, siga a

¹³² O historiador baiano, Pedro Calmon (1902-1985), também foi político, biógrafo, ensaísta e orador. Em 1935, publicou o primeiro volume da obra *História social do Brasil*, que o habilitou a concorrer a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Foi eleito em 1936.

O autor detém uma vasta produção bibliográfica, que abrange gêneros diversos. Em relação às obras de temáticas históricas, estão: *A conquista: história das bandeiras baianas* (1926); *História da Bahia* (1927); *História da civilização brasileira* (1932); *História social do Brasil*, 1º vol.: *Espírito da sociedade colonial* (1935), 2º vol.: *Espírito da sociedade imperial* (1937), 3º vol.: *A época republicana* (1939); *História da Casa da Torre* (1939); *História do Brasil*, 1º vol.: *As origens* (1939), 2º vol.: *A formação* (1941), 3º vol.: *A organização* (1943), 4º vol.: *O Império* (1947), 5º vol.: *A República* (1955); *História diplomática do Brasil* (1941); *Brasil e América: História de uma política* (1941); *História da fundação da Bahia* (1949); *O segredo das minas: tese de concurso* (1950); *Brasil, com Jaime Cortesão* (1956); *História do Brasil*, 7 vols., ilustrados (1959); *Brasília, catedral do Brasil: História da Igreja no Brasil* (1970); *História do Ministério da Justiça 1822-1922* (1972); *História de D. Pedro II*. 5 vols., ilustrados (1975).

¹³³ Em sua principal obra, *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1822)* – publicada em 2000, pela editora Companhia das Letras, o historiador paraense, Jurandir Malerba, defende a hipótese de que a formação do Estado brasileiro e os lugares ocupados por seus dirigentes estão intrinsecamente relacionados à chegada do monarca português. Ele reconhece um jogo de símbolos e interesses entre a Corte que chegara com D. João, necessitada de recursos, e a classe rica da Colônia, sedenta por títulos e posições no governo. Outras obras do autor: *Os Brancos da lei e o Brasil imperial (Eduem)* e *Nossa gente brasileira (Papirus)*, em coautoria com Mauro Bertoni.

analisar como ele prosseguiu em sua representação acerca do Príncipe regente e da Princesa Carlota Joaquina. D. João VI e Carlota Joaquina são os personagens principais de sua narrativa. Dois capítulos foram compostos para falar de cada um deles. Como se tivesse tecendo um perfil jornalístico¹³⁴ dos atores em cena, o autor leva ao público uma versão pitoresca e cômica, contando uma história que, de certo modo, procurasse divertir quem estivesse lendo aquele capítulo, recheado de histórias de um príncipe medroso, fraco e indeciso, ou seja, um retrato psicológico de D. João VI ganha visibilidade.

Ao trazer à cena, logo no início do capítulo, um príncipe medroso e, de certa forma, ingênuo, Laurentino Gomes ironiza ao relatar aspectos referentes à personalidade de D. João.¹³⁵ Apresenta um perfil baseado em características depreciativas sobre o monarca ao relatar que “príncipe regente e, depois de 1816, rei do Brasil e de Portugal, D. João tinha medo de siris, caranguejos e trovoadas”. E continua, dizendo que, por tal motivo, tinha mandado “construir uma caixa de madeira, que era mergulhada nas águas da Praia do Caju, nas proximidades do Palácio de São Cristóvão” (GOMES, 2009, p.152),

Em outro trecho, Laurentino Gomes enumera uma série de definições acerca de D. João, todas depreciativas, citando inclusive uma de Oliveira Lima, que diz ser o príncipe “baixo, gordo [...] e, sobretudo, [tinha] um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção” (LIMA, *Apud* GOMES, 2009, p. 154).

Embora Oliveira Lima tenha citado o perfil físico de D. João no capítulo denominado “El-Rei”, passagem que o desqualifica como um rei exuberante, coloca tal percepção em segundo plano. Sua preocupação é de tentar afastar a imagem negativa atribuída a D. João pela historiografia portuguesa republicana do final do Século XIX, que, em vários momentos, é resgatada por Laurentino Gomes, quando faz referência ao monarca a partir dos escritos do historiador Oliveira Martins, por exemplo.¹³⁶

¹³⁴ Para o teórico do Jornalismo Jorge B. Rivera “o perfil, abundantemente utilizado no Jornalismo cultural, não é outra coisa senão a apresentação rápida, esquemática e informativa [...] sobre o que se deseja informar a um público não especializado” (RIVERA, 2000, p. 119). Ver: RIVERA, Jorge B. *Periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

¹³⁵ Em entrevista à *Revista História*, em 07/01/2008, a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves relata que a fama de indeciso de D. João “pode ser, em parte, atribuída à política externa de neutralidade adotada por Portugal. Era uma postura antiga, pois desde o Século XVIII havia a ideia de manter a neutralidade com a Espanha, em virtude de uma preocupação com o jogo de alianças na Europa. Em 1793, Portugal entrou na Campanha do Rossilhão, contra a França. Mas depois tentou, com certa habilidade, manter-se neutro entre Inglaterra e França. A indecisão maior foi quanto a deslocar ou não a Corte para a América portuguesa. Naquela época, não era mesmo uma decisão fácil, sobretudo sendo preciso atravessar um oceano. Outros soberanos europeus — o rei do Piemonte e o rei das Duas Sicílias —, para preservar a coroa e a soberania ao longo das guerras napoleônicas, já se tinham ausentado temporariamente de suas capitais e estados. Mas nenhum cruzou um oceano”.

Entrevista. Lúcia Bastos. *Revista História*.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/lucia-bastos>

Acesso em: 17/06/2013.

¹³⁶ No capítulo, Oliveira Martins é referendado para explorar as características depreciativas de D. João. Exemplo: quando Laurentino Gomes fala sobre a higiene e a saúde do Príncipe: “Era muito sujo, vício de resto

Já Carlota Joaquina é apresentada como maquiavélica e perspicaz. Laurentino Gomes argumenta que os livros didáticos e os filmes cinematográficos não lhe conferem uma versão legítima. Critica a caricaturização com o que o cinema brasileiro apresenta as personagens da história nacional e procura desmistificar imagens jocosas que são relacionadas, por exemplo, a Dom João VI e à Carlota Joaquina no filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*, produzido pela cineasta Carla Camurati, em 1995.¹³⁷ Ele assevera que, no referido filme, a Princesa é erroneamente retratada como devassa e promíscua e tenta relativizar tal abordagem: “Há suspeitas, mas nenhuma comprovação, de que tenha sido realmente infiel” (GOMES, 2009, p. 161). Implicitamente, diz que sua missão é trazer a verdade sobre os fatos, como se exercesse a função de mediador dos diferentes discursos acerca dos “personagens” que compõem seu livro.¹³⁸

Descreve um perfil físico de Carlota Joaquina e enfatiza sua trajetória de vida até o casamento com D. João. Ressalta que a princesa “era feia, maquiavélica e infeliz, com certeza” (GOMES, 2009, p. 61), mas, apoiando-se em versão historiográfica de Lilia Schwarcz (*A longa viagem da biblioteca dos reis*), destaca que, ao contrário do marido, era ativa. “Mesmo claudicante, cavalgava como poucos homens de sua época” (GOMES, 2009, p. 163). Tal passagem sobre essa característica da princesa Carlota é escrita como se fosse do próprio autor, pois a historiadora Lilia Schwarcz não aparece na narrativa, ela é referenciada apenas nas notas, como ocorre em outros trechos do livro.¹³⁹ Talvez, seria

comum a toda a família, a toda a nação [...]. Sofria de vertigens e ataques de melancolia por padecer de hemorroidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beijo, sem vida, peculiar dos Bourbons” (MARTINS, Apud GOMES, 2009, 153-154). Ver: GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Planeta, 2002.

O historiador português J. P. Oliveira Martins (1845-1894), também considerado economista, antropólogo e crítico social, dedicou-se a escrever livros de gêneros diversos, de romance a ensaios e reflexões sobre temáticas históricas. Dentre suas obras de História, estão: *Teoria do socialismo: evolução política e econômica das sociedades na Europa* (1872); *Portugal e socialismo: exame constitucional da sociedade portuguesa e a sua reorganização pelo socialismo* (1873); *O helenismo e a civilização cristã* (1878); *História da civilização ibérica* (1879, reed. 1881 e 1886); *História de Portugal* (1879); *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880); *Portugal contemporâneo* (1881, reed. 1883), e *História da república romana* (1885).

¹³⁷ Sobre crítica de historiador acerca do filme, ver o artigo de FONSECA, Vitória Azevedo da. *Historiografia e cinema nas aulas de História: Análise do filme Carlota Joaquina, a princesa do Brasil*.

Disponível em:

<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2009/11/04/outros/db17e7f361da2685ba2617ed641dd0b9>. [PDF]. Acesso em: 27/06/2013.

¹³⁸ Na introdução do livro *1808*, Laurentino Gomes salienta que, em conversa com a cineasta, ela relatou o motivo pelo qual conferiu à Carlota uma versão caricatural: “Não pude evitar. Quando comecei a pesquisar, fui me deparando com tipos cada vez mais hilários e absurdos, a tal ponto que se tornou irresistível retratá-los assim” (GOMES, 2009, p. 21).

¹³⁹ A antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz é docente do Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Tem passagem, como professora visitante e pesquisadora, nas Universidades de Leiden, na Holanda, na de Oxford, na Inglaterra, e nas Universidades de Brown e de Columbia, nos Estados Unidos. Dentre suas principais obras, estão: *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do Século XIX* (Companhia das Letras, 1987); *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil (1870-1930)* (Companhia das Letras, 1993); *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (Companhia das Letras, 1998); *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil* (Companhia das Letras, 2002); *O Sol do Brasil: NICOLAS-ANTOINE TAUNAY e as desventuras dos artistas franceses na Corte de D. João (1816-1821)* (Companhia das Letras,

essa uma estratégia do autor para deixar o seu texto mais direto.

Não é apenas em relação ao conteúdo que Laurentino Gomes recorre a Oliveira Lima para tratar da princesa Carlota Joaquina. No que se refere à estruturação da narrativa, o primeiro imita o segundo no que diz respeito ao estabelecimento de uma diferenciação feita entre a personalidade física de Carlota e de D. João. Mas, se Laurentino Gomes explora a passividade de um em relação ao excesso de disposição do outro, Oliveira Lima explorava, na divergência entre os príncipes, o caráter bondoso do monarca e o vingativo da princesa.

Ao comparar os dois membros da realeza, Laurentino Gomes descreve: “D. João era gordo, letárgico e bonachão. Preguiçoso, detestava andar a cavalo e uma simples caminhada de poucos metros o deixava exausto. [...] Carlota Joaquina, ao contrário, era vivaz, hiperativa e falante” (GOMES, 2009, p. 163). Por sua vez, relata Oliveira Lima: “Seu humor caridoso [se referindo a Carlota] era tão vivo quanto a sua índole vingativa. [...] Dom João era menos expansivo talvez nos seus impulsos generosos, mas em compensação não era tão rancoroso” (LIMA, 1996, p. 587-588).

Voltando à questão da estruturação do texto de Laurentino Gomes, constata-se que as características do discurso jornalístico estão presentes em todos os capítulos analisados. No capítulo “D. João”, por exemplo, identifica-se a intenção de obter um efeito de objetividade com a utilização de citações de diferentes historiadores, como forma de conferir espaço a diversos agentes habilitados a falar sobre o Príncipe regente:

As definições a respeito de D. João emitidas pelos historiadores costumam ser depreciativas. Luiz Norton: “Era fisicamente grotesco e sua obesidade doentia lhe dava um ar pacífico e simplório. Pandiá Calógeras: Era querido, mas também curiosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Lilia Schwarcz: “Apagado e sem voz ativa”. Oliveira Martins: “Sofria de vertigens e ataques de melancolia”. Oliveira Lima: “Baixo, gordo [...] tinha de aristocrático as mãos e os pés muito pequenos” (GOMES, 2009, p. 153-154).

Através da disposição de várias definições para o leitor, Laurentino Gomes se comporta como um “mediador” das diferentes versões acerca do monarca. Essa tendência jornalística procura passar a ideia de que o autor contactou com todos os agentes habilitados a falar sobre o assunto.

Retornando à análise do conteúdo, nota-se que Laurentino Gomes novamente tem como base a obra de Oliveira Lima, ao sistematizar uma abordagem norteadas por uma tônica civilizadora, como diria Rosa Maria Godoy Silveira. Tal invocação pode ser conferida no capítulo “A transformação”, em que o autor faz um balanço positivo da permanência da Corte

no Brasil e defende a importância das iniciativas tomadas por D. João durante seu governo:

As novidades começaram a parecer num ritmo alucinante e teriam grande impacto no futuro do país. Na escala em Salvador, a medida mais importante havia sido a abertura dos portos. Na chegada ao Rio de Janeiro, foi a concessão da liberdade de comércio e indústria manufatureira. [...] Combinada com a abertura dos portos, representava o fim do sistema colonial. [...] Outra novidade foi a introdução do ensino leigo e superior. [...] As transformações teriam seu ponto culminante em 16 de dezembro de 1815 [...], D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves e promoveu o Rio de Janeiro a sede oficial da Coroa (GOMES, 2009, p. 193-195).

A descrição benéfica da ação do governo de D. João, no Brasil, também pode ser verificada nos escritos que Oliveira Lima desenvolveu no livro *D. João VI no Brasil*. E não há dúvidas de que, embora tenha recorrido a outros autores, Laurentino Gomes pode ter ido ao encontro das assertivas do historiador, que aponta vantagens econômicas, políticas e culturais obtidas com o governo de D. João. Veja-se o que ele diz sobre o assunto:

Feitas as contas, somados os proveitos e descontadas as desvantagens, o Brasil lucrara, assaz o temos visto, com a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, uma profunda alteração nas suas condições mercantis, econômicas, intelectuais, sociais e políticas (LIMA, 1996, p. 576).

Percebe-se que Laurentino Gomes, apoiando-se em Oliveira Lima, apresenta uma abordagem favorável em relação às medidas verificadas no Brasil a partir de 1808. Descreve sobre a importância da presença da família real para o desenvolvimento cultural e político-econômico do país. Entretanto, tanto Oliveira Lima quanto Laurentino Gomes não discutem tampouco reconhecem que foi o Rio de Janeiro, onde a Corte se instalou, que mais se beneficiou dessa presença.

Os autores não debatem as implicações das ações governamentistas propiciadas com a chegada da Corte às demais províncias, e, muito menos, ressaltam questões relacionadas ao sentimento nacionalista e ao processo de independência, como fazem, com autoridade, os historiadores Rosa Maria Godoy Silveira e Evaldo Cabral de Mello. Segundo eles, o resto do país, sobretudo as províncias do Norte, posicionou-se contrário à permanência de D. João no Brasil, pois, além de não ser alvo de investimentos, sofria o arrocho fiscal para manter os privilégios dos que faziam parte da Corte. Como já ressaltou anteriormente a historiadora Rosa Maria Godoy Silveira, salvo a Faculdade de Medicina construída em Salvador, todos os demais empreendimentos culturais se verificaram no Rio de Janeiro.

É justamente a partir de uma suposta relação com o cotidiano do leitor que Laurentino Gomes

fundamenta seu trabalho de escritor-jornalista. Mas, a tentativa de presentificar o passado aos moldes dos padrões jornalísticos também passa pela estética do grotesco¹⁴⁰ – da estranheza, do inaceitável. D. João, o principal personagem na narrativa de Laurentino Gomes, tem a intimidade exposta de forma grotesca, atestada por recortes de constatações feitas por historiadores. Desse modo, Laurentino Gomes busca, nas referências consultadas, informações que confirmem seu dizer e contribuam para montar uma narrativa pautada por curiosidades.

O grotesco, no sentido do rejeitável, também se faz presente na visão que é passada do Rio de Janeiro, uma representação apoiada em relatos de viajantes, sem que tenha havido uma problematização dessas fontes. Sobre a cidade que recebeu a Corte, diz o autor, baseado em depoimento de um oficial da Marinha britânica: “Observada do mar, enquanto os navios se aproximavam do porto, era uma cidadezinha tranquila, de aparência bucólica, perfeitamente integrada ao esplendor da natureza que a cercava. Os problemas eram a umidade, a sujeira e a falta de bons modos dos moradores” (GOMES, 2009, p. 143).

A dramatização é um recurso bastante explorado na construção da narrativa de Laurentino Gomes. O gênero cômico também não fica de fora, pois, como acontece no Jornalismo, o apelo ao dramático e ao riso são formas de chamar a atenção dos leitores¹⁴¹.

No capítulo “A viagem”, o autor procura narrar a travessia da Corte pelo oceano Atlântico não só em forma de um texto de aventura, mas, principalmente, de modo dramático. “Não havia água corrente nem banheiro. [...] No calor sufocante das zonas tropicais, ratos, baratas e carunchos infestavam os depósitos de mantimentos. A água apodrecia logo, contaminada por bactérias e fungos” (GOMES, 2009, p. 82).

Ao descrever os riscos da travessia da Família Real pelo Atlântico, no capítulo “A viagem”, Laurentino Gomes ressalta os perigos elevando o nível da abordagem dramática: “O pior ainda estava por vir. Ao anoitecer, uma violenta tempestade começou a castigar os navios outra vez. Ventos fortíssimos vergastavam as velas apodrecidas, enquanto os marinheiros tentavam desesperadamente mantê-las presas aos mastros das embarcações” (GOMES, 2006,

¹⁴⁰ Em relação ao gênero, Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002) o caracterizam como uma espécie de distorção, cuja condição produziria a risada. Ver: SODRÉ, Muniz, PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

¹⁴¹ Eduardo Meditsch considera a espetacularização um aspecto problemático do Jornalismo como conhecimento. Para o autor, “o que distingue uma matéria jornalística de um relato científico, de um texto didático ou de um relatório policial é o fato de que se dirige a pessoas que não têm obrigação de ler aquilo. Em consequência, procura, de alguma forma, aliciar as pessoas para que se interessem por aquela informação, através de técnicas narrativas e dramáticas”. O problema, como salienta o autor, é quando tais técnicas são utilizadas visando objetivos que não sejam os cognitivos, mas os de fins comerciais, buscando audiência, e eleitorais. Ver: MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*

Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-Jornalismo-conhecimento.html>.

Acesso em: 09/04/2013.

p. 90-91).

Ainda no capítulo “A viagem”, identifica-se mais um tropo da linguagem. O autor recorre à comédia, no sentido de provocar risos, ao narrar sobre a proliferação de pragas ocorrida durante a viagem da Corte ao Brasil: “No Alfonso de Albuquerque, em que viajava a princesa Carlota, uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a raspar os cabelos e a lançar suas perucas no mar”.

Também se constata, praticamente durante toda a narrativa, que Laurentino Gomes faz uso de interrogações buscando direcionar a leitura de forma mais objetiva, como, por exemplo, quando indaga sobre os motivos que levaram o príncipe regente primeiro a Salvador. “Se a escala baiana não foi accidental, que razões teriam levado D. João a Salvador?” (GOMES, 2006, p. 99). Em outra passagem, referindo-se aos recursos gastos com a Corte, pergunta: “Onde achar dinheiro para socorrer tanta gente?” (GOMES, 2006, p. 171). É tentando responder a questionamentos como esse que o autor dá prosseguimento à narrativa.

Laurentino Gomes também elege alguns “personagens” como figuras importantes na história que marca a vinda da família real portuguesa ao Brasil. São exemplos que aparecem na trama: o arquivista real, Luiz Joaquim Santos Marrocos; o cônego, Luís Gonçalves dos Santos, conhecido como repórter Perereca; e o intendente-geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, nomeado por D. João. Para o autor, todos dignos de um capítulo.

O autor inicia um capítulo sobre Marrocos para evidenciar as cartas que o arquivista escrevia aos parentes que estavam em Portugal. Tais fontes, trabalhadas por Laurentino Gomes, são tidas como um espelho da sociedade da época. O arquivista real, que chegara à América portuguesa em 1811, para trabalhar na Biblioteca Real, relatou, em suas 187 cartas dirigidas ao pai, também funcionário da Real Biblioteca em Lisboa, as transformações pelas quais passou o Brasil durante os treze anos em que D. João permaneceu no continente americano. Nas primeiras cartas enviadas, demonstrara a insatisfação em viver por aqui. Essa posição mudaria anos depois.

A impressão de Marrocos sobre o Brasil acaba sendo generalizada por Laurentino Gomes, que vai contando uma história com base no olhar do seu “personagem”, ou seja, procura estabelecer uma ponte que vai do particular ao geral, buscando uma forma de “humanizar” sua narrativa com situações particulares de quem faz parte do universo narrativo em foco.

Talvez Laurentino Gomes, embora tenha citado, não percebera que a visão crítica que o arquivista real tinha da sociedade não era fruto de “um cidadão comum que testemunhou as enormes transformações” (GOMES, 2009, p. 76), durante o governo joanino, mas de sua própria posição, um homem mediantemente culto que tinha contato, devido ao seu posto de trabalho, com obras que abordavam

diversos temas, tais como: política, saúde, higiene, entre outros.

Laurentino Gomes também não procura problematizar que a mudança de concepção que o arquivista apresentou em relação ao Brasil, que antes relatava aos seus parentes como um lugar péssimo de se viver, talvez tenha sido mais fruto da crescente estabilidade de sua condição profissional, como funcionário público que, rapidamente, ocupou um cargo importante, de Oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e de sua vida pessoal, ao se “apaixonar” por uma brasileira e se casar com ela. Tais fatos o teriam influenciado a querer continuar residindo na América. Além disso, escreveu aos parentes, insistindo que viessem morar no Brasil.¹⁴²

Do ponto de vista historiográfico, analisar contextos sociais a partir das perspectivas de personagens, ditos indivíduos do cotidiano, foi objeto de pesquisa de alguns historiadores, sobretudo daqueles que defenderam o recurso metodológico da micro-história, tendo como um dos principais representantes o historiador italiano Carlo Ginzburg.¹⁴³ Dito isso, trago como exemplo o tratamento atribuído ao moleiro Menocchio, personagem do livro *O queijo e os vermes*, publicado por Carlo Ginzburg em 1976.¹⁴⁴

Diferentemente da forma como Menocchio foi retratado na obra de Ginzburg, Marrocos é tido na narrativa de Laurentino Gomes como um homem típico de sua época, ou seja, suas convicções são

¹⁴² Em 1811, quando chegou ao Brasil, o arquivista real relatou, em carta enviada à família, que a nova sede da Corte portuguesa era uma terra de moléstias e epidemias, imprópria para se viver dignamente. Anos depois, em 1819, já estabilizado, tendo progredido muito, escreveu aos parentes relatando a vida cômoda (com casa confortável, escravos) que passou a ter ao vir morar nesse país. MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1934.

Sobre o arquivista, ver: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *O bibliotecário de D. João VI*.

Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_bibliotecario_de_d_joao_vi_imprimir.html. Acesso em: 30/06/2013.

¹⁴³ Carlos Ginzburg foi considerado um dos precursores da chamada “micro-história” italiana. “Essa denominação foi dada a um conjunto heterogêneo de trabalhos históricos e discussões de caráter teórico e metodológico que tinham em comum, antes de tudo, a consideração de que a redução da análise – isto é, a investigação inteira sobre um caso, um corpo documental, um recorte espacial circunscrito – pode ser um instrumento heurísticamente fecundo para explorar um problema historiográfico de fôlego mais amplo” (LIMA, 2010, p. 13). Ver: LIMA, Henrique Espada. Carlos Ginzburg. In: LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidney J. (orgs). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 13-30.

¹⁴⁴ O livro trata da história do moleiro Domenico Scandella, conhecido como Menocchio. A trama se passa no Século XVI e retrata o cotidiano do morador de uma pequena aldeia italiana, que vai parar no Tribunal do Santo Ofício sob a acusação de contestar os dogmas da igreja. Além de saber ler e escrever, uma característica peculiar em relação aos homens comuns (pobres) da época, Menocchio extraía dos textos passagens que reforçavam suas convicções, ou seja, tinha interpretações próprias. No livro, Ginzburg faz uma reflexão sobre cultura erudita e popular e chega à conclusão de que as classes ditas mais baixas têm cultura própria, que independe da cultura erudita. É interessante ressaltar que Menocchio é tido como um homem atípico, não como um sujeito representativo do seu meio social. Embora Carlo Ginzburg não o tenha escrito pensando em transformá-lo em *best-seller*, *O queijo e os vermes* se tornou um grande fenômeno editorial desde a publicação original, em 1976, na Itália. Só no Brasil, a primeira edição da obra (1987) recebeu 11 reimpressões. Uma segunda edição foi lançada em 2001 (com uma reimpressão). No ano seguinte, a obra teve mais uma edição publicada, com cinco reimpressões. Todas pela editora Companhia das Letras. Já em 2006, *O queijo e os vermes* ganhou uma edição de bolso (Companhia de Bolso), com três reimpressões até o momento. Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

tomadas como comuns, não havendo, no caso, uma preocupação em pesquisar outras fontes, além das cartas escritas pelo arquivista, tampouco há ressalvas para a complexidade em se trabalhar com “escritas de si”. É evidente que aqui o enfoque não está na comparação dos personagens (Marrocos x Menocchio), mas na observação de casos paradigmáticos de procedimentos metodológicos.

Mas por que Laurentino se importa em destacar tais figuras? Talvez tenha sido a partir do livro de Oliveira Lima, no qual Marrocos é bastante citado, que Laurentino Gomes tenha tomado conhecimento do arquivista. E, numa tentativa de levar uma “novidade”, mesmo que seja de segundo plano (pois não é desconhecida), apresenta um livro contendo um sumário com algumas diferenciações em comparação aos livros existentes.

Dando continuidade à abordagem, Laurentino Gomes abre o capítulo sobre o cônego e cronista brasileiro, Luís Gonçalves dos Santos, nascido na cidade de São Sebastião, em 1767, com um título que faz referência ao apelido do religioso – Padre Perereca, assim chamado devido à baixa estatura e aos olhos esbugalhados. Em suas crônicas de memórias, repletas de curiosidades e de detalhes, Luiz Gonçalves dos Santos relata a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro.¹⁴⁵

Embora ressalte que tais descrições sejam pautadas de deslumbramentos, Laurentino Gomes se refere ao cronista como o mais detalhado repórter dos acontecimentos relacionados aos anos de 1808 a 1821. Assim, constrói o capítulo tendo por base esses relatos, que aparecem na narrativa apenas ilustrando o desembarque na Baía de Guanabara, como forma de descrever minuciosamente o episódio da chegada da Corte.

Laurentino Gomes elege o cônego tanto como personagem importante quanto fonte principal do capítulo, que cumpre a função de uma testemunha ocular. Constata-se, então, que, para o autor, só o fato de ter estado lá faz do cronista uma fonte significativa, e não se preocupa em problematizar o conteúdo de suas falas, assim como ocorreu com outros personagens presentes na narrativa construída pelo autor, como os próprios viajantes estrangeiros.

No que concerne ao intendente-geral, Paulo Fernandes Viana, é apresentado como “agente civilizador do Rio de Janeiro”, responsável pela segurança e incumbido da tarefa, nas palavras do autor, de “transformar a vida colonial, provinciana, inculta, suja, e perigosa em algo mais parecido com uma capital europeia” (GOMES, 2006, p. 205). É a partir da descrição das atividades do intendente que Laurentino Gomes se reporta aos costumes do Rio de Janeiro na época. Para o autor, “nem o Super-Homem munido de superpoderes do Super-Viana seria capaz de fazer [modificações] em tão pouco tempo” (GOMES, 2006, p. 211).

¹⁴⁵ Ver: SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra, e glória*; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ao de 1821, e oferecidas à S. Majestade El-rei nosso senhor D. João VI. Lisboa: Impressão Régia, 1825. Tomos I e II.

Ao enfatizar histórias individuais (conferindo espaços a personagens como Marrocos, Padre Perereca e o intendente de polícia, Paulo Viana), o autor tenta associar o particular ao geral, relacionando seus “personagens” aos acontecimentos e costumes da época. Seria uma espécie de perfis, dispositivo narrativo utilizado no Jornalismo como forma de humanizar as matérias. Ao seguir tal procedimento, os jornalistas visam evidenciar pessoas (testemunhas, vítimas) que contribuam, por meio de seus relatos e experiências, com a reportagem. Mas o perigo de abordagens desse tipo se encontra na construção de concepções generalizadas.

Laurentino Gomes também recorre ao uso de imagens que retratam cenas da Corte em Portugal, sua chegada ao Brasil, ilustrações do cotidiano, entre outras, não só como forma de tentar “comprovar” o que está sendo narrado, usando elementos que remetam à ideia de verossimilhança, prática corriqueira no Jornalismo, mas também, principalmente, como uma estratégia para deixar a escrita mais leve e atraente. Propositamente, as imagens também são inseridas no livro para auxiliar a narrativa, pois são acompanhadas de legendas que funcionam como sínteses do que vinha sendo narrado até então.

Em relação à categoria novidade, o autor apresenta o último capítulo, denominado “O segredo”, no qual faz referência ao nascimento de uma filha do arquivista real, cujas correspondências direcionadas ao pai, que ficara em Portugal, relatavam detalhes da vida na Corte, como já mencionado. “O que vem a seguir interessa especialmente aos historiadores porque revela detalhes do arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos que até agora eles desconheciam” (GOMES, 2009, p. 305).

Nesse capítulo, a novidade revelada por Laurentino Gomes não traz nenhuma contribuição para a historiografia. Para o autor, assim como para o jornalista, a importância da questão está no fato de desvendar algo antes não sabido, o que funciona como uma espécie de curiosidade, detalhe, sem que haja uma articulação consistente com os aspectos sociais relativos ao meio no qual o personagem está inserido.

O livro *1808* é construído por uma narrativa descritiva que, de certo modo, mantém uma semelhança com a prática historiográfica do Século XIX. O autor apresenta uma narrativa linear e factual, mas, ao mesmo tempo, procura dar leveza ao que está sendo narrado, por meio da utilização de uma linguagem simples e fazendo apelo a um enredo marcado por diferentes tropos linguísticos.

Assim, a narrativa jornalística da História, que ainda não dispõe de um conceito, ao mesmo tempo em que se aproxima da historiografia metódica, ao valorizar datas, governantes e uma escrita linear, recorre ao estilo jornalístico de produção do acontecimento, aos tropos de linguagem e se apoia na suposta necessidade de uma demanda no tempo presente como ponto de partida para justificar a viagem a um passado distante.

Essa tendência atual de jornalistas se dedicarem a escrever livros sobre temáticas históricas

corresponde a um lugar social marcado pela prática do consumismo imediato e por uma busca de informações de rápida assimilação, por parte de uma sociedade inserida no contexto industrial da produção e do consumo de bens culturais.

Como já argumentado, a obra de Laurentino Gomes não pode ser classificada como uma produção historiográfica, mas como uma produção de cultura histórica, pois consiste em um modo de investigar o passado diferente daqueles preconizados pela ciência histórica. O livro, embora entendido pelo público leigo como obra de História, é uma representação do passado construída a partir de um *fazer* determinado pelos padrões estéticos e linguísticos de produção da narrativa jornalística. Ou seja, a obra se constitui como uma forma de revisitar o passado, mas com outros objetivos e meios, diferentes daqueles do historiador, o único habilitado a escrever história, ou melhor, a produzir cultura historiográfica.

4.3 De jornalista a “historiador”: marketing mercadológico e crítica acadêmica

Como Laurentino Gomes planeja a divulgação de suas obras? Tal questionamento é possível porque se pressupõe que exista toda uma preocupação quando o que se objetiva é alcançar um expressivo público de leitores.

Ao se falar em jornalistas que se voltam para o campo da História, logo se observa que tais profissionais lançam mão de uma estratégia de publicidade, que preza, por exemplo, por uma divulgação de forma presencial, como salientou Laurentino Gomes para o portal *Imprensa* do *Uol*, em 9 de outubro de 2011, ao dizer que visitou 22 estados brasileiros e realizou 350 palestras para divulgar suas obras.¹⁴⁶

O dinamismo na divulgação de obras de conteúdo histórico escritas por jornalistas se dá a partir de outros dois apontamentos. O primeiro diz respeito ao fato de que os jornalistas encontram na mídia grande espaço para divulgar suas produções.¹⁴⁷ Depois, constata-se, e isso

¹⁴⁶ Em matéria publicada no *Portal Imprensa*, em 09/10/2011, Laurentino Gomes conta que visitou 22 estados e conferiu, aproximadamente, 350 palestras. Considera importante o contato com o leitor, seja pessoal ou virtual. “Tento responder a todos os e-mails que recebo deles, e isso acaba tendo efeito no mercado, salientou o Laurentino Gomes”. Ver: “Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”.

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+1808+e+1822+de+laurentino+gomes+ultrapassam+1+milhao+de+exemplares+vendidos/>. Acesso em: 20/07/2012.

¹⁴⁷ Embora o autor tenha relatado que seu primeiro livro não teve, inicialmente, grande espaço na mídia, não pode negar que os veículos de comunicação contribuíram para que se tornasse conhecido e, posteriormente, vendido, ao noticiarem as premiações recebidas pela obra, sua divulgação em diferentes lugares e o crescente número de exemplares vendidos. Além disso, o jornalista foi entrevistado por vários veículos, que o destacaram como escritor. Ver: “Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e ‘1822’”.

fica bem evidente na forma como Laurentino Gomes investe na produção de vários formatos midiáticos de seus livros, que há um investimento tecnológico na produção de edições especiais referentes à obra inicialmente lançada.

Visando expandir o número de vendas de suas obras no mercado editorial, Laurentino Gomes procura atender aos mais variados segmentos, no que concerne ao público não especializado. A partir das obras já lançadas, aposta na confecção de outras mais sofisticadas, como as edições especiais de capa dura do *1808* e do *1822*, cujos valores de compra triplicaram em relação aos livros originais. Mas o autor não para por aí e, alegando que pais e professores o sugeriram, buscou atender ao público estudantil com o lançamento de uma versão infanto-juventil, em que apresenta uma narrativa mais resumida e bastante ilustrada com desenhos que retratam a história contada.¹⁴⁸

Para atrair os jovens, ou os mais adeptos à tecnologia digital, Laurentino Gomes investe em edições eletrônicas de suas obras, disponibilizadas aos leitores na versão de audiobooks.¹⁴⁹ Confira-se a tabela a seguir:

Disponível em: <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>. Acesso em: 30/06/2013.

¹⁴⁸ Em entrevista, publicada em 14/08/2011, Laurentino Gomes diz que “a edição juvenil nasceu de uma demanda de pais e professores. Desde que lancei o primeiro livro comecei a ouvir deles uma observação curiosa. Todos diziam que eu usava uma linguagem acessível, fácil de entender, mas que a obra para adultos era muito grande, com cerca de 400 páginas. Por isso, assustava os adolescentes, não habituados a ler livros tão volumosos. Decidi então facilitar a vida desse público fazendo uma versão mais condensada, mais visual e mais lúdica, mas sem perder a substância do conteúdo. O estudante que ler a edição juvenil conseguirá entender os personagens e acontecimentos da Independência do Brasil tanto quanto o leitor da versão adulta. O objetivo é que sirva realmente como uma obra paradidática, capaz de ajudar os professores em sala de aula e também os pais eventualmente interessados em auxiliar seus filhos a aprender História do Brasil. Ver: “História com escrita simples”. Disponível em: <http://www.geia.org.br/entrevista-com-laurentino-gomes/>. Acesso: 15/06/2013.

¹⁴⁹ Em entrevista, publicada em 14/08/2011, Laurentino Gomes salienta: “acredito que estamos às vésperas de uma mudança radical nos hábitos de leitura. Os livros digitais, incluindo os audiolivros, prometem universalizar o acesso ao livro. São mais fáceis e baratos de produzir e distribuir. Uma notícia publicada recentemente revela que no Reino Unido a venda de e-books, os chamado livros digitais, cresceram 300% em 2010 e já representam 6% do total do mercado britânico. Isso não significa que os livros estejam condenados à morte. O futuro do livro e o futuro do papel são coisas diferentes. O formato papel parece estar mesmo com seus dias contados, mas o conteúdo dos livros continuará a ser tão relevante quanto sempre foi. “A República”, de Platão, que já foi uma obra prima no pergaminho, permanece relevante hoje no papel e continuará a ser nos meios digitais. Vivemos em um novo século, que pede uma nova linguagem e novos formatos capazes de atingir novas audiências ou novos públicos. Há um público jovem que, aparentemente, não está lendo muito no papel, mas passa boa parte do tempo surfando na internet e é muito seduzido pela linguagem audiovisual. Nosso desafio, portanto, não é o futuro do livro em papel, mas a qualidade do conteúdo adequado a esses novos formatos digitais. Ver: “História com escrita simples”.

Disponível em: <http://www.geia.org.br/entrevista-com-laurentino-gomes/>. Acesso em: 15/06/2013.

TABELA 1– Números de vendas referentes aos livros escritos por Laurentino Gomes. Destacam-se, também, os diferentes formatos e versões, além das datas de publicação.

OBRAS	ANO DE PUBLICAÇÃO	EXEMPLARES VENDIDOS até meados de 2012
1808	2007	776 mil
1808 – versão infanto-juvenil	2008	120 mil
1808 – edição especial em capa dura	Maio de 2012	4 mil
1822	2010	550 mil
1822 – versão infanto-juvenil	2010	40 mil
1822 – edição especial em capa dura	2011	10 mil
Versões eletrônicas do 1808 e do 1822 (audio- livros e audiobooks)	2008/2011	25 mil

Fonte: Elaborada a partir de dados fornecidos pelo autor (números aproximados). Saliento que as editoras não disponibilizaram os índices de venda à autora, mas os números citados por Laurentino Gomes são os mesmos divulgados pela imprensa.

Através da tabela acima, pode-se constatar que Laurentino Gomes se insere no modelo de produção da *indústria cultural*.¹⁵⁰ E como se diria no mundo dos negócios capitalistas, o jornalista e escritor se deu bem, já que todos os relançamentos lhe renderam significativa margem de lucros, ao conseguir vendas expressivas de suas edições especiais.¹⁵¹ Seria essa visão mercadológica uma das vertentes que diferem o jornalista do historiador. Para o primeiro, o sucesso está em se vender cada vez mais; para o segundo, o reconhecimento da

¹⁵⁰ O conceito veio à tona, pela primeira vez, em 1947. Foi utilizado pelos filósofos alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, na obra *Dialética do Iluminismo*. Empregaram o termo em estudos acerca da propaganda da rádio nazista e da produção industrial dos bens culturais na sociedade norte-americana. Adorno e Horkheimer fugiram, em 1933, das perseguições de Adolf Hitler e foram morar nos Estados Unidos. Ambos eram professores judeus do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt. Ver: ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995; Nesta dissertação, a expressão é empregada mais no sentido de uma criação, produção e circulação de um produto cultural voltado para um público amplo. Acerca de estudos sobre cultura de massa, ver: MARCUSE, H.. *Cultura e Sociedade* (vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁵¹ Verifica-se, então, que as narrativas produzidas por jornalistas, direcionadas a um público amplo, fazem entrar, como salienta Jacques Le Goff, “a produção histórica no movimento da sociedade de consumo” (LE GOFF, 1994, p. 146). Fenômeno para o qual poderia ser atribuída a expressão de Arthur Marwick, “a indústria da História” (MARWICK, *Apud* LE GOFF, 1994, p. 146). Ver: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1994.

significância acadêmica de sua obra é mais importante.

Como “homens de mídia”, a rede de contatos com empresários e editoras facilita aos jornalistas se aventurarem no mercado editorial.¹⁵² Por outro viés, as divulgações de suas produções são impulsionadas com as publicações veiculadas na imprensa. Como exemplo, pode ser citada a crítica favorável atribuída a Laurentino Gomes pela página eletrônica *A tarde online*, do *Uol*.¹⁵³

Nem mesmo o jornalista Laurentino Gomes, autor do livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* – que tem lançamento hoje, às 16 horas, na Livraria Saraiva –, imaginava que tal passagem histórica poderia se mostrar tão definitiva e renderia uma expedição literária tão instigante e cheia de importantes revelações, quando decidiu mergulhar na profundidade do tema dez anos atrás, fato é que o livro dele consegue contar, com detalhes, o desenrolar dos fatos que levaram um soberano europeu a abandonar seu país e ir morar – e governar – em um território colonizado, numa passagem histórica sem precedentes. E mais: faz isso de uma forma atraente, a ponto de conquistar milhares de leitores e se transformar num best-seller brasileiro em 2007, permanecendo na lista dos dez mais vendidos nas últimas nove semanas (A TARDE ONLINE, 24/11/2007).

Em outra matéria, dessa vez sobre D. João, publicada na Revista *Época*, em 30 de julho de 2008, o jornalista (Leandro Loyola) dá destaque ao primeiro livro de Laurentino Gomes:

Do conjunto de livros sobre a mudança [da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro], um dos mais bem-sucedidos é *1808* (Planeta), do jornalista Laurentino Gomes. Campeão de vendas, é uma obra para ser lida como uma grande reportagem. Ao contrário de outros jornalistas que se aventuraram no ramo – e se dão mal –, Gomes não só leu os livros necessários como se preocupou em pesquisar (ÉPOCA, 30/07/2008).

A mídia também cria certa expectativa em relação ao lançamento dos livros escritos pelos jornalistas. Para exemplificar, o segundo livro de Laurentino Gomes (*1822*) foi divulgado antes mesmo do lançamento, como pode ser verificado neste trecho de uma matéria

¹⁵² Embora Laurentino Gomes ressalte que, na primeira tentativa para conseguir uma editora que publicasse o livro *1808*, encontrou dificuldades, a Editora Planeta foi a segunda a ser procurada pelo autor. Relato presente em matéria do *Portal Imprensa*, em 09/09/2011. Ver: “Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+do+jornalista+laurentino+gomes+ultrapassam+a+marca+de+1+milhao/>. Acesso em: 20/06/2013.

¹⁵³ Laurentino Gomes lança livro-reportagem sobre a História do Brasil”.

Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/vestibular/noticia.jsf?id=809522>. Acesso em: 16/07/2012.

publicada na Revista *História Viva*.¹⁵⁴

Prêmio Jabuti de 2008 em duas categorias pelo livro *1808*, o jornalista e escritor Laurentino Gomes está em fase de criação de *1822*, obra sobre a Independência, com a mesma linguagem leve que fez do volume anterior um fenômeno editorial, com meio milhão de exemplares vendidos (HISTÓRIA VIVA, setembro de 2009).

A matéria em questão, que não vem assinada, além de propagar a futura obra do escritor, faz menção ao livro anterior (*1808*), ressaltando seu sucesso editorial e chamando a atenção para o fato de que a próxima obra (*1822*) seguirá a mesma forma do primeiro livro, indicando que tal produção se pautará em uma linguagem acessível a todos.

Na mesma direção, a *Revista de História da Biblioteca Nacional*,¹⁵⁵ na sessão “Livros”, faz referência aos livros dos jornalistas Laurentino Gomes (*1808* e *1822*) e Leandro Narloch (*Guia politicamente incorreto da História do Brasil*) na lista dos dez mais vendidos. Na página seguinte, no Box “Meu livro preferido de História”, veicula a opinião do baterista do grupo musical “Paralamas do Sucesso”, João Barone, que versa sobre sua preferência pela coleção *Terra Brasilis*, do jornalista Eduardo Bueno.

Por sua vez, as obras do jornalista e escritor Eduardo Bueno, até hoje, são referenciadas nos sites noticiosos. Denominado pela imprensa de “historiador pop”, Bueno, além de ser citado como historiador, é considerado um “revolucionário” na arte de escrever a história do país. Ele é referido como portador de um estilo dito “vibrante”, em matéria veiculada, em 17/07/2012, na Revista *Isto é*.¹⁵⁶

Com seu estilo vibrante, Eduardo Bueno sacode a poeira dos livros de História do Brasil. O jornalista gaúcho, 40 anos, mais conhecido como “Peninha”, encontrou um novo filão, que mescla minúcias do Brasil colonial com um delicioso clima aventureiro. Revela, entre outros detalhes, como era a vida e o que faziam os tripulantes das caravelas portuguesas ao desbravar o Oceano Atlântico para descobrir as Américas. É certamente o trabalho mais interessante já editado com relação aos 500 anos do descobrimento. Não por acaso, ele se tornou um fenômeno editorial, estourou no mercado com os dois primeiros volumes da coleção *Terra Brasilis*, lançada no segundo semestre de 1998 pela editora Objetiva. *A viagem do descobrimento* já vendeu 108 mil exemplares e *Náufragos e degredados*, 50 mil. É espantoso, por se tratar de um tema tão pouco consumido no Brasil, mas sobretudo pela biografia do autor (ISTOÉ, 17/07/2012).

¹⁵⁴ Título da matéria: “Jornalista e escritor, prepara o livro *1822*, a ser lançado em 2010, depois do enorme sucesso de *1808*, que vendeu meio milhão de exemplares no Brasil e em Portugal”. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/entrevista_com_laurentino_gomes.html. Acesso em: 16/07/2012.

¹⁵⁵ *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Inconfidência – que bom negócio. Ano 6, nº 67, abril de 2011.

¹⁵⁶ “Eduardo Bueno: o historiador Pop”.

Disponível em: http://www.istoec.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/28843_O+HISTORIADOR+POP. Acesso em: 16/07/2012.

Não há dúvidas de que os dois jornalistas que alcançaram os primeiros lugares no ranking de vendas de livros de não ficção, Eduardo Bueno e Laurentino Gomes, foram favorecidos pela atmosfera das comemorações de duas efemérides históricas: o “V Centenário do Descobrimento do Brasil e o II Centenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil”. Suas obras foram uma espécie de “abre alas” das comemorações, lançadas anteriormente.

Mas o grande marketing de Laurentino Gomes pode ser verificado no lançamento do seu segundo livro. Aproveitando-se do sucesso editorial do primeiro trabalho, ele não perdeu tempo e, três anos depois, lançou a segunda obra de conteúdo histórico. Numa espécie de “oportunismo” de efeméride, antecipando em 12 anos as comemorações pelo bicentenário da Independência do Brasil, o autor lançou o livro *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*, que narra o processo que culminou na independência do Brasil.

A divulgação do *1822* foi totalmente apoiada no sucesso de vendas de sua obra inaugural. É impossível não perceber que Laurentino Gomes pega “carona” na popularização atingida por seu primeiro livro para lançar a obra seguinte. Na capa do *1822*, o jornalista é identificado como “o mesmo autor do *1808*”. Outras referências ao *1808* também podem ser encontradas no decorrer da narrativa do *1822*, principalmente em trechos em que o autor, referindo-se a assuntos já abordados no livro anterior, destaca que o tema a ser tratado é voltado “para quem não teve a oportunidade de ler o *1808*”.

As características identificadas na estruturação do *1808* também aparecem na obra *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. Trago aqui apenas alguns aspectos referentes a esse segundo livro de Laurentino Gomes, por entender que uma análise aprofundada poderá ser feita mais adiante, em outro nível de pesquisa, quando se poderá realizar uma análise comparativa entre as duas obras do jornalista.

Ao abordar o período que se estende de 1821, ano da volta de D. João a Portugal, a 1834, quando da morte de Pedro I, Laurentino Gomes parte das mesmas estratégias seguidas em seu primeiro livro de conteúdo histórico – enfatiza datas (o título do próprio livro, por exemplo), acontecimentos e “personagens” históricas. Além de um capítulo em que aborda aspectos referentes ao Imperador, confere outros à Imperatriz Leopoldina, a José Bonifácio de Andrade e Silva e ao escocês Thomas Alexander Cochrane, primeiro almirante da Marinha de Guerra Brasileira.

Outras características semelhantes à narrativa desenvolvida no livro *1808* são o enfoque e os espaços conferidos aos testemunhos, além da construção de uma escrita que

privilegia diálogos (falas dos personagens históricos) e realça a visão e a imaginação do leitor. Também se procura estabelecer uma relação com a História, partindo dos ditos “lugares de memória”:

Visitei os locais mais emblemáticos dos acontecimentos [...] É o que diferencia um trabalho acadêmico convencional de um livro-reportagem como esse. A técnica jornalística permite observar o presente e constatar que, apesar da grande distância no tempo, esses locais contêm ainda hoje informações relevantes (GOMES, 2010, p. 23).

Se no *1808*, Laurentino atribui a revisão e a orientação do seu trabalho à historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, no *1822*, a tarefa, segundo o autor, coube ao historiador Alberto da Costa e Silva.¹⁵⁷ Sem dúvida, essa medida tem o intuito de conferir legitimidade as suas obras, que têm os historiadores como referências historiográficas, pois é a eles que o autor recorre para tratar dos temas propostos. Entretanto, uma diferença estrutural entre as duas obras está no fato de que, no segundo lançamento, Laurentino Gomes traz uma diferença em relação à posição das notas de referências. Dessa vez, elas vêm no final de cada capítulo.

No livro, composto por 22 capítulos,¹⁵⁸ Laurentino Gomes reserva um capítulo para abordar, assim como aconteceu no *1808*, a figura de D. João. Denominado “Os brasis de D. João”, o autor argumenta que, depois de 13 anos de governo, o já coroado Príncipe regente que, naquele momento, renunciara o título em favor do filho, tinha deixado para trás dois Brasis: um “com traços e refinamentos de capital europeia” (GOMES, 2010, p. 69) e outro, nas palavras do autor, “não muito diferente do lugar selvagem e escassamente povoado que Pedro Álvares Cabral havia encontrado” (GOMES, 2010, p. 69).

Percebe-se, no capítulo mencionado, que Laurentino Gomes atribui uma dimensão valorativa à permanência de D. João no Brasil, da mesma forma que aborda no livro anterior. Assim diz: “Nenhum outro período da História brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os 13 anos de permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro” (GOMES, 2010, p.74).

¹⁵⁷ Membro da Academia Brasileira de Letras (ALB), Alberto da Costa e Silva é Doutor *Honoris Causa* em Letras pela Universidade Obafemi Awolowo (ex-Universidade de Ifé), da Nigéria, em 1986, e em História, pela Universidade Federal Fluminense em 2009. Ver biografia e obras do autor na página da ALB. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=48&sid=144>. Acesso em: 09/04/2013.

¹⁵⁸ Capítulos do livro *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*: “O grito”, “O vendaval”, “O país improvável”, “Os brasis de D. João”, “As cortes”, “De Minas ao Ipiranga”, “D. Pedro I”, “A princesa triste”, “O homem sábio”, “A guerra”, “Louco por dinheiro”, “A Batalha do Jenipapo”, “A Bahia”, “O trono e a constituinte”, “A confederação”, “A maçonaria”, “Os órfãos”, “A marquesa”, “O rei português”, “Adeus ao Brasil”, “A guerra dos irmãos”, “O fim”.

O autor estabelece uma contradição quando relaciona as ações de cunho político, econômico e cultural desenvolvidas no Rio de Janeiro à história brasileira. Se, de um lado, o autor reconhece a existência de dois Brasis, com características diferentes; por outro, não problematiza a questão, buscando entender as causas e as consequências desse investimento direcionado apenas para onde a Corte se encontrava instalada. Tal posicionamento se direciona para aquilo que a historiadora Rosa Maria Silveira Godoy (2009) chamou de “obra civilizadora”, referindo-se aos autores que trataram a administração de D. João como benéfica para o país como um todo.

Do ponto de vista da crítica jornalística, a partir de uma pesquisa apurada sobre as publicações que tratavam de Laurentino Gomes e suas obras, observa-se que não ocorreu um posicionamento muito crítico em relação à produção do “jornalista-historiador”. Ao contrário, como se viu neste tópico, as obras do autor tiveram uma boa recepção nos meios de comunicação, o que contribuiu para a divulgação dos próprios livros.

Enfoque no expressivo número de vendas como consequência da linguagem desenvolvida por Laurentino Gomes tanto no livro *1808* quanto no *1822*, é assim que a maioria das matérias jornalísticas abordam a produção do autor, seja em momentos de lançamento das obras ou acerca da repercussão no mercado editorial brasileiro.

Alguns veículos recorrem ao gênero entrevista para tratar das obras de Laurentino Gomes e saber como ele se interessou em escrever temas históricos, como fez a Revista *Época* na edição de 10/09/2010. Durante a entrevista, conferindo destaque à figura do “escritor jornalista”, entre outras questões levantadas, perguntou-se: “Por que seus livros fazem tanto sucesso?” “O que o diferencia dos historiadores?”¹⁵⁹

A mídia também já cria uma expectativa em relação à próxima obra do autor, que completaria a trilogia de Laurentino Gomes. Trata-se do livro *1889*, cujo conteúdo versará sobre a Proclamação da República no Brasil.¹⁶⁰ O destaque para a novo livro do jornalista escritor, previsto para ser lançado este ano, pode ser verificado um ano depois do lançamento

¹⁵⁹ “Laurentino Gomes: ‘o Brasil desqualifica seu passado’”.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMES+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html>

Acesso em: 23/06/2013.

¹⁶⁰ Ao escrever em seu blog, em 13/10/2012, sobre a próxima obra, prevista para ser lançada, ainda, em 2013, Laurentino Gomes revela seu objetivo com a produção do novo livro: “Encerrada a maratona de lançamento do ‘1822’, tenho me dedicado às pesquisas do próximo livro. Será ‘1889’, sobre a Proclamação da República. Essa foi uma ideia que foi ganhando corpo desde o lançamento da minha primeira obra, ‘1808’. O objetivo é fechar uma trilogia com datas que explicam a construção do Brasil durante o Século XIX, ou seja, 1808, ano da chegada da Corte de D. João ao Rio de Janeiro, depois 1822, data da Independência, e por fim, 1889, que marca a proclamação da República. Ver: “O desafio da linguagem no ensino de História”. Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/blog/#>. Acesso em: 13/10/2012.

do 1822, em matéria publicada em 27/12/2011, pelo *Estadão* online:¹⁶¹

Um futuro best-seller entra em sua fase final a partir de hoje, quando o escritor e jornalista Laurentino Gomes viaja para o exterior – a primeira parada será em Portugal até que, no início do ano, ele segue, ao lado da mulher Carmen Sodré Gomes, para os Estados Unidos, onde pretende finalizar o *1889* (ESTADÃO, 27/12/2011).

Entretanto, na contramão da visão positiva enfatizada pela maioria dos jornalistas, Luciano Trigo, referindo-se ao marketing editorial e ao sucesso de vendas do livro *1808*, apresenta, em 07/11/2008, no site do *G1*, uma abordagem diferenciada dos demais colegas de profissão, no que concerne à crítica jornalística sobre a referida obra.¹⁶² Com menos de um ano de lançamento, o livro já chamara a atenção do jornalista para o grande número de vendas. Por tal motivo, adverte para o fato de que “historiadores acadêmicos não levam a sério o *1808*”. Deveriam”.

Para o jornalista Luciano Trigo, Laurentino Gomes consegue alcançar um grande número de leitores, as “massas”, como se refere, por saber dosar em seu texto erudição e leveza, como também o fez, na opinião dele, o jornalista Eduardo Bueno na coleção *Terra Brasilis*.

O sucesso de *1808* é realmente impressionante. Nesse bicentenário da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, outros livros, até melhores do ponto de vista historiográfico, foram lançados sobre o mesmo tema, sem a menor repercussão. Por exemplo, *Império à deriva*, de Patrick Wilcken (TRIGO, 2008).

Luciano Trigo acrescenta que tanto Eduardo Bueno quanto Laurentino Gomes são acusados de fazerem apenas uma compilação de obras historiográficas, cujas principais contribuições estariam no estilo, na linguagem e no próprio marketing editorial. Entretanto, o jornalista acredita que os historiadores deveriam estar atentos ao fato de que, com suas obras

¹⁶¹ “Laurentino Gomes fecha a trilogia com ‘1889’”. *Estadão* (versão online). Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889,815660,0.htm>. Acesso em: 23/06/2013.

Outras notícias sobre o lançamento do novo livro de Laurentino Gomes podem ser conferidas nos seguintes links: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a- virar-minissérie.shtml> (Laurentino Gomes diz que “1822” é “candidato natural” a virar minissérie); http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/12/noticias/a_gazeta/caderno_2_ag/1071296-escritor-conclui-trilogia-com-1889.html (Escritor conclui trilogia com “1889”); <http://avancaassojaf.blogspot.com.br/2011/12/laurentino-gomes-fecha-trilogia-com.html> (Laurentino Gomes fecha trilogia com ‘1889’). Acesso em: 23/06/2013.

¹⁶² Em artigo intitulado “O fenômeno Laurentino Gomes”, cuja publicação ocorreu em 07/11/2008, quase um ano depois do lançamento do livro *1808*. Ver: “Trigo, Luciano. O fenômeno Laurentino Gomes” Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/11/07/o-fenomeno-1808-de-laurentino-gomes/>. Acesso em: 29/06/2013.

de fácil assimilação, Eduardo Bueno e Laurentino Gomes introduzem no imaginário social uma versão ordenada da história nacional, que poderá se sedimentar como verdadeira ao longo dos anos.

Essa visão se sedimenta e vira verdade, para o cidadão comum. Por exemplo, dissemina-se a ideia de que D. João VI era medroso e bobalhão, tantas vezes desmentida por pesquisadores. Outro exemplo: lá pelas tantas Laurentino escreve: “Sob o calor único dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar” – transcrição quase literal de um membro da Missão Francesa, que reflete uma visão eurocêntrica do Brasil (TRIGO, 2008).

Se do ponto de vista acadêmico, as obras de conteúdo histórico escritas por jornalistas reforçam clichês ou apresentam equívocos, de outro, como ressalta Luciano Trigo, impõem reflexões:

Os historiadores deveriam se esforçar para entender por que esses livros fazem tanto sucesso e tentar, eles próprios, alcançar o grande público. Mal ou bem, Laurentino Gomes e Eduardo Bueno contribuíram muito, com suas obras de entretenimento, para disseminar o conhecimento de nossa História. Se esse conhecimento é rigoroso, é outra História (TRIGO, 2008).

No que concerne às análises do ponto de vista historiográfico, cinco resenhas serão aqui apresentadas, após a realização de uma pesquisa apurada. Com produções de obras históricas voltadas para o público em geral, a historiadora Mary Del Priori, que consta na narrativa de Laurentino Gomes, atribui uma crítica positiva ao livro *1808*.

Em artigo publicado na Revista *Veja*, em 12/09/2007, Del Priori classifica a obra do autor como um guia para quem não tem contato com o tema acerca da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Concorde com a justificativa de Laurentino Gomes sobre a linguagem rebuscada que reveste a temática nos livros produzidos pelos historiadores de profissão.

A obra é um verdadeiro manual de viagem por todos os acontecimentos que envolvem esse mal conhecido episódio da História nacional. Mal conhecido porque, como bem diz Gomes, para entendê-lo é preciso despi-lo da rebuscada linguagem acadêmica com que é normalmente apresentado. E, convenhamos, nem todo mundo tem paciência para isso.¹⁶³

Convém enfatizar que nem todos os historiadores concordam com o posicionamento de Mary Del Priori. O historiador e professor da Universidade Estadual Paulista, em Franca, Jean Marcel Carvalho França, é enfático ao criticar, em artigo publicado na *Folha Online*, em

¹⁶³ DEL PRIORI, Mary. *O ano que definiu o Brasil: 1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 02/07/2012.

06/10/2007, a justificativa apresentada por Laurentino Gomes acerca da pretensão de atender ao interesse daqueles que gostariam de saber mais sobre o passado, mas não estariam habituados nem dispostos a decifrar a linguagem acadêmica.

Legítima pretensão, por certo, mas infelizmente, construída sobre falso pressuposto: o de que a História acadêmica se distingue da jornalística pela sua linguagem rebuscada e hermética. À que “História acadêmica” se refere Gomes? Certamente àquela feita há duas ou três décadas, com aqueles sofríveis – estética e epistemologicamente falando – primeiros capítulos teóricos. E, mesmo aí, nesse território árido, é necessário matizar o juízo do jornalista-historiador.¹⁶⁴

Para Jean Marcel Carvalho França, que também é citado na obra de Laurentino Gomes, não é a linguagem depurada de rebuscamentos e de conceitos, supostamente mais leve, que indica ao leitor que o livro *1808* não foi escrito por um historiador. Ressalta que a escrita do jornalista se diferencia da do historiador por apresentar um gosto centrado no relato de acontecimentos e na apresentação de personagens, além do descompromisso teórico-metodológico imposto pela Academia.

É, sim, o gosto [...] que Gomes demonstra ter pela narrativa centrada em acontecimentos e personagens, é a certeza sincera dos seus juízos acerca dos processos complexos que aborda e, sobretudo, é a ingenuidade tranquila com que abusa dos anacronismos, transformando o passado num imenso território do mesmo. Mas trata-se de um livro de divulgação, e tais preocupações, nesses tempos em que escritores de novela são aclamados como exímios sociólogos, não passam de preciosismos acadêmicos.¹⁶⁵

Como aponta o historiador Jean Marcel Carvalho França, ao privilegiar uma narrativa que se desenrola a partir das ações, ou atos, daqueles que elege como “os grandes homens” da história da Corte no Brasil, Laurentino Gomes dá a entender que sua concepção de História está atrelada à noção de História política praticada no Século XIX, quando prevalecia a ideia de que os grandes feitos humanos estavam associados às atitudes dos homens da política.¹⁶⁶ Em nenhum momento, Laurentino Gomes

¹⁶⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “*1808*” *reconta era joanina com leveza*.

Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>. Acesso em: 01/07/2012.

¹⁶⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “*1808*” *reconta era joanina com leveza*.

Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>. Acesso em: 01/07/2012.

¹⁶⁶ A história política praticada no Século XIX, que enfatizava as ações dos governantes, foi bastante criticada pelos *Annales*, a partir de 1929. Entretanto, um novo olhar sobre a realidade social, sobretudo a partir da década de 1980, possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que privilegiassem novos estudos de História política, dessa vez, por meio do entendimento de que os processos sociais podem ser mais bem compreendidos tendo como base a análise das dimensões políticas e culturais (A História política retorna revestida pelo aspecto cultural). Assim, passou-se a recusar, como ressalta a historiadora Angela de Castro Gomes, “a predominância de um enfoque socioeconômico mais estrutural para um melhor entendimento das relações sociais construídas entre dominantes e dominados” (GOMES, 2005, p. 23). Dessa maneira, refuta-se a argumentação de que o dominante exerce o controle sobre os pensamentos e as atitudes de seus subordinados. Em suas considerações sobre a nova História política, René Rémond observa que “não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que

aborda a visão de um cidadão comum, mas de indivíduos que tinham, direta ou indiretamente, vínculo com a Corte de D. João.

Embora divergindo em relação ao entendimento da pretensão de Laurentino Gomes em dizer que atende a uma “demanda” do presente, dos interessados pela história contada de forma acessível, Mary Del Priori e Jean Marcel França Carvalho concordam que o jornalista apresenta uma narrativa didática. No que concerne à narrativa de Laurentino Gomes, Del Priori declara, implicitamente, que o sucesso do número de vendas está no fato de que a representação feita pelo autor sobre o acontecido foi construída tendo como base uma mistura de humor e erudição:

Sua fórmula caminha no sentido contrário. Ela se vale de uma deliciosa mistura de bom humor e erudição para criar um amplo painel de acontecimentos e personagens que se cruzam durante os treze anos da aventura dos Bragança nos trópicos. Por meio de 29 capítulos curtos e cinematográficos, Gomes monta um quebra-cabeça em que cada peça se encaixa na precedente. E convida o leitor a cavalgar por uma sucessão de paisagens históricas.¹⁶⁷

Por sua vez, Jean Marcel França Carvalho também aponta pontos positivos em relação ao *1808*:

Gomes procura contar essa História de maneira bastante didática, recorrendo a constantes aproximações com acontecimentos e figuras do nosso tempo e destacando um ou outro personagem mais “curioso”. O autor, no entanto, não apela nem para o caricato, nem para o deboche, nem para o excessivamente pitoresco, passando longe, pois, de uma certa História jornalística “riponga” e grotesca que anda por aí.¹⁶⁸

A historiadora Mary Del Priori não faz críticas depreciativas ao trabalho do autor. Ela salienta que o jornalista apoiou sua narrativa em fontes documentais e em uma bibliografia atualizada. Outro ponto positivo destacado por ela refere-se à forma como Laurentino Gomes tratou os personagens emblemáticos do período.

Além dos episódios históricos apoiados em fontes documentais e nos estudos

a História política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais” (RÉMOND, 2003, p.36). Ver: GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊIA, Maria de Fátima S. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de História cultural, História política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44; RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁶⁷ DEL PRIORI, Mary. *O ano que definiu o Brasil: 1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional.

Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 02/07/2012.

¹⁶⁸ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *“1808” reconta era joanina com leveza*.

Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>. Acesso em: 01/07/2012.

mais atualizados sobre o tema, o autor faz saltar das páginas os personagens emblemáticos do período. Minibiografias contam a trajetória do próprio dom João, de sua famigerada mulher, Carlota Joaquina, do funcionário da Real Biblioteca, Joaquim dos Santos Marrocos, do Cabugá ou Antonio Gonçalves Cruz, mentor de uma revolução liberal em Pernambuco que incluía o resgate de Napoleão da Ilha de Santa Helena para lutar lado a lado com os insurgentes, ou do Padre Perereca, cronista de usos e costumes da época, que descreve como ninguém o encontro de dois mundos: o europeu e o americano.¹⁶⁹

Del Priori, que escreveu a resenha antes da efeméride do bicentenário, ressalta que a importância do livro *1808* está no fato de se tratar de um guia histórico, como já salientado, que apresenta, com uma linguagem leve, os acontecimentos referentes ao tema para o público leigo.

1808 desvenda os acontecimentos com graça e leveza, convidando o leitor a descobrir o real sentido dessa efeméride tão próxima. É uma síntese histórica que brilha pela limpidez das explicações e pelo interesse de projetar o passado no presente. É uma boa ideia sustentada por uma metodologia sem falhas. Uma boa maneira de apreciar o foguetório que virá, sabendo, de antemão, do que se trata.¹⁷⁰

Por sua vez, a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, em texto publicado na Revista *Época*, em 05/12/2008, ressalta que o livro de Laurentino Gomes tem o mérito de divulgar e ampliar conhecimentos históricos, comumente restritos à Academia, através de uma linguagem agradável e acessível, como ela mesma destaca.

A obra também reproduz uma série de pesquisas originais que vêm relendo o evento da mudança da família real portuguesa em inícios do Século XIX a partir de um viés mais arejado. Trata-se cada vez mais de entender o caráter único dessa viagem e seu lado até mesmo aventureiro: uma monarquia ao mar, uma estrutura burocrática à deriva.¹⁷¹

A antropóloga salienta a importância do livro de Laurentino Gomes, afirmando que: “num país que desfaz, com frequência, de sua memória, nada como um livro que vendeu mais de meio milhão de exemplares; um *best-seller* dedicado a lembrar e refletir sobre as particularidades dessa História que fez do Brasil, Brasil”.¹⁷²

¹⁶⁹ DEL PRIORI, Mary. *O ano que definiu o Brasil: 1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional.

Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 02/07/2012.

¹⁷⁰ DEL PRIORI, Mary. *O ano que definiu o Brasil: 1808...*,

Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 02/07/2012.

¹⁷¹ SCHWARCZ, Lilia. *Com o best-seller 1808, ele redespertou o interesse pela História*. Comentário veiculado na Revista *Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT18839-15273-18839-3934,00.html>. Acesso em: 01/07/2012.

¹⁷² SCHWARCZ, Lilia. *Com o best-seller 1808, ele redespertou...*,

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT18839-15273-18839-3934,00.html>.

Já no que concerne à obra *1822*, o historiador Jean Marcel Carvalho França, ao comentar, na Revista *Cult*, em outubro de 2011, sobre a 53ª edição do prêmio Jabuti, faturado pelo referido livro na categoria reportagem, reconhece a escrita de Laurentino Gomes como agradável de se ler.¹⁷³ Ressalta que o autor ganhou o prêmio com uma narrativa ensaísta, ao mesmo tempo em que relativiza a importância da premiação:

Ele sabe escrever bem. Parece óbvio dizer isso, mas não é óbvio no meio historiográfico. Ele não é historiador, ganhou o Jabuti pela narrativa ensaística. Não é um trabalho do nível do Eduardo Bueno, também – ele faz piadas e chistes, e isso é grosseiro. E o Jabuti também não é nenhum prêmio incontornável da literatura brasileira, não é?¹⁷⁴

Jean Marcel Carvalho França salienta, ainda, que a narrativa de Laurentino Gomes, no livro *1822*, respeita, ao menos, a dinâmica da narrativa histórica ao consultar historiadores consagrados, o que, segundo o historiador, confere um caráter de seriedade à obra. “Ele coloca o historiador ali por tabela. Aliás, tenho que agradecer-lo, pois vendeu muitos livros meus (risos)”.¹⁷⁵

Carvalho também não deixa passar que Laurentino Gomes caiu naquilo que é considerado um equívoco para o historiador: o anacronismo.

Ele comete o maior pecado para nós, historiadores, que é o anacronismo. Por exemplo, quando escreve coisas como “fulano era histórico”, isso é incomodativo. Contudo, não gosto de reclamar, acho que não é necessário ficar traumatizado, não há nenhum pecado.¹⁷⁶

Entretanto, esse historiador aponta um fator positivo em relação ao livro produzido pelo jornalista: “Os historiadores costumam – ou costumamos, me incluindo – dizer que ele ocupa um território que achamos que é nosso. Mas a popularização é bastante positiva. Ele põe a História na pauta do dia”.¹⁷⁷

Sobre tal livro, a diretora do Museu Paulista e professora da Universidade de São Paulo (USP), a historiadora Cecília Helena de Salles Oliveira, que é citada no *1822* como uma

Acesso em: 01/07/2012.

¹⁷³ A recepção historiográfica da segunda obra do autor será considerada por entender que está no mesmo patamar do primeiro: trata-se de um livro sobre o passado, que visa antecipar a efeméride da independência do Brasil; teve grande sucesso no número de vendas; e foi escrito nos mesmos padrões do anterior.

¹⁷⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Crítica e historiador falam sobre os ganhadores do Jabuti*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>. Acesso em: 17/06/2012.

¹⁷⁵ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Crítica e historiador falam ...*, Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>. Acesso em: 17/06/2012.

¹⁷⁶ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Crítica e historiador falam ...*, Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>. Acesso em: 17/06/2012.

¹⁷⁷ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Crítica e historiador falam...*, Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>. Acesso em: 17/06/2012.

colaboradora da pesquisa realizada, observa que a narrativa desenvolvida por Laurentino Gomes¹⁷⁸ privilegia datas e fatos, assim como salientou o historiador Jean Marcel Carvalho França, ao comparar a escrita de Gomes com a da historiografia positivista do Século XIX.

A composição do texto pressupõe que a História seja um grande depósito de dados, que o observador arrebanha como quer, e com eles monta um tabuleiro manipulando fragmentos e dando-lhes a fisionomia que considerar mais adequada ou palatável (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Em resenha veiculada na *Revista da Biblioteca Nacional* – e por tal razão, deve-se reconhecer a importância do suporte por manter uma independência editorial e uma maior aceitação entre os acadêmicos – as considerações de Cecília Helena de Salles Oliveira sobre a produção de Laurentino Gomes são mais significativas do que as veiculadas pela historiadora Mary Del Priori, por exemplo, pois esta, além de fazer parte do universo editorial voltado para publicações de divulgação histórica, fala em uma revista que confere espaço para a divulgação das obras de temáticas históricas escritas por jornalistas, sem mencionar o fato de que Laurentino Gomes já foi editor executivo do veículo.

Embora evocando o pressuposto de imparcialidade, já tão rejeitada pelos teóricos da comunicação e tão alimentada pelos veículos de comunicação, Oliveira detecta que “a ‘técnica jornalística’ que o autor diz adotar não o inocenta do partido que tomou” (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Cecília Helena de Salles Oliveira prossegue com a crítica a Laurentino Gomes, dizendo:

O enredo apresentado – desmentido por obras que ele mesmo cita e pela literatura atualmente disponível – sugere que o voluntarismo de indivíduos comanda a História, que a sociedade brasileira, tanto no passado quanto no presente, é incapaz de se autogovernar, e que ainda estão por nascer o povo e a nação brasileiros. Edições como essa disparam, sobretudo, um alerta: não educam, desinformam, são conformistas e encontram espaço nos meios de comunicação (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Além de criticar o livro, a professora reprova a imprensa por conferir visibilidade a esses tipos de publicação. Sem dúvida, o sucesso de vendagem dos livros de Laurentino Gomes foi propiciado pela ampla divulgação sobre seus lançamentos na mídia, principalmente na *online*. Quase todos os sites noticiosos ou de segmento cultural já veicularam notícias tanto sobre o *1808* quanto sobre o *1822*. Vale salientar que a maioria das publicações foi de caráter positivo, ou seja, elogioso.

¹⁷⁸ Embora se reportando ao livro *1822*, implicitamente, a autora atribui a crítica à obra *1808*.

Nessa perspectiva, seria viável levantar a hipótese de que, voluntária ou involuntariamente, acabou se gerando um “espírito de corpo”¹⁷⁹ no campo do Jornalismo Cultural, no qual se articulou uma rede de relações nem sempre institucionais, mas amistosas, ou de cumplicidade, entre o jornalista, Laurentino Gomes, e outros profissionais da mídia. Esse fato, sem dúvida, contribuiu para alavancar a venda dos livros *1808* e *1822*, levando em consideração que tais obras acabaram sendo “maquiadas” como obras de História e, sobretudo, caracterizadas como palatáveis e atraentes.

A partir das concepções traçadas sobre os livros *1808* e *1822*, pelos quatro acadêmicos, de modo geral, a narrativa sobre o passado construída por Laurentino Gomes acabou sendo classificada como significativa em relação à popularização da temática “história em foco” para os leitores não especializados. Dentre as análises apresentadas, apenas a de Cecília Helena de Salles Oliveira não atribuiu nenhum ponto positivo ao trabalho desempenhado pelo jornalista. Os demais apontaram a importância da divulgação de temas históricos.

Também com exceção de Cecília Helena de Salles Oliveira, todos comentaram sobre a escrita de Laurentino Gomes, denominada de leve e agradável, o que, segundo eles, contribuiu para a grande recepção entre o público. Os historiadores ainda elogiaram o escritor por conferir espaço, na narrativa, para os especialistas no assunto, embora Cecília Helena de Salles Oliveira e Jean Marcel Carvalho tenham ressaltado que a narrativa de Laurentino Gomes teria ficado presa a datas, acontecimentos e personagens.

Conclui-se que, no caso de Laurentino Gomes, buscou-se intermediar o passado a partir da *práxis* jornalística, seguindo os *critérios de noticiabilidade* (ao se levar em consideração os aspectos de atualidade, relevância e notoriedade para tratar o tema histórico em foco) e se utilizando de uma linguagem aplicada nas redações dos impressos, prezando-se pela clareza e pela concisão.

O passado veio à tona por meio de uma apologia do presente, em que o foco principal não se encontra no passado distante, embora seja enfatizado, mas naquilo que acontece na contemporaneidade. Esse dispositivo conferiu à produção de Laurentino Gomes uma espécie de alargamento do passado no presente, pondo em evidência a dimensão da atualidade, que, como salienta Mouillaud (2002), resulta da interação entre o jornalista, o meio de divulgação

¹⁷⁹ Faz-se menção à possibilidade de existir certa “comunidade de jornalistas”, em referência àquilo que o francês Pierre Bourdieu chamou de “capital social” e redes de relações, quando o que está implícito pode ser a defesa pela legitimação de uma prática cultural ou mesmo profissional. Ver: BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

e o público.

Portanto, em relação à produção de conteúdo histórico de Laurentino Gomes, em especial, o livro *1808*, constata-se que não traz novidades que possam enriquecer o debate historiográfico (razão por que também não é considerada obra de História). Entretanto, a questão, nesta dissertação, repousa mais sobre os conflitos metodológicos entre historiadores e jornalistas quando se está em foco a narrativa sobre o passado.

Além do mais, verifica-se que as críticas laudatórias são “entre pares” e até as resenhas favoráveis de alguns historiadores (as) vêm daqueles que mantêm uma relação direta com a mídia ou com os interesses de publicações. Por outro lado, não se pode negar que efeméride e markentig renderam uma notável “obra mercadológica”, caracterizada por um discurso midiático, a tal ponto que Laurentino Gomes conseguiu satisfatórios retornos financeiros, deixou para trás o “fardo das redações” e seguiu a promissora carreira de um escritor que faz “usos do passado”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as discussões levantadas nesta dissertação convergiram para o fenômeno referente à produção de uma obra de conteúdo histórico escrita à margem do cânone historiográfico. Em um estudo de caso, analisou-se como o jornalista Laurentino Gomes concebeu, estruturou e representou o tempo passado, a partir de temática referente à vinda da família real portuguesa para o Brasil, no livro *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*.

Em um trabalho desse tipo, o referencial, ou seja, o parâmetro de análise, são obras e procedimentos historiográficos. Por isso, é relevante desvendar as estratégias de produção para se entender como um autor que não tem formação histórica, nesse caso, Laurentino Gomes, manipula obras historiográficas e extrai delas elementos para construir suas narrativas, vale dizer, suas interpretações sobre o acontecido.

Mas se referir a uma escrita jornalística sobre a História implica levantar uma discussão objetivando desvendar de que tipo de produção se está falando. Ao compreender que o passado não é uma instância exclusiva do historiador, pressupõe-se que tal temporalidade possa ser revisitada por diversos profissionais. Entretanto, isso não significa dizer que qualquer um esteja apto a produzir conhecimento científico de conteúdo histórico, ou seja, cultura historiográfica.

Defende-se, aqui, a hipótese de que as obras de temáticas históricas escritas por jornalistas consistem em produções de cultura histórica, pois essa dimensão do saber histórico está atrelada a uma gama de profissionais e aos mais variados tipos de produção cultural, ou seja, de diversos modos de investigação sobre o passado. Difere da categoria de cultura historiográfica, que impõe uma investigação sobre o passado fundamentada em métodos e teorias institucionalizados, o que torna a História, e não, o passado, uma área de atuação exclusiva do historiador.

Desse modo, embora a cultura histórica e a cultura historiográfica coabitem o mesmo espaço sociotemporal, não fazem parte da mesma instância do conhecimento. Entretanto, refletir sobre a produção de cultura (s) histórica (s) nada mais é do que pensar historiograficamente. Tem-se, nesse caso, uma distinção entre os profissionais que atuam nessas duas esferas, pois o saber histórico difundido por outros campos que não o da História pode se tornar objeto de estudos dos historiadores.

Foi pensando nessa questão – da produção do saber histórico não legitimado pela

ciência histórica – que foram se definindo os objetivos desta dissertação. Convém enfatizar que trazer à tona um livro de conteúdo histórico escrito por um jornalista que consegue atingir um considerável número de leitores implica dizer que, embora não tenha a legitimidade da Academia, a obra acaba tendo a legitimidade dos aportes mercadológicos, inserida na indústria cultural do “passado como mercadoria”.

Lançado um ano antes (em 2007) das comemorações do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o *1808* surgiu, no mercado editorial brasileiro, paralelo a lançamentos de obras acadêmicas que também abordavam a temática em foco. Além disso, o livro foi inserido num contexto que logo seria tomado pelas divulgações jornalísticas em função da efeméride comemorativa. Tem-se, portanto, uma obra inserida em um universo atmosférico midiático, cujo escritor é um jornalista que fazia parte do corpo editorial de um notório veículo de comunicação – a Revista *Veja* –, no qual a ideia de escrever sobre o passado ganhou força.

Como escreve para um público não especializado, Laurentino Gomes desenvolve uma estratégia de escrita tendo como parâmetro a *práxis* e os pressupostos jornalísticos. Por tal razão, o passado é reatualizado no livro *1808* a partir dos problemas apontados no presente, que direcionam as abordagens históricas, buscando se aproximar do cotidiano do leitor.

Assim, às múltiplas maneiras de estruturar o tempo e transportá-lo em forma de narrativa aplica-se o entendimento de cultura histórica, que, mesmo se diferenciando da cultura historiográfica (legitimada e metodizada), não consegue ser efetivada sem recorrer ao universo historiográfico, quer dizer, às obras dos homens e das mulheres de *métier*. Esse fato é facilmente identificável na obra de Laurentino Gomes, em que a legitimidade é pretendida por meio da ênfase e do espaço conferidos aos historiadores de formação.

Por outro lado, para falar de uma obra de notável disseminação, que se denomina como trabalho de investigação jornalística sobre o passado, produzida na atmosfera do bicentenário de comemoração da chegada da Corte, é imprescindível um panorama de contextualização, sobretudo tendo como parâmetro a atuação jornalística a respeito da temática em foco, amplamente difundida em 2007/2008.

Tal necessidade culminou no terceiro capítulo desta dissertação, no qual foi verificado que a maioria dos veículos planejou uma pauta positiva em relação ao episódio ocorrido em 1808, exaltando as supostas benesses promovidas com a presença da família real em solo brasileiro. Como salienta Rosa Maria Godoy Silveira (2009), “a história celebrativa” se fez com oclusões e difundiu como tônica memorialística a “obra civilizadora” do governo joanino.

Percebe-se que a transferência da Corte acabou sendo cristalizada na e pela mídia da mesma forma que é abordada nos livros didáticos: como grande marco histórico que teria conduzido o Brasil à constituição da nação e à independência. Os significados e as interpretações que nortearam as comemorações dos 200 anos da chegada da Corte se configuraram em uma cultura histórica que glorificava os feitos de D. João e os rumos de sua política administrativa centrada no Rio de Janeiro. Essa dimensão também pode ser verificada na abordagem desenvolvida por Laurentino Gomes no *1808*.

Aspectos e realidades de outras províncias não foram questionados pelos veículos, ao menos pelos mais representativos, durante o período da presença da família real no Brasil. São esses fatores as tais ocultações que Silveira questiona a partir dos três eixos temáticos tão explorados na pauta midiática: a abertura dos portos, os investimentos culturais e a elevação do Brasil a Reino Unido Portugal e Algarves.

Outros debates também puderam ser inclusos nesse capítulo, como o espaço conferido, na mídia, aos historiadores. Essa evidência contribuiu para que uma discussão historiográfica acabasse se proliferando fora da Academia, como aconteceu com os historiadores José Murilo de Carvalho e Evaldo Cabral de Mello. Ambos trouxeram à tona questões polêmicas em torno da produção, da legitimação e da disputa do conhecimento histórico, sobretudo acerca de um “evento fundador” específico – a vinda da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808.

Com essa abordagem, que envolve procedimento historiográfico e atuação jornalística, também foi possível traçar um debate significativo sobre duas dimensões inerentes aos referidos campos profissionais: o fato histórico e o acontecimento jornalístico. Esses são dois termos que se diferenciam, devido apresentarem objetivos distintos – aquele denota mais o desvendamento da ocorrência, enquanto este centra-se em sua revelação. Entretanto, ambos também apresentam semelhanças, pois não existe o primeiro sem a atuação do historiador, nem o segundo, sem a percepção do jornalista.

Ao considerar que, no campo do Jornalismo, o gancho desempenharia aquilo que se pode determinar como problema historiográfico na área da História, pode-se pensar que, com tal dispositivo, projetou-se uma espécie de acontecimento com base na efeméride do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil. A dimensão histórica foi significada sob a ótica jornalística e recebeu o *status* de acontecimento jornalístico ao lhe serem atribuídos os aspectos de relevância e de atualidade.

Assim, parafraseando Robert Darnton (2010), o acontecimento jornalístico é mais uma recriação e ordenação dos fatos na redação do que a ocorrência em seu “sentido real”. E, como diria Maurice Mouillaud (2002), tal feito não aconteceria, pois é impossível representar

o ocorrido em sua totalidade, mas apenas em fragmentos carregados de sentidos. Assim, Laurentino Gomes reordenou os fatos que nortearam a chegada da família real e os distribuiu em capítulos, apresentando-os com base em uma ligação contínua com o presente do leitor.

Centrando-se na análise do livro em questão, objetivou-se vislumbrar como o autor dialogou com a historiografia na construção de sua narrativa, pois, mesmo sendo de outra área, ao escrever sobre o passado, não teria como fugir das obras historiográficas. Tal finalidade visava responder a alguns questionamentos: Que peculiaridades são conferidas a esses escritos? Que relações estabelecem com a historiografia? Quais as implicações epistemológicas em relação à veiculação desse tipo de cultura histórica? A que lugares correspondem as escritas jornalísticas da História? Que densidade apresenta esse tipo de produção? Tem relevância para o público? Atende a que dimensões da necessidade do conhecimento histórico?

Ao buscar entender como se deu a operação de uma obra de conteúdo histórico produzida por um jornalista, mas que tinha como parâmetro e procedimento de pesquisa obras historiográficas, procurou-se, no último capítulo desta dissertação, entender como se efetivou a estruturação do livro *1808*, buscando descortinar a estratégia de escrita elaborada por Laurentino Gomes.

A narrativa do referido jornalista e escritor reúne características do texto historiográfico, incluindo algumas “marcas de historicidade”: recorre a notas, faz referência a historiadores clássicos (legitimados pelos Institutos Históricos) e contemporâneos (legitimados pela Academia) e se utiliza de citações (recorre aos discursos do outro pretendendo legitimidade). Por outro lado, aproxima-se da prática e da escrita jornalística: visita lugares de memória, apresenta um texto pautado pelo presente, valoriza testemunhos de contemporâneos ao acontecimento (outra forma de buscar legitimidade perante o leitor) e desenvolve uma escrita concisa, linear e objetiva.

Embora o *1808* seja excluído do universo historiográfico por não pertencer à Academia e não seguir diretrizes teórico-metodológicas, também não é possível afirmar, categoricamente, que se trata de uma produção legitimada pelo Jornalismo enquanto campo do conhecimento, que tem uma razão de ser que não se pauta pelo discurso midiático e vai além da mera transmissão de saberes de outras áreas. Dessa maneira, por apresentar características híbridas, oriundas de campos que dialogam, mas que mantêm suas especificidades (História e Jornalismo), infere-se que a escrita de conteúdo histórico desenvolvida por Laurentino Gomes se situa numa linha tênue entre duas instâncias profissionais (a do jornalista e a do historiador).

Portanto, concluiu-se que o livro *1808*, ao mesmo tempo em que não pode ser entendido como obra de História, já que também não apresenta problematizações nem contribui para o enriquecimento do debate historiográfico, não se encaixa na categoria de Jornalismo como campo do conhecimento, a não ser pelo viés da informação.

A hipótese aqui defendida é de que a obra de Laurentino Gomes pode ser denominada de produção de cultura histórica, mas não é tida como referencial, em se tratando de todas as produções culturais, inclusive as produzidas por outros jornalistas, pois cada obra e escritor têm características e métodos próprios e, por tal motivo, merecem estudos especificados. Entretanto, pode-se afirmar que o foco dessas produções está na esfera da recepção de uma escrita estruturada sem a preocupação com o fardo metodológico imposto pela ciência histórica.

Sobre a relevância de obras como essa de Laurentino Gomes, embora contribuam para popularização do saber histórico, nem sempre o retratam de maneira aceitável (sem anacronismo ou concepções generalizantes). Além disso, ao serem “maquiadas” como obras de História, embora seus autores enfatizem que são trabalhos jornalísticos, trazem como principal implicação epistemológica o fato de serem vistas, aos olhos do leitor não especializado, como obra historiográfica.

Como já mencionado, a prática jornalística de escrever sobre o passado não consegue reconhecimento historiográfico, mas é legitimada pelas práticas de leituras sociais, pelo fato de as pessoas comuns (ditas não historiadoras) as comprarem como obras de referencial histórico. Assim, obras desse tipo não agradam à maioria dos historiadores, mas agradam ao público – a prova está aí, mais de um milhão de exemplares vendidos, considerando as duas obras lançadas por Laurentino Gomes (*1808* e *1822*).

Por outro lado, a relação entre historiadores e jornalistas, na produção e publicação de conteúdos históricos, se torna cada vez mais próxima. Se ao tentar “imitar” os historiadores, os jornalistas saem na frente no quesito popularização da História, aqueles não ficam atrás e também buscam tirar proveitos das ferramentas dos jornalistas para tornar a História mais acessível aos leitores. Por isso não é à toa que ambos os profissionais atuam juntos nas redações de algumas revistas especializadas na divulgação de conteúdos históricos, espaços onde os historiadores são “autoridades”, mas necessitam da técnica jornalística para tornarem seus trabalhos mais dinâmicos.

Como se pode perceber, algumas respostas foram possíveis, e outras ainda merecem amadurecimento. Fiquei na análise da primeira obra de Laurentino Gomes, mas viso sistematizar um projeto futuro que abranja a trilogia do autor, já que neste ano, segundo ele,

deverá ser lançada sua terceira obra, também apoiada em efeméride histórica. O livro será intitulado *1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, em alusão ao segundo centenário da Proclamação da República.¹⁸⁰

Portanto, para futuras pesquisas, pretendo abordar a trilogia em curso de Laurentino Gomes, pois, ao reunir as características de jornalista e de homem de visão mercadológica, o autor não pode ser negligenciado das análises historiográficas. Para tanto, vislumbro realizar estudos sistemáticos, por meio do método comparativo, entre a escrita jornalística desenvolvida por ele e por outros “jornalistas-historiadores” (estudos entre culturas históricas). Ou ainda, a partir das obras de jornalistas, estabelecer uma relação comparativa com a escrita historiográfica (estudos envolvendo a relação entre culturas históricas e cultura historiográfica). Neste caso, visando o aprofundamento de uma discussão sobre os conflitos metodológicos envolvendo as *práxis* do historiador e do jornalista.

¹⁸⁰ Informações sobre o lançamento de tal livro foram publicadas, recentemente, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sobrelivros.com.br/novo-livro-de-laurentino-gomes-vem-ai/>. Acesso em: 04/08/2013.

6. FONTES

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e Brasil*. 3 ed. São Paulo: Planeta, 2002.

_____. *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

7. ENTREVISTAS

Entrevista com Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Revista Mosaico*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=editorial/edi%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-3-ano-ii>. Acesso em: 08/04/2013.

Entrevista com Eduardo Bueno. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/eduardo-bueno-lula-repete-paternalismo-de-vargas/>. Acesso em: 20/06/2013.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Não havia Brasil antes de Dom João*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI60045-15254,00.html>. Acesso em: 10/5/2012.

Entrevista. Lúcia Bastos. *Revista História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/lucia-bastos>. Acesso em: 17/06/2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Dom João VI empurra as coisas com a barriga*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EMI60062-15254,00.html>. Acesso em: 20/5/2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista. *Jornal do Commercio*. Disponível em: http://brasil2008usp.zip.net/arch2008-03-16_2008-03-22.html. Acesso em: 21/06/2012.

“Laurentino Gomes diz que “1822” é “candidato natural” a virar minissérie”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-minisserie.shtml>. Acesso em: 23/06/2013.

“Em entrevista, Laurentino Gomes fala de 1822”. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/1822/em+entrevista+laurentino+gomes+fala+de+1822/n1237770392386.html>. Acesso em: 30/06/2013.

“Laurentino Gomes: ‘O Brasil desqualifica seu passado’”.

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMES+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html>.

Acesso em: 23/06/2013.

“História com escrita simples”.

Disponível em: <http://www.geia.org.br/entrevista-com-laurentino-gomes/>

Acesso em: 15/06/2013.

8. MATÉRIAS

“Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”.

Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+1808+e+1822+de+laurentino+gomes+ultrapassam+1+milhao+de+exemplares+vendidos/>. Acesso em: 20/07/2012.

“Laurentino Gomes lança livro-reportagem sobre a História do Brasil”.

Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/vestibular/noticia.jsf?id=809522>.

Acesso em: 16/07/2012.

“Jornalista e escritor prepara o livro *1822*, a ser lançado em 2010, depois do enorme sucesso de *1808*, que vendeu meio milhão de exemplares no Brasil e em Portugal”.

Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/entrevista_com_laurentino_gomes.html.

Acesso em: 16/07/2012.

“Eduardo Bueno: o historiador Pop”.

Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/28843_O+HISTORIADOR+POP.

Acesso em: 16/07/2012.

“Imprensa nacional comemora 200 anos”. *Folha online* (3/3/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u370744.shtml>. Acesso em: 20/04/2012.

“Senador diz que dom João 6º foi mais que um ‘simples comedor de frangos’”. *Folha online* (21/2/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u374598.shtml>.

Acesso em: 21/6/2012.

“Lula diz que chegada da família real contribuiu para o desenvolvimento do Brasil”. *Folha online* (7/3/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u379846.shtml>.

Acesso em: 22/6/2012.

FIGUEIREDO, Luciano. Carta ao leitor. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Ano 6, nº 67, abril de 2011.

“Laurentino Gomes fecha trilogia com ‘1889’”. *Estadão* (versão online).

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889,815660,0.htm>. Acesso em: 23/06/2013.

“Livros ‘1808’ e ‘1822’, de Laurentino Gomes, ultrapassam 1 milhão de exemplares vendidos”

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44430/livros+do+jornalista+laurentino+gomes+ultrapassam+a+marca+de+1+milhao/>. Acesso em: 20/06/2013.

“O desafio da linguagem no ensino de História”.

Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/blog/#>. Acesso em: 13/10/2012.

TRIGO, Luciano. O fenômeno Laurentino Gomes.

Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/11/07/o-fenomeno-1808-de-laurentino-gomes/>. Acesso em: 29/06/2013.

“Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e 1822”. Disponível em:

<http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html>. Acesso em: 30/06/2013.

9. RESENHAS

DEL PRIORI, Mary. *O ano que definiu o Brasil:1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml.

Acesso em: 02/07/2012.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “1808” *reconta a era joanina com leveza*.

Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>.

Acesso em: 01/07/2012.

_____. *Crítica e historiador falam sobre os ganhadores do Jabuti*.

Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>.

Acesso em: 17/06/2012.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Obras como ‘1822’, de Laurentino Gomes, não educam, desinformam, mas encontram espaços nos meios de comunicação. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, n. 62, nov/2010, p. 92.

SCHWARCZ, Lilia. *Com o best-seller 1808, ele redespertou o interesse pela História*. Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0ERT18839-15273-18839-3934,00.html>. Acesso em: 01/07/2012.

10. REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúl Veda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, dez, 2007, p. 95-111.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. In: *Revista Saeculum*. João Pessoa, nº 16, jan/jun, 2007, p. 25-31.

_____. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: Edusc, 2008.

BARROS, José D'Assunção. Os usos da temporalidade na escrita da História. In: *Revista de História Saeculum*. João Pessoa, 13, Jul/dez. 2005, p. 144-155.

BARTHES, Roland. O discurso da História. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 145-165.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial – vol. II – 1832-1889*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, p. 53-120.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1995.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: *VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo, Anais SBPJor..., 2009, p. 1-16.

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro: viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900*. 2 ed. Rio de Janeiro: seec, 1980.

BONALDO, Ronaldo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-

Graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Documentos de uma era comemorativa brasileira? Notas sobre o surgimento das “narrativas jornalísticas da História”. *Simpósio Nacional de História*, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846771_ARQUIVO_RodrigoBonaldo-SNH2011.pdf. Acesso em: 16/07/2012.

BORGES, Vavy Pacheco: História e Política: laços permanentes. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, nº 23/24, 1991/2, p. 7-18.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Sobre televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARR, Eduard Hallet. *Que é História?* 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. São Paulo. *Rev. Bras. Hist.* vol. 28 n. 56, 2008, p. 551-572.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *À beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universidade, 2002.

_____. *A História ou leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2009.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994;

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COGO, Denise. *Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos do descobrimento do Brasil*. Intercom, 2001.

Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP12COGO>.

Acesso em: 16/07/2012.

DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 65-109.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

_____. A grande imprensa na primeira metade do Século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

_____. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidade e subjetividades*. Passo Fundo: UPF, 2006;

_____. História, teoria da História e culturas historiográficas: entrevista com Astor Antônio Diehl. In: *Revista Saeculum* (PPGH-UEPB). João Pessoa, n. 21, jul/ dez. 2009, p. 219-232.

FIGUEIREDO, Luciano. *O boom das revistas sociais e humanas*. Disponível em: semanact.mct.gov.br/upd_blob/0000/169.pdf.

Acesso em 30/06/2013.

FLORES, Elio Chaves. *História e Jornalismo: caminhos das evidências compartilhadas*. Seminário Jornalismo e Saberes Circundantes, Departamento de Comunicação Social/CCHLA/UFPB, João Pessoa, setembro de 2005, p. 01-27. [PDF].

_____. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. In: *Revista Saeculum*, nº 16. João Pessoa, jan/jun, 2007, p. 83-102.

_____. A cultura histórica entre as regionalidades e os saberes. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes; COSTA, Robson Xavier da (orgs.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 11-36.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *O bibliotecário de D. João VI*. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_bibliotecario_de_d_joao_vi_imprimir.html Acesso em: 30/06/2013.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos, 1531-1808*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olímpio, 2000.

GADINI, Sérgio Luis. *Em busca de um conceito (possível) de Jornalismo cultural*. Pauta Geral, n.6, 2004, p. 93-112.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 12, 1978.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEZER, Raquel. *A História em banca de jornal*. Eclética 2005 (Publicação Eventual do Departamento de História FFLCH/USP). 2005.

_____; ALBIERI, Sara. O campo da História e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. In: *Revista Ibed*, n. 48, mar. 2009. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0020-38742009000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 16/07/2012.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas: 1996, p. 114.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊIA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de História cultural, História política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊIA, Maria de Fátima S. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de História cultural, História política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45-63.

GONÇALVES, Lidiane. O Jornalismo e suas teorias. In. PEREIRA, Wellington. (Org.). *O trabalho de Sísifo* (Jornalismo e vida cotidiana). João Pessoa: Manufatura, 2004, p. 37-54.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História* [1970]. São Paulo: Paz e terra, 2008.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KOSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

_____. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, 3 ed.

LIMA, Carlos Adriano Ferreira de. *Quando nós somos o outro: Hans Staden e a cultura histórica*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em História). Departamento de História. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura*. 2. Ed. São Paulo: Manóel, 2004.

LIMA, Henrique Espada. Carlo Ginzburg. In: LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidney J. (orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 13-30.

LIMA, Manuel Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3 ed., 1996.

LOPEZ, Débora; FREIRE, Marcelo. O Jornalismo cultural além da crítica: um estudo das reportagens na Revista *Raiz*.

Disponível em:

http://ufsm.academia.edu/DeboraCristinaLopez/Papers/191292/O_Jornalismo_cultural_alem_da_critica_um_estudo_das_reportagens_na_revista_Raiz_. Acesso em: 15/5/2012.

LUSTOSA, Isabel. O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores. *Revista da Casa de Rui Barbosa / Fundação*. Rio de Janeiro, Ano 2, no. 2 , 2008.

_____. *O rei da mídia*. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>.

Acesso em: 24/07/2012.

MARCUSE, H.. *Cultura e Sociedade* (vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, Luciana Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 45-82.

MEDITSCH, Eduardo. *O Jornalismo é uma forma de conhecimento?*

Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-Jornalismo-conhecimento.html>

Acesso em: 08/04/2013.

MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal: História e historiografia*. São Paulo: 34, 2002.

_____. Entrevista. *Jornal do Commercio*.

Disponível em: http://brasil2008usp.zip.net/arch2008-03-16_2008-03-22.html.

Acesso em: 21/06/2012.

MELO, José Marques de. *Opinião no Jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGUEL, Luís Felipe. *Política e mídia no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-36.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD,

Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal*. Da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002, p. 49-83.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira. Alegria e infortúnios dos súditos luso-europeus e americanos. Rio de Janeiro. *Revista Acervo*, vol. 21, n. 1, p. 29-46, jan/jun, 2008.

Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/101>.

Acesso em: 02/07/2012.

_____. A biografia de D. João VI: implicações teóricas e metodológicas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; *et all* (Orgs.). *Estudo de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 305-322.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In. LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Obras como ‘1822’, de Laurentino Gomes, não educam, desinformam, mas encontram espaços nos meios de comunicação. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, n. 62, nov/2010, p. 92.

PEREIRA, Wellington. A nova escrita jornalística como leitura do cotidiano. *Culturas midiáticas* (UFPB). João Pessoa. Ano I, n. 01, jul./dez./2008.

_____. A inscrição do cotidiano no Jornalismo impresso (o artesanato da pesquisa). *Culturas midiáticas* (UFPB). João Pessoa. Ano II, n. 02, jul/dez/2009.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajeto – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, nº 6, p. 59-76, 2005.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994, P. 85 – 132.

RIVERA, Jorge B. *Periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões teóricas e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

RUSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da História. In: *A razão histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 25-51.

_____. *Reconstrução do passado*. Teoria da História: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007, vol II;

_____. *História viva*. Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007, vol. III.

SAFIER, Neil. A chegada da Corte portuguesa na ótica norte-americana. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 79, set/nov, 2008, p. 44-53.

Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/06.pdf>.

Acesso em: 22/07/2012.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil, divididas em três épocas da felicidade, honra, e glória*; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a S. Majestade El-rei nosso senhor D. João VI. Lisboa: Impressão Régia, 1825. Tomos I e II.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; COSTA, Robson Xavier da Costa (Org.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. João Pessoa: Universitária UFPB/PPGH-UFPB, 2009.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SHIMIDIT, Benito Bisso. Construindo biografia...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Estudos Históricos*, RJ, vol.10, n. 19, 1997.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura histórica e construção do estado nacional: celebrações e memórias de um Brasil que (não) foi. In: CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (Orgs.). *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 193-226.

_____. A 3ª geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; Cordeiro Jr. Raimundo Barroso (Orgs.). *Cultura histórica e historiográfica: legados e contribuições do Século 20*. João Pessoa: UFPB, 2010, p. 37-68.

SODRÉ, Muniz, PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

SPONHOL, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o Jornalismo. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 18, dez. 2009, p. 56-69.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. V. II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

ANEXOS

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

(Luciano Raposo de Almeida Figueiredo)

Veículo: Revista *Mosaico* (Edição nº 3, ano II)

Data de publicação: 06/07/2010

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=entrevista/entrevista-com-luciano-raposo-de-almeida-figueiredo>

Veja a entrevista na íntegra:

Luciano Figueiredo, editor da Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN), historiador formado pela PUC-RJ e especialista em História do Brasil Colônia, atua na área de História desde o início da década de 1980. É professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicou, dentre outros, *Rebeliões no Brasil Colônia* (Jorge Zahar Editor, 2005) e *Barrocas Famílias - Vida Familiar em Minas Colonial* (HUCITEC, 1997). Além disso, é organizador da Coleção História de Bolso da Revista de História da Biblioteca Nacional.

Na entrevista à Revista Mosaico, ele fala sobre divulgação científica e o diálogo entre historiadores e jornalistas, a partir da sua experiência profissional.

Mosaico – Qual a importância da divulgação científica para a área de História e das ciências sociais no Brasil? Qual o balanço que você faz da sua experiência com a divulgação científica nesses últimos anos (desde 2003, com o trabalho na revista Nossa História) na Revista de História da Biblioteca Nacional (RHBN)?

Luciano Figueiredo – Fazer girar mais rápido a roda da vida cultural, social e política. É isto que induz a difusão do conhecimento, em especial nessas disciplinas. História e ciências humanas têm um expressivo papel mobilizador junto aos indivíduos e grupos, uma vez que lidam com identidade, memória, participação e organização públicas, interação e confrontos, assim como condições de existência. São processos que tem uma linha direta com o debate nas universidades e centros de pesquisa e, por isso, difundir o que pensamos ali é alcançar interlocutores até então alheios, reformular conceitos cristalizados por aí, formar novos referenciais de consciência. Logo, cuidar da formação de um público. Desde aqui deve ficar claro o que chamamos de “divulgação científica” para não embaralharmos a discussão proposta por esta entrevista. Trata-se da apresentação de conhecimento acadêmico, acompanhada por especialistas da área, sob novas formas e suportes para um público ampliado. Sob esse recorte a experiência de uma revista de História como a nossa, destinada ao grande público, e algumas outras iniciativas recentes de difusão (exposições, sites, programas de rádio) feitas a partir da iniciativa da academia representam ainda muito pouco do que devemos e podemos – cientistas sociais - fazer. Quando o cenário envolve nossa área de estudo, prevalece o julgamento de Renato Janine Ribeiro¹ ao lembrar certa vez que o “compromisso das ciências humanas com a formação de um público não tem sido devidamente valorizado”. Em nossa esfera de atuação temos procurado responder a isso, contando com múltiplos apoios e o entusiasmo, envolvimento e a confiança do Conselho Editorial que acompanha de perto nosso trabalho editorial. A Revista é uma gigantesca vitrine

do que se faz, pensa e ensina na área de História. Desde novembro de 2003, quando saiu o primeiro número mensal da *Nossa História*, cujo espírito continua na *RHBN*, até hoje se ofereceu uma incrível visibilidade sobre o pensamento da historiografia brasileira e sobre o Brasil. E a engrenagem girou: adensou alguns debates, renovou noções cristalizadas dos leitores, subsidiou o processo de ensino e tornou melhor delineada a figura pública do historiador. Mas por dentro essa vitrine tem circuitos que foram ativados, como as mudanças em nossa cultura profissional. Desacostumados a lidar com o leitor comum em larga escala, tem sido reconfortante o reconhecimento social alcançado quando autores publicam um artigo que pode ser facilmente lido por 20 mil pessoas em todos os estados brasileiros. Historiadores tem um compromisso social inato, são sensíveis às possibilidades asseguradas pelo grande alcance de seu trabalho. Assim, hoje a idéia de preparar um texto mais direto, com linguagem mais descompromissada, simplificado mas sem simplificação das idéias fundamentais, não é vista com a estranheza de outrora. E a abertura que a publicação na revista permite, como o diálogo com os leitores que comentam, criticam e reconhecem o valor da leitura, reforça isto. O conhecimento histórico está hoje democratizado como jamais se viu.

Mosaico - Como você avalia a relação de convivência entre historiadores e profissionais de outras áreas, como jornalismo, na produção de material para um público não-especializado? Qual a influência que isso pode ter na forma do historiador escrever?

LF – É uma convivência carregada de tensões, mas necessária. Ela se desdobra em situações as mais diversas e aqui tratarei apenas do jornalismo autoral e impresso. Jornalistas habitualmente escrevem sobre história para o público não-especializado, embalados por um aguçado senso de oportunidade e gosto por episódios e personagens do passado. Publicam sem o fardo do respeito aos pressupostos teóricos e metodológicos da disciplina, apesar de freqüentarem os arquivos e bibliotecas e muitas vezes percorrerem a bibliografia sobre o tema. A história aparece narrada como ficção sem qualquer compromisso com a busca de compreensão das dinâmicas desta ou daquela época. Às vezes agradam o público – como acontece com Eduardo Bueno e Laurentino Gomes – e raro são os que não ferem princípios que os historiadores julgamos importantes: elegem nuances que nem sempre tem qualquer representatividade, apelam ao pitoresco, além de cometerem anacronismos. É evidente que jornalistas não têm obrigação de dominar todos os métodos do ofício de historiador e o passado tampouco é exclusividade deste último. Mas vale que conheçam algumas questões elementares da disciplina. Da mesma forma os historiadores podem se beneficiar na troca. Bons textos jornalísticos mobilizam humor, valorizam informações capazes de provocar a sensibilidade do leitor, apreciam dramas individuais, quando o passado aparece em carne e osso; tudo isto diluído em uma boa, ritmada e irresistível narrativa. Na *Nossa História* e na *RHBN* o trabalho ombro a ombro entre jornalistas e historiadores foi e é decisivo, um privilégio que faz toda a diferença. Espírito de colaboração com um exercício diário de paciência mútua sempre resulta em boas saídas. Os jornalistas dominam como ninguém os sortilégios da boa forma de comunicar. Das técnicas que empregam – títulos, *leads*, organização do texto, etc - não se pode abrir mão quando estamos a nos dirigir para leitores leigos, especialmente se se trata de revistas vendidas em banca de jornal. Eles não apenas dominam as formas e técnicas de apresentar este tipo de texto, mas em um trabalho cooperativo pensam a disciplina de uma maneira aberta e criativa percebendo enfoques que nos escapam. Colaboram imensamente para enxergar e retratar a cultura ao redor da história, às vezes invisível para nós.

Mosaico – Em sua opinião, quais seriam as possíveis dificuldades que o grande público poderia ter em relação à forma como a produção historiográfica é veiculada atualmente,

como livros e artigos acadêmicos? Além das revistas de divulgação, quais seriam outros meios para que essa produção tenha um maior alcance entre o público não-especializado?

LF – O leitor não-especializado só a muito custo é capaz de atravessar o texto de um livro ou artigo publicado em revistas acadêmicas. Por razões bastante óbvias, desde a forma como as idéias são expostas, a pouca familiaridade com os debates, falta de domínio dos jargões e nenhuma paciência com o vai e vem dos rodapés. A vivência acadêmica exige aprofundamento do debate, tem uma linguagem própria, segura no valor dos conceitos, comprovação dos postulados através da exposição exaustiva e repetitiva de exemplos, no uso de regras e métodos que exigem a qualificação desse ambiente. A própria organização do texto é pouco convidativa. Sem falar na velocidade, rápida dos meios de comunicação, lenta na produção acadêmica. Notemos que a disciplina à medida que se profissionalizou e tornou-se domínio de especialistas tendeu a produzir uma forma de exposição própria que passou a ser difundida, ensinada e emulada por aqueles que se preparam para a profissão. A linguagem foi se fechando, regrada e abdicando muitas vezes do estilo em nome da forma que se apresentava mais adequada a exposição objetiva dos argumentos para leitores que dominam previamente o assunto. O mesmo aconteceu com os espaços públicos de debate, que encolheram para as salas de aulas, congressos e publicações reunindo especialistas. Sobraram poucas condições para a fruição da leitura. Seria ótimo se os trabalhos acadêmicos saíssem prontos para consumo do grande público. Infelizmente eles são raros. Pagamos um preço pelo triunfo da profissão. Mas o casulo está arrebentando. Se estivermos abertos para formas diferenciadas de produzir discursos, as velhas e novas mídias oferecem alternativas formidáveis. Basta acompanhar os programas de história no rádio – como vem sendo feito na UFMG – e nos programas de TV (como o “De lá para cá”, na TV Brasil) ou acompanhar alguns sites (dentre vários posso mencionar o “Café História”) e blogs.

Mosaico – Qual é o atual perfil do leitor da Revista de História da Biblioteca Nacional? Como a Revista têm se adaptado às demandas desse leitor?

LF – É um mistério. Ouvimos alguns suspiros quando leitores nos escrevem permitindo sua identificação profissional, sua região e faixa etária. Ou quando colegas professores mencionam a revista. Como ainda não fizemos uma pesquisa qualitativa é apenas seguro afirmar que muitos leitores são professores e pesquisadores da área. O que não chega a surpreender em vista da vitalidade da disciplina em que todos buscam atualização e material para aplicar no ensino em diferentes níveis. Outros são profissionais que batalham em museus, arquivos e casas de patrimônio. A Revista é um lugar de conforto para a leitura de especialistas e profissionais da área. Mas além de todo este público há uma camada cujo perfil somos capazes apenas de suspeitar: um vasto grupo que se interessa pelos temas da cultura histórica. É para eles que a revista se destina primordialmente e por isso nasceu sob o desafio de conquistá-lo. Estamos tateando a procura de maior aproximação, mas isto não é nada fácil.

Mosaico – A experiência da Revista Nossa História, hoje Revista de História da Biblioteca Nacional, foi pioneira no Brasil e motivou uma série de outras iniciativas similares. Em outros países, como a Inglaterra, iniciativas desse tipo, de “popularização” da História são comuns. O caso da França já é diferente, há uma resistência a esse movimento. Você conhece outras experiências internacionais? Conhece outras publicações da América Latina? Como você avalia a experiência brasileira dentro desse quadro internacional?

LF – Revistas acadêmicas são evidentemente necessárias e não creio que sua finalidade deva ser confundida com as revistas voltadas para o grande público. Sua circulação é mais restrita, mas nem por isso menos importante. O mercado das revistas brasileiras demonstra enorme vitalidade e segmentação. O nascimento e morte de pelo menos 15 títulos dedicados à história nos últimos anos é sinal de que algo acontece. Sem falar das mudanças qualitativas que o espaço das bancas de jornal sofreu com o surgimento de novas publicações de caráter educativo voltadas para literatura, sociologia, geografia. Mas lembro que é preciso diferenciar as publicações de divulgação científica (como a nossa) e aquelas voltadas para o grande público (sem controle editorial por parte daqueles que produzem o conhecimento), como muito bem distingue Oldimar Cardoso, estudioso do tema na USP. Ainda assim quem há alguns anos imaginaria encontrar Hannah Arendt na capa de uma revista nas bancas? Ou Piaget? Ao redor do mundo tenho podido verificar que revistas de história destinadas à popularização são tremendamente parecidas quanto à estrutura editorial. Se as alemãs são as mais bem impressas, os espanhóis têm o maior número de títulos, as francesas carregam uma pesada massa de texto, as inglesas revelam um modelo gráfico vibrante e a nossa distingue-se por pertencer à Biblioteca Nacional. Em todas elas as seções utilizadas e a forma de atrair o público das calçadas são semelhantes. Se percorrermos os quiosques da Plaza Del Sol, o Boulevard San Germain ou Copacabana vamos encontrar inevitavelmente capas sobre “Guerras e batalhas” e “Maçonaria”, temas de grande apelo. O padrão de nosso mercado de revistas de História é muito semelhante ao espanhol pelo seu grande número e variedade e pela segmentação, com títulos destinados ao público jovem, outros feitos por profissionais da disciplina, e ainda aquelas exclusivamente jornalísticas. Do que conheço há na América a revista argentina *Todo es Historia*, com mais de quarenta anos, e a mexicana *Relatos y Historia en México*, fundada há dois anos. São sinais de alguma vitalidade neste novo campo da disciplina.

ENTREVISTA 2

(Com Eduardo Bueno)

Título: Eduardo Bueno: como a história se repete no Brasil

Repórter: Maria Carolina Maia

Veículo: Revista *Veja*, sessão *Veja meus livros*

Data de publicação: 04/09/2010

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/eduardo-bueno-lula-repete-paternalismo-de-vargas/>

Veja a entrevista na íntegra:

Eduardo Bueno: como a história se repete no Brasil

Um povo que não conhece a própria história está fadado a repeti-la. E, é o que se diz, o brasileiro não tem memória. Embora chavões, essas sentenças são, para o jornalista Eduardo Bueno, verdades que se cruzam de modo comprometedor para o Brasil. “Lula se anunciando como pai do povo no horário eleitoral é uma repetição de Getúlio Vargas”, diz. “O que revela que o Brasil ainda é um país com viés paternalista, onde as pessoas acham que a solução tem de vir dos outros, que a sua responsabilidade é quase nenhuma.” Autor de numerosos e bem

vendidos livros de história, Bueno está sempre de olho no país. Um olhar que, para alguns especialistas, carece de formação acadêmica.

Ainda que não seja unanimidade entre historiadores, com cerca de 600.000 exemplares comercializados, Bueno é um fenômeno editorial. O primeiro do hoje avolumado nicho de livros de história, que inclui nomes como Laurentino Gomes, autor de *1808 e 1822*, livro a caminho do mercado, Mary Del Priore, autora de *Uma Breve História do Brasil* e o também jornalista Leandro Narloch, autor de *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* – os dois últimos estão na lista de livros mais vendidos de VEJA, para onde Laurentino deve rumar. “Eu inventei esse mercado”, diz Bueno, sem falsa modéstia. E sem mentir. Foi a partir do estouro de *Brasil: uma História – Cinco Séculos de um País em Construção*, lançado em 2000 e relançado agora pela Leya, nova editora do gaúcho, que surgiram forças como a de Laurentino. Comenta-se, no mercado, que o autor de *1808* recebeu um adiantamento de cerca de 1 milhão de reais para publicar *1822* pela Ediouro (controladora da Nova Fronteira desde 2006) – cerca de 500.000 reais pelo livro e a mesma quantia por outros produtos.

Em entrevista a VEJA Meus Livros, Eduardo Bueno fala do surgimento e do crescimento do mercado de livros de história, da polêmica com acadêmicos e, é claro, de Brasil.

VEJA – Por que livro de história vende tanto no Brasil: é carência de intelecto ou de identidade?

EB – O Brasil é um país espantoso, que deixa a gente inseguro quanto ao futuro. Agora, um pouco menos, por causa da aparente estabilidade da era Lula, que não se revelou o comedor de criancinhas que todos temiam. Mas acho que existe de fato uma curiosidade sobre o futuro do Brasil e isso desperta também interesse pelo seu passado. É aquela coisa de “Quem somos, de onde viemos, para onde vamos”. E tem também uma questão de identidade. As pessoas me perguntam muito, nas palestras que eu dou, se determinados hábitos que temos são mesmo legado português. É uma crise de identidade, e a introjeção de uma mentalidade colonizada. Mas, olha, cara, não se vendia assim antes de mim. Falo isso independentemente de ego.

VEJA – Se esse terreno ainda era incerto quando você começou, por que decidiu se arriscar nele?

EB – Primeiro, porque história era um assunto de que eu gostava. Segundo, porque, pela minha experiência no mercado editorial, sentia que havia uma demanda reprimida por livros de história no país. Eu percebia essa demanda desde os anos 1980, quando fiz uma coleção na editora LP&M sobre os grandes viajantes do período colonial – o Américo Vespúcio, o Cristóvão Colombo e o Pero Vaz de Caminha – e aquilo explodiu, vendeu muito. Então, eu ampliei a coleção e incluí Marco Pólo, que entrou para a lista de mais vendidos de VEJA, cara.

VEJA – Foi aí que você resolveu escrever os próprios livros de história?

EB – Teve mais uma coisa que contribuiu para a minha decisão. Três que caras confirmaram o que eu pensava: o Fernando Moraes, com o best-seller Olga, meu amigo Jorge Caldeira, o Cafu, que vendeu 180.000 exemplares de Mauá, e o Ruy Castro, que não faz exatamente história, mas livros com substrato ligado à área, como biografias de grandes brasileiros. Eu olhava tudo isso e me dizia, “É óbvio que as pessoas querem uma história do Brasil com mais sangue, com mais vida, com personagem de carne e osso, com mais ação e aventura, e com um texto jornalístico, não acadêmico”. E vi que havia um longo período do Brasil a ser

explorado: o colonial. Porque esses três caras que eu citei trabalhavam com o passado recente, com o século XX – mesmo o do Barão de Mauá, porque ele, ao defender a industrialização do Brasil no século XIX, foi uma espécie de arauto do que viria. Resolvi ir fundo e pegar aquilo que estava aprisionado na sala de aula. Percebi que um livro com viés jornalístico iria atingir um público que estava querendo isso. Além do mais, estava se aproximando a comemoração dos 500 anos do Brasil, era um ótimo gancho para *Brasil: uma História*.

VEJA – O que você costuma dizer aos que o criticam por não ter formação como historiador?

EB – Pois é, até se criou uma falsa polêmica aí com alguns historiadores. Olha, preciso dizer que todos os historiadores que eu gosto e admiro são a favor do meu trabalho: o Nicolau Sevcenko, a Lilia Swcharcz, o José Murilo de Carvalho. Eles reconhecem que os meus livros despertaram um interesse sem precedentes por história colonial do Brasil. Mas dentro de certos círculos da academia houve, sim, revolta, indignação e o “feio sentimento da inveja”, como diz o meu amigo **Augusto Nunes**. Mediocres se manifestaram, dizendo que eu não estava preparado para fazer análises interpretativas, do que eu discordo.

VEJA – Mas também acusaram você de cometer erros factuais. Isso procede?

EB – Olha, cara, deve ter havido algum deslize típico de jornalista – com coisas menores. A edição original de *A Viagem do Descobrimento* teve 23 erros, depois corrigidos, e 21 deles eram de conversão de pesos e medidas – de léguas para quilômetros, por exemplo. Eu fiz os cálculos de cabeça e errei todos.

VEJA – É verdade que você vai ficar milionário na Leya (risos)?

EB – Eu ainda estou negociando valores com o Pascoal Soto (*editor da Leya*), mas não faço livro por menos de 120.000 reais, pagos como adiantamento – mais a porcentagem das vendas feitas a partir da reposição desse valor adiantado. E vai vir bastante coisa por aí. Eu escrevi 18 livros institucionais, obras feitas sob encomenda para empresas, por meio de contratos que me garantem a posse da obra após dois ou três anos. Três deles já retornaram para mim e o Pascoal quer lançar. Um, *Avenida Rio Branco*, é sobre a antiga avenida Central do Rio e foi escrito em comemoração dos cem anos da Caixa Econômica Federal, criada nessa via. Outro, *o Passado a Limpo*, que a princípio não deveria ir para o mercado, mas acabou indo, é sobre a história da higiene no Brasil e foi feito para a Kimberly & Clark. O terceiro se chama *Produto Nacional* e fala da história da industrialização no Brasil, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

VEJA – Ao revisar *Brasil: uma História*, você fez mudanças apenas factuais ou também conceituas?

EB – Sim. A maior parte das mudanças foi cosmética, mas fiz três alterações no conteúdo, duas porque a minha interpretação sobre os fatos mudou e outra porque surgiram novas evidências históricas – afinal de contas, e essa é uma coisa maravilhosa, o passado está sempre mudando, a história está sempre em construção. Tive de mudar a parte da pré-história devido aos novos descobrimentos arqueológicos no Brasil. E a parte dos jesuítas eu modifiquei porque, ao escrever o livro *A Coroa, a Cruz e a Espada*, para a coleção *Terra Brasilis*, eu estudei bastante a contra-reforma e concluí que a influência dos jesuítas havia sido mais nociva do que eu imaginava, por conta da supressão do hábito de leitura e do

conhecimento. A reforma luterana estava toda ligada à leitura – da Bíblia e dos panfletos de Lutero. E na contra-reforma, articulada no Vaticano, mas posta em prática em Portugal e na Espanha, a leitura era tida como algo prejudicial. Outra alteração conceitual veio da minha pesquisa para *Produto Nacional*, quando eu concluí que D. Pedro II havia sido uma força reacionária com relação à indústria e à modernização. Ele tem um lado de que eu sempre gostei, o do interesse intelectual, que o levou a criar o **Instituto Histórico e Geográfico**, e o de conduzir sem estresse suas relações com o Parlamento. Mas ele apostou no binômio escravidão-cafeicultura e obstaculizou o Mauá.

VEJA – Pensando nessa reconstrução constante, você continua a ver o Brasil como a pátria do jeitinho, do corporativismo e da cordialidade?

EB – Cada vez mais e no pior sentido. Somos a pátria do compadrio, do coronelismo, do nepotismo, da burocracia gigantesca e ineficiente, da falta de cidadania, de uma política tradicional podre, do jeitinho mais rasteiro. Piorou, pô. Claro que existe um outro lado, telúrico, da terra, do corpo do Brasil, que eu amo, a energia geológica e geográfica. E também certos aspectos do povo brasileiro, suas cores e sons, o lance do futebol. Mas o Brasil institucional é brabo.

VEJA – Você é fã de *On The Road*, de Jack Kerouac. Não houve convite para colaborar com o filme do Walter Salles?

EB – Não, e a minha cara de pau tem limite. Eu não consegui me oferecer. Mas o Walter Salles me mandou um e-mail, dizendo que quer fazer algo baseado em *A Coroa, a Cruz e a Espada*. É esperar para ver.

ENTREVISTA 3

(Com Evaldo Cabral de Mello)

Título: A festa da espoliação

Veículo: *Jornal do Comércio*

Repórter: Mário Hélio

Data de publicação: 22 de janeiro de 2008

Veja a entrevista na íntegra:

A festa da espoliação

O pernambucano Evaldo Cabral de Mello, 72 anos, é considerado por muitos o mais arguto dos historiadores brasileiros em atividade, e o de vocação mais precoce. Aos 15 anos, estreou com o estudo *Aspectos da descaracterização do Recife*, com prefácio de Gilberto Freyre. Em 1975, com Olinda restaurada, inicia uma série de estudos sobre o chamado “Brasil Holandês”, que, junto com Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana, (1986) e *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669* (1998), são as interpretações mais rigorosas e seguras sobre a formação do Brasil. Mas sua obra vai além do período colonial. Seus livros *O Norte agrário e o Império, 1871-1889* e *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial* podem ser incluídos no raro segmento dos estudos históricos que ao mesmo tempo são originais e já nascem com sabor de clássicos. Mas, além da rara segurança e precisão que imprime a seus escritos, Evaldo Cabral de Mello tem mais

uma característica que o torna diferente de outros historiadores. Ele é um dos poucos críticos de um hábito que se acentua entre os brasileiros a cada ano: o da celebração. No plano individual, vê-se a face mais nítida disso na verdadeira mania das homenagens, e no coletivo, as comemorações históricas, praticamente obrigatórias, nas datas redondas. Nesta entrevista, ele explica por que não há motivos para Pernambuco festejar os 200 anos da chegada ao Brasil de dom João e sua família.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

EVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio, que, há um século, um grande historiador, Oliveira Lima, havia desmontado. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental. O vazo das comemorações oficiais, que nunca são desinteressadas, busca transformar o reinado joanino numa apoteose nacional. O açodamento limita-se, claro, ao Rio, e é um produto a mais do narcisismo coletivo do carioca, que, acreditando-se o mais cosmopolita dos brasileiros, é, na verdade, o mais provinciano. Mas os cariocas têm todo o direito de comemorar dom João VI. Afinal, sem isso, o Rio não passaria hoje de Santos à margem da Guanabara. Não teria o Jardim Botânico e outras obras que inflam o ego tão vulnerável do habitante desta cidade. Outra coisa, porém, é acreditar na retórica dos escribas do regente que redigiram a declaração altissonante segundo a qual ele viera fundar um novo império na América, jogo de cena destinado a macaquear a fuga para o Brasil em ato de grande sabedoria política e afagar a vaidade ingênua dos vassalos brasileiros. Quando alguém fica entusiasmado com a vinda de dom João, está sempre achando que a unidade territorial do Brasil é um valor supremo. E que por isso deve subordinar outros valores, como liberdades públicas, desenvolvimento econômico. Talvez fosse melhor que o Brasil fosse menor e tivesse acabado a escravidão mais cedo e realizado reformas que até hoje adia.

JC – Como é possível que o senhor e José Murilo de Carvalho, dois historiadores cuidadosos e rigorosos, tenham visões tão opostas sobre esse mesmo fato histórico?

EVALDO – José Murilo, como todo historiador do Centro-Sul, é herdeiro da tradição saquarema da historiografia brasileira, para a qual tudo o que acontece no Brasil é através do Rio, graças ao Rio e pelo Rio. Lamentável é que, na historiografia do período da Independência, boa parte dos trabalhos com esse enfoque foi feita por nortistas, como Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

JC – Pode-se dizer que há uma mitificação excessiva da unidade do Brasil?

EVALDO – Sim. Todo o debate historiográfico em torno da construção de um Estado nacional do Brasil cifra-se numa opção acerca de pressupostos, isto é, de preferências que, na discussão, permanecem implícitas. Os entusiastas da maneira como a Independência se deu não declaram, mas, para o bom entendedor, meia palavra basta: como José Bonifácio, eles consideram que a unidade de uma vasta nação justifica o sacrifício das liberdades públicas e a espoliação regional que o centralismo acarretou. Além disso, o Brasil é um país com tão pouca originalidade intelectual que até a idéia de unidade nacional foi importada de Portugal. O que o brasileiro ainda não percebeu é que, ao longo da sua história, a aspiração de grandeza territorial e de unidade nacional serviu de pretexto para se evitarem coisas perigosas para a posição dos grupos que estavam no poder. De Pedro I, o primeiro golpista, até o Estado Novo

e o golpe de 1964, não houve ato de força que não invocasse a unidade nacional, cujo preço foi talvez demasiado caro para o que tivemos em troca.

JC – Que peso teria, então, o episódio de 1808 para a Bahia e Pernambuco, por exemplo?

IVALDO – A família real levou a espoliação das províncias do norte a um grau desconhecido até então. O interesse pelas províncias do norte era meramente fiscal, não econômico. O comércio dessas províncias passava diretamente pela Europa, e o Rio de Janeiro não tinha condição de controlar. Quanto ao Rio, estava era de olho grande nas receitas da Bahia e de Pernambuco. Um espanhol, Sierra y Mariscal, autor de um plano de reconquista do Brasil por Portugal, observou que a transmigração da família real transformou o Rio no “receptáculo de todas as riquezas do império português. Os pretendentes (a cargos públicos e favores régios) para lá levaram somas consideráveis. Os generais das províncias, de retorno de seus governos, lá gastaram quanto tinham adquirido neles”, entenda-se, graças às técnicas da antiga venalidade da burocracia régia. “Nas causas de foro que lá iam por apelação, gastavam somas incríveis”, entenda-se, mediante suborno da magistratura. J. J. Sturz, especialista em finanças públicas e comércio internacional, referia que quando do retorno de dom João VI a Portugal, em 1821, o meio circulante fora reduzido ao papel-moeda e à moeda de cobre, o que significa que o país fora à falência.

JC – A Revolução de 1817 foi uma reação a essa espoliação da corte?

IVALDO – Sim. Mas o desencadeamento da revolução em si é uma coisa ainda obscura. Eu tenho a impressão de que aquilo foi uma briga de panelas: uma parte da maçonaria favorável à Inglaterra e outra à França. Embora Portugal tradicionalmente fosse ligado à Inglaterra, no começo do século 19 a maçonaria que tinha influência na maçonaria portuguesa era a francesa. A maçonaria francesa queria constitucionalizar dom João, o que será feito só em 1820. Ao mesmo tempo que houve isso no Brasil, em 1820, também existia em Portugal a mesma onda liberal. A idéia era basicamente constitucionalizar dom João VI, mas Pernambuco ficou mais radical, inclusive com a idéia de República.

JC – A reação portuguesa à Revolução de 1817 foi bastante violenta.

IVALDO – O surpreendente é que dom João – um sujeito abúlico – teve uma reação rápida. Mas, sobretudo, mais rápida foi a reação dos comerciantes portugueses do Rio. As pessoas pensam que o Rio de Janeiro naquela época era o de hoje. O Rio era uma cidade portuguesa, onde os comerciantes levantaram dinheiro com muita rapidez para combater a revolução, que, infelizmente, não tinha muita base nem organização interna.

JC – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para Pernambuco?

IVALDO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto da gente, segundo, houve essa espoliação a que me referi e, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas. A unidade brasileira só são favas contadas a partir dos anos 1850, com dom Pedro II. Quando dom João VI foi embora e deixou o Banco do Brasil todo emborcado, a idéia do conde D’Arcos – que tinha sido governador da Bahia no tempo da Revolução de 1817 – não era a de um Brasil unido, mas de cinco coroas. Ele chegou

a convencer dom Pedro I disso. Já seu substituto, José Bonifácio, tinha obsessão pela unidade nacional. Não estava nas preocupações dele a organização interna nem um projeto sistemático para o País.

JC – Não houve, então, consequências positivas no campo institucional, na Regência?

IVALDO – A construção imperial prometida pelo regente ao chegar não passou de retórica. O regime era incapaz de promover uma auto-reforma. Hipólito José da Costa, monarquista, entendia que a transmigração da família real não foi mais que uma mudança de capital: “O governo do Rio arranhou-se exatamente pelo Almanaque de Lisboa, sem nenhuma atenção ao país em que se estabelecia”. Observava ainda Hipólito que o círculo dirigente carecia de visão imperial. Sua qualidade intelectual era acanhada. O Conselho de Estado era “o mesmo Conselho de Estado que passou ao Brasil para lançar os fundamentos àquele novo e grande império. Que se pode esperar?” E dava o exemplo do marquês de Ponte de Lima, que malgrado haver sido impedido por sentença judiciária de gerir os próprios bens, fora elevado à presidência da Junta de Comércio. Mesmo dom Rodrigo de Sousa Coutinho, reformista joanino por antonomásia, distinguia-se pela capacidade de traçar reformas administrativas ambiciosas combinada à mais completa incapacidade para levá-las a cabo.

JC – Qual o legado deixado por dom João VI?

IVALDO – Foi muito diferente do que apregoam os profissionais de comemorações históricas. Mediante a espoliação fiscal das províncias, seu legado consistiu na criação no Rio de uma numerosa burocracia de portugueses e brasileiros cooptados pelo regime monárquico e pelo Estado unitário, único apto a garantir-lhes as posições recém-adquiridas. Será ela que, num momento de pânico, empresará a Independência, que, tal como se fez no Brasil, não passou da reação do funcionalismo de um regime autoritário à demolição do sistema dual de Reino Unido pelo constitucionalismo português triunfante na Revolução de 1820.

JC – Quais seriam os principais equívocos a respeito do 1808 brasileiro?

IVALDO – As pessoas costumam achar que teve grande repercussão e interesse para todo o País. Claro que teve grande repercussão no momento em que a pressão fiscal começou a aumentar, mas ninguém ficou encantado com a chegada de dom João. A Câmara do Recife mandou uma missão saudá-lo, mas por mera formalidade. No Rio, o impacto existiu, com benefícios concretos para os criadores de gado, por exemplo, e também para a lavoura em Minas. Em lugares assim a vinda de dom João foi positiva, mas no resto do Brasil, não. Nem sequer para a unidade nacional. O Brasil não estava mais unido em 1821, quando dom João VI foi embora, do que quando dom Pedro I foi embora, em 1831.

JC – Quando que se terá uma história do Brasil, que leve em conta esses aspectos locais?

IVALDO – Nunca. O brasileiro é centralizador, não há na cabeça do brasileiro a paixão, como nos Estados Unidos, pelos poderes locais. E isso é resultado da influência portuguesa. Portugal nunca conheceu o problema regional. Portugal tem um complexo enorme por ser um país pequeno. Eu me lembro de que, certa vez, enquanto pesquisava na Torre do Tombo, um português disse a mim: “Senhor cônsul, quando eu era criança, o ódio que eu tinha do Brasil... aquele mapa antes e depois da Independência, enorme, e a gente aqui este tiquinho”. Um dia, quando vivia lá, liguei a televisão e a primeira notícia da noite foi a descoberta de que o território português estava se desintegrando 8 cm por ano devido ao avanço do mar, e você

não imagina o sentimento de opressão que isso desencadeou. O português conseguiu incutir isso no brasileiro. Até hoje o brasileiro tem mania de grandeza idiota com o seu tamanho continental, que vem dessa compensação do ego português. Nós herdamos isso.

ENTREVISTA 4

(Com Laurentino Gomes)

Título: Laurentino Gomes diz que "1822" é "candidato natural" a virar minissérie

Subtítulo: Sucesso no papel, Laurentino Gomes diz acalantar o ideia de ver "1808" e "1822" serem vertidos para a TV. "São candidatos naturais a minisséries."

Repórter: Marcos Flamínio Peres

Veículo: *Folha online*

Data de publicação: 18/09/2010

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/800334-laurentino-gomes-diz-que-1822-e-candidato-natural-a-virar-miniserie.shtml>

Veja a íntegra da entrevista com o autor:

FOLHA – Você se sente pressionado pelo sucesso?

Laurentino Gomes - Sim, o sucesso de "1808" me assustou um pouco, e tive que fazer um trabalho de redesenho interno para manter uma atitude humilde e não subir no salto alto.

FOLHA– Ele ainda te espanta?

LG – Não me acostumei com a ideia de ser um best-seller. O livro tem uma coisa misteriosa: a resposta imediata do leitor, que algo é surpreendente. Porque ele não se limita a ler o livro; ele procura contato com o autor, manda perguntas e comentários por e-mails, quer participar de bate-papos, das sessões de autógrafo...

FOLHA – Entre a publicação de "1808" e "1822" passaram-se três anos, período em que o Facebook e o Twitter se tornaram febres no país. Você notou diferença na recepção e divulgação de um e outro livro por conta dessas redes sociais?

LG – Sim, o efeito delas é poderoso. Têm um efeito multiplicador muito maior [do que a mídia tradicional] e atingem um público formador de opinião e muito inovador.

FOLHA – Qual a matriz narrativa da obra: história ou jornalismo?

LG - O DNA do trabalho é sem dúvida o jornalismo. Não há muita diferença entre o que faço e o que faria em jornal ou revista. A diferença está apenas na profundidade e na extensão. Mas a linguagem, a pesquisa, o modo de editar a informação é um trabalho de apuração jornalístico. Porque confronto as fontes e, sobretudo, vou aos locais em que as coisas ocorreram. Quer dizer, isso é bem diferente do que em geral se faz na historiografia acadêmica.

Mas sou um jornalista. Poderia estar fazendo isso nas áreas de medicina, astronomia, psicologia; mas por vocação, faço em história.

FOLHA – Como organiza a massa de informações?

LG – Pesquisa sozinho, porque às vezes há um dado que muda toda a forma de organizar o texto. Por exemplo, a informação de que José Bonifácio usava um rabicho no cabelo e que ele o escondia debaixo da casaca, nas cerimônias oficiais. Faço uma edição sutil, combinando informações pitorescas, análises mais profundas e perfil das pessoas.

FOLHA – Fica mais atento ao detalhe?

LG – Isso, os detalhes que irão surpreender o leitor. Funcionam como uma isca.

FOLHA – "1822" enfatiza mais personagens e perfis do que o processo -- social, econômico, cultural... Isso também vem do jornalismo?

LG – É uma fórmula narrativa muito característica do que se faz nos EUA e no Reino Unido. Mas também é uma ferramenta do jornalismo. O personagem se torna quase um avalista de uma informação de caráter mais macroeconômico ou sociológico.

FOLHA – Mas sua ênfase é mais nas personagens da elite ou que orbitam em torno dela. Suprimir o povo também foi uma opção deliberada?

LG – Sim, porque não dá pra contar a história da Independência ignorando dom Pedro 1º, José Bonifácio, a princesa Leopoldina, o lorde [Thomas] Cochrane. Eles são personagens-âncora. Além disso, a história desses personagens está muito mais bem documentada do que, por exemplo, a história de um cidadão anônimo que passou que morava no Rio. Se eu invertesse totalmente a perspectiva, seria uma construção muito mais demorada e exigiria uma pesquisa primária que ainda não existe no Brasil.

FOLHA – Um livro sobre história pode ser ideologicamente neutro?

LG – Não acredito nisso. Algo fascinante dessa disciplina é que ela pode justamente ser manipulada o tempo todo --seja por quem está no poder ou na oposição. E isso não é por má fé. A história é uma construção mitológica que refaz o passado para justificar lutas e bandeiras políticas do presente.

FOLHA – Sob esse ponto de vista da impossibilidade de isenção, como você definiria "1822"?

LG – Acho que é um sobrevoo sobre tudo o que se fez sobre isso no passado. Tem ali o Oliveira Lima, mas tem também o Tarquínio, a Isabel Lustosa, há também um pouco da historiografia portuguesa, que não é muito estudada no Brasil.

FOLHA – No livro, há muito pouco da historiografia clássica de esquerda sobre o período...

LG – Sim, porque há obras que são literalmente inúteis, como as de Nelson Werneck Sodré. É uma análise meramente ideológica do que aconteceu. Essa historiografia marxista é muito fascinada pelos macrofenômenos. Não tem pessoas ou personagens – é uma história asséptica.

FOLHA – Como você reage às críticas da academia, que diz que livros de divulgação, como o seu, banalizam a história?

LG – Elas foram mais forte no começo, mas depois acabei sendo validado. Por exemplo, soube que quem me indicou para o prêmio da ABL foi José Murilo de Carvalho. Isso mostra que os historiadores sérios aceitam a ideia de que sou um divulgador, e não um banalizador.

FOLHA – Já há um público cativo no Brasil para esse gênero?

LG – Sem dúvida. É só olhar as listas dos mais vendidos para ver como há uma demanda reprimida por esse tipo de trabalho. Mas há também um desafio para o mercado editorial no Brasil, que é o de fazer livros com linguagem mais acessível. Acho que é um erro publicar uma tese de doutorado em estado bruto e achar que vai atingir um público mais amplo. Isso não acontecer! Esses trabalhos têm que passar antes pelo crivo da edição.

FOLHA – Por que, de "1808" a "1822", você trocou de editora?

LG – Tive dificuldade em convencer a editora a fazer estratégias mais agressivas, tive que montar minha própria estrutura de divulgação e de marketing. Também tive problemas editoriais: uma edição de "1808" que saiu com páginas misturadas com páginas de outro livro ["O Sári Vermelho", de Javier Moro]. Soube pelos leitores, que me perguntavam o que Indira Ghandi tem a ver com dom João 6º!

FOLHA – O mercado editorial no Brasil ainda é muito amador?

LG - Sim, por não conseguir criar fórmulas para ampliar o público leitor. É um erro dizer que o problema da falta de leitura no Brasil é apenas de renda e escolaridade. Mas há também um gargalo na distribuição. Acho que a formação de leitores começa por "Harry Potter", "Crepúsculo", "Lua Nova". E quem sabe, lá na frente, esse leitor esteja lendo --talvez nem ele, mas seu filho-- Proust, Saramago...

FOLHA – O que pensa dos e-books?

LG – Não se pode confundir o futuro do livro com o futuro do papel. O importante é manter a relevância do conteúdo e testar novos formatos para atingir novas audiências. O mundo, daqui para a frente, é multimídia!

FOLHA – O próximo livro?

LG – "1889", quero fechar essa trilogia das datas ícones da formação do Brasil. Também gostaria de fazer um livro sobre a escravidão e outro sobre a Guerra do Paraguai.

FOLHA – Você gostaria de ser convidado para dar uma aula ou palestra na USP, que é o ícone da academia no Brasil?

LG – Gostaria muito! Em primeiro lugar, porque é um lugar que identifica novos fenômenos e o analisa com a profundidade necessária. E também para entender com a academia – e que respeito muito, como a USP – tá interpretando o meu fenômeno. Acho que seria uma oportunidade maravilhosa contar a eles o que estou fazendo, mas também para ouvirem a respeito do que eu faço.

ENTREVISTA 5

(Com Laurentino Gomes)

Título: Em entrevista, Laurentino Gomes fala de 1822

Subtítulo: Após *1808*, em que mergulha na chegada da família real ao Brasil, escritor e jornalista analisa a Independência nacional

Repórter: Pedro Alexandre Sanches

Veículo: *iG*

Data de publicação: 05/09/2010

Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/1822/em+entrevista+laurentino+gomes+fala+de+1822/n1237770392386.html>

Veja a íntegra da entrevista com o autor:

Não é todo dia que um livro vende 600 mil exemplares no Brasil. A façanha foi alcançada por *1808*, lançado em 2007, e este é o momento da expectativa pelo que acontecerá com o segundo livro de seu autor, o jornalista Laurentino Gomes, de 56 anos, nascido em Maringá (PR) e radicado paulista.

Se na primeira aventura literária ele mergulhava na história da vinda da corte portuguesa para o Brasil (no ano que dá título ao livro), no novo *1822* Laurentino estuda o processo que levou à declaração de independência, sob o protagonismo de Dom Pedro I, príncipe nascido em Portugal e futuro imperador do novo país.

Em palavras mais diretas: não foi um livro qualquer que convenceu 600 mil leitores a comprá-lo, e sim um livro de história do Brasil, sobre a corte portuguesa de Dom João VI, sobre temas que o senso comum considera chato, maçante, desinteressante. O autor tenta decifrar o fenômeno: “As pessoas não estão lendo história do Brasil apenas em busca de personagens pitorescos. Não, elas estão em busca de explicações para o Brasil de hoje”.

O que essas pessoas encontram em *1808* (e encontrarão em *1822*) é um tratamento algo divergente daqueles a que nos acostumamos, excessivamente oficialismo nos livros escolares, e incomodamente jocoso em trabalhos de ficção como o filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati, ou a série global *O Quinto dos Infernos* (2002).

Ele não evita aspectos ridículos ou constrangedores contidos nos episódios históricos, mas tampouco teme enaltecer feitos relevantes de personalidades como Dom João VI, Dom Pedro I, Imperatriz Leopoldina ou José Bonifácio de Andrada e Silva. Empenha-se em despir seu país do que chama de “síndrome de viralatismo” e em construir um retrato nem só heroico, nem só vexatório. Oferece a seus leitores, assim, um Brasil menos maniqueísta que contraditório, mais próximo da vida cotidiana que da história abstrata. E se torna fenômeno pop num país que, de acordo com os clichês mais desgastados, não gosta nem um pouco de ler.

Laurentino, o autor, vive e trabalha na ampla e confortável casa instalada num condomínio fechado em Itu, chamado Vila Real – o nome condiz com sua antipatia por certa elite que não se reconhece no Brasil, batiza seus edifícios de *Maison Versailles* e assim se acredita francesa. Ali, recebeu a reportagem do *iG* para uma entrevista em que falou sobre os pais

agricultores “semianalfabetos”, sobre os mais de 30 anos de militância no jornalismo, sobre rivalidades entre jornalistas e historiadores. E, claro, sobre a história de um país que, como ele indica no longo subtítulo de 1822, “tinha tudo para dar errado... e no entanto deu certo”.

iG: Pode contar sobre sua história anterior à fase de escritor?

Laurentino: Sou filho de agricultores da região de Maringá (PR). Meu pai era de família mineira, e a minha mãe, de família italiana. Essas duas famílias entraram no norte do Paraná quando essa região estava sendo desbravada pela Companhia Melhoramentos, de capital inglês. Nasci em Maringá, a cidade só tinha nove anos. Era uma família muito pobre, de pequenos agricultores, então morei na roça durante os primeiros dez anos, em Água Boa, uma cidadezinha a 20 quilômetros de Maringá. Era uma vida muito isolada, só o trem chegava lá uma vez por dia, não tinha jornal, televisão, rádio era novidade. Aos 10 anos, cumpri a tradição da minha família mineira: o filho mais velho tinha que ser padre. E lá fui eu para o seminário (risos). Vim para São Paulo, fiquei dois anos e meio num seminário interno dos Paulinos, que têm as Edições Paulinas. Realmente não era minha vocação, saí e voltei.

iG: A família permitiu?

Laurentino: Sim, fui em 1966 e voltei em 1969. Meus pais eram semianalfabetos, minha mãe tinha primeiro ano primário e meu pai tinha quinto ano só, mas eles valorizaram muito a educação e a leitura. Queriam que os filhos fizessem faculdade, e por isso foram morar em Maringá. Lá fiz um pouco de tudo. Fui jardineiro, empacotador de supermercado, office-boy, cartorário, mecânico. Fiz curso de tornearia, eu e o Lula somos torneiros mecânicos (ri), a diferença é que tenho todos os dedos, e ele, não. E ele é presidente da república e eu sou um mero escritor. Em 1976 fui para Curitiba fazer jornalismo na Universidade Federal do Paraná. Aí começa a grande aventura da minha vida, que é o jornalismo. Foi realmente espetacular quando entrei numa redação pela primeira vez, num jornal que não existe mais, Correio de Notícias, como repórter de política. E era tão bom ser jornalista que achei que ganhar salário era exagero, não precisava (ri).

iG: Mas ganhava um salário?

Laurentino: Ganhava, ganhava. Não era um grande salário, mas ganhava. Aí ocorreu uma grande transformação na minha vida. Quando era criança e jovem, eu era muito tímido. Quando chegava gente em casa, eu corria pra me esconder atrás da porta. Era um garoto de roça, de sítio, né? E no jornalismo não há espaço para timidez, você tem que entrevistar gente, fazer reportagem.

iG: O menino tímido que vai fazer jornalismo está procurando se livrar da timidez?

Laurentino: Sim, está procurando confusão (ri). Trabalhei no Estado do Paraná, aí entrei na sucursal de Curitiba do Estado de São Paulo. Em 1984, entrei na editora Abril, fui trabalhar na Veja. Ali fiz um tour pelo Brasil, saí de Curitiba, fui trabalhar em Belém, cobrindo toda a região amazônica. Eu era um repórter cobrindo 57% do território brasileiro (risos). Foi uma grande aventura, era um período importantíssimo. Serra Pelada estava no auge, eu estava lá na época daquele formigueiro humano do Sebastião Salgado. Carajás estava sendo inaugurado. Chico Mendes estava em atividade no Acre. Rondônia tinha acabado de ser criada como estado. Em 1985, durante um ano, entrou 1 milhão de gaúchos, paranaenses e catarinenses em Rondônia. Depois fui para o Recife, cobri a eleição do Miguel Arraes. Aí fui para Brasília,

sempre pela Veja, era a época da Constituinte. E finalmente cheguei a São Paulo, que é a cidade onde morei durante 20 anos. Tive quatro filhos, e eles foram nascendo país afora: dois em Curitiba, um em Belém e um em São Paulo. Em 1988 fui para o Estadão, trabalhei no Estadão e no Jornal da Tarde, como editor de política e geral. Em 1990 voltei para a Abril, para fazer as Vejinhas regionais, fiquei até 2001. Aí fui dirigir revista feminina, Cláudia, Elle, Nova, Manequim, Capricho, depois revistas populares, revistas masculinas, decoração e arquitetura. Fiz pós-graduação em administração na USP, para aprender a administrar empresa de comunicação.

iG: Já pensava em se tornar autônomo?

Laurentino: Na verdade fui cuidar de uma unidade de negócios da Abril. Cuidava de circulação, marketing, publicidade. E então fui colhido pelo fenômeno *1808*. Era um projeto que estava na minha gaveta, eu tinha começado a pesquisar o assunto em 1997, quando era editor-executivo da Veja, que tinha cancelado um projeto (de lançar especiais sobre história do Brasil que seriam distribuídos com a revista), como contei na abertura do livro. Chegou um momento que fiquei com muita preguiça de escrever o livro, quase que não escrevi *1808*, mas quase mesmo. Mas estava chegando a comemoração dos 200 anos da corte portuguesa no Brasil, e eu criei coragem, terminei a pesquisa e publiquei o livro. E de repente esse livro começa a vender muito mais do que eu imaginava, muito. Não tinha nem a remota expectativa. Meu plano era vender 20 mil livros, mas planejei para mim mesmo, não contei para ninguém. Aliás, um amigo meu, quando soube que eu ia fazer um livro sobre Dom João VI, disse: “Ô, Laurentino, muda de assunto, ninguém quer ler sobre Dom João VI e história do Brasil”.

iG: O que você pensava sobre isso?

Laurentino: Eu achava que ele tinha razão, Dom João VI não era assunto de best-seller. Tinha que ser livro de esoterismo, autoajuda. Mas ao mesmo tempo eu tinha confiança de ter feito uma reportagem bem-feita. Pesquisei ao longo de dez anos, li mais de cem livros. Trabalhei em jornal e revista por mais de 30 anos, então sabia o que é uma reportagem bem-feita e o que não é. E tinha ali um livro-reportagem no qual aplicava tudo que tinha aprendido como jornalista. Às vezes vejo pessoas fazerem mudanças muito bruscas de carreira, acho que nunca você tem que deixar totalmente para trás o que aprendeu antes. É diferente de ser jornalista e ir tocar uma pousada em Porto Seguro ou fabricar sabão, salsicha. Não, eu mudei de formato, mas o que sempre fiz é jornalismo, continuo fazendo em livro. Acho que tem no *1808* uma lição preciosa para nós, jornalistas: quando o leitor reconhece o jornalismo como uma coisa valiosa, que mexe na vida dele, a reação é poderosa. Foi o que aconteceu, o livro ganhou Prêmio Jabuti, prêmio da Academia Brasileira de Letras. E eu fui confrontado com uma decisão inadiável: ou eu ficava na minha carreira de executivo na Abril e abandonava o livro, ou largava tudo que tinha feito até então e ia cuidar do livro. E foi o que eu fiz. Um autor precisa trabalhar pelo seu livro, botar o pé na estrada, ir atrás dos leitores, ajudar a vender.

iG: Quanto *1808* tinha vendido quando decidiu sair?

Laurentino: Já tinha vendido 200 mil exemplares, então não foi um salto no escuro. Vi como estava a curva de venda, calculei quanto faltava para pagar de escola até os filhos se formarem na faculdade. A casa já estava paga. É uma decisão que aos 22, 23 anos provavelmente eu não tomaria. Mas aos 52, já tendo feito uma carreira e o livro vendendo nesse ritmo, achei que dava para ir em frente. E, olha, foi a melhor decisão que tomei na minha vida. Desde então,

tenho levado uma vida maravilhosa, viajando pelo Brasil, fora do Brasil, dando aula, dando palestra, tendo contato com os leitores, atualizando Twitter, Facebook e site na internet, pesquisando.

iG: Livre das redações...

Laurentino: É, tem essa novidade. Agora, toda vez que entro numa reunião, sei exatamente por que estou nela. Antes nem sempre eu sabia (ri), diria que em metade das reuniões de que participava eu estava meio assim... Você tem que ter reunião de tecnologia, recursos humanos, marketing. Agora cuido da minha carreira, e principalmente tenho tempo para pesquisar. Essa é a grande diferença do 1822 para o 1808. Minha impressão é de que este livro está mais redondo. Com um sucesso inesperado, num primeiro momento você se surpreende, perde o sono, mas o que vier é lucro. O segundo livro, não, ele impõe uma responsabilidade muito grande. Como resolvi isso, para não perder o sono definitivamente? Me escudando numa pesquisa muito profunda. Durante três anos, aproveitei as viagens do 1808, pesquisei no Brasil, pesquisei em Portugal, li mais 70 livros além dos cem. Uma diferença em relação ao trabalho de um pesquisador acadêmico convencional é que não faço apenas pesquisa em biblioteca e documentos, eu faço reportagem. Ou seja, eu vou aos locais em que as coisas aconteceram. Embora os eventos tenham ocorrido há 200 anos, esses lugares contêm informações muito preciosas se você tiver um olhar atento ao que está ocorrendo ali. No capítulo sobre o grito do Ipiranga, por exemplo, faço uma descrição detalhada de como se encontra hoje o riacho do Ipiranga. É um riacho morto, não tem mais oxigênio, não tem peixe. A cidade matou o riacho do Ipiranga. É um olhar jornalístico, uma forma diferente de contar a história do Brasil, e de torná-la inclusive mais palatável para o leitor. O 1808 teve uma acolhida muito boa também em Portugal, vendeu 50 mil exemplares, proporcionalmente é como vender 1 milhão no Brasil, impressionante.

ENTREVISTA 6

(Com Laurentino Gomes)

Título: Laurentino Gomes: “O Brasil desqualifica seu passado”

Subtítulo: Autor do best-seller "1808", o jornalista Laurentino Gomes fala sobre seu novo livro

Repórter: Danilo Venticinque

Veículo: Revista *Época*

Data de publicação: 10/09/2010

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI170283-15220,00-LAURENTINO+GOMESO+BRASIL+DESQUALIFICA+SEU+PASSADO.html>

Veja a íntegra da entrevista com o autor:

Em um mercado dominado por romances juvenis e livros de autoajuda disfarçados de ficção e não ficção, enfim há um motivo para comemorar: a história do Brasil está na moda. Na última semana, o tema ocupou quatro das dez primeiras posições entre os mais vendidos de não ficção. O maior responsável pelo fenômeno é o escritor Laurentino Gomes. Com *1808*, lançado há dois anos, o autor chegou à marca de 600 mil exemplares vendidos e mostrou que há demanda por livros acessíveis sobre a história do país. Em seu novo livro, *1822*, Gomes narra os acontecimentos posteriores à volta de Dom João VI para Portugal e descreve o papel

de personagens como Dom Pedro, José Bonifácio e o mercenário britânico Thomas Cochrane na Independência do Brasil.

ÉPOCA – O senhor definiu seu livro como uma reportagem. O que difere o repórter de um historiador?

Gomes – O que eu faço não é um trabalho convencional de pesquisa acadêmica na área de história. Isso já tem quem faça, e faça bem. Eu leio muito sobre o assunto, pesquiso documentos, mas principalmente vou aos locais onde as coisas aconteceram há 200, 180 anos, porque esses locais guardam ainda informações muito preciosas para um jornalista que tem um olhar atento. Por exemplo, no primeiro capítulo do livro eu falo do Riacho do Ipiranga e de quanto ele é poluído hoje. É um rio enquadrado, concretado, asfaltado pela metrópole. É um jeito de olhar para o passado com luzes do presente, o que ajuda o entendimento do leitor.

ÉPOCA – Por que os livros escritos por historiadores não fazem tanto sucesso quanto os seus?

Gomes – Geralmente a linguagem acadêmica é mais técnica. Não sou contra isso, não: é uma linguagem que a academia usa para se entender. São especialistas falando com especialistas. Já o jornalista se vale de uma linguagem mais acessível, mais didática, porque ele está se comunicando com um público muito mais amplo do que o público acadêmico. Isso gera alguns mal-entendidos. Tem gente que diz que jornalistas não deveriam escrever sobre história e reclama que os livros de história não vendem. Às vezes não vendem porque a linguagem não é adequada. Você não pode pegar uma tese de doutorado, publicá-la em forma de livro e esperar que seja um best-seller.

ÉPOCA – O senhor chegou a receber críticas de acadêmicos?

Gomes – No começo fui recebido com certa estranheza. Acho natural: era a primeira vez que eu lançava um livro de história do Brasil, e as pessoas queriam saber que nome novo era esse. Mas hoje, entre os bons acadêmicos, o ambiente é de colaboração. Eu tenho como orientador o embaixador Alberto da Costa e Silva, que é um dos maiores intelectuais brasileiros. Não se pode dizer que história é assunto exclusivo de historiadores. O jornalista tem a prerrogativa de entrar em qualquer assunto que seja de interesse público. Não há competição entre jornalistas e historiadores. Há, sim, um trabalho de divulgação da história do Brasil pelos jornalistas. E, quanto mais bem orientado o jornalista estiver, melhor: o risco de escrever besteira cai muito.

ÉPOCA – Qual é a razão de tantas distorções na maneira como a história do Brasil é ensinada nas escolas?

Gomes – Na arena política, a história é manipulada o tempo todo. Ela é alvo de construções tanto da direita quanto da esquerda, tanto do governo quanto da oposição. Por isso há tantos mitos, fantasias, distorções e até versões opostas do mesmo personagem ou acontecimento. É o que eu mostro no capítulo sobre Dom Pedro I. Ele é um herói multiuso da história brasileira. Durante o regime militar, apareceu na pele de Tarcísio Meira, no filme *Independência ou morte*. Era um grande herói épico nacional. Depois que o Lula assume o poder, Dom Pedro é mostrado na série *O quinto dos infernos* como um sujeito boêmio, mulherengo, sem eixo na vida. Um é o oposto do outro.

ÉPOCA – É possível escapar dessas distorções?

Gomes – Já que a manipulação da história é inevitável, a única forma de olhar para ela com senso crítico é pela educação. Quanto mais diversificada for a pesquisa, maior será o senso

crítico de quem tiver acesso a informações sobre a história. Fiquei satisfeito com o livro, embora não tenha a ilusão de ter alcançado a verdade histórica. O que procuro fazer é lançar sobre os personagens um olhar equilibrado: mostrar que Dom Pedro era, sim, um farrista, boêmio e aventureiro, mas foi também um jovem príncipe submetido a uma pressão poderosa num dos momentos mais cruciais da história do Brasil e de Portugal. Era uma pessoa de carne e osso, com sofrimentos, angústias e dificuldades para tomar suas decisões. E o Brasil de hoje deve sua existência a esse personagem.

ÉPOCA – Seu próximo livro será sobre 1889. As três datas estavam escolhidas desde o início?

Gomes – É engraçado como a obra se impõe ao autor. Eu quase não fiz 1808: fiquei com preguiça e com medo de expor minha reputação, mas criei coragem e fiz. Aí 1822 se tornou quase obrigatório, porque as pessoas me perguntavam sobre o que ocorreu depois. E, antes mesmo de anunciar 1822, já se falava de 1889. Estou sendo conduzido pelo público. A Proclamação da República é uma ruptura violenta, com consequências enormes na forma como vemos o Brasil. A gente não se reconhece nos heróis nacionais da Monarquia nem nos da República. Isso se reflete num país com baixa autoestima, sem referências históricas. O Brasil desqualifica seu passado com essa imagem de Dom João VI como um comedor de franguinhos, Dom Pedro como um mulherengo e Dom Pedro II como um rei culto, mas incapaz de segurar o rojão. Quero cobrir as três datas ícones da formação do Estado brasileiro. O estudo de 1808, 1822 e 1889 ajuda a entender o Brasil de hoje.

RESENHAS

RESENHA 1

Título: "O ano que definiu o Brasil"

Subtítulo: "1808, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional"

Autor (a): Mary Del Priori

Veículo: Revista *Veja*

Data de publicação: 12/11/2007

Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml

Veja o texto na íntegra:

O ano que definiu o Brasil

1808, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional

Efeméride é uma palavra antiga e fora de uso que designa um fato importante ocorrido em determinada data. Em geral, é acompanhada de festejos, discursos e foguetórios. As comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, por exemplo, levaram a um autêntico frenesi. Nenhuma pequena cidade escapou de plantar uma "árvore da liberdade", símbolo da igualdade entre os cidadãos. Esse *élan* comemorativo despertou, contudo, muitas críticas. Houve quem dissesse que a paixão dos festejos na verdade deixava em segundo plano o

inventário dos acontecimentos históricos. E que estes nem sempre foram tão gloriosos. Pois no ano que vem os brasileiros terão sua grande efeméride. Em 2008, comemora-se a chegada da família real bragantina às praias tropicais. Preparam-se, em toda parte, congressos e festivais. Fala-se até mesmo na restauração da fragata que teria transportado dom João VI. Mas o leitor tem a mínima idéia do que está por trás disso? Se a resposta for não, já tem um guia: é **1808** (Planeta; 408 páginas; 39,90 reais), do jornalista Laurentino Gomes. Trata-se de um livro que se lê com um sorriso nos lábios.

Nascida da paixão pelo assunto, de dez anos de pesquisa e da sensibilidade do autor (*que é diretor-superintendente da Editora Abril, que publica VEJA*), a obra é um verdadeiro manual de viagem por todos os acontecimentos que envolvem esse mal conhecido episódio da história nacional. Mal conhecido porque, como bem diz Gomes, para entendê-lo é preciso despi-lo da rebuscada linguagem acadêmica com que é normalmente apresentado. E, convenhamos, nem todo mundo tem paciência para isso. Sua fórmula caminha no sentido contrário. Ela se vale de uma deliciosa mistura de bom humor e erudição para criar um amplo painel de acontecimentos e personagens que se cruzam durante os treze anos da aventura dos Bragança nos trópicos. Por meio de 29 capítulos curtos e cinematográficos, Gomes monta um quebra-cabeça em que cada peça se encaixa na precedente. E convida o leitor a cavalgar por uma sucessão de paisagens históricas. Assim, ele se vê no cais do Tejo, acenando para a família real que parte em caravelas caindo aos pedaços rumo ao Brasil. Cruza o Atlântico, em barcos apertados, onde faltam comida, água e sobram piolhos e baratas. Vê a esquadra se dispersar, graças às tempestades tropicais, e dom João, o rei tímido, supersticioso e feio, desembarcar em Salvador. Ali, em meio a recepções, o monarca assina a abertura dos portos que favorece comerciantes ingleses, mas também brasileiros, enriquecendo as duas pontas do comércio internacional. E o leitor compreende que a corte chega em pedaços. Maltrapilha, empobrecida e ansiosa por receber algo em troca do "sacrifício da viagem".

Depois das feéricas recepções no Rio de Janeiro, assiste-se, também, ao nascedouro de um estado perdulário e aos desmandos da má gestão. Mostra-se o início do compadrio e do toma-lá-dá-cá que dá origem ao Banco do Brasil: traficantes de escravos, fazendeiros e negociantes compram ações da instituição para ser compensados com títulos de nobreza. Vê-se surgir a prática das "caixinhas" nas concorrências e pagamentos de serviços públicos: 17% sobre saques do Tesouro. Vêm-se ainda as transformações pelas quais passa a colônia: a criação de escolas, de estradas, de hospitais. A europeização progressiva dos cariocas, que passam a consumir produtos importados, a vestir-se com a moda francesa e a copiar hábitos ingleses.

Mas, por trás dos "progressos civilizacionais", a mancha da escravidão persiste: o sórdido mercado do Valongo a receber mais e mais africanos, fazendo a fortuna de empresários proeminentes e respeitados. Elias Antônio Lopes, que doou o palácio de São Cristóvão ao rei, foi um deles. O leitor acompanha, ainda, os viajantes estrangeiros que "descobrem" o Brasil, anotando em desenhos e livros de viagem suas impressões sobre nordestinos, paulistas e gaúchos; sobre negros e índios, homens e mulheres; sobre a natureza perpetuamente em festa. Ele acompanha, finalmente, o declínio de Napoleão, o todo-poderoso que expulsou dom João de Portugal, sua derrota na guerra peninsular e o exílio em Santa Helena. Mas também o ressentimento dos portugueses com seu rei, que os abandonou e esqueceu. O sentimento de orfandade alimenta o desejo pela revolução liberal que eclode na cidade do Porto em 1820, obrigando dom João VI ao retorno.

Além dos episódios históricos apoiados em fontes documentais e nos estudos mais atualizados sobre o tema, o autor faz saltar das páginas os personagens emblemáticos do período.

Minibiografias contam a trajetória do próprio dom João, de sua famigerada mulher, Carlota Joaquina, do funcionário da Real Biblioteca, Joaquim dos Santos Marrocos, do Cabugá ou Antonio Gonçalves Cruz, mentor de uma revolução liberal em Pernambuco que incluía o resgate de Napoleão da Ilha de Santa Helena para lutar lado a lado com os insurgentes, ou do Padre Perereca, cronista de usos e costumes da época, que descreve como ninguém o encontro de dois mundos: o europeu e o americano.

Gomes não adere à cosmética atual que, para reabilitar dom João, recorre a eufemismos como "transmigração" ou "translado". Para ele, houve "fuga" mesmo, pois o rei não tinha alternativa. A pressão exercida pelo gênio de Napoleão não dava margem a estratégias arrojadas. Não por acaso, a resposta portuguesa foi, simplesmente: pernas para que te quero. Sobre esse rei tão mal conhecido, Napoleão registrou em suas memórias: "Foi o único que me enganou". Enganam-se também os que acham que aquele foi um período sem maiores novidades e transformações. *1808* desvenda os acontecimentos com graça e leveza, convidando o leitor a descobrir o real sentido desta efeméride tão próxima. É uma síntese histórica que brilha pela limpidez das explicações e pelo interesse de projetar o passado no presente. É uma boa idéia sustentada por uma metodologia sem falhas. Uma boa maneira de apreciar o foguetório que virá, sabendo, de antemão, do que se trata.

RESENHA 2

Título: "1808" reconta era joanina com leveza

Subtítulos: "Laurentino Gomes traça perspectiva ampla do período, sem "rebuscada linguagem acadêmica" nem deboche ou caricatura" / "Autor evita o caricato e o deboche e passa longe de uma certa história jornalística "riponga" e grotesca que anda por aí"

Autor: Jean Marcel Carvalho França

Data de publicação: 06/10/2007

Veículo: *Folha online*

Disponível em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>

Veja o texto na íntegra:

"1808" reconta era joanina com leveza

Laurentino Gomes traça perspectiva ampla do período, sem "rebuscada linguagem acadêmica" nem deboche ou caricatura

Autor evita o caricato e o deboche e passa longe de uma certa história jornalística "riponga" e grotesca que anda por aí

Antecipando-se ao verdadeiro "tsunami" de publicações que despencará no mercado brasileiro em 2008, quando comemoraremos dois séculos da transferência da corte de d. João 6º para o Brasil (1808), a editora Planeta acaba de colocar no mercado "1808 - Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil", do jornalista e escritor Laurentino Gomes.

O livro, como indica o categórico e arrebatado título, pretende ser uma história leve e informativa da transferência da corte joanina para o Brasil e da sua instalação e permanência no Rio de Janeiro, cidade que se viu transformada, da noite para o dia, de pacata urbe colonial em sede de uma monarquia européia.

Não à história "riponga"

Gomes procura contar esta história de maneira bastante didática, recorrendo a constantes aproximações com acontecimentos e figuras do nosso tempo e destacando um ou outro personagem mais "curioso". O autor, no entanto, não apela nem para o caricato, nem para o deboche, nem para o excessivamente pitoresco, passando longe, pois, de uma certa história jornalística "riponga" e grotesca que anda por aí. Ao longo do passeio que convida o seu leitor a dar pelo período, o jornalista, amparado em variada bibliografia especializada e em alguma documentação primária, visita "acontecimentos" diversos: do furacão napoleônico que varreu a Europa no início do Oitocentos ao retorno de d. João 6º para Portugal (1821), passando pelos antecedentes da saída da corte de Lisboa, pelos seus primeiros anos de vida nos trópicos, pelos impactos de sua presença no cotidiano da cidade e, sobretudo, por algumas das muitas transformações sociais, políticas e culturais que sua presença desencadeou em todo o Brasil. Enfim, trata-se de uma perspectiva ampla do período joanino (1808-1821), pintada com cores leves e povoada com figuras que o autor busca afincadamente tornar familiares ao "leitor não especializado".

Gomes, inclusive, explica que seu propósito foi compor um livro que tornasse "esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica (...)".

Legítima pretensão, por certo, mas, infelizmente, construída sobre um falso pressuposto: o de que a história acadêmica se distingue da jornalística pela sua linguagem rebuscada e hermética. A que "história acadêmica" se refere Gomes? Certamente àquela feita há duas ou três décadas, com aqueles sofríveis -estética e epistemologicamente falando- primeiros capítulos teóricos. E, mesmo aí, nesse território árido, é necessário matizar o juízo do jornalista-historiador.

Gosto por personagens

A bem da verdade, ao término da leitura de "1808", não é a linguagem depurada de rebuscos e conceitos, linguagem supostamente mais acessível, que indica ao leitor atento que o livro não foi escrito por um historiador. É, sim, o gosto – tão presente na historiografia do século 19 – que Gomes demonstra ter pela narrativa centrada em acontecimentos e personagens, é a certeza sincera dos seus juízos acerca dos processos complexos que aborda e, sobretudo, é a ingenuidade tranqüila com que abusa dos anacronismos, transformando o passado num imenso território do mesmo. Mas trata-se de um livro de divulgação, e tais preocupações, nestes tempos em que escritores de novela são aclamados como exímios sociólogos, não passam de preciosismos acadêmicos.

RESENHA 3

Título: Com o best-seller *1808*, ele redespertou o interesse pela História

Autor (a): Lilia Schwarcz

Veículo: *Revista Época*

Data de publicação: 05/12/2008

Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT18839-15273-18839-3934,00.html>)

Veja o texto na íntegra:

Com o best-seller *1808*, ele redespertou o interesse pela História

1808 ganhou importância fundamental no cenário literário deste ano de 2008, marcado pela celebração crítica dos 200 anos da vinda de dom João e sua corte. O livro do jornalista Laurentino Gomes tem o mérito de, com uma linguagem agradável e acessível, divulgar e ampliar conhecimentos históricos muitas vezes restritos à academia.

A obra também reproduz uma série de pesquisas originais que vêm relendo o evento da mudança da família real portuguesa em inícios do século XIX a partir de um viés mais arejado. Trata-se cada vez mais de entender o caráter único dessa viagem e seu lado até mesmo aventureiro: uma monarquia ao mar, uma estrutura burocrática à deriva. Num país que desfaz com frequência de sua memória, nada como um livro que vendeu mais de meio milhão de exemplares; um best-seller dedicado a lembrar e refletir sobre as particularidades dessa história que fez do Brasil, Brasil.

RESENHA 4

Título: Crítica e historiador falam sobre os ganhadores do Jabuti

Subtítulo: “O Jabuti não é nenhum prêmio incontornável da literatura brasileira”, diz Jean Marcel Carvalho França

Autor (a): Jean Marcel Carvalho França

Veículo: *Revista Cult*

Data de publicação: Outubro de 2011

Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2011/10/jabut/>

Veja o texto na íntegra:

Sobre *1822*, de Laurentino Gomes: “Ele sabe escrever bem. Parece óbvio dizer isso, mas não é óbvio no meio historiográfico. Ele não é historiador, ganhou o Jabuti pela narrativa ensaística. Não é um trabalho do nível do Eduardo Bueno, também – ele faz piadas e chistes, e isso é grosseiro. E o Jabuti também não é nenhum prêmio incontornável da literatura brasileira, não é?”

“Laurentino respeita a dinâmica narrativa histórica e consultou historiadores consagrados, o que dá um caráter sério ao livro. Ele coloca o historiador ali por tabela. Aliás, tenho que agradecer-lhe, pois vendeu muitos livros meus (risos). Mas ele comete o maior pecado para nós, historiadores, que é o anacronismo. Por exemplo, quando escreve coisas como “fulano era histórico”, isso é incomodativo.” “Contudo, não gosto de reclamar, acho que não é necessário ficar traumatizado, não há nenhum pecado. Os historiadores costumam – ou costumamos, me incluindo – dizer que ele ocupa um território que achamos que é nosso. Mas a popularização é bastante positiva. Ele põe a História na pauta do dia”.

RESENHA 5

Título: Resenha, 1822

Autora: Cecília Helena de Salles Oliveira

Veículo: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, nº 62

Data de publicação: novembro de 2010, p. 92.

Veja o texto na íntegra:

Resenha, 1822

O livro 1822 desconsidera investigações e questionamentos que há mais de 30 anos vêm sendo desenvolvidos e divulgados por centenas de pesquisadores brasileiros e portugueses sobre o tema da Independência, dos quais resultaram não só profunda ampliação dos conhecimentos sobre a época como a superação de interpretações correntes.

Dedicado a “professores de História no seu trabalho anônimo de explicar as raízes de um país sem memória”, o livro banaliza Saiba a versão mais conservadora e simplificada das complexas circunstâncias nas quais foram delineadas a separação de Portugal e a fundação do Império do Brasil. O fio condutor da narrativa é, aparentemente, a vida de D. Pedro. Entretanto, para fazer uma “reportagem” e contar como o Brasil conseguiu “manter a integridade de seu território e se firmar como nação independente”, o autor se fundamentou em duas premissas: para ele, a Independência foi produto de “sorte, acaso, improvisação”, pois a desorganização interna era tamanha que só um “milagre” faria “dar certo” um país “que tinha tudo para dar errado”; desta forma, as decisões cruciais só poderiam ser tomadas por estrangeiros e portugueses -uma princesa austríaca, um militar mercenário inglês, D. Pedro, os deputados das Cortes em Lisboa e um “homem sábio”, José Bonifácio, inspirado pelos padrões europeus.

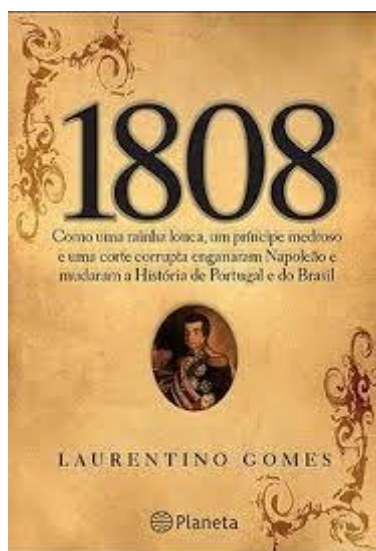
Como o próprio autor afirma, o livro é um “mosaico” de personagens e episódios, mas não está livre de equívocos: na cronologia, por exemplo, 12 de outubro de 1823 aparece como data do fechamento da Assembleia Constituinte pelo imperador, quando o correto é 12 de novembro.

Os capítulos não formam propositadamente uma sequência, havendo idas e vindas no tempo e no espaço, e, além disso, a composição do texto pressupõe que a História seja um grande depósito de dados, que o observador arrebanha como quer, e com eles monta um tabuleiro manipulando fragmentos e dando-lhes a fisionomia que considerar mais adequada ou palatável.

A “técnica jornalística” que o autor diz adotar, contudo, não o inocenta do partido que tomou. O enredo apresentado – desmentido por obras que ele mesmo cita e pela literatura atualmente disponível – sugere que o voluntarismo de indivíduos comanda a História, que a sociedade brasileira, tanto no passado quanto no presente, é incapaz de se autogovernar, e que ainda estão por nascer o povo e a nação brasileiros. Edições como esta disparam, sobretudo, um alerta: não educam, desinformam, são conformistas e encontram espaço nos meios de comunicação.

CAPAS DOS LIVROS

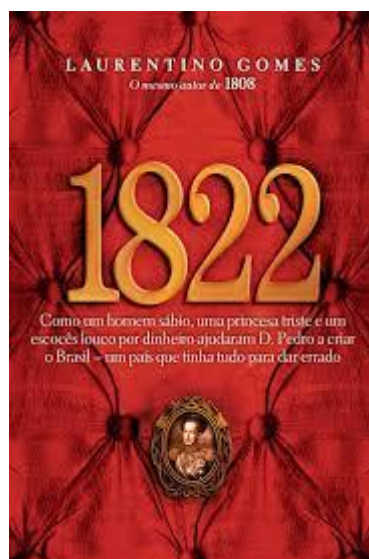
A – Capa do livro *1808*:



B – Capa do livro *1808* – versão infanto-juvenil:



C – Capa do livro *1822*:



D – Capa do livro *1822* – versão infanto-juvenil:



E – Capa do próximo livro a ser lançado por Laurentino Gomes – *1889*:

